

---

# LINGÜÍSTICA

---

Vol. 12

2000

---



Publicación de la  
ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA

---

Publicação da  
ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA



## SUMÁRIO

### *Editorial*

### *Artículos/ Artigos*

Jussara Abraçado, <i>Transitividade, referencialidade, ergatividade e a ordenação de constituintes no português brasileiro</i> .....	11
Miguel Alvarado, <i>Mutaciones en el discurso antropológico contemporáneo</i> .....	27
Pilar Asencio, <i>Inserciones temáticas introducidas por que en el discurso oral montevideano</i> .....	55
Elisa Cohen de Chervonagura, <i>Prensa escrita y formas pronominales: otra vuelta de tuerca</i> .....	73
Waldemar Ferreira Netto, Maria Elisa Martins Ladeira, <i>A língua Terêna no município de Miranda (Ms): análise macro-sociolingüística</i> ..	95
Carlos Franchi, <i>Creatividad y gramática</i> .....	125
Maria Helena de Moura Neves, <i>O uso lingüístico e a noção de certo e de errado</i> .....	175
María Tadea Díaz Hormigo, <i>A propósito de las construcciones nominales ambiguas del tipo amor dei y timor hostium en diferentes lenguas</i> .....	185
Carlos Subirats Rüggeberg, Marc Ortega Gil, <i>Extracción automática de información de grandes corpus</i> .....	211
Claudia Zavaglia e Adriana Zavaglia, <i>A elaboração de um dicionário trilingüe temático de cromônimos italiano-português-francês/francês-português-italiano: reflexões e considerações</i> .....	235

### *Status quaestionis*

Víctor M. Longa, <i>Constitución y dependencia en Gramática Generativa</i> .....	251
--	-----

*Notas bibliográficas*

Juan M. Lope Blanch, <i>El estudio histórico del español de México</i> .....	291
Ataliba T. de Castilho, <i>O estudo histórico do português brasileiro: a questão do corpus</i> .....	299

*Necrológio*

Ataliba T. de Castilho, <i>Carlos Franchi (1932-2001)</i> .....	311
---	-----

## EDITORIAL EN ESPAÑOL

*Lingüística* (ISSN: 1132-0214) es una publicación anual de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina, ALFAL. Hasta la fecha, se han publicado los siguientes números: 1 (1989), 2 (1990), 3 (1991), 4 (1992), 5 (1993), 6 (1994), 7 (1995), 8 (1996), 9 (1997), 10 (1998), 11 (1999).

Para informarse sobre los contenidos de los números ya publicados, sírvase consultar la página web de la ALFAL: [www.alfal.org](http://www.alfal.org). Los diez primeros números pueden ser adquiridos mediante pedido a Arco Libros, en la siguiente dirección: C/ Juan Bautista de Toledo, 28, 28002 Madrid – España.

Del número 11 (1999) en adelante se envía la revista a todos los asociados que hayan abonado sus anualidades, a las que deben agregar US \$ 8 al año, por gastos de correo.

Arreglada la cuestión de la distribución de la revista, se empezó a articular un plan que garantice la regularidad de la revista. Así, en carta-circular de 29 de mayo de 2001, el Director de la revista (y Presidente de la ALFAL) sometió al Comité Editorial, a los Coordinadores de Comisiones de Investigación y a los Delegados de la ALFAL un plan de organización de números monográficos, cuyos temas serían elegidos base a los intereses científicos y finalidades de la ALFAL, establecidos en sus Estatutos: “*fomentar el progreso de la lingüística teórica y aplicada y la filología en América Latina – en especial la lingüística general, la lingüística indígena y la lingüística y filología hispanas y lusitanas – así como de la teoría y crítica literarias*” (Artículo 1 de los Estatutos, modificados por la Asamblea General celebrada en Las Palmas de Gran Canaria el 25 de julio de 1996).

Varios socios intervinieron en el debate, aprobándose la idea de los números monográficos, sin perjuicio de seguir con la publicación de artículos de temática libre. Se tiene por tanto por delineada una política editorial para nuestra revista que se implementará a continuación, con la indispensable y habitual ayuda de todos.

1. Del número 13 (2001) en adelante se implementa la nueva política editorial, que corporifica la política científica misma de la ALFAL, siguiéndose sin

embargo con la estructura que fué practicada desde su creación. Eso quiere decir que de ora en adelante habrá números monográficos, con un promedio de 8 artículos temáticos + 5 artículos de temática libre.

2. Siguen efectivas las sesiones de artículos, *status quaestionis*, reseñas, notas bibliográficas o *breviora*.
3. Número 13 (2001): Enseñanza y adquisición del español, portugués y lenguas amerindias. Los originales serán sometidos hasta el 30 de marzo de 2002.
4. Número 14 (2002): Historia social y contactos lingüísticos español/portugués / lenguas amerindias / lenguas africanas. Los originales serán sometidos igualmente hasta el 30 de marzo de 2002.
5. Número 15 (2003): Escribiendo gramáticas descriptivas en el siglo XXI. Plazo: 30 de marzo de 2003.
6. Número 16 (2004): Cambio lingüístico en el español/portugués de América y en las lenguas amerindias. Plazo: 30 de marzo de 2004.

Estamos seguros que el nuevo diseño de nuestra revista atenderá a los deseos de nuestros asociados.

ATALIBA T. DE CASTILHO, PRESIDENTE DE ALFAL

## EDITORIAL EM PORTUGUÊS

*Lingüística* (ISSN: 1132-0214) é uma publicação anual da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, ALFAL. Até agora, foram publicados os seguintes números: 1 (1989), 2 (1990), 3 (1991), 4 (1992), 5 (1993), 6 (1994), 7 (1995), 8 (1996), 9 (1997), 10 (1998), 11 (1999).

Para informar-se sobre os conteúdos dos números já publicados, consulte a página da ALFAL: [www.alfal.org](http://www.alfal.org). Os dez primeiros números podem ser adquiridos junto à Arco Libros, no seguinte endereço: C/ Juan Bautista de Toledo, 28, 28002 Madrid – España.

A partir do número 11 (1999) a revista passou a ser enviada a todos os sócios em dia com suas anuidades, às quais devem acrescentar US \$ 8 por ano, para os gastos de correio.

Acertada a questão da distribuição da revista, começou-se a articular um plano que assegure sua regularidade. Assim, em carta-circular de 29 de maio de 2001, o Diretor da revista (e Presidente da ALFAL) submeteu ao Conselho Editorial, aos Coordenadores das Comissões de Pesquisa e aos Delegados da ALFAL um plano de organização de números monográficos, cujos temas seriam escolhidos com base nos interesses científicos e finalidades da ALFAL, estabelecidos em seus Estatutos: “*fomentar o progresso da lingüística teórica e aplicada e da filologia na América Latina - em especial a lingüística geral, a lingüística indígena e a lingüística e filologia hispânica e lusitana - assim como da teoria e crítica literárias*” (Artigo 1 dos Estatutos, modificados pela Assembléia Geral celebrada em Las Palmas de Gran Canaria em 25 de julho de 1996).

Vários associados intervieram no debate, aprovando-se a idéia dos números monográficos, sem prejuízo de continuar com a publicação de artigos de temática livre. Está portanto traçada uma política editorial para nossa revista, a qual será implementada em seguida, com a indispensável e habitual ajuda de todos.

1. Do número 13 (2001) em diante se implementa a nova política editorial, que corporifica a política científica mesma da ALFAL, seguindo-se entretanto

com a estrutura que foi praticada desde sua criação. Isso quer dizer que de ora em diante haverá números monográficos, com uma média de 8 artigos temáticos + 5 artigos de temática livre.

2. Terão continuidade as sessões de artigos, *status quaestionis*, resenhas, notas bibliográficas ou *breviora*.
3. Número 13 (2001): Ensino e aquisição do espanhol, português e línguas ameríndias. Os originais serão submetidos até o dia 30 de março de 2002.
4. Número 14 (2002): História social e contactos lingüísticos espanhol / português / línguas ameríndias / línguas africanas. Os originais serão submetidos igualmente até o dia 30 de março de 2002.
5. Número 15 (2003): Escrevendo gramáticas descritivas no século XXI. Prazo: 30 de março de 2003.
6. Número 16 (2004): Mudança lingüística no espanhol / português da América e nas línguas ameríndias. Prazo: 30 de março de 2004.

Tenho a certeza de que a nova organização de nossa revista atenderá aos interesses de nossos associados.

ATALIBA T. DE CASTILHO, PRESIDENTE DA ALFAL

TRANSITIVIDADE, REFERENCIALIDADE, ERGATIVIDADE E A ORDENAÇÃO  
DE CONSTITUENTES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

TRANSITIVITY, REFERENTIALITY, ERGATIVITY AND WORD ORDER IN  
BRAZILIAN PORTUGUESE

JUSSARA ABRAÇADO  
*Universidade Federal Fluminense*

*ABSTRACT: In this study we analyze word order in Brazilian Portuguese. With theoretical support provided by Functionalist Model, we intend to explain the phenomenon of variation in word order (verb-subject order and object-verb order), proposing an association between transitivity, referentiality and ergativity.*

*KEY WORDS: Word order; transitivity; Brazilian Portuguese.*

*RESUMO: Estudo do fenômeno de ordenação de constituintes no português coloquial brasileiro. Tem como suporte teórico o Funcionalismo Lingüístico e objetiva investigar a existência de relação entre a propriedade da transitividade e as ocorrências das ordenações verbo-sujeito (vs) e objeto-verbo (ov). Baseia-se na hipótese segundo a qual o português brasileiro estaria sujeito a uma tendência que, refletindo a propriedade da transitividade, levaria os sns indefinidos/não referenciais a ocuparem a posição após o verbo (vs e vo) e os sns definidos/referenciais a se posicionarem pré-verbalmente (sv e ov).*

*PALAVRAS-CHAVE: Ordem de palavras; transitividade; português brasileiro.*



## 1. INTRODUÇÃO

Em pesquisa anterior (Almeida 1998), desenvolvemos análise da emergência da ordenação dos constituintes na fala infantil, concentrando o foco de interesse naqueles constituintes considerados maiores ou principais: sujeito (s), verbo (v) e objeto (o). Tal análise teve como suporte teórico o funcionalismo lingüístico (de orientação givoniana) e se debruçou sobre dados extraídos da fala de 15 crianças, distribuídas em faixas etárias compreendidas no período de 1 ano e 6 meses a 6 anos de idade.

Com base nos pressupostos teóricos funcionalistas, concentramo-nos prioritariamente nos estágios aquisitivos iniciais, de 1 a 3 anos de idade, buscando motivações de natureza pragmático-discursiva para explicar o fenômeno da variação na ordenação de constituintes na fala das crianças submetidas ao processo de aquisição do português como L1.

Neste estudo, dedicamos especial atenção às ordenações *ov* e *vs*, por constituírem variações bastante freqüentes no português coloquial e por também figurarem na fala de crianças ainda em estágio incipiente de aquisição da língua. Temos como objetivo apresentar uma reinterpretação dos resultados encontrados em nossa já citada pesquisa anterior, apontando evidências favoráveis à existência de relação entre a propriedade da transitividade e as ocorrências das ordenações verbo-sujeito (*vs*) e objeto-verbo (*ov*). Defendemos a hipótese de que o português brasileiro estaria sujeito a uma tendência que, refletindo a propriedade da transitividade, levaria os *sns* indefinidos/não referenciais a ocuparem a posição após o verbo (*vs* e *vo*) e os *sns* definidos/referenciais a se posicionarem pré-verbalmente (*sv* e *ov*).

Como a nossa hipótese fundamenta-se em pesquisas já feitas, começamos por resumir os trabalhos desenvolvidos por nós e outros autores, situando, assim, o nosso ponto de partida em relação à abordagem atual.

## 2. A ORDENAÇÃO *VS*

Investigando a ordenação *vs* (Almeida 1998), observamos que:

- a) mesmo em estágio em que a criança se comunica através de sentenças formadas apenas por uma ou duas palavras — que geralmente correspondem ao verbo e ao objeto, em construções de mais de um argumento — já se verifica em sua fala a ocorrência de sujeitos pospostos em construções monoargumentais (*vs*);

- b) as ocorrências da *vs* na fala de crianças de até 3 anos de idade, diferentemente do que se postula em relação ao português coloquial (cf. Bittencourt 1979, Lira 1982 e Pontes 1986), não estão fundamentalmente atreladas à função de introduzir informações novas, uma vez que o que se verifica é a predominância de *sns* pospostos altamente pressupostos (ou seja, contextualmente evocados ou evocados, contextual e textualmente, de forma simultânea);
- c) as ocorrências de *vs* estão preferencialmente ligadas a verbos como *cair*, *acabar* etc., e a *sns* geralmente a verbos não humanos e inanimados.<sup>1</sup>

Tal quadro levou-nos ao trabalho de Pontes 1986 sobre a *vs* no português coloquial, no qual os *sns* pospostos das construções monoargumentais, tradicionalmente classificados como sujeitos, são entendidos como objetos, sendo as construções que os contêm, conseqüentemente, caracterizadas como construções sem sujeito. Interpretamos o fato de a *vs* figurar em estágios iniciais — nos quais não se observou nenhuma ocorrência de sujeitos explícitos em construções de mais de um argumento, verificando-se somente a presença de construções formadas por *v* e *o* — como uma evidência a favor da hipótese formulada pela autora, que foi parcialmente por nós considerada.<sup>2</sup>

Pontes 1986, em seu estudo, ressaltou a semelhança existente entre o *sn* posposto em construções monoargumentais e o objeto direto em construções de mais de um argumento, destacando: (1) a posição (ambos ocorrem após o verbo), (2) a concordância verbal (não desencadeiam concordância), (3) aspectos ligados à referencialidade (costumam ser novos) e a propriedades agentivas (tendem a ser não humanos e inanimados).

---

<sup>1</sup> Ex.: Criança 7 (C), 3 anos, irmão mais velho (I) e a mãe (M); criança folheando o livro de estória *A bela adormecida*.

I: Ó aí! Ela acordou!

M: Como foi que ela acordou? Vira pra gente ver.

C: Com o príncipe, né?

I: Então vira.

C: (Vira a página.) *Vai acabá as páginas*.

<sup>2</sup> Nas duas primeiras faixas etárias investigadas (1 ano e 6 meses e 1 ano e 8 meses), observamos uma forte tendência à não-explicitação do sujeito em construções de mais de um argumento (nenhum caso de sujeito explícito foi detectado num total de 50 ocorrências contabilizadas). Contudo, no que se refere às construções monoargumentais, deparamo-nos não só com um número razoável de casos de sujeitos explícitos (22 ao todo) como também com uma substancial predominância, em termos percentuais, da ordenação *vs* em relação à *sv* (em torno de 81% contra 19%).

Dos pontos de semelhança apontados, a posição e a concordância verbal, sob o nosso ponto de vista, estão mais relacionadas a efeitos do que a causas (em relação ao último, devemos lembrar que sua manifestação se evidencia mais tardiamente na fala da criança). Aquele ligado à questão da referencialidade foi descartado diante da constatação (Almeida 1998) da predominância, na fala de crianças com até 3 anos, de SNS altamente pressupostos. Restou-nos, então, o quarto ponto, referente a propriedades agentivas.<sup>3</sup>

Com efeito, na pesquisa que desenvolvemos, entendendo transitividade como uma propriedade funcionalista, nos termos de Hopper e Thompson 1980, constatamos a influência de propriedades agentivas no fenômeno de posposição do sujeito, sugerindo que as crianças tendem a relacionar os sujeitos de construções com baixo grau de transitividade ao objeto de construções altamente transitivas.

Deslocando transitividade do plano discursivo para o plano cognitivo, conforme proposto por McCleary 1982, procuramos explicar o fenômeno de posposição do sujeito no processo de aquisição do português a partir de uma associação entre *transitividade*, *realidade perceptual* e *ergatividade*.

## 2.1. Ordenação vs: transitividade e a hipótese ergativa

De acordo com Hopper e Thompson 1980, a transitividade é um universal lingüístico determinado discursivamente, que se refere à transferência de uma ação de um agente para um paciente. Manifesta-se no discurso num contínuo que envolve um complexo de dez traços sintático-semânticos, o que revela sua natureza escalar. Os autores pontuam binariamente cada traço, considerando que o grau máximo de transitividade ocorre quando os dez traços são marcados positivamente. O extremo oposto da escala, quando todos os traços são marcados negativamente, corresponde ao grau zero de transitividade:

---

<sup>3</sup> Lyons (1977: 483) diz, em relação ao conceito de *agência*, que 'podemos pensar que o exemplo-paradigma é aquele em que uma entidade animada, X, intencional e responsabilmente usa sua própria força, ou energia, para realizar um evento ou iniciar um processo; e o exemplo-paradigma de um evento ou processo em que a *agência* está mais obviamente envolvida será o que resulta em uma mudança na condição física ou alocação de X ou de outra entidade'.

Quadro 1

Transitividade; traços sintático-semânticos

TRAÇOS	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
1. Número de participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto	Télico	Não télico
4. Punctualidade	Punctual	Não punctual
5. Volição	Volitivo	Não volitivo
6. Afirmação	Afirmativo	Negativo
7. Modo	Realis	Irrealis
8. Agentividade	Potência forte	Potência fraca
9. Afetamento do objeto	Total	Nulo
10. Individuação do objeto	Absoluta	Nula

Hopper e Thompson associam transitividade a uma função discursivo-comunicativa que refletiria a maneira como o falante estrutura o seu discurso. Ou seja, os autores correlacionam a alta transitividade à figura,<sup>4</sup> atribuindo uma importância maior às informações contidas nesse plano. A partir disso, propõem uma associação entre figura, seqüencialidade e importância na narrativa.

McCleary 1982, investigando a correlação entre transitividade e figura na análise de uma narrativa em português, constatou a relação entre transitividade e seqüencialidade, mas não entre seqüencialidade e importância, mostrando que só se pode correlacionar transitividade e figura se esta última for caracterizada somente pelo traço da seqüencialidade temporal.

Entretanto o aspecto mais relevante, para nós, do trabalho de McCleary é aquele em que ele distingue duas funções no discurso: (a) função comunica-

<sup>4</sup> Categoria pertencente à propriedade funcionalista *planos*, que está diretamente relacionada à psicologia da *Gestalt*. Koffka 1975 descreve o plano ambiental como sendo duplamente organizado, isto é, possui um plano de relevo (*figura*), no qual se destacam alguns elementos percebidos como mais salientes, e possui um plano de moldura (*fundo*), caracterizado como neutro em relação ao primeiro. Entre esses dois planos, há uma relação de dependência funcional, na medida em que a figura depende do fundo, que lhe serve de suporte.

tiva (responsável pela organização interna do discurso); (b) função cognitiva (responsável pela organização e interpretação do mundo exterior). Através dessa distinção, diferentemente de Hopper e Thompson, que consideram a transitividade como uma propriedade determinada pelo discurso, McCleary deslocou a transitividade do domínio discursivo para o domínio cognitivo, associando-a a traços da situação percebida como evento causal prototípico. Sob essa perspectiva, a transitividade assume uma função cognitiva associada à forma de percepção de um evento e, em segundo plano, vê-se refletida na organização do discurso, através de traços sintático-semânticos que se manifestam na codificação do evento percebido.

Slobin 1982 endossa a abordagem de McCleary 1982, afirmando que os eventos prototípicos mais salientes correspondem a ações mais transitivas. Em suas pesquisas, Slobin encontrou evidência empírica da realidade perceptual das ações mais transitivas, ao constatar que as crianças demonstram perceber mais clara e imediatamente as ações em que um agente animado causa intencionalmente uma mudança física e perceptível no estado ou locação de um paciente por meio de um contato físico direto.

Considerando, então, a transitividade no plano cognitivo, e considerando também sua influência no processo de aquisição de L1, postulamos que, nos estágios aquisitivos iniciais, a criança tenderia a relacionar o sujeito de construções monoargumentais, menos transitivas, ao objeto direto de construções de mais de um argumento, mais transitivas, revelando uma aproximação de um padrão próprio das línguas ergativas.

### 2.1.1. Transitividade e a hipótese ergativa

Retomando o trabalho de Pontes 1986, passamos a destacar dois problemas relacionados à sua análise, para, em seguida, apresentarmos a nossa proposta explicativa para o fenômeno estudado. Isto porque se, por um lado, compartilhamos com a autora a hipótese de que há semelhança entre o SN posposto em construções monoargumentais e o objeto direto de construções de mais de um argumento, por outro julgamos que classificar esse SN como objeto é uma solução de âmbito restrito, que se choca com alguns aspectos gramaticais de nossa língua.

O primeiro problema com a hipótese de Pontes reside na diferença de comportamento do objeto e do SN posposto diante da possibilidade de cliticização (dizemos: *chegaram os meninos*; *chegaram eles*, mas não *chegaram-nos*). O segundo está na dificuldade de se explicar os casos em que a concor-

dância padrão é observada, como no exemplo já apresentado, *chegaram os meninos*. Pontes recorre à inversão estilística para justificar casos como esses. Mas sua justificativa implica admitir que o SN posposto, em tais circunstâncias, é sujeito e não objeto.

Sob o nosso ponto de vista, a semelhança entre o SN posposto em construções monoargumentais e o objeto direto de construções de mais de um argumento, ressaltada por Pontes e constatada por nós, não se restringe ao SN posposto. Entendemos que o sujeito de construções monoargumentais — estamos nos referindo agora ao sujeito anteposto ao verbo — compartilha propriedades tanto com o objeto quanto com o sujeito de construções de mais de um argumento. Comrie 1981, por exemplo, diz que em muitas línguas, em sentenças imperativas, é possível omitir a referência ao destinatário nos casos em que este corresponde ao sujeito de construções de mais de um argumento ou ao sujeito de construções monoargumentais, mas não quando corresponde ao objeto direto. De acordo com o autor, essa possibilidade está correlacionada a propriedades agentivas presentes nos dois primeiros casos e ausentes no último.

Contudo, como vimos, as propriedades agentivas, desta vez consideradas sob o aspecto negativo, também constituem argumento para promover a semelhança entre o sujeito de uma construção monoargumental e o objeto de uma construção de mais de um argumento (as construções (a) *João veio* e (b) *A bicicleta caiu* ilustram as duas situações mencionadas, desde que *João* e *A bicicleta* assemelham-se, respectivamente, ao sujeito e ao objeto de uma construção de mais de um argumento). Acreditamos que o caráter fluido, próprio do sujeito de construções monoargumentais, que pode fomentar mudanças no sistema de marcação de caso das línguas, através do fenômeno da reanálise,<sup>5</sup> esteja relacionado às ocorrências de vs observadas não só na fala das crianças, mas também na de falantes adultos nativos do português, e que isto pode ser um indício de que o português brasileiro esteja sujeito a um processo de mudança que o estaria aproximando das línguas ergativas.

Em Comrie 1981, encontramos uma análise explanatória, de caráter funcional, sobre os sistemas de marcação de caso existentes, na qual o autor

---

<sup>5</sup> Martellota et al. (1996: 57), referindo-se aos mecanismos ligados ao processo cognitivo da metonímia, destacam a reanálise, que definem como 'um mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado, e uma reinterpretação dos elementos que o compõem'.

ênfatiza a relação observada entre os sistemas nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo.

Comrie começa por propor a substituição dos rótulos de sujeito e objeto direto pelos símbolos *S*, *A* e *P* — que foram derivados, respectivamente, dos termos *sujeito*, *agente* e *paciente* —, sendo que: (1) *s* se refere ao argumento único de um verbo intransitivo; (2) *A* se refere ao argumento de um verbo transitivo, tradicionalmente considerado sujeito em línguas não ergativas; e (3) *P* se refere ao argumento que, nessas mesmas línguas, é classificado como objeto direto.

Tomando como base o tipo de relação que se pode estabelecer entre *s*, *A* e *P*, o autor chega a cinco tipos logicamente possíveis de sistemas de atribuição de casos:

- a) Neutro: mesma marca morfológica — que pode ser nula — é atribuída a *s*, *A* e *P*.
- b) Nominativo-acusativo: mesma marca morfológica — caso nominativo — para *s* e *A* e uma marca diferente — caso acusativo — para *P*.
- c) Ergativo-absolutivo: mesma marca morfológica para *s* e *P* — caso absolutivo — e uma marca morfológica diferente para *A* — caso ergativo.
- d) Tripartido: marcas morfológicas distintas para *s*, *A* e *P*.
- e) Tipo ainda não atestado como um sistema consistentemente atuante na marcação de caso: mesma marca morfológica para *A* e *P* e uma marca morfológica distinta para *s*.

Comrie explica o porquê de, entre os tipos de sistema de marcação de caso logicamente possíveis, dois deles (b e c) serem encontrados em quase todas as línguas do mundo que têm um sistema de caso que faz a distinção entre *s*, *A* e *P*. De acordo com o autor, isso se deve ao fato de, em construções monoargumentais, existir somente um *SN*, não sendo necessário, portanto, sob o ponto de vista funcional, marcar esse *SN* de alguma forma que o distinga de outros *SNS*. Em construções de mais de um argumento, porém, a menos que haja uma outra forma de marcar a diferença entre *A* e *P*, tal como a ordem de palavras, a ambigüidade é repelida através de um sistema de marcação de caso. Não sendo necessária a distinção entre *s* e *A* ou entre *s* e *P* (eles não ocorrem em uma mesma construção), o caso atribuído a *s* pode ser usado para um dos dois argumentos de uma construção tradicionalmente classificada como transitiva. O sistema nominativo-acusativo identifica *s* com *A* e tem um marcador separado para *P*. O sistema ergativo-absolutivo, por sua vez, identifica *s* com *P* e possui uma marca diferente para *A*.

Conforme demonstrado, os dois sistemas de marcação de caso predominantes nas línguas do mundo — nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo — indicam que *s* pode ser identificado tanto com *A* quanto com *P*. Entendendo transitividade como uma propriedade que atua sobretudo no plano cognitivo e que, como tal, está diretamente ligada à forma de percepção de eventos ocorridos no mundo real, julgamos ser perfeitamente compreensível a relação que se pode estabelecer entre o sujeito de construções monoargumentais e o objeto ou o sujeito de construções de mais de um argumento, dependendo do grau de transitividade das construções. Em se tratando de processo aquisitivo de L1, tal relação é mais transparente nos estágios aquisitivos iniciais, tendendo a assumir uma ou outra direção, nos estágios subseqüentes, devido à pressão imposta pelo *input*.<sup>6</sup>

Estudos sobre o processo de aquisição de L1 em línguas distintas têm demonstrado que crianças em estágios iniciais de aquisição tendem a estabelecer a relação mencionada. Clark 1985, por exemplo, ao estudar a aquisição do francês, observou a existência de considerável variação na ordenação de constituintes nos estágios aquisitivos iniciais. De acordo com Clark, em construções que descrevem ação, evidencia-se a ocorrência da ordenação *svo*; nas demais, especialmente em construções monoargumentais, verifica-se tanto a incidência de *sv* quanto de *vs*. Em relação ao processo de aquisição do italiano, Bates 1976 (*apud* Clark 1985: 712) detectou a predominância da ordem *vs* sobre a *sv* na fala de crianças em estágio de construções formadas por apenas dois constituintes. Mesmo em línguas que apresentam uma rigidez acentuada em termos de ordenação de constituintes, a relação aqui defendida se observa. De Villiers e De Villiers (1985: 61-62), por exemplo, mostram que a variação na ordem de palavras no processo de aquisição do inglês é mínima, mas citam Braine 1976, que registrou ocorrências como *Fall down rabbit* e *Rabbit fall down* na fala de uma mesma criança. Mas é nas línguas ergativas, como era de se esperar, que a relação em pauta assume contornos semelhantes ao que observamos no processo de aquisição do português. Ao estudar a aquisição do samoano, Ochs 1985 constatou que as crianças de 2 a 4 anos raramente utilizam a marcação de caso ergativo em sua fala espontânea. Porém, de acordo com a autora, as crianças reservam a posição imediatamente após o verbo para constituintes absolutivos (pacientes transitivos e sujeitos intransitivos) e excluem consti-

---

<sup>6</sup> De acordo com a literatura especializada, *input* é a linguagem atualizada utilizada pelas pessoas para se comunicarem com o aprendiz de uma língua, *intake* é aquela parte do *input* que o aprendiz consegue processar e incorporar ao seu processo aquisitivo, e *output* é a linguagem verbal efetivamente produzida pelo aprendiz.



tuintes ergativos (agentes) de tal posição. Dessa forma, conclui a autora, as crianças parecem tratar pacientes e sujeitos intransitivos como uma categoria única, distinta da categoria de agente.

### 3. ORDENAÇÃO OV

Focalizando a emergência da ordenação ov na fala infantil, em Almeida 1998 encontramos resultados parcialmente compatíveis com aqueles obtidos em pesquisas calcadas no português coloquial, segundo os quais: (a) a ov ocorre com mais frequência em contextos de diálogo;<sup>7</sup> (b) é utilizada para estabelecer contrastes; e (c) o SN topicalizado tende a ser evocado (cf. Braga 1984 e Pontes 1987, entre outros). A peculiaridade relativa aos nossos resultados se deve ao fato de termos observado que, nos estágios aquisitivos iniciais, a criança tende a usar a ordenação ov de forma não contrastiva, como ilustram (1) e (2):

1) C15, 1 ano e 7 meses, a mãe (M) e a irmã mais velha (I); criança quer a caixa de brinquedos que está sobre um armário.

C: O codu. O codu. (*Apontando para o armário.*) O codu [= brinquedo].

I: Fiquei igual à Raquel, ó mãe.

C: O codu. (*Chamando a atenção da mãe, que faz observações sobre o horário do fim da gravação.*) Tila codu.

M: (Não responde.)

C: Mamãeee, a codu tila.

M: Tirá da... caixa de brinquedo do armário? Já vai, só um pouquinho, tá?

2) C5, 2 anos, e mãe (M); criança folheando livro de histórias.

M: Tem pipiu aí também?

C: É. (*Abrindo o livro.*)

M: Que pipiu é este?

C: *Essi pipiu achô!*

Braga 1984, discordando de alguns autores que defendem o postulado de que a topicalização do objeto é usada basicamente para exprimir contrastes,

<sup>7</sup> É claro que, em relação a nosso estudo, esse aspecto está vinculado à predominância de diálogo em nossos *corpora*.

já apontava outras funções que podem ser desempenhadas por esse tipo de construção: (1) a de retomar um tópico ou um aspecto do tópico mencionado imediatamente antes, (2) a de atenuar uma afirmação anterior e (3) a de retomar e predicar sobre um SN já introduzido no discurso. A ocorrência de ov, ilustrada em (2), pode ser enquadrada na última função relatada por Braga. Mas (1) não se relaciona a nenhuma das funções atribuídas à ov no português coloquial. Ordenações Ov como esta, que ocorrem sobretudo nos estágios iniciais de aquisição, parecem simplesmente refletir uma tendência prevista pelo princípio funcionalista da ordenação linear: a informação mais importante, mais urgente, tende a ser colocada em primeiro lugar na cadeia lingüística. Tomando como base tal pressuposto, procuramos comprovar estatisticamente — e cremos ter comprovado — que a ordenação ov emerge na fala da criança sob a influência da tendência a que nos referimos, adquirindo, posteriormente, duas das funções assinaladas: a de retomar e predicar sobre um SN já introduzido no discurso e a de estabelecer contrastes (ovs como a ilustrada em (1) predominam na fala das crianças até os 2 anos de idade, sendo praticamente abandonadas a partir dos 3 anos; ovs desempenhando as funções mencionadas imediatamente acima começam a ser utilizadas pelas crianças por volta de 1 ano e 10 meses).

No que se refere às duas outras funções postuladas por Braga, o que podemos dizer é que encontramos, na fala de uma criança de 6 anos, uma ov que pode corresponder à função de atenuar uma informação anterior, conforme ilustrada em (3):

3) C14, 6 anos, e entrevistadora (E); criança fala sobre sua escola.

C: Teve uma prova, aí minha professora não foi, de continhas, nem a professora que fico(u) comigo, nem pra le(r) nada pra mim...

E: E você não sabe ler?

C: Eu sei, mas é a letra de máquina eu não sei...

Contudo, provavelmente em função da natureza dos nossos *corpora*, não detectamos nenhuma ov que pudesse ser caracterizada como uma retomada de um tópico ou de um aspecto do tópico mencionado imediatamente antes, nos termos propostos por Braga. A autora descreve essa função dizendo que a grande maioria dessas topicalizações envolve a presença de um demonstrativo, o que revela a consciência que o falante tem da proximidade do tema:

A combinação destes aspectos — uso do demonstrativo e desvio da ordem neutra — sugere que estas topicalizações foram utilizadas para reforçar aquele tópico sob consideração. Observe o exemplo abaixo:

*Então ali eu acho que devia existir o... o... (inint.) cozinheiro como existe, não é isso? Você vai no exército, você vai lá, é o cozinheiro, n'ê? Nos hotéis tod... A mulher mais é pra ajudar! Cortar batata ou lavar louça, n'ê? Serviço mais leve. Eu acho que esses serviços brutos, assim, a mulher não devia exercer, não* (Braga 1984: 218).

#### 4. ORDENAÇÕES VS E OV: TRANSITIVIDADE, REFERENCIALIDADE E ERGATIVIDADE

Como se pode constatar, ainda que tenhamos nos calcado em uma hipótese comum — de caráter geral e decorrente do modelo teórico adotado (de que as ocorrências das ordenações vs e ov são discursivamente motivadas) —, percorremos caminhos diferentes nas análises referentes a cada uma delas. No entanto, ao expandirmos nossas leituras sobre o tema, pesquisando tendências semelhantes em outras línguas, vislumbramos a possibilidade de haver pontos de interseção envolvendo as duas ordenações em pauta. Tais pontos se circunscreveriam ao âmbito da transitividade.

Hopper e Thompson 1980, procurando demonstrar que a transitividade é uma propriedade crucial na linguagem e que, como tal, insinua-se na gramática de diferentes línguas através de universais lingüísticos, buscaram evidências favoráveis à sua hipótese em diversas línguas. Assim, em seu estudo, os autores apresentam alguns exemplos bastante ilustrativos de reflexos morfosintáticos da propriedade da transitividade, sobretudo no que se refere aos diferentes traços que estão agrupados sob o rótulo de *individuação do objeto*. Isto porque, como observaram os autores, uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um paciente não individuado.<sup>8</sup> Os traços referentes à individuação do objeto são os seguintes:

<sup>8</sup> De acordo com a explicação dada, na comparação entre (a) *Ele tomou a cerveja* e (b) *Ele tomou uma cerveja*, a interpretação de um paciente totalmente afetado (a cerveja ter sido tomada inteiramente) é bem mais provável em (a) do que em (b).

Quadro 2

Traços pertinentes à individuação de o

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Entre os exemplos apresentados, destacamos os que se seguem. Começamos com os extraídos do espanhol porque, conforme explicam Hopper e Thompson, essa língua apresenta a seguinte restrição: o marcado com *A* precisa ser não somente animado, mas também humano (ou apresentar características humanas), além de ser referencial (referencialidade em oposição a definitude).

(4)

- a) Busco mi sombrero (não humano)
- b) Busco *A* mi amigo (humano)
- c) Celia quiere mirar un bailarín (indefinido; não referencial)
- d) Celia quiere mirar *A* un bailarín (indefinido; referencial)

Casos semelhantes foram constatados em outras línguas. Mais interessantes para nós, porém, são os casos em que se observa o envolvimento da ordem dos constituintes. Hopper e Thompson chamam a atenção para aqueles em que diferenças na ordenação denunciam uma tendência que levaria o verbo e um objeto indefinido à coalescência. Na língua húngara, por exemplo, é necessário fazer a distinção, em termos de ordem de palavra, entre o 'o' referencial e o não referencial, sendo a este último destinada a posição imediatamente antes do verbo (Hopper e Thompson 1980: 258):

(5)

- a) Péter            újságot    olvas  
                          jornal    lê

Péter está lendo um jornal

b) Péter            olvas      egy            újságot  
                       lê            um            jornal  
 Péter está lendo um jornal (específico)

Indo um pouco mais além, nessa mesma língua, se o *o* é referencial e definido simultaneamente, passa a ser indexado ao verbo por meio de uma conjugação objetiva:

(6)  
 Péter            olvassa    az            újságot  
                       lê(OBJ)    o            jornal  
 Péter está lendo o jornal

Repare-se que a forma do verbo, quando o '*o*' é indefinido ou não referencial, é idêntica àquela quando não há '*o*' (conjugação subjetiva):

(7)  
 a) A            szél        fúj  
    O            vento      sopra  
    O vento está soprando (Está ventando)  
 b) A            szél        fújja        a        levelet  
    O            vento      sopra(OBJ) a        folhagem  
    O vento está soprando a folhagem

Voltando-nos agora para o português do Brasil, chamamos a atenção para o resultado que encontramos em nossa análise baseada em dados extraídos da fala infantil: em todas as ocorrências de *ov* (um total de 79 casos), verificou-se a presença de objetos marcados positivamente em termos de definitude e referencialidade, conforme ilustrado nos exemplos (1) e (2) apresentados anteriormente. Reforçando o que acabamos de destacar, em Braga 1984, encontramos uma análise que, calcada em dados do português coloquial brasileiro, destaca a definitude como uma das principais características dos *SNS* topicalizados em construções *ovs*: a probabilidade de topicalização de um *SN* definido (0,62) é bem maior do que a de topicalização de um indefinido (0,29).

Acreditamos que, a exemplo do que ocorre em outras línguas, o português brasileiro possa estar sinalizando para a codificação de uma distinção entre o '*o*' definido/referencial e aquele indefinido/não referencial, isto é, o '*o*'

definido/referencial tenderia a ocupar a posição pré-verbal, enquanto o 'o' indefinido/não referencial ocuparia preferencialmente a posição após o verbo. Aprofundando-nos ainda mais nessa direção, julgamos ser interessante ressaltar que tal tendência pode sugerir, a exemplo do que também ocorre em línguas diversas, que o verbo com 'o' indefinido está propenso a se comportar como intransitivo (conforme ilustrado na língua húngara). Seguindo essa linha de raciocínio, relembremos que as ocorrências de *vs*, tanto na fala de crianças quanto na de adultos, estão preferencialmente ligadas a verbos como *cair*, *acabar* etc. (tradicionalmente intransitivos) e a *sns* geralmente não humanos e inanimados. Relembremos ainda que, no português coloquial, a *vs* está associada à introdução de informações novas, o que teoricamente propicia alta frequência de *sns* pospostos indefinidos/não referenciais. Para completar, retomemos estudo de Naro e Votre 1991, em que ficou demonstrado estar a *vs* a serviço de uma estratégia discursiva que consiste em apresentar, em discursos narrativos, os eventos e as situações sem tópico, em plano de fundo, com *baixa transitividade*, que normalmente não são retomadas na progressão discursiva.

Com base em tudo o que foi relatado, acreditamos haver indícios suficientes que justifiquem uma reinterpretação dos resultados encontrados em nossa pesquisa anterior, levando-nos a considerar válida a hipótese de que o português brasileiro estaria sujeito a uma tendência que, refletindo a propriedade da transitividade, levaria os *sns* indefinidos/não referenciais a ocuparem a posição após o verbo (*vs* e *vo*) e os *sns* definidos/referenciais a se posicionarem pré-verbalmente (*sv* e *ov*). Logicamente, estamos conscientes de que a hipótese aqui levantada representa apenas o início de uma pesquisa mais ampla, que deve se aprofundar/expandir em análise de dados provenientes do português coloquial, buscando confirmar estes (e investigar a existência de outros) reflexos morfossintáticos da propriedade da transitividade em nossa língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Jussara Abraçado de. 1998. *A emergência da ordenação de constituintes no processo de aquisição do português como L1*. Tese de doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ.
- BITTENCOURT, Vanda O. 1979. *A posição do sujeito em português*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG.
- BRAGA, Maria Luiza. 1984. *Tópico e ordem vocabular*. Trabalho apresentado na 36ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo: USP. 199-222.

- CLARK, Eve V. 1985. The acquisition of romance, with special reference to French. 687-782. Em Slobin (ed.), *The crosslinguistic study of language acquisition*, vol. 2: *Theoretical issues*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- COMRIE, Bernard. 1981. *Language universals and linguistic typology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- DE VILLIERS, Jill G. e DE VILLIERS, Peter A. 1985. The acquisition of English. 27-140. Em Slobin (ed.), *The crosslinguistic study of language acquisition*, vol. 2: *Theoretical issues*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- HOPPER, Paul e THOMPSON, Sandra. 1980. Transitivity in grammar and discourse. *Language* 56. 251-99.
- KOFFKA, Kurt. 1975. *Princípios da psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix.
- LIRA, Solange. 1982. *Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado. Pensilvânia: University of Pennsylvania.
- LYONS, Jonh. 1977. *Semantics*, vol.2. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião e CEZARIO, Maria Maura. 1996. O paradigma da gramaticalização. Em Martelotta, Votre e Cezario (orgs.), *Gramaticalização no português do Brasil — Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ.
- MCCLEARY, Leland Emerson. 1982. Transitivity in a Czech folk tale. Em Hopper e Thompson (eds.), *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. Nova York: Academic Press.
- NARO, Antony e VOTRE, Sebastião. 1991. *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em português*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- OCHS, Elinor. 1985. Variation and error: a sociolinguistic approach to language acquisition in Samoa. 783-838. Em Slobin (ed.), *The crosslinguistic study of language acquisition*, vol. 2: *Theoretical issues*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- PONTES, Eunice. 1986. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. 1987. *O tópico no português do Brasil*. São Paulo: Pontes.
- SLOBIN, Dan Isaac. 1982. The origins of grammatical encoding of events. Em Hopper e Thompson (eds.), *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. Nova York: Academic Press.

## MUTACIONES EN EL DISCURSO ANTROPOLÓGICO CONTEMPORÁNEO

### CHANGES IN THE CONTEMPORARY ANTHROPOLOGICAL SPEECH

MIGUEL ALVARADO

*Universidad Católica de Temuco*

*ABSTRACT: This paper deals with the contemporary anthropological speech like the problem of the type. It is explained in that one articulates the change in anthropological discourse from a speech centered in 'accumulating truths' towards other worried about the description of the cultural reality.*

*KEY WORDS: Discourse typology; anthropological speech; discourse change.*

*RESUMEN: Este artículo trata del discurso antropológico contemporáneo como problema tipológico. Trata particularmente del cambio desde un discurso centrado en acumular verdades hacia otro cuya preocupación es describir la realidad cultural.*

*PALABRAS-CLAVE: Tipología do discurso; discurso antropológico; cambio discursivo.*

El alquimista, acusado de brujería por la inquisición se defiende y argumenta... 'magia (es) el poder de los sonidos agudos y graves, que inquietan el alma y la sosiegan; magia sobre todo el virulento poder de las palabras, casi siempre más fuerte que las cosas...' Margarite Yourcenar, *Opus Nigrum*.



1. INTRODUCCIÓN<sup>1</sup>

Quienes temen a aquello que ha sido entendido como “la semiotización de las ciencias humanas y sociales”, parecen olvidar que desde la exégesis bíblica hasta la hermenéutica contemporánea; desde Durkheim a Marx, desde Saussure a Heidegger, el pensar occidental es un pensar preocupado por la significación, por lo que su comprensión del mundo es una semiotización y las relaciones sociales son vistas como una proyección de ella.

Confiamos en el aporte de una antropología definida desde la crisis de la metafísica de la conciencia, por ello reflexionaremos respecto de esta disciplina asumiéndola como un tipo particular de “textualidad”, es así como hemos optado por la caracterización tipológica del discurso antropológico contemporáneo desarrollado durante las últimas décadas en occidente,<sup>2</sup> preocupándonos particularmente de las transformaciones evidenciadas en él, que permiten inferir cambios en su modalidad discursiva desde una perspectiva centrada en la dimensión etno-lógica, a otra centrada en la dimensión etno-gráfica.

Nuestro objeto de análisis será, por lo tanto, el discurso antropológico que desde los niveles clásicos; etnográfico, etnológico y teórico, se ha transformado, partiendo de un estilo epopéyico hasta llegar a otro de tipo lírico, con lo cual ha renunciado paulatinamente a analogías como las originadas en las ciencias naturales y ha optado por negar la posibilidad de plantear a la etnología como herramienta para la comparación, renunciando con ello a la edificación de leyes universales de la cultura. La antropología reivindica hoy su carácter científico como discurso definido respecto de la diversidad sociocultural, que intenta la comprensión de cada contexto desde la superación del etnocentrismo y la claridad del carácter subjetivo de la descripción que cada antropólogo efectúa en sus enunciados discursivos.

En la necesidad de configurar un concepto de “discurso antropológico” como elaboración verbal y simbólica, enunciada por la comunidad antropológica, deberemos reconocerla en tanto comunidad científica que define sentido desde sus representaciones mentales (por sobre la evidencia empírica), construyen-

---

<sup>1</sup> Agradezco su aporte a la psicóloga Liliana Coloma en lo que respecta al mejoramiento en la redacción de este texto.

<sup>2</sup> Hacemos el alcance respecto de ubicar nuestro objeto de análisis y reflexión en el discurso de la “antropología occidental” debido a que reconocemos la existencia de una textualidad antropológica indianista propia de la descolonización, que no se adapta a los procesos de enunciación precisados en el presente trabajo.

do y re-planteando códigos de especialidad, que proponen y articulan la significación de los hechos empíricos y sucesos, tema de su preocupación científica. Así, este discurso es un texto que interpela e interpreta a otros textos, que se sustenta en el paso significativo de la antropología hacia la filosofía del lenguaje, lo cual, como veremos, ha significado un cambio sustantivo tanto a nivel del acto de enunciación del discurso antropológico, como a nivel del tipo de enunciado que le es característico. Se crea, por lo tanto, un discurso antropológico que asumimos como un género específico de discurso. Asumiéndole así, esta variedad discursiva se despliega como un esfuerzo por comprender la realidad en su entramado simbólico, desde y en la exploración de lo textual.

A nivel teórico conceptual, los supuestos de base de estas páginas pueden sintetizarse en nuestra afirmación respecto a que la discursividad antropológica contemporánea, específicamente la que hoy se produce en occidente, a partir de los últimos quince años, aproximadamente, ha desplazado al formato discursivo anterior que sobre la base de una macroestructura (van Dijk) ordenaba sus enunciados en los niveles etnográfico descriptivo, etnológico comparativo y en un nivel antropológico teórico, teniendo este nivel final pretensiones nomológicas de generar las leyes universales de la cultura por medio de la inducción.

## 2. LA SUPERESTRUCTURA DEL ACTUAL DISCURSO ANTROPOLÓGICO: UN NÚCLEO DEFINIDO DESDE LA CONCIENCIA DE LO DIVERSO Y SUMERGIDO EN LA ANALOGÍA ESTÉTICA

Podemos afirmar hoy — probablemente hace unos diez años no lo hubiésemos ni pensado — que la antropología es ante todo un género discursivo cuyo propósito es generar comunicación intercultural desde el encuentro de textualidades, y su proceso de generación de conocimiento corresponde a un tipo de análisis donde el texto antropológico interpela e interpreta a otros textos.

La tipología oficial dividía, como ya hemos sugerido, a la discursividad antropológica según los niveles de lo nomológico, es decir: etnográfico, etnológico y teórico, y cada subdisciplina como la antropología política, económica, de la religión, etc., se debía circunscribir al estilo de esta tipología, que agrupaba el discurso atendiendo a su profundidad en la generación conocimiento de manera inductiva. Sobre esta clasificación aparece recientemente otra, que opera a nivel de la enunciación y del enunciado, y que en muchos sentidos supera la textualidad disciplinaria anterior.

Esta nueva tipología se corresponde más bien con opciones epistemológicas y con el diálogo entre determinadas corrientes culturales, que con aquella pretensión alegre de escribir la ciencia para acumular verdad. Esta nueva tipología se centra en la diversidad y pasa raudamente de lo etnográfico a lo teórico.

Desde la antigua caracterización, que denominaba a estos discursos como antropología social para el caso británico, antropología cultural para el caso norteamericano y etnología para la corriente francesa, Claude Lévi-Strauss, el primer profeta de la significación del lenguaje mismo dentro del discurso antropológico, imaginó y creó una ciencia antropológica en general, enfrascado al igual que Foucault con el concepto de antropología creado por Kant, es decir, como ciencia amplia de lo humano. Desde aquí en adelante el sólo concepto de antropología supera el nivel de las escuelas norteamericana, inglesa o continental, para posibilitar desde la filosofía del lenguaje, que el naciente discurso antropológico comience un sistemático cuestionamiento respecto de la validez de la enunciación de universales culturales, como también de la enunciación de esquemas comparativos etnológicos. Solamente la etnografía, como enunciación y enunciado, queda libre de polvo y paja, como un oasis en un desierto de desconcierto.

No tan sólo se trata del uso sistemático de la analogía lingüística, cosa que paralelamente Levi-Strauss y Pike desarrollaron hace más de treinta años, sino más bien la apertura franca y honesta a la influencia de las escuelas estético literarias, cosa que siempre había existido pero que los “acumuladores de verdades” no podían, ni querían ver.

Mencionemos una leve intuición. El heredero de la tradición estructural funcionalista británica “Sir” Edmundo Leach tuvo una premonición y poco antes de morir escribió... “Una monografía tiene mucho más en común con una novela histórica que con cualquier tratado científico. Como antropólogos debemos llegar a un acuerdo sobre el hecho bien conocido de que las personalidades de los personajes de una novela derivan de aspectos de la personalidad del autor. ¿Cómo podría ello ser de otra manera? El único ego que conozco de primera mano es el mío propio” (Leach 1989: 137). Esta intuición representa un gesto de honestidad intelectual, que desmiente toda la confianza en la tipología precedente, y es desde este tipo de apelaciones desde donde gira la actual reflexión antropológica postmoderna. Sin embargo, queda por abrir el debate y la reflexión justamente allí donde la aceptación del estilo literario, a nivel de la descripción etnográfica y de la analogía estética, derivarán teóricamente en una reconstitución de los agrupamientos de los discursos generando una nueva tipología.

El problema tipológico desde el cual nos situaremos se ubica simultáneamente en el plano de la enunciación y del enunciado, es decir, en el modo en que el hablante enunciador del discurso antropológico da cuenta de los fenómenos socioculturales a nivel descriptivo o teorizante, en tanto sostenemos como Benveniste:

Hay que atender a la condición específica de la enunciación: Es el acto mismo de producir un enunciado y no el texto del enunciado lo que es nuestro objeto. Este acto se debe al locutor que moviliza la lengua por su cuenta (Benveniste 1983: 83).

Por otro lado, vemos esta enunciación como un proceso que se da en un contexto pragmático y por ello eminentemente social. Aunque este trabajo no es historia del discurso ni se preocupa de la filosofía del texto, el contexto intelectual tendiente a la analogización estética, crítico de la posibilidad de elaborar leyes universales, resulta para nosotros el aspecto fundamental que define el texto disciplinario en la actualidad. De forma tal que la enunciación del discurso antropológico puede ser entendida como una pragmática que se nutre de determinadas variables culturales contextuales, que como veremos más adelante, representa una pragmática comunicativa asociada a la 'episteme' de cada contexto socio cultural, por ello la antropología y su discurso pasan a ser considerados en este artículo como un tipo específico de producción cultural que se encuentra a expensas de su contexto a nivel micro y macro social.

Por su parte en el plano puntual de la enunciación, pensamos que la 'movilización de la lengua' planteada por Benveniste, debe ser asumida, según nuestro punto de vista, en una perspectiva interdisciplinaria fuertemente vigilante de la analogía de corte estético, ello nos situaría por sobre las taxonomías clásicas, haciendo inoperantes las clasificaciones tradicionales del discurso disciplinario e impulsaría a iniciar una reflexión respecto de las nuevas formas de la enunciación antropológica, cercanas a la estética, pero con una identidad discursiva centrada en su opción por la diversidad sociocultural en cualesquiera de sus expresiones, en tanto, desde la crítica del empirismo antropológico se nos abre la posibilidad de comenzar a pensar nuevamente el texto antropológico, y de pensarlo aún como discurso científico.

Para dar cuenta del modo en que la discursividad científico antropológica se reformula, rompiendo con la lógica etnografía-etnología-teoría, es fundamental recurrir a Van Dijt quien propone los conceptos de 'superestructura' y 'macroestructura'... 'configuraciones o esquemas globales que nos permiten caracterizar el tipo de un texto: su estructura narrativa distinguiéndola de su

contenido. Para decirlo metafóricamente: una superestructura es un tipo de forma del texto, cuyo objeto, el tema, es decir: la macroestructura, es el contenido del texto' (Van Dijt 1989: 142).

Si la macroestructura tradicional de la antropología la ordenaba en estos niveles etnográfico, etnológico y teórico antropológico, y si asumimos que la superestructura de la antropología, hoy y en el pasado, es definida por el tema de la diversidad sociocultural, entonces podemos afirmar que el tipo de limitación que la macroestructura impone a la superestructura del discurso antropológico tiende a desdibujarse, en tanto la estructura narrativa o superestructura de la textualidad antropológica, definida desde el tema de la diversidad, configuran un tipo de texto en el cual la macroestructura como contenido que define el género, tiende a desfigurarse, siendo reemplazado por una confusión de géneros o 'géneros confusos'<sup>3</sup> (Geertz 1994), la que sólo se refigura desde el tema amplio de la diversidad como definitorio del tipo propio del texto antropológico o superestructura textual.

Más que primar esta agrupación macroestructural de los géneros discursivos, podemos apreciar hoy un sistemático proceso de disolución de estos niveles etnográfico, etnológico y teórico, desde la constatación de la imposibilidad de generar un conocimiento nomológico, por lo cual podemos caracterizar tipológicamente el discurso antropológico desde la identificación de sus superestructuras semánticas, las cuales se definen desde la especificidad etnográfica como recurso al trabajo de campo para la generación de categorías para saltar 'a prisa' al plano de la teoría, teoría de alcance limitado y enfrascada en el 'caso' y el contexto local.

Por ello, la nueva tipología sistemáticamente ha asumido un nivel de tipo descriptivo, definido con un fuerte acento en el concepto poético, plástico, musical o francamente literario, particularmente en lo que respecta al uso de metáforas, y un segundo plano de tipo teórico conceptual, el cual define el uso de categorías de tipo estéticas para la elaboración de teorías de alcance limitado que intentan la comprensión hermenéutica de contextos por lo general muy específicos. De esta forma este recurso estético en el plano de la enunciación resulta reiterado tanto en el nivel teórico como en el etnográfico. La renuncia a la generación de leyes universales de la cultura va unida, en este segundo carácter de nivel teórico, a la búsqueda de un lenguaje que asocie el texto antropológico al de las artes y las humanidades, teniendo como plataforma la

---

<sup>3</sup> El antropólogo y pensador Clifford Geertz habla justamente de la refiguración del pensamiento social como base de una propuesta interpretativa para la ciencia social contemporánea, véase su texto 'Conocimiento Local'.

continuación del esfuerzo clásico por dar cuenta analíticamente de la diversidad sociocultural, es así como conceptos como polifonía, ritmo, perspectiva, timbre, sonoridad, enunciación, metáfora, mimesis, tropos, dialogía, poética, retórica, etc., inundan el lenguaje del teórico, mientras que el discurso etnográfico se ve a su vez plagado de experimentos verbales más cercanos al giro metafórico que a la clasificación científica.

Este proceso contemporáneo de redescubrimiento de las posibilidades del concepto estético ha generado, a su vez, una reivindicación de la particularidad, desde una suerte de 'fundamentalismo etnográfico', pero en nuestra opinión ello, al estar asociado a una posible y supuesta disolución del sujeto, tiende a convertir a la antropología en un género discursivo con pretensiones de interpretación textual, mas centrado en el tema de la comunicación intercultural, entendida como encuentro de textualidades, que en un verdadero empirismo de corte conductista. La antropología se constituye entonces en una ciencia de la diversidad, sin teorías universales y sin comparación etnológica.

Esta superestructura semántica que reivindicaba la etnografía, y que hoy es reemplazada por otra que entiende a la temática antropológica como un hecho textual más que social, surge desde una 'episteme'<sup>4</sup> específica y ésta es la de la disolución del sujeto y de la fragmentación de sentidos, asociada a la crisis de los megarelatos diagnosticada por Lyotard.<sup>5</sup> Ello relaciona el actual discurso antropológico con una episteme puntual propia de la volatilidad de la condición postmoderna, siendo la meta de la antropología generar encuentro comunicativo desde el reconocimiento de la especificidad. Clifford Geertz, el paladín de la antropología postmoderna, ha utilizado el concepto creado por

---

<sup>4</sup> La utilidad del concepto foucaulteano de episteme, deriva de su vínculo tanto con el concepto de estilo en términos estético literarios como en su relación con el concepto filosófico de 'teoría del conocimiento' y el de 'estilo cultural' definido por Kroeber en una perspectiva antropológica. La próxima tarea en nuestro programa de investigación será reflexionar sobre el vínculo semántico e histórico entre estas categorías.

<sup>5</sup> De nuestra lectura de 'La condición postmoderna' debemos destacar el tema de la clasificación de discursos en este libro. El tema de la clasificación adquiere una dimensión tanto política como epistemológica, en tanto la 'fragmentación' derivada de la crisis de la racionalidad occidental, desde conceptos como el de 'juegos de lenguaje' donde la pragmática del proceso comunicativo determinará el modo tanto en que se organice el significado para obtener o conceder poder, como también el modo en que el reordenamiento dirigido a establecer relaciones entre los textos determina modos distintos de conocer, así, sin siquiera soñarlo, nos vemos expuestos a la explosión de las clasificaciones, empeñados candorosamente en ubicar nuestras textualidades específicas en un universo de significaciones. La fragmentación consume al hablante, agotándolo en la reafirmación de la especificidad de su texto.

Paul Ricoeur de “refiguración”, asumiendo una mimesis tercera aplicable específicamente a la interpretación de discursos históricos, refigurar es usar en términos riquereanos, la libertad de interpretar una textualidad.<sup>6</sup>

Es aquí donde la analogización estética permite entender el propio cuestionamiento ontológico respecto a la disciplina antropológica como un tipo de comprensión textual, el sujeto diluido a nivel del actor por el pensamiento postestructuralista, llega al plano de la interpretación, esta vez reivindicado en su condición de sujeto que interpreta un texto desde su individualidad y su libertad.

La propia pregunta respecto del carácter de la actual praxis de la disciplina llega a ser un ejercicio interpretativo, donde la analogía estética orienta a quienes la utilizamos, a entender definitivamente a la antropología como una textualidad, ello no solamente porque la antropología sea o pueda ser una “semiótica de la cultura”, sino por que se trata de una hermenéutica cultural, es decir, por que se vive un proceso mucho más complejo que la mera semiotización, el camino hermenéutico resitúa el problema del sujeto, al menos en estos planteamientos de Geertz, y obliga a pensar a la antropología como un género textual de inspiración hermenéutica donde el sujeto tiene aún un papel, sin embargo, cabe preguntarse ¿Por cuanto tiempo?

### 3. LA PORFIADA DEFENSA DE LA TRADICIÓN DEL DISCURSO: ¿CON QUÉ PALABRAS ENUNCIAR LAS NUEVAS DIVERSIDADES?

La antropología, se origina en el intento de explicar, interpretar y predecir fenómenos sociales y culturales derivados directamente de la revolución industrial, y de la necesidad de materias primas logradas por medio tanto de la colonización interna como de la búsqueda en ultramar, esta ciencia surge, por lo tanto, desde la necesidad de dar cuenta de aquellas culturas caracterizadas como “bárbaras” o “salvajes” debido a que sus expresiones culturales, tanto

---

<sup>6</sup> Para esta específica lectura de Ricoeur nos apoyamos en lo planteado por el Dr. Hernán Neira en el curso de tipologías discursivas del Doctorado en Ciencias Humanas de la Universidad Austral de Chile.

<sup>7</sup> En nuestra opinión, la opción entre una hermenéutica centrada en el ser y una hermenéutica centrada en el sentido es un tema no resuelto por la antropología postmoderna. Respecto de esto véase nuestro artículo: Los últimos poetas de la aldea. La antropología poética como posibilidad hermenéutica. *Actas III Congreso Chileno de Antropología*, Tomo I. Santiago, 1999.

en el plano material como ideacional fueron y son, en muchos casos, radicalmente distintas de las formas culturales propias de la modernidad.

Curiosamente, también la antropología se hace directamente deudora del concepto de “buen salvaje” definido desde el pensamiento Russoniano, que apuesta a la utilidad de la comprensión de la diferencia socio cultural, particularmente fuera de los límites de la modernidad, como alguna vez afirmó categóricamente el propio Lévi-Strauss asumiendo así el entronque romántico e ilustrado de la antropología. Ilustrado como teoría organizada de la cultura y romántico como búsqueda de la tradición asociada a la conformación del estado-nación europeo moderno.

Hoy lo que caracteriza al discurso antropológico es su preocupación por la diversidad como constante universal, de producción, circulación y consumo de significaciones en tanto... “Lo distintivo del saber antropológico no es ocuparse de pueblos “primitivos” o de etnias y comunidades tradicionales, sino estudiar las diferencias, la alteridad y las relaciones interculturales mediante la generación de informaciones directas” (García Canclini 1994: 129) y el estilo discursivo se caracteriza por un imperativo surgido desde la misma conciencia de lo universal y de lo diverso. Esta ética opera a nivel consciente en la antropología comprometida y a nivel solapado en la antropología hermenéutica y racionalista, como defensa y reivindicación de que lo único auténticamente universal es lo diverso y sobre esta base se deben construir los discursos, si aún se pretende hacer ciencia.

Por otra parte, la discusión entre el carácter de los valores y la objetividad del conocimiento antropológico, llega a guardar una directa relación con el imperativo ético subyacente a toda descripción etnográfica, consciente o inconscientemente, y la ambición científica holística de la propia antropología, situación que para algunos historiadores de la disciplina se constituye en un problema “metateórico”. Es en este terreno donde en las últimas décadas se ha producido un creativo diálogo entre antropología y hermenéutica, justamente centrado en el problema metateórico de los valores, los que serían simultáneamente objeto de estudio y forma de “comprender”. El tema de la comprensión inunda la enunciación y el enunciado, y define el nuevo modo en que la superestructura textual se presenta en el discurso antropológico.

Muy involucrado en esta polémica, un colega chileno recientemente se hizo eco de ella, adoptando una postura de corte fundamentalista desde criterios de demarcación de corte analítico, específicamente desde la propuesta de Hempel, apelando a la demarcación de la ciencia antropológica y se empeña en combatir dos apreciaciones propias de la antropología postmoderna, que desde Geertz definen el actual proceso de semiotización de la antropología: “la



antropología debe abandonar el camino de la explicación para seguir el camino de la hermenéutica y que la cultura — el principal objeto de estudio de la disciplina — es un fenómeno semiótico” (Osorio 1998). A nuestro entender ello constituye una caricaturización de la hermenéutica cultural de Geertz y pretende, desde una suerte de empirismo trascendental, reivindicar los viejos temas de la antropología positivista, esto es, acumular verdad desde un modelo de explicación que emule a las ciencias naturales. Mas allá del innegable aporte de la hermenéutica y principalmente de Ricoeur en el pensamiento de Geertz, principal representante de esta antropología situada desde la filosofía del lenguaje, a nuestro parecer reducir la visión de Geertz de la cultura a una categorización semiótica es no entender el aporte de Geertz, en el sentido de asumir desde un cuestionamiento metodológico que desde el concepto de “descripción densa” supera el emic y el etic, un tipo de visión que entiende a la cultura como un fenómeno básicamente epistemológico, que llevado al plano de la teoría hermenéutica se constituye en una problemática de corte ontológico.

La pregunta por lo observado se une a un concepto de cultura que la asume como un modo de comprender o “perspectiva”. La reedición en Geertz de la tradición comprensiva, desde el aporte de la hermenéutica histórica, unido al humanismo de Ricoeur, es una salida para el atolladero que el postmodernismo ha implicado en su crítica de la nomología.

#### 4. EL DISCURSO ANTROPOLÓGICO COMO GÉNERO: SU ORIGEN EN LAS FUENTES PRIMARIAS PARA CONFIGURAR DISCURSO SECUNDARIO

Util es el aporte de Bajtín en lo que respecta a su concepto de género discursivo, sobre todo en la perspectiva de aportar desde allí a la reflexión en torno a la discursividad antropológica. En este sentido Bajtín distingue entre géneros discursivos primarios y secundarios, los segundos surgirían de condiciones de comunicación cultural más compleja, que para desarrollarse deben, sin embargo, absorber muchos discursos primarios surgidos desde la comunicación inmediata.

Si es posible considerar al discurso antropológico como un género discursivo surgido en gran medida desde voces primarias, en tanto asume las instancias más elementales de la comunicación, producidas tanto en el sistema cultural objeto de análisis como en el sistema cultural del propio antropólogo, entonces nuestra tarea consistirá en identificar estas fuentes.

Ellas surgen muy probablemente del habla tanto cotidiana como literaria contemporánea al escritor-antropólogo, y surgen evidentemente del modo

consciente o inconsciente en que el discurso antropológico es influido por la enunciación de los propios sujetos investigados, sin que exista en muchos casos conciencia de la ingerencia de estas fuentes primarias en la propia textualidad. El emic siempre ha influido al discurso antropológico, aún en las textualidades de inspiración teórica más positivista, y paradójicamente el discurso antropológico más “emico” nunca ha podido abandonar las fuentes primarias de las que el enunciador antropólogo es portador.

El texto antropológico se constituye como género secundario, es decir, como un tipo de género científico, desde estas voces primarias que definen su textualidad. No son sólo su objeto de estudio, sino también la materia prima de su construcción científica en el plano verbal. El modo de operar de estos discursos primarios se relaciona más con la elaboración del sentido común que con un proceso de formulación racional de textualidad. En este tipo de discursos existe, por tanto, una escisión entre el nivel teórico que junto a la tradición disciplinaria va definiendo los accesos heurísticos a la realidad y la discursividad antropológica, la cual transitando por otros rumbos, se debate entre la fuerza convocante de la teoría y las articulaciones de sentido común que a nivel discursivo van definiendo los estilos narrativos.

Nos permitiremos decir que la gran pobreza de la reflexión de la Antropología, sobre si misma, es el preguntarse tan sólo por sus transformaciones teóricas y metodológicas, y no por sus enunciados concretos generados en procesos de enunciación, definidos desde géneros primarios, donde el argot de la calle se entremezcla con las sedimentaciones del habla culta, la que bajo la forma del texto literario aborda al texto antropológico, incluso en forma velada, sorpresiva e imperceptible.

Lo anterior se relaciona estrechamente con el concepto de “estilo”, si bien antropológicamente el concepto de estilo se relaciona más con corrientes culturales y con las epistemes (en el sentido de Foucault), al trabajarlo desde el terreno de los tipos textuales podríamos, junto a Ciapuscio, considerar necesario relacionar el estilo con el género discursivo... “los estilos llamados lingüísticos o funcionales son en realidad estilos genéricos de determinadas esferas de la actividad y comunicación humana” (Ciapuscio 1994: 24). Cabe destacar la relevancia de la tarea de identificar esas fuentes primarias, que aún continúan definiendo la discursividad antropológica, que la constituyen como un género textual autónomo, pues es allí donde se encuentra la esencia del carácter del tipo antropológico, en tanto es desde esta esfera desde donde se define la superestructura semántica que dará sentido y perfil a la textualidad antropológica. Brioschi y Di Girolamo, citando a Hymes, dicen que el término estilo... “implica una elección entre alternativas con referencia a una finalidad

o marco común; de esta manera puede aplicarse a cualquier nivel de análisis” (Brioschi y Di Girolamo 1988: 74). Por lo pronto afirmaremos que el estilo del discurso antropológico se ve fuertemente influido por fuentes primarias, de forma probablemente más definida y rotunda, que por la propia teoría antropológica.

En el contexto de la antropología clásica, se pensó que era posible definir una tipología desde los textos mismos en función del propósito de generar taxonomías autónomas de los procesos de elaboración textual. Un errado camino que en sí mismo suele ser equívoco para los géneros textuales secundarios, en tanto queda patente y no sólo para la clasificación de los discursos científicos como... “Algunas teorías lingüístico textuales supusieron que la construcción de una tipología se lograba automáticamente, ni bien la teoría estuviera en condiciones de dar cuenta de las relaciones estructurales y funcionales complejas de los textos. Por otro lado, se pensó que una tipología será asequible por la vía inductiva, es decir, a partir del análisis de clases de textos particulares y su posterior generalización” (Ciapuscio 1994: 26).

Desde nuestra perspectiva, la antropología actual es un tipo de discurso que deambula entre el recurso analógico estético y su adscripción a la textualidad científica propia de la lingüística y las ciencias naturales, nutriéndose para ello de discursos primarios que deambulan en el contexto cultural del antropólogo y que, desde la superestructura textual que apela a la reivindicación de la diversidad, intenta constituirse, de manera bastante heterogénea y disímil, en un tipo de discurso científico. Muy comúnmente la categoría lingüística o científica natural llega a la enunciación antropológica más como una articulación de sentido común que como un recurso discursivo por el que opta sistemática y racionalmente. La separación entre etnografía, etnología y antropología teórica tiende a desdibujarse en la medida en que este discurso se va transformando, desde la segunda mitad del siglo XIX, con el sistemático agotamiento tanto de cientificismo racionalista como empirista.

Como ha planteado Van Dijt... “Con todo hay que subrayar que una diferenciación empírica de los tipos de texto por parte del hablante, y por ello también una tipología teórica de los textos, no sólo se basan en las superestructuras, sino también en el contenido, es decir, en la macroestructura, en las estructuras estilísticas y retóricas, en funciones pragmáticas y funciones sociales. Una tipología textual sería sólo puede pasar al orden del día después de otras investigaciones sociológico textuales” (Van Dijt: 166). De la diferenciación empírica de los tipos de discurso a la diferenciación del contenido, la antropología puede distinguirse en los tres tipos de géneros clásicos (etnografía, etnología y antropología teórica). Ello en la perspectiva de la antropología

clásica representaría una diferenciación desde los géneros de este discurso, pero ello resulta un tanto inútil desde la consideración del nivel macroestructural real y concreto, particularmente en lo que se refiere a las estructuras estilísticas y retóricas, pues a este nivel la etnología como empresa se diluye y se nos presentan otros tipos discursivos. Ya la etnografía no apuesta a que cuenta la verdad y sólo la verdad, y la teoría ya no se erige como inmutable.

Intentando superar el plano meramente semántico, creemos oportuno dar cuenta de las transformaciones de este discurso, dividiéndolo en tres etapas, que a nivel diacrónico nos parecen significativas respecto de las transformaciones que dan origen al actual discurso antropológico en occidente, no obstante ellas representan un hilo conductor que le da su perfil discursivo al texto antropológico, esto es, su preocupación por la diversidad en el plano de la enunciación como perspectiva que define la labor antropológica y, en el plano del enunciado, como textos producto de esta "actitud antropológica". Evidentemente no nos preocupa como evolución de los significados y de los sentidos, sino de las transformaciones semióticas en el plano de la enunciación y del enunciado, que dan como resultado la tercera de estas etapas. Es decir, un discurso antropológico centrado en la diversidad que se niega a la comparación sigue siendo ciencia, porque intenta describir y comprender en el plano del enunciado. Sin embargo, la enunciación renuncia, a priori, al concepto aristotélico cartesiano de verdad.

## 5. DE LA EPOPEYA A LA LÍRICA

Intentado evadir el plano de la discusión teórica, pero centrados en la asunción del discurso antropológico, pensamos que éste se define hoy en occidente por una tendencia que puede ser sintetizada en base a dos afirmaciones, ambas planteadas por Foucault, como siempre oportunas cuando se trata de poner en duda e incisivas como un alfiler del cual cuelga un manifiesto: "el hombre no es el problema más antiguo ni el más constante que haya planteado el saber humano.<sup>8</sup> Podría apostarse a que el hombre se borraría, como en los límites del mar un rostro en la arena" (Foucault 1968: 375).

---

<sup>8</sup> En este punto nos aproximamos, como el lector ya percibió, a la lectura de Antonio Gramsci respecto a la relación entre discurso y sentido común. Falta aún una reflexión más detallada, realizable en otro trabajo. Valga por lo pronto como una intuición que complementa la aproximación que desde Bajtín hacemos a los géneros primarios y su influencia en los secundarios.

Desde estas dos premisas podemos asumir al discurso antropológico como un género discursivo de reciente aparición, con un objeto o epicentro textual progresivamente diluido, y cuyo destino es reformarse como una textualidad preocupada de otras textualidades. Su epicentro estaría dado por su posibilidad de dar cuenta de la diversidad desde una perspectiva centrada en la diversidad misma, de modo que la diversidad no sólo se constituye en un tema a nivel superestructural sino que lo define como género a nivel de la macroestructura.

Este discurso, como hemos afirmado, ha pasado desde la analogización organicista, o al menos naturalista, a otra lingüística, y su ruta se traza hoy desde la analogización estética, siendo los dos tipos textuales primordialmente existentes el epopéyico y el lírico.

Si asumimos a la epopeya en términos de Bajtín como un tipo de narración centrada en la figura arquetípica de héroes y personajes, representados en términos más bien prototípicos, extrañamente muy cercanos al estilo de los arquetipos racionalistas. Esta epopeya es para nosotros una elaboración con carácter de entelequia, que representa la realidad pero que no es la realidad misma. Aquí es donde de paso podemos ver como el propósito del discurso antropológico ha sido compartido por disciplinas como la sociología, particularmente en el contexto latinoamericano.

Muy preciso ha sido José Joaquín Brüner, en el sentido de afirmar que el modo en que la ciencia sociológica se definía como narración centrada en actores y movimientos sociales vive su “crepúsculo”. Con ello podemos asumir también que esa antropología definida desde los límites del desarrollismo y la suposición de identidad entre estructura y valor también vive su declinación. Corrientes como la antropología poética chilena y el postmodernismo etnográfico norteamericano no son sino expresión de que la dimensión epopéyica del discurso antropológico se encuentra, al menos parcialmente, agotada. Ya no basta con enarbolar significantes como pueblo, indio o campesino. Los escenarios sociales definidos desde la globalización aceleran a tal nivel los procesos de configuración de sujetos y actores, y radicalizan de manera tan extrema la síntesis e hibridación, que no cabe más que perderle la confianza a los tipos ideales de carácter epopéyico, pues ellos desgraciadamente resultan inadecuados par dar auténticamente cuenta de la dinámica del cambio.

Si asumimos con Bajtín que en realidad... “los estilos lingüísticos o funcionales no son sino estilos genéricos de determinadas esferas de la comunicación humana” (Bajtín 1989: 252), entonces la epopeya antropológica se nos presenta como un estilo lingüístico funcional a la necesidad de caracterizar actores y movimientos sociales, en la cual los héroes arquetípicos y sus an-

danzas no representan otra cosa que la dinámica de los procesos socioculturales, como en el héroe de la epopeya mitológica identificada por el folklorista. Indio, pueblo, obrero, mujer, joven, burguesía, etc., se nos presentan como actores de una trama epopéyica, cuya narración resulta en la enunciación de un discurso y en un enunciado cuya utilidad se desdibuja en la medida en que se aleja de una discursividad literaria y se compromete con la idea tradicional de verdad científica.

Por otra parte, si asumimos a la lírica como un género primordial, el que expresado en la tragedia estuvo, como plantea Nietzsche, más cerca del ser y menos capturado en el sentido, en la lírica estaría la posibilidad de un pensar no decadente, auténticamente centrado en el ser-del-mundo, quizás en el ser de una cultura. Para Kurt Spang la lírica, en términos genéricos, es un conjunto de estructuraciones verbales posibles de clasificar de distintos modos. Por nuestra parte, destacaremos un tipo de formación lírica, la que Spang caracteriza como “monológica e intimista” (Spang 1993).

De los diversos modos, muchos de ellos más sociales, pensamos que este tipo de expresión lírica es la que define de mejor forma el actual rumbo de la textualidad antropológica. No se trata ya de una epopeya, ni de una lírica afincada en la vivencia colectiva, sino del sujeto situado frente al cosmos, en este caso frente a la cultura, que define su discurso antropológico desde la especificidad de su vivencia. El recurso ontológico a la pregunta por el observador, perspectiva inherente de toda hermenéutica antropológica, llevan al antropólogo ya sea a nivel de la teoría o de la descripción etnográfica, a constituirse en un hablante lírico que expresa una peculiar e íntima visión. El paso desde la pretensión de explicar a la de comprender hacen descartar la pretensión de configurar un discurso epopéyico, para abrir el camino a un discurso que de tan hermenéutico se convierte, cuando se radicaliza, en una lírica intimista. Esta lírica cumple una función, como discursividad antropológica, lo mismo que la lírica como género literario, esto es... “la plasmación verbal de las vivencias íntimas del individuo, una plasmación que se entiende como liberación en la palabra y a través de la palabra” (Spang 1993: 64).

## 6. LA APERTURA A LA EPOPEYA EN LA ANTROPOLOGÍA CLÁSICA COMO RUPTURA CON LAS HUMANIDADES

Curioso, y al mismo tiempo útil, es el recordar que en sus inicios el discurso antropológico hizo uso de un tipo de descripción fuertemente estética, desde autores como Rousseau o Frazer. La crisis de este estilo discursivo tuvo que ver con su incapacidad para generar un discurso homogéneo que

posibilitara la acumulación de verdad, se trató de un discurso capturado en su aparente originalidad, pero al cual se le acusó de no permitir “contar” el conocimiento científico.

Siguiendo a Sahlins,<sup>9</sup> podemos destacar, a manera de ejemplo, al clasicista James Frazer, formado en la mitología y en la teología, quien define su textualidad desde las humanidades, y al hablar de religión nos remite a su propia religión, la cristiana. Es un sujeto que escribe desde su cultura respecto de otras culturas y no intenta siquiera ocultarlo, así, nos habla del Festival del Rey de Sacaea, emulación (no sabemos si consciente o inconsciente) de la pasión de Cristo según San Mateo... “Toman a uno de los prisioneros condenados a muerte y lo sientan en el trono del rey, y le ponen la vestimenta del rey y le permiten dárselas de gran señor y beber desenfrenadamente y usar las concubinas del rey durante esos días y nadie le impide hacer lo que le gusta. Pero después lo desnudan y lo azotan y lo crucifican” (Frazer 1967: 183).

En alguna parte el hilo discursivo se cortó y evidentemente ello guarda relación con transformaciones en la racionalidad occidental, que no son en sí tema de este trabajo, no obstante, el texto vive en esta ruptura y reconstrucción; reconstrucción que fue determinada por la invención nomológica. Es el intento a nivel de la enunciación de generar enunciados, que bajo la forma de la comparación del dato etnográfico, generaran un discurso cuya consecuencia fuese un tipo de enunciado con validez de ley universal. En rigurosa imitación, la lógica subyacente a la física invade, a nuestro parecer ya en forma extemporánea, al naciente discurso antropológico, para luego adscribirse, desde el funcionalismo y el marxismo evolucionista, en un discurso que se suma a los cánones de la discursividad científica, suponiendo que por medio de un proceso sistemático de inducción o de deducción se generarían categorías con repercusión universal y nomológica. El resultado fue una clausura en la aceptación a la especificidad cultural, negando la legitimidad de lo afirmado desde la consideración de esta especificidad.

El intento de lograr leyes universales responde, en el plano de la enunciación, a una pretensión ideológica de elaborar categorías que desde tipos ideales, en el sentido weberiano, logre constituir a la ciencia como un proceso sistemático de acumulación de verdad. Desde la concepción Kantiana de la existencia de modelos, lo que en términos de la elaboración racionalista significó la elaboración de conceptos y asociaciones de conceptos (discursos) fundamentados en la condición de posibilidad (pero que antes que nada son abstracciones), ello permitió definir teorías de la cultura tanto al servicio de la

---

<sup>9</sup> Aclaremos que el corte es nuestro.

modernidad, de la racionalización, como de la modernización industrializadora, ello en la perspectiva de construir discursos capaces de dar sentido a los procesos de cálculo racional propios del mundo moderno. Pero la paradoja se da en tanto lo anterior sólo pretende dar sentido a un discurso cuya textualidad resulta en enunciados que no pueden salirse de la textualidad literaria.

Se vive esta contradicción debido a la subsistencia de una ideología que legitima el discurso. En términos de la sistematización hecha por Segre en lo que respecta al análisis del texto literario, es evidente que el discurso antropológico conlleva una elaboración de corte ideológico, que define la selección semántica de las palabras en lo que respecta a su asociación y al sentido dado a éstas, lo que en términos de Bajtín serían los “ideologemas” o en términos de Barthes sería la “écriture” y que, en términos generales, son los modos de relacionar texto y sociedad en los cuales... “toda concepción del mundo, y cada una de las ideologías que se conjuran para instituir nuevas concepciones del mundo, implican determinados usos lingüísticos, y marcas estilísticas” (Segre 1985: 83).

En esta etapa clásica, la que dicho sea de paso es la más conocida de la textualidad antropológica, cuyo período de auge y constitución se encuentra en la primera mitad del siglo XX (aunque existan autores que aún lo reivindican), se nos presenta un tipo discursivo a nivel filosófico de corte empirista, transparente y claro como un cristal, oscurecido a veces por oscuros tecnicismos, pero que consciente de la necesidad de comunicar, hace suyo el llamado de la escuela analítica, y particularmente de Russell a superar la oscuridad del lenguaje, diseñando conceptos simples en su formulación, enraizados en la analogía organicista, que por lo general conciben a la sociedad como un cuerpo vivo, con órganos, miembros, articulaciones, un tejido social y por supuesto, al estilo de Durkheim, el discurso reconoce la patología, tal como la patología de un cuerpo que se enferma y debe ser sanado. La textualidad se concentra en describir el modo en que la sociedad se mantiene estable dentro de ciertos rasgos generales. Ejemplo de ella es esta afirmación canónica de Durkheim sobre la función social de la religión... “bajo todas las formas, tiene por objeto elevar al hombre por encima de sí mismo y hacerle vivir una vida superior... las creencias expresan esta vida en términos de representación; los ritos organizan y regulan su funcionamiento” (Durkheim 1968: 423).

En este tipo de textualidad es ante todo el hecho empírico el que se destaca, y su descripción desapasionada es el parámetro para evaluar un texto científico... “Hay que atenerse a los hechos y ejercitar la imaginación, pero jamás dejarse envolver personalmente por la situación hasta el punto de no ser capaces de distinguir entre los hechos empíricos y los propios conceptos



analíticos” (Leach 1971: 50), de manera tal que en la labor antropológica debiese primar un criterio inductivo que integre categorías teóricas sobre la base de un trabajo de campo intensivo, de forma tal que sean los hechos los que señalen los conceptos que permitan la interpretación científica en antropología.

Definido este discurso desde el estructural funcionalismo que conlleva implícitamente valores en pro de la racionalización moderna de las relaciones sociales, y en pos de la modernización industrializadora en los países periféricos, este discurso enarbola la bandera de la objetividad y se resiste a todo cuestionamiento ontológico de los sistemas observadores. No obstante, su suposición respecto de la existencia de identidad entre estructura y valor, es decir entre sociedad y cultura, lo unen, al menos en el plano estilístico, al marxismo más estructural, al modo de un Luis Althusser en su relectura del capital, donde la “penetración del tejido social” o “la orgánica del proletariado” son tipos de figuras recurrentes.

Si a nivel teórico estructural, funcionalismo y marxismo estructural se bifurcan, en el plano discursivo se encuentran. Su lectura mecanicista los hacen recurrir al recurso retórico definido desde la analogía organicista, curiosamente, o más bien lógicamente, el estructuralismo marxista, aunque historicismo, también entiende a la sociedad como un cuerpo vivo, con las partes de este tipo de fenómenos y por ello con su inevitable decadencia. Esta dimensión teórica guarda para nosotros una estrecha relación con el estilo discursivo, recurriéndose constantemente a la analogía organicista y configurando un tipo de texto centrado discursivamente en el funcionamiento de la estructura. Discursivamente la única diferencia entre estructural funcionalismo y marxismo tiende ser el papel que este último le da al conflicto, papel que el funcionalismo le niega. Ello no sólo define el argumento, sino el estilo del texto antropológico desde estas escuelas. Poco importa la distinción teórica al momento de enunciar un discurso, los recursos narrativos tienden a ser los mismos.

¿Qué unifica al positivismo estructural funcionalista y al marxismo estructural en términos discursivos? Su desesperada necesidad de analogizar orgánicamente, lo cual los convierte en un tipo de corriente distintos a nivel epistemológico y teórico, pero hermanas en su sistemático rechazo del recurso estético. Este se presenta más bien como una digresión, producto de la desesperación del autor frente a la no existencia de neologismos para explicar la realidad.

Es el caso de la retórica de autores como Malinowski, quien recurre al concepto estético cuando no puede, desde la analogización organicista o mecánica, explicar su emoción o idea. Recurre a él como quien asume un pecado de manera consciente y solapada. Conocida es la historia del diario íntimo de

Malinowski, pariente pobre de su diario de campo durante su estancia en las Islas Trobriand, el que se tituló acertadamente, al momento de ser publicado luego de la muerte de su autor, como “confesiones de ignorancia y fracaso”. Allí el florido lenguaje del naturalismo de Zola y la retórica imaginativa de Joseph Conrad deambulan libremente. Los tiempos no estaban maduros para fusionar ambos diarios, y sus contradicciones revelan la debilidad para representar isomórficamente lenguaje, pensamiento y realidad. El más clásico de los autores estructural funcionalista, el más científico de los autores, tambalea en la imposibilidad de comunicar y expresar desde la analogía orgánica. Su analogización estética es un feliz pecado, cuidadosamente encubierto.

El estilo epopéyico se entroniza, definiendo un discurso preocupado de la dinámica de la sociedad y de la cultura, al estilo de la narración de un mito escatológico que cuenta del cosmos y le da sentido.

## 7. LA CRÍTICA CULTURAL COMO ESTILO DISCURSIVO

En esta etapa iniciada a mediados de siglo, el texto se pone netamente al servicio del contexto. Así, el discurso antropológico, primero en América Latina, y luego en Norteamérica, pasa a constituirse a nivel semántico en una antropología comprometida, asociada a teorías críticas de la sociedad, cuyo interés es generar cambio social con fines o bien promocionales o bien francamente revolucionarios. Este discurso tiende a no diferenciar el proceso de generación de conocimiento con el proceso de transformación de la realidad, unificando estos niveles en propuestas como la de la investigación acción o la evaluación iluminativa. Su valuarte son los métodos cualitativos y su discurso se define desde un nudo argumental de corte dialéctico e histórico.

Citemos a dos representantes, aún actuales, de este compromiso: Para Lourdes Arispe el término indio sirve para denominar... “a todo aquel susceptible de convertirse en sujeto de explotación” (Arispe 1988). En el caso del actor indígena el paso desde... “el indio tribal al indio genérico define la radicalidad de la dominación” (Ribeiro 1981: 34).

Desde aquella discursividad definida desde el empirismo científicista, crítico de los relatos de segunda o tercera mano se desarrolla, tanto en los países centrales como en los del tercer mundo, un discurso que se define desde un eje valórico angular, esto es, la premisa de que es la modernización el modo más adecuado de mejorar substantivamente las condiciones de vida de gran parte de la humanidad. Sobre la plataforma de un discurso fuertemente enraizado en el relativismo axiológico, se define una posición centrada en la generación de cambio social en pos del primero, del desarrollo, y luego del “etnodesarrollo”.

No obstante, esta enunciación se centra en el “cambio socio-cultural” desde un tipo de argumentación implícita, la que no sólo define la reflexión conceptual sino el modo mismo de escribir la antropología.

Se trata de una ciencia al servicio del cambio desde la suposición de identidad entre estructura y valor. La retórica del cambio inunda la discursividad. Es una textualidad que se ha realizado a partir de una dicotomización entre los conceptos de sociedad y cultura, a partir de comprender a la sociedad, desde el racional iluminismo, como la estructura u orden acordado, y a la cultura como el conjunto de valores que articulan el orden social, manteniéndose dentro de las claves del racional iluminismo el pensar... “que existe una necesaria identidad entre estructura y valores”... tendiéndose a... “sustituir el análisis de los valores por el análisis de la maximización del equilibrio... lo cual estaba inscrito en las mismas ideologías modernas nacidas de la Ilustración” (Morandé 1987: 67), teniendo lo anterior profundas repercusiones en el tratamiento discursivo del sujeto popular, en tanto permite independizar su estudio del estudio exclusivo de la estructura social. Se define una textualidad en la cual la epopeya define los arquetipos con que se enuncia el “actor popular”.

Este discurso antropológico, a partir de concebir esta supuesta identidad entre estructura y valor, definió un tipo de concepción ideológica que tiñó su discurso de héroes y villanos y en la cual... “se estableció como punto de partida un concepto central donde convergen el análisis funcional de la sociedad y el análisis de los valores. Tanto el pensamiento liberal iluminista como el pensamiento marxista parten de la idea de la convergencia de ambos planos y tratan la diferencia entre las relaciones estructurales — funcionales y los valores como una apariencia detrás de la cual existe una identidad de los dos planos” (Hinkelammert 1970: 169).

Al fusionarse la enunciación de los valores con la enunciación de la lectura de la estructura social, el sello distintivo de este discurso crítico se define desde su caracterización dialéctica de la realidad, lo que repercute en la narración realizada. Aún se habla en el plano de la epopeya, y aquí es la instancia donde la epopeya se radicaliza, más villanos y más héroes pueblan el texto, el cual expresa movimiento en tanto él mismo se mueve en el espiral de la radicalidad de la propuesta.

Cuesta pensar un momento donde la antropología tenga un discurso más propio de la epopeya.

## 8. LA ANTROPOLOGÍA COMO DISCURSO SOBRE LOS DISCURSOS: EL GIRO HERMENÉUTICO

Las textualidades antropológicas de corte hermenéutico como lo son la descripción densa de Geertz, el diálogo polifónico de Tyler o la antropología poética de autores chilenos como Juan Carlos Olivares o Pedro Mege, pueden ser caracterizadas desde su intento por acceder al “ser” de la cultura, aunque su propuesta se define desde una perspectiva más bien valórica, siendo lo valórico el eje de su discursividad, y la elaboración metafórica el recurso narrativo preferente.

Autores anteriores al estructuralismo generan el desconcierto necesario para reorientar profundamente la textualidad antropológica. Ya en la década del cincuenta el gran Jean Duvignaud auguraba el destino actual del discurso antropológico afirmando... “El viejo Hegel decía que si la realidad nos parece irracional, para comprenderla necesitamos inventar conceptos irracionales. Senda difícil, con frecuencia inquietante. Pero la fiesta es inquietante” (Duvignaud 1960: 5).

En nuestra opinión, el giro hermenéutico es impensable sin el proceso previo vivido por el discurso antropológico que asumía categorías lingüísticas. El estructuralismo francés, desde “Tristes Trópicos” a los más complejos análisis estructurales del mito o el parentesco, allanaron el camino para la apertura de la comunidad antropológica hacia una discursividad hermenéutica. De allí la importancia de las analogizaciones de corte lingüístico tales como... “las reglas del matrimonio son los aspectos complementarios de un sistema de intercambio por medio del cual se instaure y mantiene la reciprocidad entre las unidades constitutivas del grupo” (Lévi-Strauss 1981: 31). Estos textos técnicos y herméticos abrieron la posibilidad del discurso hermenéutico en antropología, en tanto comenzaron a enunciar desde el lenguaje mismo.

Mucho nos ha entregado la escuela francesa y es a nuestro parecer con Pierre Bourdieu cuando la discursividad antropológica asume la textualidad analógico lingüística simultáneamente, pues intuye y utiliza otro tipo de construcción textual abierta a la hermenéutica, casi como sin querer, pero dando libertad a la enunciación y, por ello, presentándonos un texto enunciado mucho más libre. A manera de ejemplo, cuando Bourdieu reflexiona sobre el fenómeno educativo, lo hace con este tipo de discurso... “El rendimiento diferencial de la comunicación pedagógica remite a la desigual distribución, entre las clases sociales, del capital lingüístico escolarmente rentable... El valor sobre el mercado escolar del capital lingüístico del que dispone cada individuo está en función de la distancia entre el tipo de capacidad simbólica exigida por

la escuela y la capacidad práctica del lenguaje debido a su primera educación de clase” (Bourdieu 1987). En este plano, desde la posibilidad de juego del actor, el discurso enuncia la necesidad de una etnografía que supera la mera analogización lingüística. Se trata de un tipo de discurso centrado en la etnografía y definido desde un particularismo cuestionador de la nomología.

Por su parte, en el planteamiento etnográfico de Geertz, la pregunta ontológica al interior del discurso etnográfico se debe fundamentar en un profundo cuestionamiento en torno a las posibilidades mismas de la escritura etnográfica conectando los planos científico interpretativo con el estético propiamente tal. Es así como al referirse al concepto de “estar allí” se refiere a “la ilusión de que la etnografía consiste en hacer encajar hechos extraños e irregulares en categorías familiares y ordenadas — esto es magia, aquello tecnología — lleva tiempo siendo explotada. Lo que pueda sustituir a esto resulta, sin embargo, menos claro. Que pudiera ser un cierto tipo de escritura, de transcripción, es algo que de vez en cuando se les ha ocurrido a los relacionados con su producción, su consumo o a ambos por igual. Pero el análisis de la etnografía como escritura se ha visto obstaculizado por consideraciones varias, ninguna de ellas demasiado razonable” (Geertz 1989: 11).

El abandono del estilo discursivo de la perspectiva clásica marxista y positivista, y de la postura crítica centrada en la generación de cambio, son a nuestro parecer insumos que permiten hablar de una nueva discursividad antropológica definida desde el plano hermenéutico, la que transforma radicalmente enunciación y enunciado en esta disciplina. Algunas Preguntas dentro y fuera de Contexto desde el Giro Hermenéutico: ¿Será posible el alma del habla? Si el camino es la lírica para la discursividad antropológica, y es allí donde el sujeto es redescubierto, cabe así interrogarse sobre el actual papel del sujeto, preguntarse si acaso es inevitable la predicción foucoulteana respecto de la disolución del sujeto. ¿Acaso será la lírica antropológica, el texto antropológico emulando al texto poético literario, lo que terminará por diluir el sujeto? y dentro de esto mismo. ¿Qué consecuencias prácticas puede tener esto para la disciplina en su proyección social? Surge un cuestionamiento que aún no podemos abordar, solamente mencionar, como quien prevé un nubarrón (con posible carácter de tormenta) y no puede más que “mencionarlo”. Este artículo no hace predicciones, solo intuye futuras preguntas.

No obstante, en nuestro interés de profundizar en la opción lírica podemos afirmar radicalmente que ella se relaciona estrechamente con la opción hermenéutica, el acceso al ser que la hermenéutica pretende sólo se logra desde una lírica profunda que supere a la cárcel del sentido, ello es una problemática más teórica que tipológica, no obstante resulta sugerente el mencionar que la

disolución del sujeto, como consecuencia de la adopción de un opción textual de carácter lírico para la antropología, tiene profundas repercusiones en el plano ético, pero ello muchas veces oscurece y enreda la comprensión del real perfil del discurso de la antropología occidental reciente.

En un intento de polemizar con la perspectiva hermenéutica, Barbara Herrnstein desarrolla una ácida crítica a la ética de la interpretación que, desde una perspectiva hermenéutica, intenta imponer un tipo de interpretación textual. Sus dardos se dirigen contra lo que E. D. Hirsch denominó el “alma del habla”, empresa que conlleva expresar el significado y comprender lo que se intenta expresar. Deseo rescatar de este cuestionamiento la crítica que nuestra autora hace del intento hermenéutico de equiparar entre el discurso natural y el discurso ficticio: creemos junto a ella que... “aunque las intenciones de todos los autores son históricamente determinadas, los significados de todos los enunciados no lo son” (Herrnstein 1993: 150). Nuestras interrogantes siguen el camino de la pregunta por el modo en que el género antropológico, al traspasarse al plano de la textualidad lírica, puede reivindicar desde la caracterización de la diversidad, el significado de los enunciados.

Hoy podemos reivindicar a la antropología como un espacio etnográfico donde lo experiencial puede ser asumido en reemplazo de lo experimental o lo empírico. Las nuevas islas desoladas están habitadas por un texto que emerge de manera oral o en forma escrita, desde sujetos autoconscientes de su identidad étnica y que generan una textualidad desde un espacio de juego tan amplio como lo que corresponde a las obras plenamente insertas y, por ello, creadas dentro de los límites de las culturas tradicionales, hasta obras que expresen ya sea la yuxtaposición de categorías culturales o la síntesis entre la estética literaria occidental y las significaciones “emic”.

Es aquí donde James Frazer se rehabilita. La nueva etnografía se constituye desde la reivindicación del acceso multidisciplinario e interdisciplinario, desde el creciente acceso de los grupos étnicos a los medios de comunicación de masas, como a la educación formal, generando una posibilidad de encuentro intercultural mucho más simétrico donde la antropología representa el producto más profundo de la síntesis, o al menos de encuentro, entre estos grupos y el mundo globalizado moderno. Desde el reconocimiento de la particularidad, de carácter postmoderno, la antropología representa un espacio dinámico de reelaboración identitaria, donde la vida cultural de un grupo étnico puede presentarse nítida en su complejidad y actualidad, tanto simbólica como material. El nuevo etnógrafo frente a su computador caminará por los senderos de las significaciones, las islas perdidas son los textos que en el acceso multi-

disciplinario son descubiertas por el navegante de gabinete o de campo, teórico o etnógrafo.

El norteamericano James Boon en su libro “Other Tribes, Other Scribes. Symbolic Anthropology in Comparative Study of Cultures, Histories, Religions, and Texts”, plantea justamente la necesidad de resituar el análisis cultural más allá del empirismo o el cognitivismo. Para ello echa mano del concepto de interpretación desde una perspectiva webereana, donde la verdadera comprensión no involucra una confianza ciega en el trabajo de terreno, como tampoco una fe irrestricta en el habla del sujeto. Por el contrario, el acceso hermenéutico cultural propuesto por Boom pone al mismo nivel el análisis de terreno con el texto analizado en el escritorio, por ello nuestro autor nos invita a desacralizar el trabajo de campo.

Desde nuestra perspectiva, esta desacralización es plenamente posible, en tanto cabe preguntarnos ¿Qué extraño y prohibido procedimiento involucra el trabajo de campo que hace al investigador confiar ciegamente en la data obtenida? Como también podríamos preguntar ¿Qué es lo que nos permite asumir que lo dicho por el informante es plenamente comprendido por nosotros? ¿Cómo nos podemos introducir en la cabeza del otro?

## 9. CONCLUSIÓN

En la perspectiva de caracterizar tipológicamente el discurso antropológico contemporáneo, como texto enunciado y, dentro de lo posible, como proceso de enunciación, podemos afirmar que él se constituye desde la reivindicación de la diversidad, centrada en el nivel etnográfico, lo cual le hace buscar en la estética su sustento, superando la analogización de corte biológico o físico que pretendía, desde el discurso etnológico, elaborar un texto que formulara leyes universales de la cultura. La macroestructura es superada en pos de esta nueva superestructura semántica, que sustenta su carácter científico desde su acceso a la diversidad.

Nosotros, antropólogos contemporáneos, que a nivel mundial nos formamos despreciando a James Frazer, curiosamente hoy no le hubiésemos creído a Malinowski y su pretensión de crear una antropología que pase desde el concepto a la realidad, como el “arquero que lanza su flecha y da en el blanco”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Esta idea fue en lo esencial extraída del texto de Marshall Sahlins “Islas de historia. La muerte del capitán Cook, metáfora, antropología e historia” (Gedisa, Barcelona, 1988). No obstante la reflexión de este autor se mueve a un nivel exclusivamente teórico-semántico.

Así, de contradictorios hoy reivindicamos el trabajo de campo, pero fundamentamos nuestra reivindicación en un activismo estético, más cercano a la “acción de arte” que a la generación de conocimiento en su acepción clásica.

No obstante, aún hoy la antropología se hace posible, desempolvando al viejo Frazer y asumiendo el “heroísmo sin alegría” de Malinowski, el viejo desmistificador atrapado en sus mitos,<sup>11</sup> desnudo ya de su pretendida rigurosidad, que se nos presenta como una prosa sugerente. Nublada la conciencia y sus propósitos lo miramos a los ojos y vemos al esteta cuyo discurso dijo verdad sin querer decirla, sin ser consciente de conocerla.

Claros respecto de esta disyuntiva, que hace transitar a la discursividad antropológica de la reivindicación del más pueril empirismo hasta la oscuridad del sueño estético, en ocasiones, amoralmente definido, de la reflexión desarrollada quedan unidas dos preguntas aparentemente inconexas: ¿Cuál es el tipo discursivo propio de la textualidad antropológica? y muy relacionado con lo anterior ¿Debe la antropología aceptar la ingerencia de los valores de los propios antropólogos en el proceso de construir este discurso? En nuestra opinión, la historia del discurso antropológico es la historia del modo en que la antropología se ha negado a aceptar la ingerencia de tales valores en su discursividad, hasta la actual sistemática aceptación de éstos, desde un paso hacia la semiotización de la disciplina, previa opción hermenéutica de la misma. Por su parte, la crisis de la racionalidad científica ha llevado a la antropología a aceptar el valor de la analogía estética y, por ello, a cuestionarse la posibilidad de generar un discurso objetivo, de manera que el giro estético como giro hermenéutico no es sólo inclusión de conceptos estéticos, es la aceptación de los valores dentro del discurso antropológico.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Este concepto supone la visión neopositivista de la descripción isomórfica entre lenguaje, pensamiento y realidad, propia de esta escuela y como metáfora creada por Bertrand Russell, visión que en nuestra opinión define la discursividad antropológica de corte estructural funcionalista.

<sup>12</sup> Por medio de esta frase hacemos una paráfrasis a una categoría creada por el poeta chileno Pablo de Rokha, inserta en su texto teórico-estético ‘Arenga sobre el arte’, reeditado en varias ocasiones durante la década del cincuenta por “su” editorial Multitud. En este texto se define una estética materialista histórica que intuye el concepto de homología presente en la estética de Lukacs, no obstante, su originalidad es el abordar el concepto estético no sólo como emulador del proceso social, sino también al destacar el papel del poeta héroe popular, el esteta científico que timonea el cambio histórico. Cuando cae el telón de proyecto marxista, queda nítido el recurso estético de corte existencial, poderoso y sugerente más allá de la ideología misma.



La superestructura de la textualidad antropológica define su actual rumbo desde una episteme situada más bien en la crisis de la suposición de la identidad entre estructura y valor y en la reivindicación de particularidades, lo que hace navegar a esta textualidad en una suerte de mar lleno de islas y cuyos confines no son más que horizontes inconmensurables.

De esta manera, en el discurso antropológico contemporáneo se configura un discurso fuertemente narrativo, definido desde el reconocimiento de la diversidad, con lo cual se niega implícitamente la posibilidad de establecer universales de la cultura, lo que para los defensores del discurso antropológico clásico resulta en una forma de "irracionalismo". En la dinámica interna del discurso antropológico, que hemos entendido como un texto que intenta interpretar a otros textos, desde un sustento filosófico definido a partir de la filosofía del lenguaje, resultaba insostenible el continuar defendiendo la posibilidad de elaborar leyes universales de la cultura, en base a la comparación etnológica. La etnología como nivel macroestructural y específicamente como género, resulta inconsistente, no solamente porque carezca de un sustento filosófico, sino porque la superestructura semántica definida desde el rescate de la diversidad radical, hace discursivamente incongruente continuar con el intento de generalización a imitación de las ciencias naturales.

Se trata de una textualidad definida desde la analogización estética, crítica de la analogía surgida de las ciencias naturales, aunque dialogante con la analogía lingüística. Autores latinoamericanos como Carlos Reynoso en el caso de la antropología postmoderna argentina, Juan Carlos Olivares y Pedro Mege en el caso de la antropología poética chilena, Paul Ravinow, Clifford Geertz, Stephen Tyler, James Clifford y George Marcus, en el caso de la hermenéutica antropológica norteamericana, son sólo algunas demostraciones de ello. La enunciación de sus discursos antropológicos, por ellos teóricamente sustentada desde una conceptualización de corte existencial nihilista, puestos frente a nuestros ojos críticos, resultan una fehaciente demostración del giro hermenéutico poético que vive en toda su radicalidad la antropología.

En estos autores su discurso nos presenta un sujeto que se encuentra diluido, aunque no ha muerto el autor. Se trata de un tipo de discursividad que se debate entre la lírica y la epopeya. De la negación de la universalización nomológica, se llega a una reivindicación radical de la diversidad. Si para generalizar desde la comparación etnológica se necesitaba de actores y movimientos sociales arquetípicos y claramente identificables, la reivindicación de lo diverso ha llevado a rescatar justamente las diferencias, por ello la epopeya con héroes arquetípicos es dejada un tanto de lado, en pos de un tipo de discursividad de tipo lírica, en que el texto antropológico, en tanto enunciado,

se nos presenta como una elaboración definida preferentemente a través de recursos como las metáforas, que desde la generalización emanada de la comparación. Particularmente el tono íntimo y casuístico del texto poético encuentran fértil terreno en esta nueva antropología, donde el monólogo interno prima como pregunta por el observador más que la intención de enunciar leyes petrificadas.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISPE, Lourdes. 1987. El indio: mito, profecía y pasión. En *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI.
- BAJTÍN, M. M. 1989. *El problema de los géneros discursivos*. México: Siglo XXI.
- BENVENISTE, Émile. 1983. *Problemas de lingüística general. Tomo II*. México: Siglo XXI.
- BOON, James. 1982. *Other tribes, Other scribes. Symbolic anthropology in comparative study of cultures, histories, religions, and texts*. New York: Cambridge University Press.
- BRÜNNER, José Joaquín. 1998. *Sobre el crepúsculo de la sociología y el comienzo de otras narrativas*. Flasco, Santiago, documento de trabajo (mimeo).
- CIAPUSCIO, Guiomar. 1994. Tipos textuales. En *Enciclopedia semiológica*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
- CLIFFORD, James. 1995. *Dilemas de la cultura postmoderna*. España: Gedisa.
- DURKHEIM, Emilio. 1968. *Las formas elementales de la vida religiosa*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ECO, Umberto. 1985. *Tratado de semiótica general*. Barcelona: Editorial Lumen.
- FOUCAULT, Michel. 1983. *El orden del discurso*. Barcelona: Editorial Tusquets.
- FOUCAULT, Michel. 1968. *Las palabras y las cosas. Una arqueología de las ciencias humanas*. México: Siglo XXI.
- FRAZER, James. 1967. *La rama dorada*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. 1994. Los estudios culturales de los 80 a los 90: perspectivas antropológicas y sociológicas en América Latina. En Hermas Heringhaus (ed.), *Postmodernidad en la periferia. Enfoques latinoamericanos de la nueva teoría cultural*. Berlin: Laren Verlag.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *El antropólogo como autor*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- HELLER, Agnes. 1994. De la hermenéutica social a la hermenéutica de las ciencias sociales. En *Políticas de la postmodernidad. Ensayos de crítica cultural*. España: Editorial Península/Ideas.
- HERRNSTEIN, Barbara. 1995. *Al margen del discurso. La relación de la literatura con el lenguaje. Literatura y debate crítico*. España.
- HINKELAMMERT, Franz. 1970. *Ideologías del desarrollo y dialéctica de la historia*. Ediciones Nueva Universidad.

- LEACH, E. 1971. *Replanteamiento de la antropología*. Barcelona: Editorial Seix Barral.
- \_\_\_\_\_. 1989. Writing anthropology. *American Ethnologist* 16 (1). 137-41.
- MORANDÉ, Pedro. 1983. *Cultura y modernización en América Latina*. Ed. P. Universidad Católica.
- OSORIO, Francisco. 1998. La explicación en antropología. *Revista Cinta de Moebio*. 4 [Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile. Diciembre de 1998].
- POWE, Karla. 1996. Writing culture and writing fieldwork: the proliferation of experimental and experiential ethnographies. *ETHNOS*. 61. 3-4.
- RIBEIRO, Darcy. 1971. *Fronteras indígenas de la civilización*. México: Siglo XXI.
- RICOEUR, Paul. 1987. *Tiempo y narración. Tomo I: La configuración del tiempo en el relato histórico*. Madrid: Ediciones Cristiandad.
- SEGRE, Cesare. 1985. *Principios de análisis del texto literario*. Barcelona: Editorial Crítica.
- SPANG, Kurt. 1993. *Géneros literarios*. Madrid: Editorial Síntesis.
- ULIN, Robert. 1990. *Antropología y teoría social*. México: Siglo XXI.
- VAN DIJT, Teun. 1989. *La ciencia del texto. Un enfoque interdisciplinario*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

INSERCIONES TEMÁTICAS INTRODUCIDAS POR *QUE*  
EN EL DISCURSO ORAL MONTEVIDEANO

THEMATIC INSERTIONS INTRODUCED BY *QUE* IN  
MONTEVIDEAN ORAL DISCOURSE

PILAR ASENCIO

*Universidad de la República, Montevideo*

*ABSTRACT: It is frequently observed, in dialogued oral discourse in Montevideo, the presence of some sentences introduced by uses of the connective que that will be called non-grammaticalized or discursive, considering they do not fulfil any identified function in the syntactic structure of the standard variety of Montevidean Spanish (i.e. they do not introduce embedded clauses). This type of sequences introduced by que has been observed, also, in regional contact languages and in Brazilian Portuguese. Analysis of the corpus shows that these sequences constitute interruptions in the linear sequenciality of speech; they have proved to play relevant communicative roles, frequently related to interactional situation and to strategies developed by speakers in order to favor the correct interpretation of their utterances. Those discursive que with which this type of discontinuities begin, are also making a contribution to discursive coherence, as long as they mark the beginning of non topical discontinuities, integrating them into speech at the same time. This function as a marker, on the other hand, may connect them with the other uses (grammaticalized) of que, taking into account that, finally, the latter also introduce thematic discontinuities.*

*KEY WORDS: Discursive topic; thematic discontinuities; markers.*

*RESUMEN: Se observa con frecuencia, dentro del discurso oral dialogado de Montevideo, algunas frases que se caracterizan por estar introducidas por usos del conectivo que que se denominará no-gramaticalizados o discursivos.*

*En estos casos, que no cumple una función definida en las estructuras sintácticas de la variedad estándar del español montevideano (i.e. no introduce oraciones subordinadas). Este tipo de secuencias encabezadas con que ha sido observado, asimismo, en lenguas de contacto regionales y en el portugués de Brasil. El análisis del corpus revela que estas secuencias constituyen interrupciones en la secuencialidad lineal del discurso; dichas secuencias han demostrado cumplir funciones comunicativas relevantes, frecuentemente relacionadas a la situación de interacción y a las estrategias de los hablantes para facilitar la comprensión de sus mensajes por parte de los oyentes. Los que discursivos con que comienzan estas interrupciones están, además, desempeñando roles relacionados a la coherencia discursiva, en tanto marcan el comienzo de discontinuidades no-tópicas, a la vez que las integran al discurso. Esta función de marcadores los relaciona, por otra parte, con los valores sintactizados de que, dado que, en última instancia, éstos también introducen discontinuidades temáticas.*

*PALABRAS CLAVE: Tópico discursivo; discontinuidades temáticas; marcadores.*

## 1. INTRODUCCIÓN

Existen ciertas estrategias comunicativas que caracterizan al español hablado de Montevideo; se trata de secuencias introducidas por usos de *que* observados, hasta el momento, solamente en interacciones verbales orales, tanto en Montevideo como en lenguas de contacto regionales y en el portugués de Brasil. Así lo indican los trabajos de Echeverría 1981, Elizaincín et alii 1987, Asencio 1991 y 1995 y Tarallo 1983. A modo de ejemplo, transcribo dos de los casos encontrados en el corpus de Montevideo:

- a) [...] porque mi abuela me dio una buena enseñanza... dentro de todo una buena cultura....[*que* yo no seguí los estudios].... pero... ella... yo estoy muy agradecido por todo lo que ella hizo por mí [...] (nb, m-e2)<sup>1</sup>
- b) [...] la producción así en ese sentido no es bien paga... porque yo gano lo mismo que gana un... una persona que esté produciendo ahí... haciendo la producción... y todavía tenés que hacer una producción marcada [*que*

---

<sup>1</sup> Los códigos entre paréntesis indican los rasgos sociales que caracterizan a cada entrevistado: nb/na refieren a nivel de instrucción alto o bajo; m/f refieren a sexo, masculino o femenino; e1/e2/e3 refieren a los 3 grupos etarios considerados, e1: 18 a 35 años, e2: 36 a 50 años y e3: 51 años en adelante.

ponele tenés que hacer siete ocho masas por día]... y yo haciendo otras cosas más sencillas... de repente con el mismo tiempo de esa persona gano lo mismo[...] (nb, m-e1)

Este estudio, de carácter empírico, se realiza con un corpus de 108 ocurrencias, que se construye a partir de la muestra del proyecto 'Marcadores Sociolingüísticos de Identidad de Montevideo'.<sup>2</sup> Dicha muestra consta de 48 entrevistas, de 30 minutos cada una, con hablantes montevideanos, uniformemente distribuidos por nivel de instrucción, sexo y edad.

## 2. *QUE* Y LA ORGANIZACIÓN TÓPICA DE LA CONVERSACIÓN

Los usos de *que* presentes en estas secuencias se pueden definir como DISCURSIVOS O NO-GRAMATICALIZADOS,<sup>3</sup> en tanto no ocupan un lugar definido dentro de las estructuras y reglas sintácticas de la variedad estándar del español montevideano; es decir que no pueden ser considerados como nexos introductores de oraciones subordinadas sustantivas (como en 'dijo *que* iba a llegar tarde'), ni como pronombres relativos, introductores de oraciones subordinadas adjetivas (como en 'el hombre *que* siempre llegaba tarde'). Serían, por el contrario, rasgos propios del modo pragmático (cf. Givón 1979) y de las variedades no estándares que se emplean en la comunidad y que coexisten con el modo sintáctico y la variedad estándar, actualizándose unos u otros de acuerdo a una compleja combinación de factores sociales y situacionales.

Este estudio analiza los *que no-gramaticalizados* y las frases que ellos introducen en relación con la integración textual necesaria para la coherencia discursiva<sup>4</sup> y, en particular, con la ORGANIZACIÓN TÓPICA del discurso oral dialogado y con la construcción del TÓPICO DISCURSIVO. Tomo como presupuesto inicial, por lo tanto, que las interacciones verbales orales se organizan en tópicos, que son desarrollados en conjunto entre los participantes de cada interacción.

Adopto la noción de tópico discursivo propuesta por Jubran et alii 1993, quienes, a su vez, retoman y reestructuran aportes anteriores al tema (e.g. Schlobinsky y Coburn 1992; Gardner 1987, etc.). Dos grandes propiedades

<sup>2</sup> Proyecto dirigido por la Prof. Graciela Barrios y financiado por la Csic en 1996.

<sup>3</sup> Se toma como punto de partida para esta definición el concepto de gramaticalización/sintactización de Sankoff 1980, Sankoff y Brown 1980 y Givón 1979.

<sup>4</sup> Cf. definición de coherencia discursiva en Gumperz 1982, entre otros.

caracterizarían al tópico discursivo: CENTRAMIENTO y ORGANICIDAD. El centramiento define ciertas condiciones semánticas y discursivo-pragmáticas del tópico discursivo: CONCERNENCIA, RELEVANCIA y LOCALIZACIÓN. De este modo, existe centramiento si el discurso se concentra en un conjunto de referentes explícitos o inferibles, vinculados entre sí por medio de relaciones de interdependencia semántica, de tipo implicativo, asociativo u otro (concernencia). Ese conjunto de referentes deberá tener, además, una posición focal, relevante (relevancia), en un determinado punto del enunciado (localización).

Con respecto a la segunda propiedad del tópico discursivo, la organicidad, los autores plantean:

Esta é manifesta por relações de interdependência que se estabelecem simultaneamente em dois planos: no plano hierárquico, conforme as dependências de super-ordenação e sub-ordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto; no plano sequencial, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições na linha discursiva. (Jubran et alii 1993: 363).

El tópico discursivo se define, entonces, de manera más abarcativa e integradora: la primera propiedad (centramiento), permitiría caracterizarlo como contenido semántico-discursivo, mientras que la segunda propiedad (organicidad), define el tópico como un principio organizador del discurso<sup>5</sup> en dos planos: JERÁRQUICO y SECUENCIAL, tal como son caracterizados en la cita que he transcripto. Este concepto de tópico discursivo permite, entonces, definir una unidad discursiva de análisis: la UNIDAD TÓPICA O SEGMENTO TÓPICO, que se define como el segmento discursivo en que se actualizan las dos propiedades del tópico discursivo propuestas anteriormente.

En el marco de esta concepción de organización tópica del discurso, las frases introducidas por *que*, a que se refiere el presente estudio, pueden ser descritas como un fenómeno vinculado, particularmente, con la organicidad y las relaciones secuenciales que caracterizan al desarrollo de los tópicos en el discurso.

---

<sup>5</sup> Jubran, Koch et alii coinciden aquí con otros abordajes del tema: con la noción de 'progresión temática' (Danes 1970 apud Schlobinski y Schütze-Coburn 1992), de acuerdo a la cual la estructura de un texto es caracterizada como un conjunto de temas relacionados secuencial y jerárquicamente entre sí, y también con las etapas de desarrollo de los tópicos que postula Gardner [1987], que son retomadas, en particular, a través de la propiedad de organicidad en el plano secuencial.

### 3. LA ORGANIZACIÓN SECUENCIAL DEL DISCURSO

En la progresión secuencial de la conversación existen dos fenómenos que caracterizan la distribución de tópicos y la articulación intertópica en la linealidad discursiva: la CONTINUIDAD y la DISCONTINUIDAD (cf. Jubran 1993).

La continuidad resultaría de una organización secuencial del discurso, en la que la apertura de un tópico sólo ocurre después del cerramiento del tópico precedente; se produciría, en este caso, un cambio de tópico.<sup>6</sup> La continuidad es, entonces, una relación de adyacencia que se hace posible cuando se cumplen dos condiciones: la contigüidad, en el plano intertópico (i.e. entre un tópico y otro), y el agotamiento del tópico en curso antes de la apertura de un nuevo tópico, en el plano intra-tópico. De acuerdo a esta concepción, el cambio de tópico sería un factor de continuidad o discontinuidad, según la configuración que asuma en la realización discursiva, es decir, dependiendo de si el nuevo tópico se introduce antes o después de agotado el precedente.

La continuidad no es concebida, por tanto, en términos puramente semánticos, como en otros autores,<sup>7</sup> sino, prioritariamente, en relación a la organización de las estructuras discursivas, vinculada a factores pragmáticos e interactivos. Existirá continuidad si se verifican las condiciones de contigüidad y agotamiento del tópico anterior, más allá de la conexión semántica que se pueda o no establecer entre el tópico nuevo y el previo. Interviene el factor pragmático, además, en tanto el cambio de tópico puede llegar a ser un modo de asegurar la continuidad y la progresión de la interacción dialógica. Por último, las relaciones de adyacencia mencionadas (i.e. condiciones de contigüidad y agotamiento del tópico anterior) son esenciales para la construcción de la cohesión tópica que está, a su vez, al servicio de la eficiencia comunicativa.

La discontinuidad, como contrapartida, es vista como la perturbación de la secuencialidad lineal, que ocurre si un tópico se introduce en la línea discursiva antes de estar agotado el precedente, pudiendo o no retomarse, en forma más o menos inmediata, luego de la interrupción. En caso de retomarse el tópico precedente nos encontraríamos frente a fenómenos de 'inserción' y 'alternancia'; por el contrario, si no se retomase dicho tópico, nos encontraríamos ante fenómenos de ruptura o corte tópico.

---

<sup>6</sup> En este caso el concepto de cambio de tópico es más amplio y menos específico que el propuesto por Gardner 1987, que restringe ese concepto a la introducción de un tópico nuevo, sin conexiones con tópicos anteriores.

<sup>7</sup> Cf. Keenan y Schieffelin 1976.



Koch et alii (1991: 180) consideran que las discontinuidades, y en particular las inserciones, pueden desempeñar funciones pragmático-interactivas relevantes. Se trataría de recursos propios del discurso oral dialogado, dado que, en primer lugar, tienden a explicitar los procedimientos que intervienen en su construcción. Lo contrario ocurre con la escritura, que en general esconde estos procesos, mostrando solamente el producto final (cf. Chafe 1985).

Si esto es así, parece compatible el planteo de Koch et alii, en cuanto a que no sería adecuado analizar las discontinuidades ‘negativamente’, como aparentes mecanismos de desestructuración del discurso oral, dado que serían, en muchos casos, marcas de estrategias comunicativas que el hablante actualiza cuando percibe dificultades de comprensión en su interlocutor; en esta medida cumplirían una importante función en la dinámica interaccional propia de la actividad verbal oral.

Es interesante observar que, de acuerdo a un estudio de Koch y De Souza e Silva 1996, la discontinuidad y la inserción tópica también se presentan, y no en forma excepcional, en la construcción del discurso oral en estilo formal. De acuerdo a este estudio, lo excepcional parece ser el discurso que se desarrolla de manera fluente, sin discontinuidades o enlentecimientos tópicos, ya que éste representa solamente un tercio del tiempo total de duración de la elocución formal que conforma el corpus del referido trabajo.<sup>8</sup> En los dos tercios restantes la actividad de composición más frecuente es la inserción, que incluye repeticiones, paráfrasis, frases parentéticas, etc.

Estos datos sugieren que, si esto ocurre en el estilo formal, en el discurso oral no-formal el grado de incidencia de estos fenómenos (i.e. discontinuidades tópicas, inserciones) será igual o aun mayor (aunque tal vez relacionado a distintos factores pragmáticos), lo que llevaría a postular que la discontinuidad temática es un elemento esencial en el discurso oral en general.

Las inserciones temáticas son clasificadas en dos subtipos, según se constituyan o no en tópicos en sí mismas (i.e. según presenten o no la propiedad de centramiento). Las INSERCIONES TÓPICAS se presentarían, o bien como cuadros tópicos completos construidos al interior de otro cuadro tópico, o bien como tópicos paralelos al tópico focal antes de la inserción, sin subordinación semántica con el tópico más amplio que recubre al tópico focal escindido, ni con cualquier otro tópico del discurso. Las INSERCIONES NO-TÓPICAS, mientras tanto, se manifestarían en el discurso por medio de ‘frases huéspedes’, de naturaleza parentética (cf. Jubran 1993).

---

<sup>8</sup> Se trata de una clase de segundo grado sobre el tema: ‘El arte prehistórico: el paleolítico’, de 35 minutos de duración.

#### 4. INSERCIÓNES TEMÁTICAS Y FRASES PARENTÉTICAS

El fenómeno que se estudia aquí se vincula, en particular, a estos procesos de inserción temática de carácter no-tópico, y por tanto, a las así llamadas FRASES PARENTÉTICAS, que son definidas como interpolaciones, en el tópico en desarrollo, de segmentos conversacionales de naturaleza y extensión variadas, que cumplen un propósito definido en la comunicación y que no se constituyen en tópicos en sí mismos.

Esta última característica (no se constituyen en tópicos en sí mismas), genera problemas para la caracterización de las frases parentéticas. En efecto, el principio de centramiento, que permite delimitar la unidad tópica en que se da la inserción, no es eficiente, en cambio, para caracterizar la inserción en sí. Se requerirían, en consecuencia, otros criterios adicionales para estudiar las inserciones.

Jubran 1993 observa que, junto con la suspensión tópica, en el caso de las inserciones no-tópicas se dan otros fenómenos lingüísticos y paralingüísticos que señalan el segmento intercalado y entre ellos se encuentran los fenómenos prosódicos. Cabe recordar que la entonación, la acentuación y los cambios de tono, así como los elementos paralingüísticos, tales como las pausas, las vacilaciones y el ritmo (“tempo”) con que se dice algo suelen ser cruciales a la hora de interpretar un enunciado (Gumperz 1982).

La autora destaca, en particular, que la enunciación de las frases parentéticas se acompaña a veces de un descenso en el tono de voz y cierto aceleramiento del ritmo elocutivo. Se registran con frecuencia, asimismo, pausas antes y después de la incrustación. En ambos casos se trata de rasgos prosódicos que confirman el carácter de predicación paralela en el mensaje central que tienen las frases parentéticas.

En otros niveles de análisis, Jubran observa que la inserción aparece marcada por la ausencia de conectores de tipo lógico que establezcan relaciones lógico-semánticas entre el paréntesis y el enunciado que precede. La inserción puede estar marcada, además, por un cambio de tema, o cambio de rema, indicadores de quiebre de la progresión temática (e.g. enunciado sintácticamente incompleto), o marcadores discursivos posteriores a la inserción, que señalen que se retoma el tópico anterior (e.g. repeticiones de elementos anteriores al paréntesis), etc.

La ausencia de conectores de tipo lógico es un rasgo particularmente relevante en relación al fenómeno que aquí analizo, considerando que, en este caso, las frases parentéticas que se registran en el corpus son introducidas por un conector (i.e. *que no-gramaticalizado* o *discursivo*) que justamente se

caracteriza por no presentar valores lógico-semánticos claros ni función sintáctica definida. No es éste, sin embargo, el único rasgo que permite identificar estas inserciones. En todos los segmentos de discurso analizados se manifiesta más bien la co-ocurrencia de señales diferentes, en diferentes niveles de análisis. Veamos un caso perteneciente al corpus:

(3)[...] pero en sí el deporte me gustaría...me siempre me gustó...es una cosa que me interesa...y...que me parece que me hace realmente bien...y después otros intereses? bueno me interesa...las cosas diarias de todos los días...cómo está la gente...cómo vive...qué piensa...qué cosas están sucediendo...me gu me encantaría tener tiempo para devorarme todos los diarios y los mil y un semanarios que aparecieron últimamente...que tiene algunos artículos sumamente interesantes y [*que desgraciadamente cuando alguien me recomienda algún artículo lo corto y lo guardo para que algún día...cuando tenga tiempo...lo pueda leer*] ...en sí lo que más me interesa es...la gente...eh...lo que piensa...lo que hace...qué dejan de hacer...cómo razonan...qué...qué quieren llegar y...muchas veces trato de...de...de cuestionarme mis cosas a ver si...si están de acuerdo... digamos...con el sentir común [...] (na, f-e1, 15)

El entrevistador pregunta a esta entrevistada por las actividades que le interesan y eso determina el tópico de este segmento, en el que ella responde a esa pregunta. El centramiento en este tópico está señalado, desde el punto de vista de la concurrencia de los distintos componentes del segmento, por diferentes marcas. En primer lugar, marcas de cohesión léxica consistentes en la presencia de lexemas del mismo campo conceptual. Se verifica, por ejemplo, la reiteración de formas verbales con significado concerniente con el tópico en cuestión: *gustaría, gustó, interesa, hace bien, encantaría*, etc., así como la presencia de elementos nominales o frases vinculados a ese campo semántico y que pueden funcionar, desde un punto de vista sintáctico, como objeto directo de los verbos anteriormente mencionados: *el deporte, las cosas diarias, cómo está la gente, tener tiempo para devorarme todos los diarios*, etc.

Se observan además marcas de cohesión referencial, fundamentalmente a través de la forma pronominal de primera persona *me*, que mantiene la referencia situada en el hablante, aunque también se emplea el pronombre clítico *lo*, que refiere a “las cosas que la gente piensa o hace”). Los conectivos aditivos (en este caso: ‘y’) generan otra forma de cohesión y existen, además, marcas de cohesión por sustitución nominal (e.g. *una cosa* en lugar de *el deporte*, etc.).

El centramiento obtenido a través de estos recursos discursivos se ve momentáneamente interrumpido por la secuencia señalada por paréntesis rectos,<sup>9</sup> donde se observa otro tipo de rasgos léxicos. Se realiza allí un comentario paralelo a la línea discursiva focal; la entrevistada describe, a través de esa frase parentética, el tratamiento que aplica a los artículos interesantes de los semanarios, dado que no dispone de tiempo suficiente para leerlos. Por lo tanto, aquí ya no se trata de la enumeración de sus diversos intereses, como antes de la interrupción introducida por el *que* discursivo; se trata más bien de lo que se podría interpretar como una estrategia para demostrar la autenticidad de su interés por la lectura de esos semanarios.

Desde el punto de vista prosódico, se destacan varios rasgos que actúan como marcas del comienzo de la frase parentética: descenso del tono de voz, enlentecimiento en la elocución y una larga pausa al final de la frase parentética. Al reanudarse la línea discursiva principal se retoma el ritmo más acelerado y el tono más alto prevalentes antes de la inserción.

Luego de la interpolación, el conectivo aditivo 'y', seguido de '*en sí lo que más me interesa es*' indica que se continúa con la enumeración de intereses anterior al paréntesis y se intenta una suerte de resumen de lo esencial o lo que tienen en común todos sus intereses ya mencionados. Se registra, además, la presencia de elementos que caracterizan al campo léxico del tópico focal antes de la inserción (*me interesa, la gente, etc.*), lo que hace evidente la reanudación del centramiento en dicho tópico.

En síntesis, se comprueba que la interposición de estas frases parentéticas en un tópico en curso provoca una suspensión temporaria de la línea discursiva que se traduce en un enlentecimiento en el flujo de la información, aunque no se llega a afectar totalmente la cohesión entre los distintos elementos de la unidad discursiva considerada, todo lo cual coincide con lo planteado por Jubran 1993 respecto a los casos por ella analizados.

## 5. FUNCIONES COMUNICATIVAS DE LAS INSERCIÓNES NO-TÓPICAS

Se ha destacado con frecuencia las funciones comunicativas (aclaraciones, evaluaciones, autocorrecciones, indicaciones actitudinales y modales, etc.) que cumplen estas inserciones temáticas (cf. Koch et alii 1991). Los autores sostienen, al respecto, que el uso de estrategias como las que se ponen de

---

<sup>9</sup> En todos los segmentos de habla que se transcribe se señala las inserciones no-tópicas con paréntesis rectos.

manifiesto en las inserciones parentéticas puede concebirse como respondiendo a ciertas 'reglas de uso' que forman parte del 'acuerdo contractual' que existe entre los participantes de la acción discursiva. Una de estas reglas de uso, basadas en los postulados conversacionales propuestos por Grice (apud Koch 1991), indicaría que ni bien el hablante percibe que el oyente no está comprendiendo lo que dice, debe interrumpir el discurso, cambiar la planificación del mismo o introducir una explicación. Otra regla establecería, asimismo, que ni bien el hablante perciba que formuló algo inadecuado, debe interrumpir, corregir la secuencia, etc. (Betten apud Koch et alii 1991).

Sin embargo, las reglas de uso mencionadas no dan cuenta de todas las interrupciones o discontinuidades temáticas encontradas en este trabajo. El corpus utilizado permite observar que las explicaciones e interrupciones en general no solamente se insertan en una unidad discursiva cuando el hablante percibe que a su interlocutor le falta una información importante en relación a lo que viene diciendo o cuando un hablante percibe que formuló algo inadecuado. También puede ocurrir la incrustación de un paréntesis en otras situaciones; por ejemplo cuando se busca enfatizar algún elemento ya presente en el universo del discurso pero cuya relevancia se cree necesario recalcar, cuando se cree necesario determinar el alcance de alguna afirmación anterior, cuando se pretende recordar algún elemento ya conocido pero que, por haberse introducido en un momento muy distante al actual puede no estar presente para el interlocutor, cuando se intenta realizar una evaluación, etc. En síntesis, las interrupciones parecen cumplir una diversidad de funciones pragmáticas, no necesariamente relacionadas con el estado informacional de los interlocutores, como se verá más adelante.

### 5.1. Función explicativa

Es muy frecuente que los participantes de una interacción verbal no compartan la totalidad de la información de segundo plano o de *background* manejada habitualmente en el transcurso de un diálogo. Esto hace que surja a menudo la necesidad de aclaraciones y explicaciones que hagan explícita la información que los interlocutores dan por sentada en una primera instancia. Por ejemplo, en este caso:

- (4)I: [...] dejé la escuela...me faltaban seis meses para terminar la escuela  
 E: mmm  
 I: más te voy a decir...todavía tengo el papelito [*que me habían dado el pase para el liceo ya ahí*]...

E: mmm

I: faltándome seis meses...no quedé repetidor un año

E: está bien [...] (nb, m-e3)

En este segmento la frase parentética explicita la información presupuesta en la referencia del hablante a 'el papelito'; sólo el hablante puede saber cuál es la información específica que contiene 'el papelito', por lo que la aclaración a través de la inserción parentética resulta un recurso necesario para poder interpretar el mensaje emitido. Es, por consiguiente, una inserción parentética con función explicativa. La explicación se hace necesaria, entonces, debido a la presencia de elementos informacionales de segundo plano no-compartidos entre los participantes en la interacción. Esto confirma que algunas frases parentéticas desempeñan funciones de control y monitoreo del estado informacional del discurso.

En otros casos, como el que se transcribe a continuación, los elementos informativos de segundo plano no-compartidos, presentes en la secuencia anterior a la inserción parentética, son más específicos.

(5) [...] me dedico a:...como profesión...a la música fundamentalmente...este soy integrante del coro del sodre...en la cuerda de tenores segundos...[*que* tenemos dos categorías...los tenores primeros y los tenores segundos...donde se supone que los primeros cantan más agudo que los segundos] ...este...fuera de casa sería eso y [...] (na, m-e2)

En este caso el hablante parece aplicar la regla de uso a que se aludiera anteriormente, basada en los postulados conversacionales propuestos por Grice 1975, que indica que cuando el hablante percibe que el oyente no está comprendiendo lo que dice, debe interrumpir el discurso o cambiar la planificación del mismo. En efecto, en este caso es altamente probable que un interlocutor desconozca lo que se entiende por 'tenores segundos', dado que son conocimientos propios de un área profesional particular. En esa medida resulta natural que el hablante interrumpa la línea discursiva para aclarar el término.

En los dos casos se está produciendo un monitoreo, por parte del hablante, del estado informacional de su interlocutor. En otras palabras, el discurso del locutor está determinado por el comportamiento del interlocutor (Schegloff apud Koch 1991) y el monitoreo detectado es el encargado de regular el modo en que el entrevistado adapta su discurso a los requerimientos del comportamiento del entrevistador.

## 5.2. Función enfática

En otros casos las inserciones temáticas pueden cumplir funciones enfáticas, como en el segmento (6):

- (6)[...] ya...ya una...ya viviendo en Buenos Aires había hecho un par de años en filosofía...[*que* había estudiado filosofía] y el año pasado hice tres materias de sicología [...] (na, m-e2)

En esta secuencia la inserción no-tópica empleada por el hablante no agrega ningún tipo de información, sino que reitera algo ya dicho. Se produce, sin embargo, un cambio de foco: antes del paréntesis se resaltaba el lapso de tiempo durante el cual estudió, mientras que dentro del paréntesis, que se enuncia con un tono más bajo, el entrevistado parece considerar necesario resaltar además, la naturaleza de esos estudios, aunque sea algo ya mencionado; de ahí su valor enfático.

## 5.3. Función de respaldo

En algunos fragmentos estas interrupciones parecen usarse como respaldo o prueba de algo que narraba antes de la interpolación. Es el caso de la secuencia siguiente:

- (7) [...] entonces este...justamente había habido un problema acá...con gente...coreana y unos chinos acá...no sé si te enteraste...hace...fue en ese...en setiembre más o menos...un gran revuelo ahí en el mambo...ahí en la parque rodó...[*que* vinimos como cuarenta patrulleros]... se armó un revuelo ahí...todos orientales era todo gente de china...coreanos...bueno [...] (nb, m-e2)

Aquí se realiza una narración de eventos, a partir de la cual el hablante evalúa que hubo un gran revuelo en el lugar de los hechos. Luego interrumpe la narración para agregar una información lateral, en un tono más bajo; esta información, aunque lateral, de algún modo respalda su evaluación y dimensiona la magnitud del 'revuelo' del que habla. Al retomar el hilo del relato él reitera: *se armó un revuelo ahí*, que es, sin duda, lo que le interesa destacar.

#### 5.4. Función de focalización en el involucramiento del hablante

Las funciones comunicativas de las frases parentéticas pueden ser considerablemente diversas, entonces. En la secuencia (8) las funciones serían otras: la frase parentética destaca un involucramiento personal de la hablante, rasgo que Chafe 1985 propone como característico del registro oral.

En realidad, el involucramiento personal de los hablantes se da, implícitamente, en todos los casos en que un individuo participa en una interacción verbal fuerte (cf. Kerbrat-Orecchioni 1990). Los hablantes siempre eligen qué decir, evalúan cómo decirlo, transmiten aquella información que ellos encuentran pertinente y no otra, etc. Lo específico de la frase parentética radicaría en el hecho de que parece ser la estrategia seleccionada por muchos hablantes para hacer explícito ese involucramiento que tienen consigo mismos y con su discurso.

(8) I: [...] entonces es muy común que uno por el cantero que que uno vaya se encuentre con gente movilizada en sillas [*que* a uno no se le ocurre que para visitar este parque tenga que ir en sillas] ...y después...dentro de este mismo parque hay una...como un invernadero...ves que es este todo techado así

E: sí [...] (na, f-e3)

La inserción temática de este segmento es una reflexión que realiza la hablante sobre algo que vio en su visita a un parque. En este caso el compromiso personal se manifiesta a través de una forma pronominal ('uno') que parece ser un recurso discursivo para introducir un matiz de impersonalidad y atenuar el grado de protagonismo que expresa el pronombre nominativo ('yo').

En ocasiones los comentarios evaluativos que se realizan a través de las inserciones no-tópicas tienen otras características, como en la secuencia (9).

(9)[...] pero hay un montón de gente que va presionado por lo padres...'no...que la vecina de al lado'...'que cómo no!...vos tenés que estudiar estudiar estudiar porque tenés que tener un título colgando porque si no cómo quedamos con aquella gente'...ese status [*que* vivimos para los demás] ...yo que sé... es un poco...así están las cosas [...]  
(nb, m-e2)

En este caso la frase parentética introduce una evaluación respecto a los valores que subyacen muchas veces a la decisión de enviar a los hijos a



estudiar. El resto del segmento, sin embargo, también tiene connotaciones evaluativas. Lo específico de la frase parentética sería que allí la evaluación es lo focal, y el hablante define de manera concisa y con precisión la actitud que se manifiesta en los comportamientos enumerados anteriormente.

En síntesis, el involucramiento personal de los hablantes, en los casos que se registran en este corpus, se puede expresar de muy diversas formas: a través de una auto-descripción o auto-evaluación que realiza el hablante sobre su propio discurso, a través de la revelación de sus actitudes o gustos, o bien a través de reflexiones o evaluaciones acerca de lo dicho antes de la interrupción.

## 6. FRECUENCIA RELATIVA DE ALGUNAS FUNCIONES COMUNICATIVAS

En el corpus se registra un total de 108 inserciones no-tópicas y la diversidad de funciones comunicativas que desempeñan en el discurso es muy grande (en el apartado anterior registro solamente algunas de las más frecuentes).

Además de la aproximación cualitativa ya realizada, presento ahora un acercamiento cuantitativo al tema, y para ello propongo el Cuadro 1, que muestra algunas de las funciones que las frases parentéticas parecen cumplir con mayor frecuencia, y especifica el número (y el porcentaje) de ocasiones en que se cumple cada una de ellas.

En primer lugar, es necesario aclarar que este cuadro contabiliza en forma discriminada sólo aquellas funciones que aparecen con mayor frecuencia en las inserciones no-tópicas con *que discursivo* del corpus. Todas aquellas funciones comunicativas que se registran en un número bajo de ocasiones en el corpus, o no aparecen claramente definidas, están comprendidas dentro de 'otras'.

Los datos indican que las más frecuentes son las funciones explicativas (49% del total de casos), lo que muestra que las inserciones introducidas por *que discursivos* se comportan de modo muy similar a las inserciones parentéticas en general. Sin embargo, el porcentaje en que se manifiestan las otras funciones señaladas en el cuadro es igualmente importante ya que entre todas constituyen más de la mitad del total; esto permite constatar la polivalencia funcional de este tipo de estrategias comunicativas.

Por último, es importante tener en cuenta que estas funciones comunicativas y sus frecuencias relativas de aparición son las que emplean los hablantes montevideanos en situación de entrevista. Es muy probable que se presenten diferencias cualitativas y cuantitativas importantes en otras situaciones comunicativas.

## 7. CONCLUSIONES

Es compartible, por lo tanto, el planteo de Koch et alii 1991, en cuanto a que no sería adecuado analizar estas discontinuidades 'negativamente', como mecanismos de desestructuración del discurso oral. Este trabajo permite verificar que son, en su mayoría, marcas de estrategias comunicativas que los hablantes actualizan con diferentes fines comunicativo-pragmáticos: introducir explicaciones cuando perciben dificultades de comprensión en su interlocutor, enfatizar algo, evaluar algo o explicitar el involucramiento personal de los hablantes. En esta medida se puede afirmar que desempeñan funciones relevantes en la dinámica interaccional que caracteriza a la actividad verbal oral.

Por otro lado, los conectivos que introducen estas inserciones parentéticas (i.e. *que* discursivos), funcionan como marcadores discursivos, en tanto señalan el comienzo de una discontinuidad temática, creando una interdependencia entre la secuencia que precede al marcador y la que lo sigue; en esa medida ocupan un lugar destacado en relación con la cohesión y la coherencia discursiva. Podemos ir un paso más allá en la interpretación del rol de estos conectivos si tenemos en cuenta la relación que establece Grimes 1981, entre las discontinuidades (el autor se refiere particularmente a la continuidad y discontinuidad referencial) y la 'subordinación'. Grimes plantea:

Most of the shifts in reference that are made within sentences in this text and others I have examined coincide with the boundaries of grammatically dependent or embedded syntactic units. I would take it, then, that subordinate structures could be thought of as one explicit means of communicating referential shift (Grimes 1981: 173).

Esta noción de que las estructuras 'sintácticas' subordinadas pueden concebirse como un medio explícito de anunciar discontinuidades referenciales sugiere un paralelismo entre subordinaciones sintactizadas y 'no-sintactizadas' (e.g. las inserciones parentéticas aquí estudiadas): ambas estarían cumpliendo igual función, esto es, anunciar discontinuidades temáticas. Esto nos coloca en una perspectiva más general desde la cual analizar las funciones del *que* discursivo: se podría concluir que este conectivo introduce discontinuidades temáticas en general, tanto aquellas sintactizadas (e.g. oraciones subordinadas adjetivas o subordinadas sustantivas), como aquellas no sintactizadas.

FUNCIÓNES	Nº OCURRENCIAS	% OCURRENCIAS
explicaciones	52	49
respaldos, pruebas	13	12
involucramiento personal	18	17
otras	25	22

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASENCIO, Pilar. 1991. *La oración de relativo en lengua oral y escrita*. Monografía de pasaje de curso. Inédito.
- \_\_\_\_\_. 1995. *La oración de relativo en lenguas de contacto: el cocoliche*. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.
- CHAFE, Wallace. 1985. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. 105-23. En Olson, Torrance, Hildyard (eds.), *Literacy, language and learning. The nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ECHVERRÍA, María Cristina. 1981. Duplicidad de objetos en las oraciones subordinadas. 67-80. En Elizaincín (comp.), *Estudios sobre el español del Uruguay*. Montevideo: UDELAR.
- ELIZAINCÍN, Adolfo; BARRIOS, Graciela y BEHARES, Luis. 1987. *Nos falemo brasileiro. Dialectos portugueses en Uruguay*. Montevideo: Amesur.
- GARDNER, Roderik. 1987. The identification and role of topic in spoken interaction. *Semiótica* 65(1/2). 129-41. Amsterdam: Mouton de Gruyter.
- GIVÓN, Talmy. 1979. *On understanding grammar*. New York: Academic Press Inc.
- GRIMES, Joseph E. 1981. Topics within topics. 164-76. En Tannen (ed.), *Analysing discourse: text and talk. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1981*. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- GUMPERZ, John J. 1982. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JUBRAN, Clélia C. A. S. 1993. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. 61-74. En Castilho (org.), *Gramática do português falado, vol. III*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- JUBRAN, Clélia C. A. S.; KOCH, Ingedore G. V.; URBANO, Hudnilson; FÁVERO, Leonor L.; MARCUSCHI, Luiz A.; TRAVAGLIA, Luiz C.; SOUZA E SILVA, Maria C. P. de; SANTOS, Maria do Carmo O. T.; ANDRADE, Maria L. V.; RISSO, Mercedes S. y AQUINO, Zilda G. O. 1993. Organização tópica da conversação. 357-447. En Ilari (org.), *Gramática do português falado. Vol. II: níveis de análise lingüística*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- KEENAN, E. O. y SCHIEFFELIN, Bamby B. 1976. Topic as a discourse notion: a study of topic in the conversations of children and adults. 335-84. En Ch. Li (ed.), *Subject and topic*. New York: Academic Press.

INSERCCIONES TEMÁTICAS INTRODUCIDAS POR *QUE*  
EN EL DISCURSO ORAL MONTEVIDEANO

- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. 1990. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- KOCH, Ingedore G. V.; JUBRAN, Clélia C. A. S.; URBANO, Hudinilson; FÁVERO, Leonor L.; MARCUSCHI, Luiz A.; SANTOS, Maria do Carmo O. T. y RISSO, Mercedes S. 1991. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. 144-84. En Castilho (org.), *Gramática do português falado, vol. I*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- KOCH, Ingedore G. V. y SOUZA E SILVA, Maria C. P. de. 1996. Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. 379-410. En Castilho et al. (orgs.), *Gramática do português falado, vol. IV*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SANKOFF, Gillian. 1980. Variability and explanation in language and culture: cliticization in New Guinea Tok Pisin. 257-70. En Sankoff (ed.), *The social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SANKOFF, Gillian y BROWN, Penelope. 1980. The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives. 211-55. En Sankoff (ed.), *The social life of language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SCHLOBINSKI, Peter y SCHÜTZE-COBURN, Stephan. 1992. On the topic of topic and topic continuity. *Linguistics* 30(1). 89-121. Berlin: Mouton de Gruyter.
- TARALLO, Fernando Luiz. 1983. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Ph.D. dissertation. Philadelphia: University of Pennsylvania, mimeo.

PRENSA ESCRITA Y FORMAS PRONOMINALES:  
OTRA VUELTA DE TUERCA

WRITTEN PRESS AND PRONOMINAL FORMS:  
ANOTHER TURN OF THE SCREW

ELISA COHEN DE CHERVONAGURA  
*Universidad Nacional de Tucumán-Conicet*

*ABSTRACT: The aim of this review is to analyze the pronominal forms found in the written press in Tucumán (Argentina) from an eclectic point of view, providing responses to certain situations that occur in very peculiar texts as a result of its linking to orality. Thus, some cases of pronominal proclisis and enclisis and its corresponding dynamics are studied, as well as the fluctuation in the use of the pronoun la/le. Some forms of style according to the different sections are revised, and a few peculiarities of the articles are also reviewed. Thirty years after the publication of *Studies of Structural Grammar*, by Ana M. Barrenechea and Mabel M. de Rosetti, the authors' accurate intuition is noticeable in their attempt not to limit themselves to a purely functionalist or syntax dependent approach when dealing with the pronoun.*

*KEY WORDS: Pronoun; press.*

*RESUMEN: El objetivo de este artículo es analizar las formas pronominales de la prensa de Tucumán (Argentina) desde una posición ecléctica que dé respuestas a algunas situaciones que se plantean en un tipo textual muy peculiar por su estrecha vinculación con la oralidad. De esta manera se estudian los casos de proclisis y enclisis pronominal, y su correspondiente vitalidad, como asimismo las fluctuaciones en el uso de los pronombres la y le, se revisan las formas de tratamiento según las diferentes secciones y por*

*último se indican algunas peculiaridades de ciertos artículos. A más de treinta años de la publicación de Estudios de gramática estructural de Ana M. Barrenechea y Mabel M de Rosetti, se advierte la certera intuición de las autoras en no limitarse a un enfoque puramente funcionalista y dependiente de la sintaxis en el tratamiento del pronombre.*

*PALABRAS-CLAVE: Pronombre; prensa.*

## 1. INTRODUCCIÓN

En 1969 se publica en la Editorial Paidós de Buenos Aires (Argentina) un volumen titulado *Estudios de Gramática Estructural* en el cual sus autoras, dos prestigiosas investigadoras y docentes: Ana M. Barrenechea y Mabel Manacorda de Rosetti, aportaban desde la óptica estructuralista, sus reflexiones y propuestas sobre algunos aspectos gramaticales que todavía eran estudiados en los claustros académicos desde una perspectiva tradicional.

En efecto, si bien el estructuralismo suponía toda una renovación en el análisis lingüístico, hasta entonces eran muy pocos los estudios que lo incorporaban; por eso las autoras pretendían colaborar mediante esta publicación con un nuevo enfoque en la descripción lingüística.

En 1999 se cumplieron treinta años de la edición de los *Estudios*, razón importante para revisar y complementar la postura en los estudios del lenguaje allí enunciada con los avances que se hicieron en el campo de la morfología del español, y aplicarlos en el marco más general de una tipología textual rica y variada como es el lenguaje de la prensa en Tucumán, una provincia al noroeste de Argentina.

De modo que nos detendremos en un capítulo de los *Estudios*, el correspondiente al pronombre y su inclusión en un sistema de categorías semánticas, no solo porque se trata de una categoría particularmente debatida a lo largo de los años, sino porque en este caso, las autoras se basan en una clasificación semántica de las palabras para establecer un sistema de categorías transversales que difiere de los estudios anteriores, basados en formas sintácticas.

En realidad, y tal como ellas mismas lo señalan, éste era un recurso que servía para resolver el problema casi eterno del pronombre que consistía en decidir si 'incorporarlo como una clase más dentro de las categorías formales o el de separarlo en una clase semántica aislada sin integrarlo en un sistema' (Barrenechea y Manacorda de Rosetti 1969: 7).

En esta postura advertimos ya un progreso importante: aquí se considera al pronombre con un criterio más independiente, respetando sus características semánticas y no se continúa con una concepción sintáctica y funcionalista exclusivamente que implicara desconocer los procesos internos de la palabra.

Así, creemos que justamente éste es uno de los aportes de los nuevos estudios de morfología que por lo general intentan delimitar el nivel morfológico como autónomo, independiente de los condicionantes que le transmite el nivel sintáctico (si bien por otra parte, no se niega la íntima relación que se establece entre ellos), puesto que dentro de la palabra suceden fenómenos importantes que tienen que ver por ejemplo con los aspectos fonéticos que influyen en la selección de ciertos morfemas, analizados por la morfonología.

Por otra parte existe una estrecha relación entre el tipo de corpus que los distintos estudios morfológicos van tomando como material de estudio a medida que se suceden las distintas teorías del lenguaje. Así en un comienzo se privilegia el análisis de la lengua escrita, especialmente la literaria y luego se produce una paulatina aceptación de otros tipos textuales escritos hasta llegar por último al estudio de la lengua oral.

Probablemente en este proceso el aporte del estructuralismo significó un gran paso en los estudios morfológicos, pero el gran salto se produjo con los estudios generativistas y postgenerativistas que proponen nuevas soluciones a problemas tales como la expresividad del sujeto hablante y que nos sirven para analizar algunos fenómenos que se registraron en la prensa escrita de Tucumán.

## 2. EL ESTUDIO DEL PRONOMBRE: CONJETURAS Y CONTROVERSIAS

Por otra parte, otros estudiosos (Kovacci 1990: 93) se inclinaron por señalar que las palabras integran clases según las funciones que pueden desempeñar en la oración, o sea que para definir una clase se deberían tener en cuenta criterios semánticos, morfológicos y sintácticos puesto que se trataría de nociones semánticas, conglomerados de significaciones y relaciones que manifiestan un significado fundamental y algunos otros accesorios.

Pero las clases de palabras no se presentan de manera universal en todas las lenguas ya que aunque todas manifiesten los mismos conceptos, no los reflejan de igual manera, entonces, las categorías tendrían una relación distinta con los criterios de la realidad, y por otra parte, si las clases de palabras no son universales tampoco se puede proponer una definición universal de palabra.

Así, intentando una somera revisión de este problema, advertimos que incluso en una misma lengua hay disparidad en la clasificación de las clases de

palabras: algunos gramáticos como Bello distinguían siete, la Academia propone nueve, mientras que Kovacci distingue ocho sin ubicar al pronombre como categoría independiente al mismo nivel del sustantivo o el verbo, puesto que desde una perspectiva funcionalista se trataría de una subclase de palabra que modifica su comportamiento funcional justamente por su capacidad deíctica. Así los pronombres no describirían clases específicas de objetos porque poseen rasgos semánticos fijos, pero su carácter morfológico y sintáctico es variable según la referencia exofórica.

Por otra parte toda esta concepción acerca del pronombre, se redefine con la llegada de los lingüistas chomskianos quienes ya a fines de los '50, produjeron una profunda innovación en el tratamiento de la formación de palabras. Al enfatizar más el aspecto creativo de la gramática que el normativo, el transformacionalismo destacaba la facultad del hablante nativo de hablar y comprender nuevas palabras para construir y comprender nuevas frases, puesto que además de la facultad gramatical innata existiría una competencia léxica, base del lexicón.

Así, para ellos, los procedimientos utilizados en la formación de palabras serían análogos a los implicados en la formación de nuevas oraciones, lo cual justificaba que la forma de las palabras complejas se analizara como si respondiera a una estructura sintáctica, pero no consideran en forma suficiente el componente semántico que podía conducir a construcciones erradas.

Si intentamos rápidamente reseñar parte de estas teorías, y sin pretender ser exhaustivos, advertimos que las objeciones al enfoque generativo llevaron a concluir que los hablantes nativos estarían dotados tanto de un conocimiento sintagmático como de una competencia léxica que les permitiría aplicar intuitivamente las reglas léxico-morfológicas para formar un vocabulario sin incurrir en incongruencias ni contradecir las características morfológicas, fonológicas o semánticas del lenguaje.

De modo que un nuevo paso se produjo con los teóricos post generativistas quienes reconocían a la morfología léxica como componente autónomo y esencial de la gramática, con reglas propias. Así, se intentaba mostrar las propiedades generativas del léxico a través de las relaciones que se producen entre los morfemas constituyentes y no se analizan estas unidades como formas superficiales de transformaciones sintácticas subyacentes.

Es entonces cuando cobra importancia el estudio de la creatividad lingüística y la competencia léxica en particular, lo cual justifica que se considere el estudio del léxico posible vinculado con la capacidad del hablante por entender y crear nuevas palabras, o sea un lexicón con la descripción y clasificación de todos los morfemas léxicos y derivativos.



Años más tarde, y por citar algunos de los estudiosos de esta línea, Aronoff en 1976 expresaría que la morfología generativa se desarrolla independientemente de otros componentes de la gramática, creando reglas morfológicas que funcionan en el marco del lexicón más que en el contexto de una estructura sintáctica o de una teoría fonológica, mientras que H. Urrutia Cárdenas hacia 1978 propone estudiar la palabra pero no en forma aislada sino considerando también los niveles fónico, léxico y sintáctico para explicar los procedimientos y esquemas léxico-genésicos.

Así, es probable que parte de estos aportes estén próximos a la constitución de un sistema de categorías transversales por los que abogaban Barrenechea y Manacorda de Rosetti en sus trabajos, como respuesta a un paradigma a todas luces insuficiente.

### 3. ENCLISIS Y PROCLISIS O EL ORDEN DE LOS FACTORES...

En el campo del pronombre, aparecen algunos fenómenos interesantes en la prensa escrita de Tucumán (Argentina) especialmente en las dos primeras décadas del siglo, un período en el que se advierte con mucha claridad la reproducción de la lengua oral en los textos escritos a pesar del predominio de la normativa gramatical en el uso general de la lengua.<sup>1</sup>

En efecto, la prensa escrita es un tipo textual que tiene que ver con la escritura pero que también se acerca mucho a la oralidad, situación que le otorga un atractivo particular a nuestro estudio, más aún cuando se detectan usos peculiares de algunas formas pronominales.

De modo que en principio podemos señalar que el sistema pronominal en la prensa tucumana se mantiene dentro de los usos corrientes del español de la región, pero uno de sus rasgos sobresalientes tiene que ver sobre todo con su posición con relación al verbo.

Así, el pronombre enclítico al verbo era un uso totalmente aceptado y vital en la lengua escrita de los periódicos especialmente en casos en que se

---

<sup>1</sup> Cabe aclarar que por entonces se trataba de una prensa transgresora en cuanto al uso lingüístico, si bien muchos de quienes integraban las redacciones de los periódicos hasta la segunda década del siglo XX eran escritores, políticos, abogados que tenían un uso bastante estricto de la expresión lingüística, pero en general, aquellos que se embarcaban en empresas periodísticas carecían de un basamento teórico previo que les hubiera permitido afrontar con mayor seguridad su tarea, de modo que el aprendizaje se realizaba en la práctica y el progreso a medida que se corregían los errores en el mismo lugar de trabajo. Sobre este punto puede consultarse *El lenguaje de la prensa. Tucumán: 1900-1950*. 1997. Colección Interfaces. Buenos Aires: Edición de mi autoría.

usaba el pronombre de 3ra. Persona singular, continuando con una tendencia registrada ya desde el siglo XIX según lo señala E. Rojas (Rojas 1985: 291).

En efecto, la enclisis pronominal aparece muy generalizada, sobre todo con ciertos tiempos verbales como el presente de indicativo, pretérito indefinido y futuro, y cuando se constituyen enunciados mayores los cuales producen acumulaciones y encadenamientos que dificultan un poco la decodificación textual.

Cabe agregar que este fenómeno se registra en las diferentes secciones de los periódicos, las que por lo general reproducían los telegramas que enviaban los corresponsales de la capital, puesto que por entonces sólo la sección correspondiente a las noticias políticas locales se redactaba en la redacción, de modo que se puede suponer que era un rasgo estilístico común de la prensa escrita en el resto del país. A modo de ejemplo transcribimos las siguientes noticias:

- (1) Decretóse la reglamentación de la nueva ley de patentes y nombróse jurado respectivo. El gobierno ocúpase de la confección de varios proyectos que presentará en el próximo período legislativo (El Demócrata N. 403, año 1906).
- (2) El padre Becco inició una subscripción para costear la bandera argentina de seda que colocárase en la Basílica de Luján (El Demócrata N. 405, año 1906).

Advertimos que estos usos del pronombre aparecen no solo en enunciados aseverativos sino también ante lo hipotético, o sea en los casos que expresan conjetura o duda de su veracidad debido a la ausencia explícita del responsable de la aseveración, situación en la que el diario se limita a registrar lo que se considera un rumor, tal como leemos en el siguiente ejemplo:

- (3) Dícese que el almirante americano Bristol, subió en Venecia al tren en que viajaba Ismet Bajá (El Norte Argentino N. 412, año 1923).

Probablemente estos casos nos indican que no estamos muy alejados del uso moderno que haría la prensa de la forma pronominal *se*, usada cuando el enunciadador no se quiere comprometer con el enunciado que genera y lo atribuye a alguna fuente anónima o a un rumor, recurso que ya empieza a observarse al promediar la década de 1940. Pero, de todos modos, en la prensa de la provincia,

la enclisis iría desapareciendo lentamente y podemos asegurar que no subsiste pasado 1925.

Cabe preguntarse entonces, qué procesos se produjeron en la competencia morfológica de los hablantes para que se generase el desplazamiento de la combinación verbo + pronombre enclítico, seguido de una etapa de alternancia hasta la definitiva erradicación de esta fórmula en beneficio de la combinación pronombre + verbo.

Creemos que en este punto interviene la creatividad léxica, el componente morfológico, como componente autónomo de la gramática cuya función es dar cuenta del conocimiento que tiene el hablante de la estructura interna de las palabras, es decir de cómo se forman las palabras y cómo se combinan entre sí.

En efecto, los hablantes nativos de una lengua tienen acceso a un repertorio de morfemas (bases, raíces, afijos) que se combinan respondiendo a reglas específicas de la formación de palabras y respetando un orden fijo para excluir las malas formaciones

Por otra parte los ejemplos de la prensa, nos están mostrando el momento histórico exacto en que una regla de este tipo ha variado, de modo que lo que antes se consideraba adecuado, alterna y luego es suprimido frente a otro uso, preferido porque la regla ha ampliado su campo de aplicación y, sin resistencia, ha incorporado otro recurso estilístico que los lectores seguramente adoptaron casi sin darse cuenta.

En cuanto a la próclisis del pronombre se observa que hacia 1908 ya se prefería su uso, incluso en casos en que probablemente el emisor se hubiera inclinado por una enclisis, tales como los siguientes:

- (4) Siguen con gran actividad los trabajos para la organización del partido. En casa del presidente del Comité provisorio, se reúne diariamente la comisión, adoptando medidas preliminares (El Demócrata N. 639, año 1908).
- (5) Si el intendente de policía señor Maciel se diera cuenta de los deberes de su cargo y de su responsabilidad hubiera procedido en distinta forma... Y aquel funcionario se negó rotundamente invocando fútiles pretestos (sic) (El Demócrata N. 639, año 1908).

Por otra parte, si la prensa registraba el uso de la proclisis del pronombre, esto implicaba que ya por entonces se había modificado la competencia morfológica o de alguno de sus componentes: ya sea la gramática de base que le indicaría las reglas para la formación de palabras o el lexicon donde las entradas

están marcadas con indicadores de posibilidad de las unidades para formar elementos complejos.

Pero el cambio es aún más profundo ya que también debieron modificarse las informaciones de tipo fonológico, morfológico y sintáctico que tienen los hablantes competentes, además de las condiciones y restricciones de combinación de los morfemas

Por otra parte, cabe señalar que el diario *El Orden* es precursor en este aspecto puesto que en una nota de 1900 ya se observa la proclisis del pronombre, pero en alternancia con el pronombre enclítico en el mismo cuerpo del enunciado, por lo que deducimos que ambas formas se mezclaban y alternaban bastante en el uso antes de predominar la preferencia por una de ellas. Así leemos:

- (6) Ayer se efectuó una carrera de resistencia entre el andarín Ferrari y cinco socios del club Atlético Argentino. Ferrari perdió la carrera por la temperatura asfixiante y el abuso de soda y agua que hacía arrojar sobre el cuerpo (*El Orden* N. 4590, año 1900).

En este punto cabe preguntarnos qué razón pudo haber que justificara el cambio distribucional del pronombre y si este cambio posicional modifica o no su deixis.

No poseemos material de contraste proveniente de la comunicación oral, pero podemos advertir que se plantean dos posibilidades que primero alternan y luego una de ellas desaparece, o sea que en una primera instancia no están funcionando ninguna de las restricciones de nivel semántico, sintáctico, morfológico y fonológico que propone Aronoff para evitar la generación de palabras o combinaciones morfemáticas imposibles, aunque luego esto sí se da.

Pero veamos qué pasa con estas dos posibilidades combinatorias del pronombre en los diferentes niveles: a nivel semántico y pragmático, el orden no parece influir porque no cambia el significado del verbo ya sea con proclisis o enclisis pronominal, pero en el nivel de las restricciones sintácticas y morfológicas, advertimos que la proclisis es de carácter más general porque se utiliza con todo tipo de verbo.

#### 4. LA CONCORDANCIA PRONOMINAL, UNA DEIXIS QUEBRADA?

Por otra parte, pareciera ser que, tal como lo señalaba la escuela estructuralista, ciertos fenómenos solo pueden ser explicados en conjunción del nivel morfológico y sintáctico. Es el caso de la concordancia pronominal y

el uso peculiar de los pronombres le y lo, que han dado como origen a los fenómenos del leísmo y loísmo.

En efecto, se puede señalar que en este caso, el cambio de pronombre le/la está relacionado con un cambio funcional, lo cual está mostrando una estrecha relación entre forma y función razón por la cual se justificaría un estudio morfosintáctico.

Pero por otra parte, la gramática generativa también reconoce la necesidad de vincular estos dos estratos especialmente cuando se trata de piezas léxicas formal y semánticamente emparentadas, y los cambios de articulación sintáctica se derivarían de estos cambios de forma entre la pieza léxica original y su derivado.

Lo cierto es que hay una gran similitud entre las reglas sintácticas que operan en el componente morfológico con algunas que operan en el sintáctico, lo cual lleva a suponer que si se pudieran explicar todos los aspectos de la formación de palabras con mecanismos propios del componente sintáctico, resultaría impropio postular un componente morfológico autónomo, que tuviera su vocabulario, elementos constitutivos propios y reglas a las que se recurre para combinarlos.

Probablemente lo adecuado sería admitir que las reglas sintácticas pueden hacer referencia a rasgos morfológicos, sin que esto implique que puedan incidir en la estructura interna de la palabra, de modo que las reglas de la concordancia por ejemplo, harían referencia a rasgos como el número o el género pero no a la relación entre una palabra y sus correspondientes recursos de sufijación, prefijación o infijación.

Así, en el caso de la concordancia pronominal no nos interesan las marcas internas sino aquellas que tienen incidencia en la concordancia sintagmática y por lo tanto son pertinentes también para el nivel sintáctico.

De modo que habría dos instancias: una primaria en la que las formas flexionadas se generarían con independencia de los requisitos sintácticos específicos a los que están sometidas, y luego otra en la cual se coloca la forma apropiada de la palabra en la posición sintáctica apropiada. La falta de concordancia, entonces surgiría cuando una palabra se inserta en la posición sintáctica determinada pero con rasgos morfológicos diferentes de los rasgos requeridos en dicha posición.

Uno de los casos más comunes de esta situación se advierte cuando el pronombre no concuerda con su antecedente en género si bien lo hace en número, especialmente si el antecedente está alejado, tal como se advierte en el ejemplo que transcribimos:

(7) La fiesta del 9 de Julio

En otros años cuando se vislumbraba la llegada del aniversario glorioso del 9 de Julio, gobierno y pueblo se preparaban para conmemorarlo del mejor modo posible, tanto más que se trata de una fiesta eminentemente tucumana. El gobierno nombraba para el caso una comisión organizadora de los festejos, lo que se preocupaba del ornato de la ciudad, de los fuegos artificiales, biógrafo, distribución gratuita de pan y carne para el pueblo, de fomentar peregrinaciones patrióticas a la casa histórica, de veladas musicales y gratuitas para la escuelas, desfiles de las mismas... (El Deber N. 249, año 1911).

Aquí el pronombre *lo* está vinculado anafóricamente a su antecedente, un sustantivo femenino, y es preferido en vez de su correspondiente *la*. Y este es un punto importante a tener en cuenta, ya que en todos los casos se trata de un antecedente de género femenino al que el pronombre, por su función anafórica se refiere pero adoptando una forma masculina.

Otros casos similares son los siguientes:

(8) En Loreto

Es horrible describir la horrible situación en que se encuentran los pobladores de esta desgraciada villa. No hablemos de ésta, desde que ya se lo considera perdida para siempre (El Demócrata N. 1235, año 1910).

(9) Una carta de Estados Unidos confirma que por el momento Mr. Roosevelt no hará su visita á la Argentina pero es posible que lo realice en 1916 (El Diario del Norte N. 164, año 1913).

Así, pareciera que de alguna manera, la cohesión interna del texto se disloca y quiebra en apariencia, puesto que el referente no coincide con el término referido al no concordar en género y número, pero además nos preguntarnos si en la competencia del hablante no se estaba produciendo un fenómeno según el cual el término marcado como masculino invadía el campo semántico de su par femenino tal como sucede con ciertas formas sustantivas.

Cabe aclarar que las faltas de concordancia son muy frecuentes en los diferentes periódicos y en un principio suponíamos que esto se debía al apuro en publicar una noticia, o porque quienes integraban las redacciones no tenían un basamento teórico que les señalara estos errores.

Pero no se puede hablar solo de la aparente distracción de un redactor o de la peculiaridad expresiva de un periódico, ya que este fenómeno es percibido en diferentes periódicos a lo largo de los años.

Lo cierto es que para explicar este fenómeno debemos volver a algunas teorías de Halle 1945, quien nos ofrece elementos necesarios para plantear una hipótesis en estos casos especiales de falta de concordancia.

En efecto para Halle el componente morfológico tiene cuatro subcomponentes: a) una lista de morfemas, b) las reglas de formación de palabras que por un lado indican cuáles son las combinaciones aceptables de morfemas y cuáles no, y su orden secuencial para indicar la información semántica regular, es decir cuando la palabra no sufre una desviación de su significado, c) el filtro que mandará al diccionario solamente las palabras que existen en la lengua y d) el diccionario, donde se registran todas las palabras que efectivamente posee la lengua.

Cabe preguntarnos entonces, qué pasaba con el filtro que permitía el paso de estas combinaciones aparentemente erróneas a la prensa escrita?

Evidentemente los subcomponentes fueron variando con el tiempo, y por entonces, dejaban pasar relaciones como las que se dan en los ejemplos citados produciendo una actual falta de concordancia, que quizás no eran consideradas como tales, probablemente por influencia del uso oral.

Por otra parte nos preguntamos hasta qué punto estas situaciones alteraban o no el proceso de deixis (tan fuerte en el pronombre) entendiendo por tal una categoría más amplia, referida a un funcionamiento lingüístico general que establecería una relación con la situación, el contexto y la interlocución en un plano mostrativo, siguiendo los estudios de otros especialistas,<sup>2</sup> y que en todos los casos se trata de una deixis lingüística y anafórica porque aluden a elementos ya citados en el propio contexto lingüístico.<sup>3</sup>

De modo que si la presencia del contexto y la interlocución es tan poderosa, es probable que este tipo de noticia, más cercano a la crónica que a la información promueva relaciones de esta naturaleza.

---

<sup>2</sup> Al respecto pueden consultarse los trabajos de Pedro Carbonero Cano. 1979. *Deixis espacial y temporal en el sistema lingüístico*. Sevilla. Y César Hernández Alonso. 1984. *Gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, para quien hay también deixis en el adverbio y en las formas personales del verbo.

<sup>3</sup> El punto problemático de los deícticos es el de su significación porque como opina Lyons, J. 1973. En *Introducción a la lingüística teórica*. Barcelona: Teide, los deícticos son términos que tienen una fuerte vinculación con el enunciado además de significado en el sentido de que aportan una información pero no significan, no expresan su contenido semántico determinado y fijo en cualquier contexto y situación.

## 5. OTROS NOMBRES, LOS MISMO CASOS?

Por otra parte, la prensa tucumana predominaban los casos de laísmo, o sea situaciones en las que el pronombre *la* es usado en función de Objeto Indirecto (Rojas 1985: 293), especialmente en las notas de las primeras décadas del siglo, constituyendo un problema de muy antigua data (Alonso 1975: 154), que ha suscitado continuas discusiones entre los estudiosos del lenguaje, ya que la confusión sería tan antigua que incluso se habrían encontrado ejemplos en la época medieval.

Para explicar este fenómeno se debe recordar que así como existe la competencia lingüística entendida como la capacidad de entender y crear emisiones del lenguaje, algunos estudiosos postulan la existencia de una competencia morfológica, concebida como el conocimiento que tiene el hablante de la estructura interna de las palabras, de cómo éstas se relacionan y de cuáles son los principios que rigen la formación de nuevas palabras.

Así encontramos casos en los que el pronombre establece una relación referencial con el ítem referido manteniendo la concordancia, pero aquí en vez de haber recurrido a la forma *le* se prefiere *la* como se advierte a continuación:

(10) Una dentadura magnífica pero inútil (Anécdota del diario "La Mañana")

Cuando vinieron los primeros dentistas americanos hubo una revolución en los procedimientos y sobre todo en los precios. A una respetable señora-viuda de un general de la Independencia — se la aconsejó que se hiciera poner una dentadura completa. La señora se decidió y vio a un dentista americano quien la dijo: "Ha hecho usted perfectamente en venir yo le arreglaré una dentadura magnífica con la cual podrá usted masticar perfectamente" (El Demócrata N. 1707, año 1911).

Sin embargo, como se trata de una noticia transcrita de otro diario, no podríamos asegurar que se trata de un uso nativo de la forma que de todos modos mostraría la gran inestabilidad expresiva de los periodistas en cuanto al uso de la lengua, sobre todo cuando estaban transcribiendo un estilo directo o indirecto, y que se evidencia en el plano cohesivo del enunciado.

Otro ejemplo similar, pero que nos revela la preferencia por el pronombre *le* en vez de *lo* en función de Objeto Directo, es el siguiente:

(11) El baile del Club

Grandioso promete resultar el baile que la noche del 8 de Julio darás en los magníficos salones del Club Social, en honor del vice-presidente



de la República y de los congresales que le acompañan (El Demócrata N. 1604, año 1911).

Este uso se registra aún hacia 1925, cuando se observa una marcada alternancia en el uso de los pronombres *le/lo*, en función de Objeto Indirecto, como en el siguiente ejemplo:

- (12) Como se produjo la rendición de Darquebdani en Marruecos  
... Y que enfermo él también, se incorpora a su regimiento que se halla en Kandussi se le ordenó marchar a Darquebdani como el punto de una etapa para avanzar hasta Afrun, que al llegar a Darquebdani se lo ordenó que permaneciera allí hasta recibir nuevas instrucciones (El Deber N. 222, año 1925).

También observamos que la alternancia se produce con idéntico verbo y construcción en un mismo párrafo, por lo que suponemos que se hacía un uso indistinto de las formas en una época que no existían los manuales de estilo en las redacciones, pero además en el nivel superficial del texto existe una fuerte tendencia a vincular el referente con el ítem referido, manteniendo la concordancia de género.

A veces encontramos también la forma pronominal *os* correspondiente a la segunda persona plural, en total desuso en la actualidad en la región, a la que se recurría cuando se quería dotar a la prosa de un pretendido estilo poético y literario que en realidad rayaba en la cursilería, tal como se advierte en el ejemplo se transcribe a continuación

- (13) ¿Os gusta el azabache? Es el detalle de última moda. Se le aplica en todo. Se hacen con él mangos de sombrilla, preciosa, bolsas y hebillas de zapatos. Las hebillas más bonitas se hacen de cuentitas redondas, cocidas muy juntas y mezcladas con algunos toques de azabache cortado en facetas (El Diario del Norte N. 296, año 1911).

Esta situación era común en todos los periódicos porque la página de la mujer recurría a elementos expresivos muy alejados del uso corriente en un afán de elegancia y distinción con el cual se quería llegar a las destinatarias en forma más eficaz, y por eso tenía un estilo totalmente diferente al que se advertía en el resto de las secciones.

Cabe agregar que esta sección tenía un carácter marcadamente conservador en cuanto a las estructuras lingüísticas y si bien por lo general la página

de la mujer estaba redactada por hombres, evidentemente al construir un lector modelo femenino como receptor de su discurso, el enunciador cuidaba y formalizaba su texto en alto grado intentando un estilo que no molestara ni alejase a las lectoras sino que las incitara a leer — y comprar — asiduamente el diario.

## 6. LAS FORMAS DE TRATAMIENTO: LA DISTANCIA DE LA PALABRA

Si bien nos apoyamos en nuestro estudio en la capacidad operativa de las reglas morfológicas, entendemos que éstas por sí solas (por más que se modifiquen a través de subreglas) no pueden predecir con total seguridad formaciones posibles ni excluir creaciones léxicas que en tiempos de formulación de la regla podrían haberse concebido como inaceptables.

De modo que un estudio más completo e integral de los procesos de formación de palabras, por más que pudiera considerar un análisis morfofonológico, semántico y sintáctico de las estructuras subyacentes, tendría que valorar factores extralingüísticos tales como el contexto cultural, social e histórico en el que se producen dichas formaciones.

En este punto cabe aclarar que para algunos estudiosos, la concepción corriente de que los pronombres no constituyen una categoría lingüística y que carecen de significado se debe superar. Así otras investigadoras (García y Alonso 1981: 35) señalan que

los pronombres desencadenan una actividad humana cuyo centro es la persona en la relación dialógica porque los pronombres son enunciadores o marcadores de la enunciación que muestran la energía del lenguaje en su producción efectiva y relacionan la actitud del yo frente al mundo externo.

Así, el tratamiento de los pronombres obliga al lingüista a adoptar otro punto de vista (lejos del funcionalismo según el cual el pronombre era una forma vacía de significación y del estructuralismo que considera a la funcionalidad apoyada solamente en oposiciones y diferencias) y ubicarse en el momento de la enunciación, porque es entonces cuando el sistema pronominal aparece con su valoración propia distinguiéndose como categoría.

Entonces desde esta perspectiva, los pronombres serían justamente las palabras más fijas en cuanto a su significado y en relación con quien habla, puesto que *yo* es siempre el que habla, *quien* apunta a que se desea satisfacer una curiosidad acerca de un desconocido, *aquí* alude el lugar desde donde se habla, etc.

De modo que si bien el componente estilístico y factores de tipo psicológico, no son considerados en la morfología léxica, son determinantes en la lexicogenesis cuando se tienen en cuenta las características psicosociales del locutor y receptor además del contexto cultural e histórico, y probablemente también intervengan en la alternancia de usos pronominales junto con otros factores extramorfológicos.

Creemos que este sería el caso del voseo que muchas veces puede vacilar con el tuteo en la correlación pronombre-verbo, y que es muy frecuente en la prensa escrita de la época que nos ocupa, tal como se advierte a continuación.

(14) Diálogo terrible

El doctor Mena critica á un opositor udaonista su conducta al no secundar la acción política del gobierno. "Tienes razón, Próspero, yo debía secundarte y esta fue la primera intención, pero cuando me he convencido que vos, Frías Silva, Mariño y Sosa no hacen gobierno ni ministerio ni policía, sino que es Miguel Padilla y Brígido Terán quienes hacen todo" (El Demócrata N. 1250, año 1910).

Aquí se observa que el pronombre de segunda persona singular *vos* está expresado con claridad, pero en la oración que encabeza la cita puede tratarse de *tú*, puesto que ambas formas alternaban en la correlación con el paradigma verbal especialmente en relaciones simétricas de confianza, ya que el periodista transcribe una supuesta conversación entre dos rivales políticos que se tratan de manera informal, pero traslada las pautas de su propia competencia comunicativa, produciendo una mezcla en los usos pronominales.

Así advertimos que en el paradigma pronominal se mantiene vital la segunda persona plural *vosotros*, en vez de *ustedes* para un trato familiar de proximidad, como el que usan los cronistas cuando se dirigen al público e intentan lograr una actitud cómplice y una adhesión a su discurso, y esta forma pronominal aparece implícita en el verbo que le corresponde en ejemplos como los siguientes:

- (15) La coalición ha descubierto su juego. Se había propuesto asustar al Presidente en procura de la lista mixta... A este fin, en el programa coalicionista se incluyó un capítulo sencillamente (sic) delicioso que bien podría titularse así "La tentación de los ministros. Ya lo conoceis" (El Demócrata N. 20, año 1906).

- (16) Coquelín había dejado en boga el famoso y divertido elogio del Zorro.  
Recordadlo... (El Demócrata N. 20, año 1906).

Cabe señalar que ambos ejemplos provienen de una sección donde se publicaban las noticias que enviaban los corresponsales de Buenos Aires, o sea que tampoco se trataba de noticias redactadas en Tucumán, pero el fenómeno estaba extendido, ya que se repite en otros periódicos.

Todavía en un ejemplar de 1911 encontramos formas concordantes con *vosotros* en los pronombres posesivos y personales si bien se imita un lenguaje de tipo protocolar como es el judicial, tal como se observa en la siguiente nota:

- (17) En el tribunal

— Es vuestro primer robo agarrando la cartera, no habéis tenido una emoción cualquiera?

— Yo tenía miedo (sic) que estuviera vacía (El Diario del Norte N. 133, año 1911).

Por último señalaremos que la segunda persona plural *vosotros* sigue usándose frente a la absoluta ausencia de *ustedes*, ya no en noticias o crónicas de interés general, sino incluso en columnas destinadas a la narración de curiosidades o en páginas destinadas a la mujer que como ya señalamos, era de estilo más conservador, tal como se advierte en el siguiente ejemplo, donde se aconseja cómo tener las manos en condiciones y se concluye así:

- (18)... No olvidéis que la mano de una mujer, especialmente sus uñas, nos hablan del refinamiento y cultura de su espíritu (El Norte Argentino N. 412, año 1923).

En este caso, la forma correspondiente a *vosotros*, ayuda al tono general de la nota que es casi prescriptivo, porque se está enfatizando un concepto sobre la esencia de la femineidad que se cree básico e inalterable.

Quizás por eso, el uso de este pronombre sea preferido dentro de un estilo más general del texto que intenta ser elegante y formal, para concluir con una premisa expresada con una seguridad casi doctoral.

Así pues, si el pronombre es una categoría de palabra por la que se manifiesta la persona y se relaciona con el mundo de los objetos, con los participantes en el coloquio, y con la situación de comunicación, es una categoría déctica que tiene como punto de referencia la situación comunicativa

y por eso resulta interesante la selección y las alternancias que realiza el hablante de los diferentes pronombres en el hilo del discurso

## 7. EL ARTÍCULO O LA COMPLICIDAD EN EL COLOQUIO

En cuanto al artículo, incluimos sus particularidades porque, según se lo ha definido, se trata de un pronombre identificativo de un objeto nombrado por el sustantivo (siempre que el objeto sea consabido y se halle en el campo de atención de los hablantes) al que el hablante recurre cuando el nombre ya ha sido presentado en el hilo del discurso o cuando el objeto pertenece a contextos extraverbales históricos, empíricos, etc.

En efecto, al parecer el origen de los artículos determinados está en los demostrativos, pronombres que evolucionaron a artículos por un proceso de desgaste semántico, si bien hay quien señala (Bosque 1991: 179) que no parece que este supuesto proceso devaluativo tenga un status teórico claro que los convierta en algo más que una intuición.

Lo cierto es que la proximidad entre artículo y pronombre se debe a que determinar es una forma de referir, y el artículo apunta a la referencia ya sea por una deixis espacial temporaria o anafórica, si hubo mención previa de un referente vinculado al objeto al que aludimos, o si se refiere a algo vinculado con el universo discursivo compartido, pero el demostrativo apunta a un contexto físico o textual mientras que los artículos ubicarían la referencia en contextos situacionales más amplios.

En cuanto a su uso en la prensa, es común encontrar al artículo delante de los nombres de países o localidades, un uso perimido en la actualidad y que era propio del siglo pasado probablemente por influencia del francés, pero no nos atreveríamos a decir que es un rasgo muy generalizado ya que se lo encuentra en un solo periódico en ejemplos como los siguientes:

(19) Una de las cuestiones fundamentales, la más visible, que ha sido el origen de la lucha política que agita la Inglaterra, procede de la diversa inteligencia de las cámaras de lordes y comunes, acerca de sus respectivas facultades en materia de impuesto (El Demócrata N. 1235, año 1910).

En el Rosario se formó una compañía con quinientos mil pesos para explotar los bosques del Chaco Paraguayo (El Demócrata N. 421, año 1907).

Sobre esta cuestión, también se nos indica (Alcina Franch y Blecua 1982: 563) que el artículo va con nombre propio cuando va acompañado de adjetivos o cuando el artículo forma parte del nombre, situaciones que en la actualidad el español de la región tiende a rechazar o prescindir.

Pero aún hoy en la zona se mantienen otros usos tal como utilizar el artículo cuando se está nombrando una calle de la ciudad para revelar la intimidad del hablante respecto a una cosa que conoce muy bien, como las calles de su ciudad (Rojas 1981: 138). Así, hemos encontrado el siguiente ejemplo:

- (20) Una vez unidas, las columnas de la manifestación seguirán por la Santiago hasta la plaza Alberdi (El Deber N. 209, año 1925).

Creemos que este rasgo es otra influencia del uso oral en el cual algunas calles son llamadas por la primera parte de su denominación (en este caso la provincia argentina de Santiago del Estero) o por el nombre de la persona que están evocando elidiendo el apellido. Así por ejemplo cuando se menciona la calle Crisóstomo Alvarez, se la menciona como la Crisóstomo y no la Alvarez, como podría suponerse.

Por otra parte, aún hoy en toda la zona persiste el artículo ante nombre propio, uso que los niveles escolarizados tienden a suprimir mientras que en ocasiones aporta a modalizar el enunciado, como se lee a continuación:

- (21) Maipú y Corrientes, domicilio de Isabel Lucero. El sujeto Custodio Sueldo conversaba amigablemente con la Lucero cuando... (El Demócrata N. 1117, año 1909).

En este ejemplo se advierte que el artículo está sustentando un tratamiento despectivo hacia la protagonista femenina del episodio, actitud que constituye un rasgo periodístico típico observable incluso en las noticias policiales de la actualidad.

Al respecto, se señala (Rojas 1980: 137) que se trata de una de las construcciones más difundidas en esta ciudad es la compuesta por el artículo "la" + nombre de pila o apodo de mujer y que se encuentra tanto en los nivel sociolingüísticos medios como en el ámbito familiar de los niveles altos, que por otra parte, sería un caso muy común en la actualidad y en plena expansión.

Pero en el ejemplo que hemos transcripto, advertimos que el periodismo también está siguiendo la norma del discurso forense (Alcina Franch y Blecua 1982: 561) según la cual se debe mencionar con artículos a los delincuentes y

procesados, y entonces probablemente por extensión se lo coloca también ante el nombre de hablantes de los niveles mencionados o remedando la lengua coloquial.<sup>4</sup>

Por su parte, a veces el artículo indeterminado aparece casi como un elemento superfluo, prescindible en la lengua actual, tal como se lee a continuación:

- (22) Los sucesos de anoche, la agitación de la multitud, las corridas, el tumulto, las cargas de los cosacos<sup>5</sup> y la gritería de la plaza han dado un otro mal rato a este interventor y a esos nepotes (El Demócrata N. 23, año 1906).

Cabe recordar que el artículo interpuesto entre el verbo y el pronombre es un rasgo arcaizante. Además, no es raro encontrar una falta de concordancia entre el artículo y el sustantivo que modifica, como se lee en esta nota:

- (23) Se nos dice que el sábado tendremos en el Belgrano un gran novedad: El Biógrafo que habla (El Soffiето N. Del 30-8-1906).

De modo que el problema de la concordancia al cual ya nos hemos referido, se produce también con el artículo masculino que al igual que con los pronombres, está invadiendo el espacio de su par femenino

A modo anecdótico, la nota nos permite saber cuándo llegó el cine sonoro a Tucumán, llamado en sus primeros tiempos biógrafo.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> El diario ABC de Madrid, en 1947, proponía acabar definitivamente con las confusiones populares y literarias en el uso de *le, lo y la*, unificando los usos: *la/las* para los femeninos, *le/les* para los masculinos, y *lo/los* para los neutros, porque estos eran los pronombres que usaban con el pueblo los grandes escritores que buscaban la naturalidad, la elegancia, situación que se da en ciertas regiones de España y difiere del uso en Argentina.

<sup>5</sup> Teruggi, Mario. 1978. *Panorama del lunfardo*. Buenos Aires: Sudamericana. En la pág. 71, señala que en lunfardo se le llama así a la policía a caballo.

<sup>6</sup> Nótese la presencia vital de un término en completo desuso actual: "biógrafo" para referirse al cine, término que debió desaparecer en Tucumán hacia la segunda década del siglo, cuando el filtro morfológico no permitió el paso al lexicón y desaparece de los periódicos.

## 8. CONCLUSIONES

El pronombre es una forma que presenta indudables dificultades en su estudio si se adopta una postura teórica rígida, mientras que por lo contrario la confluencia de otros modelos enriquece el análisis, especialmente si se intenta un abordaje en diacronía.

Creemos que esta actitud es la adecuada para explicar algunos problemas como la rección y la concordancia, puesto que se debería adoptar un criterio flexible que considerara también las variables proporcionadas por el contexto y la situación, más aún si se trata de un texto escrito

De alguna manera, Ana M. Barrenechea y Mabel Manacorda de Rosetti intentaron buscar una salida y completar su estudio proponiendo otras perspectivas. Nosotros quisimos mostrar, a modo de merecido homenaje a estas autoras, cómo todavía no está todo dicho y cómo el campo del estudio pronominal sigue abierto a los aportes de otras teorías.

Por otra parte, el discurso de la prensa abunda en situaciones que requieren un abordaje integral, puesto que tal como lo hemos mostrado, constituye un rico material en el que puede ser registrada la expresividad y la oralidad de los hablantes además de advertir las modificaciones que se producen por el paso del tiempo en la competencia morfológica de los hablantes de una región.

Hemos intentado analizar tan solo la situación de una categoría lingüística dentro de este contexto, pero sería de gran riqueza intentar un abordaje similar también con otras clases de palabras en las distintas regiones de Hispanoamérica.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCINA FRANCH, Juan y BLECUA, José Manuel. 1982. *Gramática española*. Barcelona: Ariel.
- ALONSO, Martín. 1975. *Ciencia del lenguaje y arte del estilo* Madrid: Aguilar.
- ALVAR EZQUERRA, Manuel. 1996. *La formación de palabras en español*. Madrid: Arco Libros.
- ARONOFF, Mark. 1976. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press.
- BARRENECHEA, Ana M. y MANACORDA DE ROSETTI, Mabel. 1969. *Estudios de gramática estructural*. Buenos Aires: Paidós.
- BOSQUE, Ignacio. 1991. *Las categorías gramaticales*. Madrid: Síntesis.
- GARCÍA, Susana y ALONSO, María Julia. 1981. *Estudios gramaticales*. Buenos Aires: Biblos.



- HALLE, Morris. 1945. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry* 4. 3-16.
- KOVACCI, Ofelia. 1990. *El comentario gramatical I*. Madrid: Arco Libros.
- \_\_\_\_\_. 1992. *El comentario gramatical II*. Madrid: Arco Libros.
- LANG, Mervyn. 1990. *Formación de palabras en español*. Madrid: Cátedra.
- ROJAS, Elena. 1980. *Aspectos del habla en San Miguel de Tucumán*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, Programa nº 63 de Ciencia y Técnica.
- \_\_\_\_\_. 1981. *Americanismos usados en Tucumán*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.
- \_\_\_\_\_. 1985. *Evolución histórica del español en Tucumán*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán.
- SELKIRK, Elizabeth. 1982. *The syntax of words*. Cambridge: MIT Press.
- URRUTIA, Hernán. 1978. *Lengua y discurso en la creación léxica*. Madrid: Planeta.
- VARELA ORTEGA, Soledad. 1992. *Fundamentos de morfología*. Madrid: Síntesis.
- \_\_\_\_\_. 1993. *La formación de palabras*. Madrid: Taurus.

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

WALDEMAR FERREIRA NETTO  
*Universidade de São Paulo*  
MARIA ELISA MARTINS LADEIRA  
*Centro de Trabalho Indigenista*

*ABSTRACT: In this paper, we intend to describe the use and the knowledge of terena language among Terêna people, who live in the city of Miranda-MS, Brazil. This analysis takes, as a point of view, quantitative and demographic evaluations. The data were collected in a field work.*

*KEY WORDS: demography, terena and sociolinguistics.*

*RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo descrever o uso e o conhecimento da língua terena entre o Terêna que vivem no município de Miranda-MS, Brasil, tomando como ponto de vista avaliações quantitativas e demográficas. Os dados foram coletados em pesquisa de campo.*

*PALAVRAS-CHAVE: demografia, terena, sociolinguística.*

## 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

### 1.1. Motivos que levaram à elaboração da pesquisa

O baixo número de falantes de línguas indígenas como língua materna tem provocado preocupações diversas, em diversos setores da sociedade, quanto aos mecanismos que seriam capazes de inverter esse processo (Rodrigues 1992). A educação escolar é um dos mecanismos que mais frequentemente vêm sendo tomados nesse sentido (Hale 1992). O estabelecimento de uma grafia, bem como a documentação impressa das línguas em desuso, seriam as maneiras hipoteticamente possíveis para a conservação do uso da língua. No interior da escola, dentro da sala de aula, a língua tradicional, em desuso pelo grupo, poderia 'revitalizar-se' entre os alunos, para assumir, novamente, seu papel de veículo de comunicação formal e informal na fala cotidiana da população.

Muito embora esse papel a ser assumido pela educação escolar ainda não tenha tido uma eficácia assegurada (Ferreira Netto 1994), a realidade do uso da língua para além dos muros da escola precisa necessariamente ser conhecida. Na medida em que a língua tradicional do grupo cumpre suas funções veiculares no uso cotidiano e ritual, entre outros, sua compreensão no ambiente escolar dificilmente pode garantir sua expansão para outros ambientes e para outros falantes.

Será, pois, necessário conhecer com exatidão os ambientes em que o uso da língua tradicional do grupo se mantém e as pessoas que ainda são capazes de fazê-lo. A partir de uma descrição dessa natureza, será possível compreender mecanismos viáveis para estimular a reprodução desses ambientes.

As comunidades Terêna localizadas no estado do Mato Grosso do Sul passam por situação semelhante à que foi descrita. Grande parte de sua população não mantém o uso da língua tradicional, senão em algumas áreas específicas, como no caso do P.I. Cachoeirinha, no município de Miranda. Embora os professores, que na quase totalidade são da própria comunidade, ministrem as aulas na maior parte das vezes em Terêna, no interior das áreas, cujo ensino vai até a 4ª série do 1º grau, há uma resistência da comunidade em sistematizar o uso da língua Terêna na língua oficial de alfabetização, já que entendem que os resultados imediatos de um curso dessa natureza não os auxiliariam nas relações com as comunidades regional e nacional brasileiras.

A situação do uso da língua Terêna pela própria comunidade é ainda muito pouco conhecida, sendo tão-somente considerada a partir de opiniões pessoais dos próprios Terêna, de funcionários da FUNAI ou de outros profis-

sionais que atuam nas áreas. A proposta dessa pesquisa foi, assim, realizar um levantamento rigoroso capaz de mostrar a situação do uso da língua nas diversas áreas Terêna.

## 1.2. A solicitação dos grupos

Em reunião realizada pelo Centro de Trabalho Indigenista na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, no ano de 1995, a que compareceram não somente professores Terêna do município de Miranda (MS), mas também representantes da FUNAI, do Museu do Índio, da Secretaria Especial para Assuntos Indígenas do Mato Grosso do Sul, da Secretaria da Educação do Mato Grosso do Sul e da Secretaria Municipal de Educação de Miranda (MS), foi sugerida a realização de um levantamento que permitisse mapear o uso da língua Terêna em Miranda, extensivo a todas as comunidades em que os Terêna estivessem presentes. Esse mapeamento incluiria desde as áreas indígenas Terêna do município de Miranda (MS) e de Aquidauana (MS) até as áreas Guarani do MS e de SP e Kadiwêu do MS. Também era propósito realizar esse levantamento junto aos Terêna que, atualmente, se encontrassem fora de áreas indígenas, nas fazendas ou cidades das regiões próximas a suas comunidades. O escopo de um projeto dessa natureza não era compatível com suas possibilidades de realização. Dessa maneira, preferiu-se optar pela realização do levantamento, como etapa inicial, apenas nas aldeias Terêna do município de Miranda, onde o CTI vem desenvolvendo uma relação de assessoria e a 'questão da língua' vem sendo discutida já há algum tempo.

O decreto presidencial nº 22, de 1991, alterou significativamente as responsabilidades pela educação indígena do país, repassando-as formalmente às Secretarias de Educação estaduais e municipais e determinando, constitucionalmente, que as escolas indígenas fossem diferenciadas do restante das escolas oficiais, como forma de garantir a diversidade cultural de cada povo. A consequência imediata desse decreto foi a redução, pelas Secretarias de Educação, da especificidade a que as escolas indígenas teriam direito à imposição de uma alfabetização na língua materna.

Nesta reunião, as diferenças em relação a essa questão ficaram evidentes. A Secretaria de Educação queria garantir a especificidade através de uma classe piloto que fosse alfabetizada em Terêna, seguindo uma metodologia proposta e o material elaborado pelo Summer Institute of Linguistics. Os professores Terêna, inclusive o presidente da APROTEM (Associação dos Professores Terêna de Miranda), e o então secretário de Assuntos Indígenas, também Terêna, discordando da proposta, enfatizaram o aprendizado do português

como o objetivo primordial da escola e, por isso, não aceitaram, nas aldeias, uma escola diferenciada da escola nacional regular.

Nesse questionamento os Terêna referiam-se, especificamente, às dificuldades que encontravam na escola, quanto ao bom andamento dos trabalhos didáticos. Propunham que o baixo rendimento dos alunos, sobretudo na passagem da 4ª para a 5ª série do grau, quando são obrigados a deixar a escola da aldeia para ingressarem em escolas localizadas em municípios urbanos próximos, associava-se diretamente ao fato de tratar-se de alunos falantes do Terêna, pouco proficientes na língua portuguesa, que encontravam dificuldades em acompanhar as atividades escolares normais de uma escola pública em ambiente monolíngüe português. Ressalte-se que, nas escolas em área Terêna, especialmente em Cachoeirinha, a língua falada nas salas de aula é principalmente a língua Terêna, sendo o uso da língua portuguesa restrito a contextos muito específicos, fato, entretanto, que não se repete em Lalima, em que as aulas são ministradas exclusivamente em português. Segundo essa hipótese, o aproveitamento dos alunos Terêna originários de escolas de Cachoeirinha e de Lalima teria de ser bastante diferenciado entre si. A mesma diferença deveria manifestar-se, também, entre alunos proficientes na língua Terêna e os não proficientes.

O conhecimento e o uso da língua Terêna, entretanto, pareceram superavaliados no que diz respeito às dificuldades na aquisição dos conhecimentos específicos da educação escolar, não somente por um hipotética influência negativa, mas também por um desconhecimento da situação de uso próprio da língua nas diversas comunidades.

Para tanto, seria necessário conhecer a situação de uso da língua Terêna e cotejá-lo com o aproveitamento dos alunos Terêna nas escolas dos municípios próximos das comunidades, em particular de Miranda (MS). Como contrapartida do projeto de Pesquisa Sociolingüística nas Áreas Terêna do Município de Miranda, MS, o CTI vem desenvolvendo, paralelamente, outra investigação, junto à Secretaria Estadual de Educação do MS e da Secretaria Municipal de Educação de Miranda, que visa à verificação do aproveitamento dos alunos Terêna nas escolas públicas que frequentam.

Estes foram os questionamentos que, em síntese, motivaram os professores Terêna a incentivar a realização de um levantamento dessa natureza.

### 1.3. A formação de professores

Em suas comunidades, os Terêna têm longa tradição escolar, até mesmo com professores já aposentados. Esse fato, entretanto, não lhes tem possibi-

litado desenvolver suas próprias investigações quanto à macrocompreensão dos problemas que enfrentam em suas atividades corriqueiras. Dificuldades, principalmente de natureza material, associadas às de natureza teórica, têm se anteposto às soluções que desejam obter. O acesso às várias comunidades Terêna é demasiadamente custoso, não só quanto ao transporte necessário para uma equipe relativamente extensa, mas também quanto à própria manutenção dessa equipe para o trabalho de obtenção de informações nas áreas e, nos períodos subseqüentes, para o processamento das informações adquiridas. Por se tratar de comunidades numerosas, os dados obtidos partirão de centenas de entrevistas e somarão milhares de informações que, para serem cruzadas de forma a se obter resultados, requererão o trabalho de mais de uma pessoa durante um longo período. Da mesma maneira, mesmo com os dados devidamente coletados e processados, faltam, aos professores, modelos teóricos que lhes permitam interpretações seguras dos resultados obtidos, nesse caso, modelos estatísticos e lingüísticos, disponíveis apenas em manuais técnicos de leitura difícil para os não iniciados.

## 2. TEORIA SOCIOLINGÜÍSTICA

### 2.1. Modelo para a análise

Considerando-se que o propósito da pesquisa era tão-somente verificar a extensão do uso da língua Terêna nas comunidades Terêna de Miranda, não houve a preocupação de valer-se de testes sociolingüísticos rigorosos, para avaliar a variação interna à própria língua. O objetivo básico foi estabelecer um mecanismo de avaliação da proficiência do entrevistado na língua Terêna. Assim, optou-se pela aplicação de um conjunto de questões, gravadas em fitas cassete, para as quais o entrevistador orientava-se por um conjunto de perguntas previamente estabelecidas (Fasold 1984).

O conjunto de perguntas dividia-se em três blocos básicos: i) *identificação do entrevistado*, no qual se procurava conhecer a história de vida de cada um, sua origem étnica, idade, sexo, filiação, estado civil, escolaridade e algumas informações subjetivas sobre o uso da língua; ii) *conhecimento da língua*, no qual se procurava verificar a proficiência do entrevistado na língua Terêna, a partir de alguns estímulos como gravações em língua Terêna e em língua portuguesa, que teria de traduzir para o português e para o Terêna, uma seqüência de desenhos, a partir da qual teria de criar uma narração em Terêna e em português, e uma seqüência de fotografias, em que apareciam objetos

comuns, mas estranhos à cultura tradicional Terêna, e objetos tradicionais da cultura Terêna, os quais teria de denominar em Terêna e em português; e iii) *uso da língua*, no qual, a partir de questões fechadas, o entrevistado teria de oferecer respostas do tipo ‘sim’ ou ‘não’ a perguntas sobre o uso da língua Terêna em situações específicas.

Por tratar-se de um conjunto de questões abertas, a avaliação objetiva da proficiência lingüística do entrevistado teve de pautar-se pelas traduções dos textos em Terêna e em português, pelas narrativas, também nas duas línguas, e pelas respostas dadas às solicitações dos nomes, igualmente em Terêna e em português, dos objetos que apareciam nas fotografias.

Conforme se pôde posteriormente verificar nas transcrições das fitas gravadas, houve grande variedade de respostas, exigindo uma etapa intermediária de categorização dos dados. Houve, também, grande variedade na quantidade de informações fornecidas pelos informantes: em pelo menos duas entrevistas, todas as respostas foram dadas na língua Terêna, por exemplo.

## 2.2. A pesquisa por amostragem

Considerando-se a estimativa de um total de 5.200 habitantes Terêna nas áreas de Cachoeirinha, Pflade de Rebuá e Lalima, verificou-se que a execução da pesquisa, envolvendo o conjunto da população Terêna de Miranda, não se realizaria no período disponível para isso. Calculando um tempo médio de 1 hora para a gravação de cada entrevista, somar-se-ia um total de 5.200 horas de trabalho, resultando em 650 dias de 8 horas, que, divididos por 6 entrevistadores, significariam praticamente 2 meses de trabalho ininterrupto para sua realização. Assim, optou-se por fazer o levantamento por amostragem (Levin 1985), calculando-se tomar entrevistas de 10% da população, ou seja, 520 entrevistas.

A categoria Criança teria um peso de 25% no total das respostas; a categoria Jovem, 30%; a categoria Adulto, 30%; e a categoria Velho, 15%. Justificam-se esses valores pela hipótese básica de que, muito embora a fala dos velhos seja mais conservadora, ela não atua como modelo para os processos de reprodução lingüística na comunidade. Esse papel é assumido, principalmente, pelas categorias intermediárias, Jovem e Adulto. A categoria Criança, embora não atue como modelo para a reprodução lingüística, aponta a direção dos processos de desuso da língua da comunidade. Assim, uma comunidade em que os indivíduos pertencentes à categoria Criança sejam falantes monolíngües de língua portuguesa não poderá convertê-los em falantes de língua Terêna como língua materna; uma comunidade em que os indivíduos perten-

centes a essa categoria sejam falantes bilíngües português/Terêna terá melhores possibilidades de mantê-los dessa maneira em tempos futuros.

### 2.2.1. As categorias de idade

A distribuição das categorias considerou:

Criança	Jovem	Adulto	Velho
entre 6 e 10 anos em período pré-escolar ou primeiro ano de escola	entre 12 e 18 anos, freqüentando a escola, solteiro	entre 25 e 45 anos, casado	acima de 50 anos

Justificam-se essas distribuições etárias pelos seguintes motivos:

- a) *criança*, entre 6 e 10 anos, em período pré-escolar ou primeiro ano de escola. Nesse período específico, a criança mantém um contato ainda bastante aproximado com seus familiares, sobretudo os pais, estabelecendo, dessa maneira, uma área de influência bem definida no uso da língua. Com a vida escolar, a criança inicia processos outros de contato lingüístico que só se afirmarão na categoria seguinte;
- b) *jovem*, entre 12 e 18 anos, freqüentando a escola, solteiro. Nesse período específico, o indivíduo intensifica seu contato com outras esferas, diferentes das familiares, e tem uma escolarização mais sedimentada e, conseqüentemente, maior fluência no uso da língua portuguesa. Por ser solteiro, está disponível e disposto para atuar em ambientes diversos, dentro e fora da área;
- c) *adulto*, entre 25 e 45 anos, casado. Nesse período, o indivíduo tem uma situação bem mais estabilizada, evitando movimentações excessivas. Está em processo de constituição de família e, conseqüentemente, estabelecendo os padrões de uso da língua entre as crianças;
- d) *velho*, acima de 50 anos. Nesse período, o indivíduo não mais estabelece novos contatos em novos ambientes, salvo raras exceções, não forma outra família nem é tomado como modelo para a reprodução de usos lingüísticos. É, principalmente, o mantenedor das tradições do grupo, apesar de necessitar de ocasiões especiais para manifestá-las.



### 2.2.2. As categorias de sexo

A distribuição considerou a distinção entre sexo masculino (m) e sexo feminino (f) para o total dos entrevistados.

Uma hipótese possível para a consideração dessa categoria seria o conservantismo das mulheres, bastante notável em outros grupos.

### 2.2.3. As categorias de local de gravação

A distribuição considerou as comunidades Terêna, entre o total das constantes nas áreas indígenas Cachoeirinha, Pílade de Rebuá e Lalima, a saber:

a) na T.I. Cachoeirinha:

Argola (arg),  
Babaçu (bab),  
Cachoeirinha (cac);

b) na T.I. Pílade de Rebuá:

Moreira (mor),  
Passarinho (pas);

c) na T.I. Lalima:

Lalima (lal).

Somente a comunidade de Morrinhos, na T.I. Cachoeirinha, não foi considerada, pelo fato de não se ter obtido um número suficiente que poderia caracterizá-la significativamente como um grupo separado. Apenas uma entrevista em Morrinhos pôde ser realizada.

## 3. A PESQUISA

Realizada em julho/95 e outubro/96, a pesquisa de campo desenvolveu-se sob a coordenação de professores da área de pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e do Centro de Trabalho Indigenista.

### 3.1. O material coletado

Do total previsto para a pesquisa de julho/95, 520 entrevistas, foram gravadas em fitas cassete apenas 308 aplicações do questionário. Nessa mesma

pesquisa, foram realizadas também 12 gravações, em videocassete, de depoimentos em língua Terêna de pessoas idosas.

Na pesquisa realizada em outubro/96, foram realizadas gravações em fitas cassete de depoimentos de jovens e de adultos, bem como gravações em vídeo de depoimentos de indivíduos das mesmas categorias de idade.

### 3.2. O trabalho de campo

Desenvolvido por alunos treinados em sucessivas reuniões na própria faculdade de origem, o trabalho de campo contou com a resistência de boa parte da população Terêna de Cachoeirinha em atender às solicitações constantes dos questionários da pesquisa. Podem-se aventar algumas causas hipotéticas para essa resistência, mas a principal foi o questionário ter sido tomado como uma forma de avaliação do próprio conhecimento do entrevistado, tornando-o sujeito a críticas posteriores, pois Cachoeirinha é considerada, no universo Terêna, a comunidade mais tradicional, no sentido de manter a língua e os costumes.

Na aldeia de Cachoeirinha, as reuniões da equipe de pesquisa para apresentar o trabalho foram realizadas somente com as lideranças locais, sem a participação da comunidade. Caberia às lideranças a convocação do restante da comunidade, ou, ao menos, a responsabilidade de informar os seus membros sobre os procedimentos e propósitos da pesquisa. Provavelmente boa parte da população não se mostrou receptiva ao trabalho, com certeza por desconhecer os propósitos que orientavam os questionários a serem aplicados.

Nas aldeias de Babaçu, Argola e Lalima, as lideranças convocaram a participação da comunidade quando das reuniões de apresentação do trabalho e, nas aldeias de Pflade de Rebuá, as lideranças informaram o restante da comunidade sobre a pesquisa, dessa maneira o levantamento pôde ser realizado com maior receptividade.

### 3.3. As transcrições

Nos meses subseqüentes ao trabalho de coleta dos dados, desenvolveu-se a etapa de transcrição das entrevistas. Esse trabalho, entretanto, ficou prejudicado pela negligência de alguns dos alunos bolsistas, deixando de entregar no prazo previsto as transcrições e as contagens das fitas, alguns, até mesmo, deixando de entregar boa parte do material coletado (cerca de 70 entrevistas). Assim, de 308 gravações realizadas de fato, apenas 238 constam do acervo da faculdade. Um conjunto de 16 gravações mostrou-se praticamente impossível

de ser transcrito, devido à má qualidade da gravação. A amostra analisada reporta-se, pois, a 5% da população Terêna estimada.

#### 4. A AMOSTRA

homens	mulheres	total
112	110	222

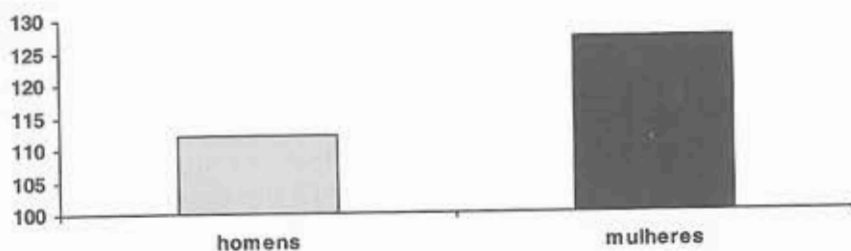


Tabela 1: Amostra total, considerando a variável Sexo (homens x mulheres)

cri	jov	adu	vel	total
44	64	73	41	222

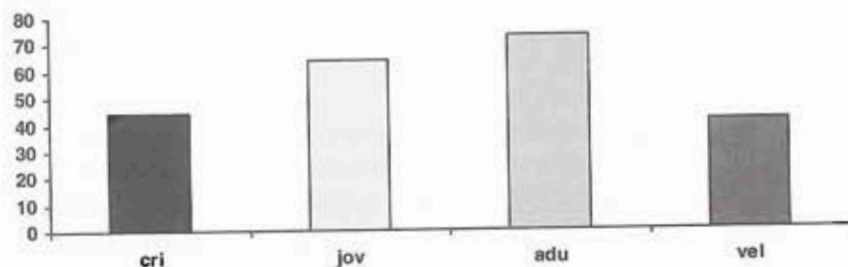


Tabela 2: Amostra total, considerando a variável Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel)

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

arg	bab	cac	lal	mor	pas	total
18	21	51	69	44	19	222

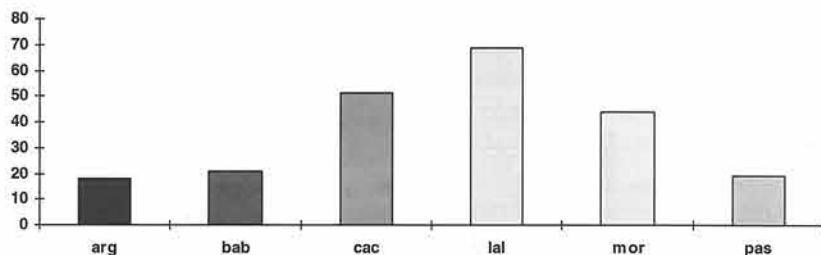


Tabela 3: Amostra total, considerando a variável Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

	cri	jov	adu	vel	total
homens	23	31	35	23	112
mulheres	21	33	38	18	110
total	44	64	73	41	222

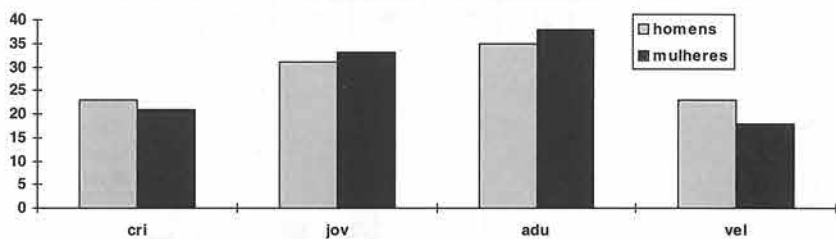


Tabela 4: Amostra total, considerando as variáveis Sexo (homens x mulheres) e Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel)

	arg	bab	cac	lal	mor	pas	total
homens	13	8	22	34	24	11	112
mulheres	5	13	29	35	20	8	110
total	18	21	51	69	44	19	222

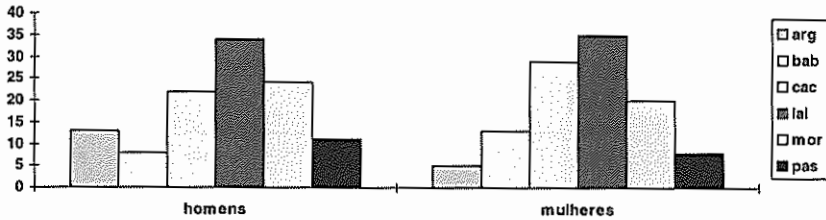


Tabela 5: Amostra total, considerando as variáveis Sexo (homens x mulheres) e Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

	arg	bab	cac	lal	mor	pas	total
cri	3	4	6	16	11	4	44
jov	4	4	12	23	13	8	64
adu	6	7	24	20	12	4	73
vel	5	6	9	10	8	3	41
total	18	21	51	69	44	19	222

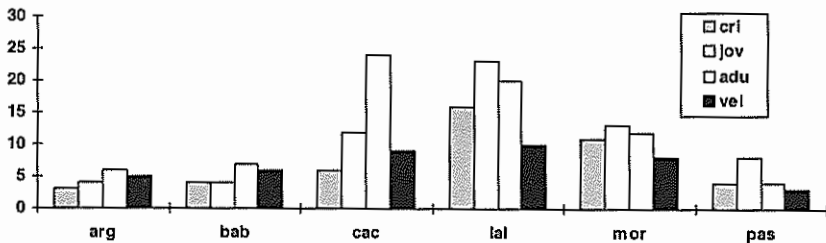


Tabela 6: Amostra total, considerando as variáveis Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel) e Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

As tabelas a seguir, sobrepondo as variáveis Local de Nascimento, Sexo, Idade e Local de Gravação, indicam, de um modo geral, que há uma baixa incidência de mobilidade entre os Terêna e que a pouca mobilidade independe do sexo e da idade. Praticamente a população das aldeias nasceu em aldeias, e o retorno para a aldeia daqueles que nasceram nas cidades ou fazendas, considerados nas tabelas pelas variáveis em outro local e local desconhecido, é quase que nulo. Mesmo naquelas aldeias como Moreira ou Passarinho, em que a proximidade com a cidade de Miranda é muito grande, os moradores nasceram nas próprias aldeias.

O quadro está de acordo com a proposição de que a perda do antigo modelo de vida e, conseqüentemente, de aspectos importantes que regiam a organização social, como o sistema de classes e de metades endogâmicas ou o sistema de chefia, obrigou os Terêna a transferirem para um domínio cada vez mais restrito à aldeia as trocas sociais e simbólicas que, antes do contato, eram estendidas em toda a sua amplitude aos limites internos das classes ou metades. Os Terêna sabem que, mesmo no interior da reserva indígena, não é mais possível recuperar e manter vivos antigos padrões de vida, assim parecem adaptá-los a um estilo comunitário de 'vida na aldeia', em que mesclam antigas referências com os novos hábitos e costumes decorrentes de sua relação com os brancos. Isto significa que a identificação é dada pela aldeia de origem, já que ela expressa os limites reais de vivência social.

Sem dúvida, pode-se acrescer a estas considerações o fato de que a pouca mobilidade seria o resultado, também, de uma alta densidade populacional em áreas insuficientes para a reprodução do grupo, ou seja, em aldeias Terêna já superpovoadas.

em aldeia Terêna	em outro local	em local desconhecido	total
195	18	9	222

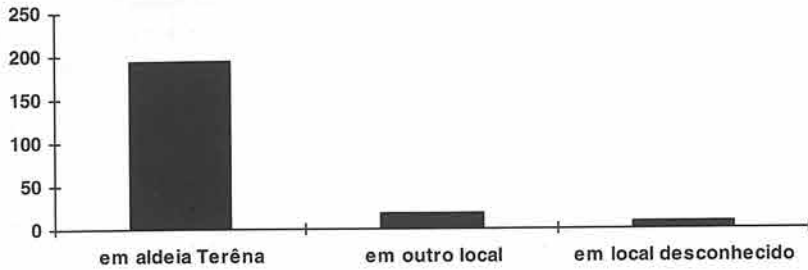
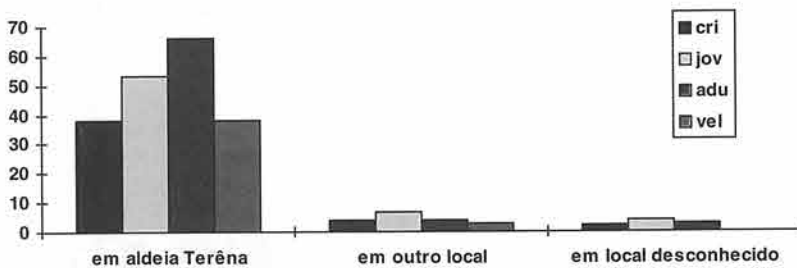


Tabela 7: Amostra total, considerando as variáveis Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido)

	em aldeia Terêna	em outro local	em local desconhecido	total
homens	100	8	4	112
mulheres	95	10	5	110
total	195	18	9	222



A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

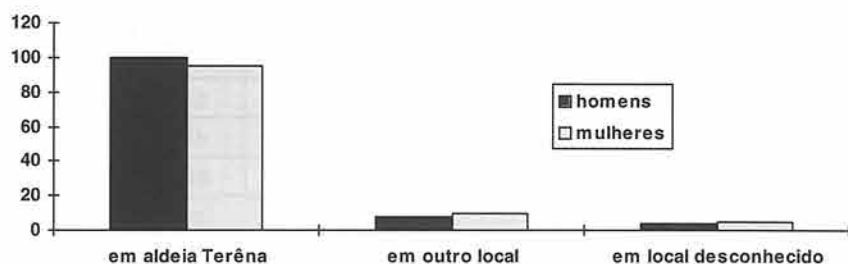


Tabela 8: Amostra total, considerando as variáveis Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido) e Sexo (homens x mulheres)

	cri	jov	adu	vel	total
em aldeia Terêna	38	53	66	38	195
em outro local	4	7	4	3	18
em local desconhecido	2	4	3	0	9
total	44	64	73	41	222

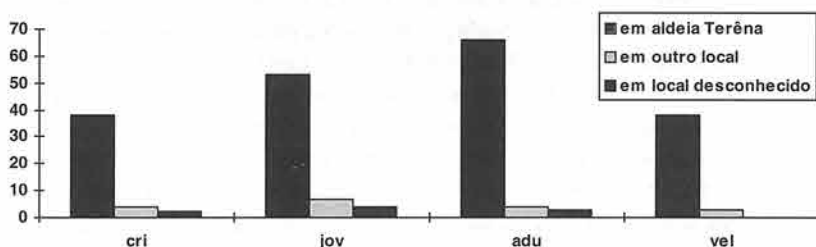


Tabela 9: Amostra total, considerando as variáveis Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido) e Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel)



	arg	bab	cac	lal	mor	pas	total
em aldeia Terêna	16	20	46	60	37	16	195
em outro local	0	0	3	6	6	3	18
em local desconhecido	2	1	2	3	1	0	9
total	18	21	51	69	44	19	222



Tabela 10: Amostra total, considerando as variáveis Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido) e Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

## 5. A AVALIAÇÃO DA PROFICIÊNCIA NA LÍNGUA TERÊNA

Visando ao estabelecimento de critério que permitisse discriminar o grau de proficiência na língua Terêna, desenvolveu-se um sistema de avaliação que consistia em atribuir nota, de 1 a 4, às tarefas referentes aos itens do questionário: 'narrativa em Terêna', 'tradução do Terêna para o português' e 'tradução do português para o Terêna'. Assim, para os que não foram capazes de realizar nenhuma dessas três tarefas, foi atribuída a nota 1; para os que realizaram apenas uma tarefa, nota 2; para os que realizaram duas, nota 3; e, finalmente, para os que foram capazes de realizar todas as tarefas, nota 4.

Esse procedimento, apesar de ter algumas desvantagens, permite a aplicação de testes estatísticos, tais como '*t-student*' ou 'análise da variância', por exemplo, que não se aplicariam em dados discretos simples, além de proporcionar uma verificação rápida do grau de proficiência do entrevistado.

Não se considerou o item 'narrativa em português' por não ser julgado pertinente do ponto de vista da proficiência em Terêna.

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

	homens	mulheres	total
nota 1	51	52	103
nota 2	9	14	23
nota 3	25	17	42
nota 4	27	27	54
total	112	110	222

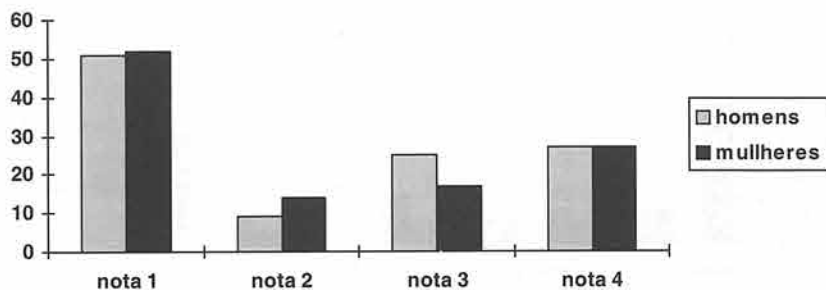


Tabela 11: A distribuição de notas, considerando a variável Sexo (homens x mulheres)

De modo geral, esta tabela, assim como as subseqüentes, indica uma quase igualdade, atualmente, entre homens e mulheres quanto ao domínio da língua Terêna. O equilíbrio indica que esta habilidade mantém as condições básicas necessárias para sua reprodução no interior da comunidade falante. Entretanto nos indica também que metade da população Terêna do município de Miranda não tem um domínio mínimo necessário da língua Terêna para garantir a sua reprodução.

	cri	jov	adu	vel	total
nota 1	34	37	26	6	103
nota 2	4	6	9	4	23
nota 3	4	9	18	11	42
nota 4	2	12	20	20	54
total	44	64	73	41	222

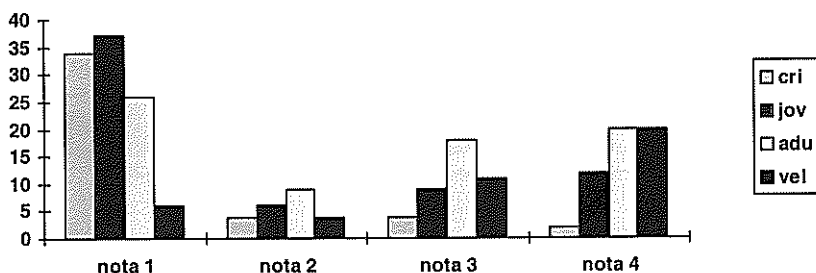


Tabela 12: A distribuição de notas, considerando a variável Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel)

As informações que essa tabela poderia nos dar ficam prejudicadas pelos pontos arrolados no relatório quanto ao desempenho das categorias crianças e velhos. O percentual de 18,7% de jovens, 27,4% de adultos e 48,8% de velhos com maior domínio da língua Terêna, apontado pela tabela acima deve ser avaliado com cuidado, em relação a uma desvitalização da língua. Mas, sem dúvida, a tabela informa que, agrupando-se as notas 1 e 2 como 'não falantes' e 3 e 4 como 'falantes', ter-se-ia um percentual praticamente inverso entre jovens e velhos, pois jovens não falantes seriam 67%, contra apenas 32% de falantes, e haveria 75% de velhos falantes e 24% de não falantes.

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

	arg	bab	cac	lal	mor	pas	total
nota 1	1	8	4	57	21	12	103
nota 2	2	3	7	5	5	1	23
nota 3	9	6	21	0	3	3	42
nota 4	6	4	19	7	15	3	54
total	18	21	51	69	44	19	222

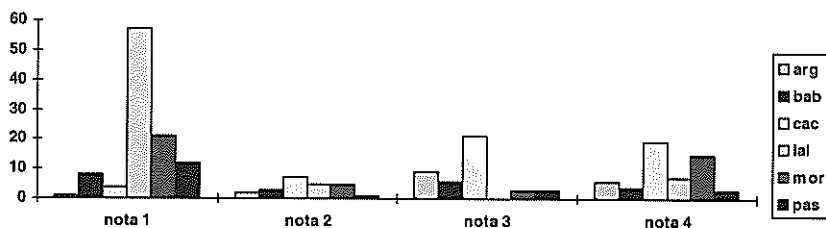


Tabela 13: A distribuição de notas, considerando a variável Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

A tabela acima confirma a aldeia de Cachoeirinha como aquela em que o domínio da língua é generalizado na população, com um índice de 78,4%, e a aldeia de Lalima como aquela em que a língua Terêna não é mais utilizada por 89,8% da população, não tendo condições mínimas, pelo baixo número de falantes, de garantir, em qualquer programa, a sua reprodução. Diferença significativa aparece em relação às duas aldeias do P.I. Pílade de Rebuá: a aldeia de Moreira, separada da de Passarinho por apenas uma rua, situadas no mesmo contexto de 'periferia' da cidade de Miranda, mantém ainda um número relativamente significativo, 40,9%, de falantes, enquanto Passarinho apresenta um índice de 31,5% de falantes.

	em aldeia Terêna	em outro local	em local desconhecido	total
nota 1	88	11	4	103
nota 2	21	1	1	23
nota 3	37	3	2	42
nota 4	49	3	2	54
total	195	18	9	222

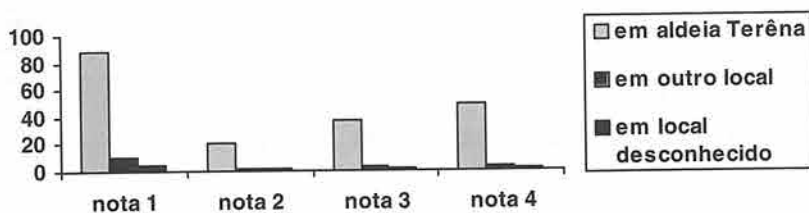


Tabela 14: A distribuição de notas, considerando a variável Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido)

	cria		jov		adu		vel		total
	m	f	m	f	m	f	m	f	
nota 1	19	15	17	20	12	14	3	3	103
nota 2	3	1	1	5	4	5	1	3	23
nota 3	1	3	7	2	11	7	6	5	42
nota 4	0	2	6	6	8	12	13	7	54
total	23	21	31	33	35	38	23	18	222

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

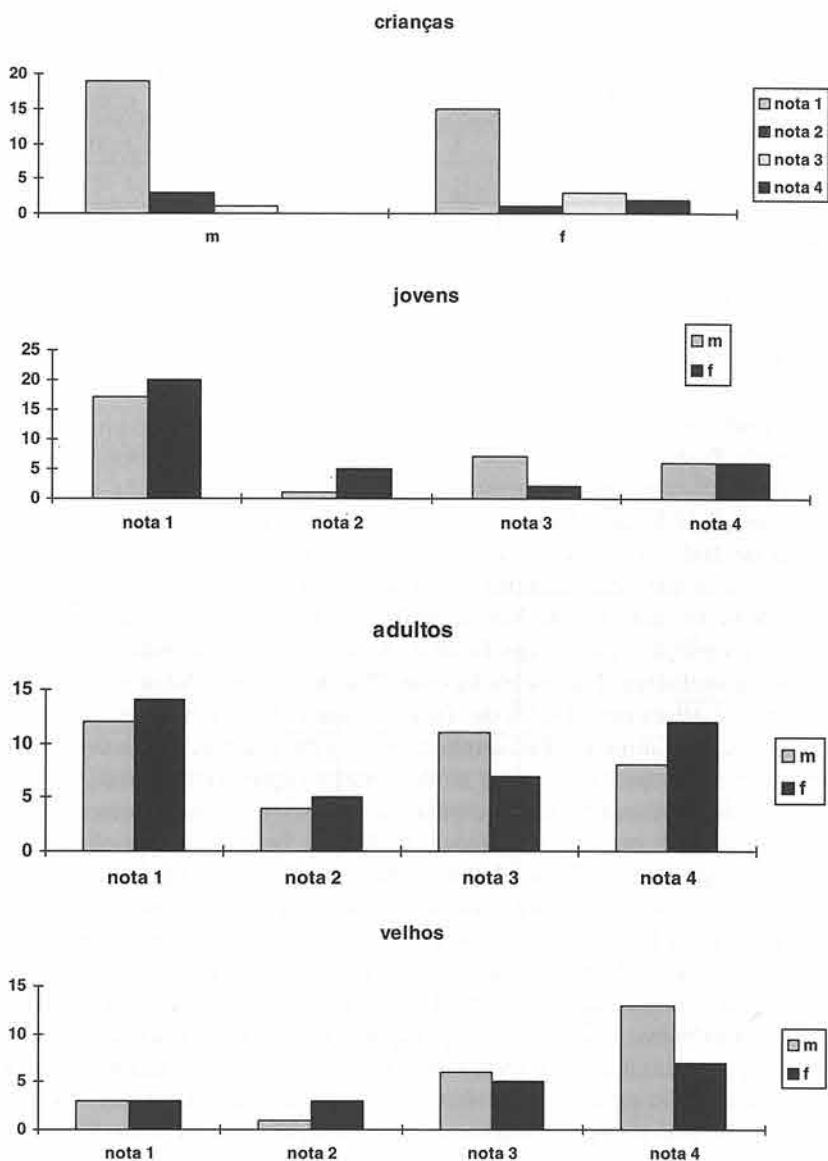


Tabela 15: A distribuição de notas, considerando as variáveis Sexo (homens x mulheres) e Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel)

	arg		bab		cac		lal		mor		pas		total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	
nota 1	1	0	2	6	3	1	28	29	11	10	6	6	103
nota 2	1	1	1	2	3	4	2	3	1	4	1	0	23
nota 3	7	2	3	3	11	10	0	0	3	0	1	2	42
nota 4	4	2	2	2	5	14	4	3	9	6	3	0	54
total	13	5	8	13	22	29	34	35	24	20	11	8	222

Tabela 16: A distribuição de notas, considerando as variáveis Sexo (homens x mulheres) e Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

Pode-se observar uma variação significativa entre os sexos no domínio da língua Terêna nas aldeias de Babaçu e Moreira, sendo que em ambos os casos as mulheres apresentam um domínio bem menor. Agrupando-se as notas 1 e 2 como 'não falantes' e 3 e 4 como 'falantes', teremos uma porcentagem, na aldeia de Babaçu, de 62% de falantes masculinos contra apenas 38% de mulheres consideradas 'falantes'. Na aldeia de Moreira, os índices são de 50% de homens 'falantes' contra 30% de mulheres na mesma categoria. Nas demais aldeias, a variação é pouco significativa: Argola com 84% de homens 'falantes' e 80% de mulheres; Cachoeirinha com 77% de homens 'falantes' e 82% de mulheres; Lalima com 11,7% de 'falantes' masculinos e 8,5% de "falantes" femininos; e, finalmente, Passarinho com 36% de 'falantes' homens e 25% de 'falantes' mulheres. De qualquer modo, é muito expressivo o fato de que, com exceção de Cachoeirinha, nas demais aldeias as mulheres apresentam um domínio menor, em graus variados, da língua Terêna do que os homens. Considerando que, tradicionalmente, são as mulheres que permanecem um tempo maior com as crianças pequenas, desempenhando assim um papel significativo na reprodução do sistema social e lingüístico, é preocupante que justamente elas tenham um domínio menor da língua Terêna.

Esta diferenciação, de um modo genérico, pode ser resultante da divisão sexual do trabalho. Atualmente a população Terêna soma 15 mil índios vivendo em oito pequenas glebas de terra reservadas pelo governo. Tradicionalmente agricultores, são poucos os Terêna, vivendo nas chamadas 'reservas', que conseguem, com seus pequenos roçados, produzir algum excedente de mandioca e feijão. A grande maioria vive do emprego de sua mão-de-obra nas destilarias de álcool de cana-de-açúcar e do trabalho temporário nas fazendas da região. De qualquer modo, por via de regra, estas saídas se dão em grupos de

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

'patrícios' de uma mesma aldeia, em que continua existindo a possibilidade de se falar Terêna, diferentemente das mulheres, que colaboram com o trabalho externo para o sustento da casa, por meio do emprego, individual, como empregada doméstica, quando a possibilidade de se falar Terêna é restringida. Mesmo quando saem em grupos para vender em Corumbá ou Campo Grande sua cerâmica ou o excedente das roças, a exigência do domínio do português é muito forte, e o fato de estarem expostas constantemente aos olhos dos 'purutuié' (corruptela de português, termo empregado pelos Terêna ao se referirem ao homem branco) pode vir a ser um fator de inibição para o falar Terêna entre si.

Outro aspecto importante indicado pela tabela 16 é que, das três aldeias que compõem o universo de Cachoeirinha, considerado o mais tradicional no universo Terêna, a aldeia de Babaçu é a que apresenta a menor porcentagem de falantes, com índices muito abaixo das outras duas aldeias. Esta situação deve merecer atenção especial no sentido de verificar quais as causas que fazem de Babaçu uma aldeia tão particular no universo do P.I. Cachoeirinha, agravado pelo desequilíbrio entre os sexos, já apontado, quanto ao domínio da língua Terêna.

	em aldeia Terêna		em outro local		em local desconhecido		total
	m	f	m	f	m	f	
nota 1	45	43	5	6	1	3	103
nota 2	9	12	0	1	0	1	23
nota 3	23	14	1	2	1	1	42
nota 4	23	26	2	1	2	0	54
total	100	95	8	10	4	5	222

Tabela 17: A distribuição de notas, considerando as variáveis Sexo (homens x mulheres) e Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido)



	arg		bab		cac		lal		mor		pas		T												
	cri	juv	adu	vel	cri	juv	adu	vel	cri	juv	adu	vel													
N1	1	0	0	0	2	3	3	0	1	0	2	1	15	20	17	5	11	7	3	0	4	7	1	0	103
N2	1	0	0	1	1	0	1	1	2	0	4	1	0	2	3	0	0	4	1	0	0	0	0	1	23
N3	1	3	3	2	1	1	1	3	2	5	10	4	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	2	1	42
N4	0	1	3	2	0	0	2	2	1	7	8	3	1	1	0	5	0	2	6	7	0	1	1	1	54
T	3	4	6	5	4	4	7	6	6	12	24	9	16	23	20	10	11	13	12	8	4	8	4	3	222

Tabela 18: A distribuição de notas, considerando as variáveis Categoria de Idade (cri x juv x adu x vel) e Local de Gravação (arg x bab x cac x lal x mor x pas)

A LÍNGUA TERÊNA NO MUNICÍPIO DE MIRANDA (MS):  
ANÁLISE MACROSSOCIOLINGÜÍSTICA

Para efeito de análise, não se considerou a categoria criança (pelas razões já expostas na introdução do relatório) e se tomou como 'falantes' a soma daqueles que obtiveram nota 3 e 4. Dessa forma, traduzindo percentualmente a tabela anterior, vê-se que a categoria jovens tem um domínio da língua Terêna de 100% na aldeia de Argola e Cachoeirinha, o que indica a língua Terêna como um sistema operante. As categorias adulto e velho apresentam, respectivamente, 100% e 80%, na aldeia de Argola, e 75% e 77,7%, em Cachoeirinha, o que indica uma curva ascendente, animadora para se ter como referência de futuro para as demais aldeias Terêna de Miranda.

Na aldeia de Babaçu, a percentagem é de 25% de jovens falantes, contra 42,8% de adultos e 80% de velhos, o que indica uma linha decrescente de forma muito rápida. Esta mesma situação encontramos na aldeia de Moreira, onde a diferença é de 15,3% de jovens falantes contra 66% de adultos e 100% de velhos, e, numa gradação menor, na aldeia de Passarinho, onde apenas 12,5% dos jovens são falantes de Terêna, contra 75% de adultos e 66,6% de velhos.

	criança			jovem			adulto			velho			T
	em aldeia Terêna	em outro local	em desco- nhecido	em aldeia Terêna	em outro local	em desco- nhecido	em aldeia Terêna	em outro local	em desco- nhecido	em aldeia Terêna	em outro local	em desco- nhecido	
N1	29	3	2	32	4	1	21	4	1	6	0	0	103
N2	4	0	0	5	1	0	8	0	1	4	0	0	23
N3	3	1	0	6	1	2	18	0	0	10	1	0	42
N4	2	0	0	10	1	1	19	0	1	18	2	0	54
T	38	4	2	53	7	4	66	4	3	38	3	0	222

Tabela 19: A distribuição de notas considerado as variáveis Categoria de Idade (cri x jov x adu x vel) e Local de Nascimento (em aldeia Terêna x em outro local x em local desconhecido)

Pode-se observar que a diferença quanto ao local de nascimento e o domínio da língua não parece preponderante. Dos homens nascidos em aldeia, 46% são falantes, contra 37% dos que nasceram em outros locais. Em relação às mulheres nascidas em aldeia, 42% são falantes, contra 30% das que nasceram em outros locais.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica que se deve considerar, na definição de qualquer política lingüística e educacional de valorização da língua Terêna, a situação de cada uma das aldeias analisadas, de forma diferenciada. As aldeias de Passarinho e Lalima, que apresentam um domínio precário da língua Terêna, devem merecer uma atenção especial. Entretanto a redução de qualquer programa de 'revitalização' da língua a seu ensino nas salas de aula pode atender as exigências governamentais, mas trará muito poucos resultados efetivos. É necessário que se continue analisando os dados obtidos para que os órgãos governamentais competentes possam definir com mais clareza, juntamente com os grupos Terêna em questão, um programa viável. Por outro lado, esta discussão envolve a possibilidade e a vontade destes Terêna em reforçar a sua identidade utilizando o domínio da língua como um elemento contrastivo.

Como processo, a identidade e a língua são transformadas dependendo dos enfrentamentos pelos quais passam na realização cotidiana de sua própria história. Ou seja, uma coisa é como os Terêna se identificam para si mesmos ou falam entre si, outra é como eles apresentam para o branco sua identidade e, nesta relação, como utilizam esta ou aquela língua; outra, ainda, é como, em diferentes situações, mobilizam diferencialmente estes ou aqueles qualificadores sobre si mesmos.

A historiografia nos informa que os Terêna são um dos subgrupos Guaná (família lingüística Aruak) que habitavam originalmente a região do Chaco paraguaio/boliviano. Faziam também parte desses Guaná (chamados pelos cronistas de Xané) os Layana, Kinikinawa e Exoaladi, hoje todos reconhecidos sob a identidade genérica de Terêna. A variedade lingüística decorrente da junção desses quatro subgrupos Guaná pode ser uma variável a ser explorada para se compreender o processo de construção de uma identidade comum.

Em resumo, esta primeira interpretação dos dados do levantamento sociolingüístico:

- a) confirma a aldeia de Lalima como aquela que apresenta o menor domínio da língua Terêna. O futuro lingüístico dessa aldeia merece um tratamento diferenciado em relação ao restante das aldeias Terêna de Miranda. As razões reportam à origem dessa aldeia, na verdade uma aldeia Guaicuru, que, por questões cuja análise foge do propósito inicial deste levantamento, optou por uma identificação 'Terêna' no seu relacionamento com as entidades governamentais do estado e do município de Miranda;
- b) destaca a aldeia de Babaçu do conjunto das outras aldeias do P.I. Cachoeirinha, mostrando uma situação extremamente preocupante. As aldeias desse P.I. sempre foram consideradas as mais tradicionais do universo Terêna, não só de Miranda como de todo o estado do Mato Grosso do Sul. Neste levantamento, Babaçu aparece quase que na mesma posição da aldeia de Moreira (P.I. Pílade de Rebuá). Há que se analisar com urgência as causas que estão levando os moradores dessa aldeia a optar por um domínio maior do português que da língua Terêna. Deve ser considerada uma área prioritária de atuação;
- c) confirma as aldeias de Cachoeirinha e Argola, do P.I. Cachoeirinha, como aquelas onde a língua Terêna é um sistema operante;
- d) apresenta a aldeia de Moreira com um índice muito mais significativo de falantes de Terêna do que a observação comum e o consenso genérico dos que vêm acompanhando a situação destes Terêna nos últimos anos faziam supor. Apesar de estarem situadas no mesmo contexto socioeconômico da 'periferia' de Miranda, os dados indicam que Moreira valoriza mais que sua vizinha, a aldeia de Passarinho, o uso da língua Terêna como meio de comunicação e expressão.

Esta primeira análise dos dados do levantamento indica também resultados que devem merecer um estudo mais aprofundado:

- a) as mulheres, com exceção da aldeia de Cachoeirinha, têm um domínio menor da língua Terêna do que os homens;
- b) a diferença, em relação ao uso da língua, entre os mais velhos e os mais jovens, com exceção de Argola e Cachoeirinha, é muito acentuada.

É possível que o desequilíbrio entre os sexos quanto ao uso da língua Terêna, que passa despercebido ao senso comum, esteja relacionado com o desequilíbrio entre as gerações. De qualquer modo, projetando-se esse desequilíbrio para o futuro, a previsão é de que, daqui a no máximo mais duas gerações, o português terá se tornado a língua primeira. Sem dúvida, vale a

ressalva de que essa previsão pode ser alterada, por vontade do povo Terêna e com o apoio dos órgãos governamentais e afins competentes. Entretanto, tenha-se claro também que a opção lingüística do grupo decorre da sua situação de contato, ou seja, é a solução imposta aos Terêna para combinar o crescimento demográfico e o confinamento em territórios exíguos a que estão submetidos. Caso esta situação venha, de algum modo, a ser alterada, é possível que seja criado um contexto em que a língua Terêna possa ser reafirmada como a língua primeira.

Alguns resultados inesperados devem salientar-se nesta primeira análise da amostra, como é o caso de falantes proficientes na língua que não falam Terêna com os pais; e, apesar da concentração de notas nas extremidades 1 e 4, quando é considerada a variável Local de Nascimento, a ocorrência de notas intermediárias 2 e 3.

Esta constatação leva a crer tanto numa retração dos respondentes quanto à própria confiança no conhecimento da língua quanto na existência de uma faixa intermediária de falantes que parece dominar apenas parcialmente o uso da língua Terêna. Isso indica a possibilidade de uso, coevo à língua tradicional do grupo, de uma forma *crioula* de Terêna, cujas características estruturais poderiam discriminar uma variedade lingüística social.

No âmbito das preocupações com a manutenção do uso da língua Terêna, verificar a existência de variantes sociais da língua, eventualmente implicadas nas variáveis já conhecidas, pode indicar os rumos possíveis para uma política de estímulo ao uso da língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FASOLD, R. 1985. *The sociolinguistics of society*. Nova York: Basil Blackwell.
- FERREIRA NETTO, W. 1994. *Os índios e a alfabetização: aspectos da educação escolar entre os guarani do ribeirão Silveira*. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- HALE, K. 1992. Language endangerment and the human value of linguistic diversity. *Language* 68(1). 35-42.
- LEVIN, J. 1985. *Estatística aplicada a ciências humanas* (trad. e adap. Sérgio Francisco Costa). São Paulo: Harbra.
- RODRIGUES, A. 1992. No Brasil, 85% das línguas indígenas já estão extintas. *Ciência Hoje* 83 (encarte). 5.

## CREATIVIDAD Y GRAMÁTICA<sup>\*,\*\*</sup>

### CREATIVITY AND GRAMMAR

CARLOS FRANCHI

*Universidade Estadual de Campinas*

*ABSTRACT: In this paper the author examines some points of view about language and concludes that theoretically it cannot be limited to a social tool, to the observation of its exterior face, purely instrumental. Instead he argues that language must be postulated as a free and creative action whose unstable relation between interiority and exteriority points out to its main characteristic: language is dialogue and soliloquy, it is the elaboration prior to the communication, it is thought construction, it is a creative process to organize and to express our experiences.*

*KEY WORDS: theory of language, formalism and functionalism, language and thought.*

*RESUMEN: En este texto el autor examina algunos puntos de vista sobre el lenguaje para concluir que teóricamente ella no puede ser limitada a una*

---

\* Traducción del artículo *Criatividade e Gramática*, do prof. dr. Carlos Franchi, aparecido en *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Nº 9, 1987: 5-45. Traductor: Mirta Groppi (Universidade de São Paulo).

\*\* Circuló, mimeografiado, un trabajo mío, con ese mismo título: *Criatividade e Gramática*. Esta versión es una reconstrucción total de ese artículo. Primero, porque estaba mal construido y lleno de inadecuaciones. Segundo, porque no respondía a sus propósitos, por el tono académico y por las numerosas citas y estudios de autores. En esta versión limito las citas, corto la jerga lingüística y mantengo, siempre que fue posible, un estilo intuitivo y no técnico. Quiero ser leído por aquellos a quien dedico este artículo: los profesores que todavía insisten en ser profesores, a pesar de todo. Los lingüistas me disculparán la falta de rigor y de 'modernidad'. Eso, puedo intentar hacerlo en otro lugar.

*herramienta social, a la observación de su haz exterior, puramente instrumental. En lugar de eso, él argumenta que el lenguaje debe ser postulado como una acción libre y creativa, cuya relación inestable entre interioridad y exterioridad apunta para su característica principal: el lenguaje es diálogo y monólogo, es antes elaboración que comunicación, es la construcción del pensamiento, es un proceso creativo que organiza y expresa nuestras experiencias.*

*PALABRAS-CLAVE: teoría del lenguaje, formalismo y funcionalismo, lenguaje y pensamiento.*

Ha sido un lugar común entre profesores, educadores y aún estudiosos del lenguaje, una actitud negativa en relación con la gramática. Hay razones para esto. Entre ellas: la crítica correcta a la insuficiencia de las nociones y procedimientos de la gramática tradicional; la inadecuación de los métodos de 'enseñanza' de la gramática; el hecho de que no se relaciona esa gramática con la posibilidad de entender mejor los procesos de producción y comprensión de los textos; el olvido de la oralidad; el normativismo obstinado, etc. Esa crítica, sin embargo, por más perspicaz y correcta que sea, no va acompañada de una reflexión madura y bien informada: no alcanza para promover la sustitución de los marcos teóricos que sirvieron a la tradición gramatical, ni permite elaborar una nueva mediación entre la teoría lingüística y la práctica pedagógica. No se renueva, así, la concepción de la gramática. La consecuencia no puede ser otra que el rechazo del estudio gramatical o la inconsecuencia de una práctica 'tímida' de los mismos ejercicios antiguos con otras caras.

Pero el motivo más invocado para ese rechazo de la gramática es que, incluso asumiendo una postura descriptiva más moderna, esa gramática va a ser resultado de una reducción metodológica que la torna estancada y restrictiva. Es en el uso y en la práctica misma del lenguaje, y no hablando de él, que se podrá reencontrar el espacio abierto de la libertad creadora. En efecto, se dice que la creatividad es fruto de un comportamiento original y asistemático, realimentado en cada momento, en cada circunstancia de la acción humana; la gramática, al contrario, sería un trabajo de 'archivo', de sujetar esa libertad a ciertos parámetros teóricos y formales.

Hay una parte de verdad en todo eso. Y también, o más aun, medias verdades. Y como medias verdades, desorientan más de lo que estimulan. Tal vez por eso mismo yo haya presenciado, desde mis tiempos de profesor de la enseñanza secundaria, una cierta involución en la eficacia de las estrategias pedagógicas destinadas a crear las condiciones para un comportamiento lingüístico creativo.



Otras razones, relacionadas con la organización del sistema de enseñanza,<sup>1</sup> también contribuyeron para que la creatividad se refugiase en algunos pocos ejercicios de redacción. En el panorama escolar brasilero eso es prácticamente nada, sobre todo cuando se nota que no se encara la 'redacción' como estrategia para el desarrollo de la capacidad de producción de textos sino como instrumento de evaluación de cuestiones normativas menores y de ortografía. Restan siempre algunas menciones a aspectos del lenguaje figurado, como si en esto se agotara lo que existe de creativo en el lenguaje.

Junto a esto, embarcándose en una pedagogía dudosa, que pregona la anulación del papel del profesor y desconfía de todo método y de todo interferencia, algunos creyeron (y creen) en una espontaneidad radical. Como si la creatividad solo fuera posible como en un brotar en campo virgen intocado, en lo que cada uno logra consigo mismo, 'expresándose libremente'. El trabajo del profesor se resumiría a una recolección de flores: la alabanza de los hallazgos sorprendentes (tal vez sólo para él) de lo que fue saliendo porque se dejó salir.

Vi cosas peores. Se creyó que la creatividad estaba solo fuera del lenguaje verbal, en las manifestaciones gestuales, en la expresión corporal, en el dibujo libre, etc. Se aceptó, por comodidad y muy sin reflexión, que la lengua y la gramática eran, en verdad, un lugar de opresión y de regla, esto, tal vez estimulado por la equivocada e infeliz atribución de una coloración 'fascista' a las lenguas naturales, en tanto sistema de reglas.<sup>2</sup>

Fue colocado bajo sospecha todo esfuerzo de sistematización (el tradicional, por tradicional; el de la lingüística, porque no entendieron sus propósitos). Se cayó en la improvisación de los manuales que (salvo rarísimas excepciones) causan mayor daño a los estudios del lenguaje que los compendios antiguos. Actividades de lenguaje reducidas a la tarea de llenar espacios en blanco, a la reproducción mecánica de 'modelos', a la interpretación de pasajes de texto por medio de elección entre alternativas triviales, informaciones gramaticales pescadas aquí y allá, todo bien 'sincronizado' para la satisfacción de los editores y de los profesores que ya no precisan pensar ni enseñar a pensar. En

---

<sup>1</sup> No debe ser adjudicada a los profesores toda la deuda de la desinformación. Dan clase en un régimen de trabajo injusto y con salarios bajísimos: no les dan condiciones ni tiempo para la preparación de sus clases ni para un estudio sistemático. Todos, aun los que se esfuerzan por organizarlos, saben que no bastan cursos intensivos de reciclaje. Culpa igual o mayor cabe a las 'facultades de letras', sus curriculos, sus programas y la dudosa calidad de sus docentes. Salvedad sea hecha de las poquísimas excepciones.

<sup>2</sup> Aludo a R. Barthes (y reproductores) cuyas afirmaciones sobre lingüística y lenguaje no resisten una crítica seria y criteriosa.

cuanto a gramática, una gramática asistemática: lo que, ciertamente, encierra una contradicción en los términos.

Otra salida fácil: el futurismo. El futurismo pide socorro a nociones y conceptos mal asimilados de un determinado marco teórico de la lingüística contemporánea, para suplir con novedades el vacío dejado por la falta de condiciones para una reflexión más seria. Es un terrorismo contra el pasado: se buscan ideas inéditas, teorías nunca vistas, técnicas ultramodernas, cada uno con la suya, en una actividad furiosa e inconsecuente. En esa ansiedad, los conceptos ni llegan a constituirse y ya se distribuyen para el consumo drogadicto del modismo intelectual. Así, en el mismo envoltorio textual, se pueden encontrar la 'doble articulación' de Martinet, la 'función poética' de Jakobson, las 'figuras y funciones' de Hjelmslev, las 'isotopías' de Greimas, tagmemas, semantemas, literaturemas, código y canales, llegando finalmente a la 'competencia' de Chomsky, que termina por reducirse a algunas arborescencias y diagramas. Las mediaciones entre una buena teoría lingüística y la práctica pedagógica ¿son ya tan difíciles de establecer (porque son actividades con propósitos radicalmente diferentes)! ¿Qué decir de esa lingüística de retazos?

Por eso, en este artículo quiero hacer un poco una evaluación de esas actitudes, ocupándome, limitadamente, de las relaciones entre la gramática y la creatividad. En un primer momento, trataré de rever la noción de creatividad; me limitaré a una rememoración del momento teórico en que el comportamiento creativo se tornó el objetivo didáctico por excelencia (por lo menos en las introducciones de los 'planes curriculares'). En un segundo momento, replantearé las críticas a la concepción de gramática que aún fundamenta la actividad sobre el lenguaje en la escuela, sobre todo en relación con el tema de la creatividad en el lenguaje. Finalmente, indicaré algunas posibilidades de renovación de la enseñanza gramatical. Tampoco podré extenderme mucho con respecto a la construcción de la gramática; me quedaré en cuestiones programáticas y generales.

Necesito, sin embargo hacer una advertencia para evitar un gran malentendido. Voy a examinar aquí un pequeño aspecto de lo que deberían ser las actividades de lenguaje en la escuela: las relativas al contenido gramatical. Hay mucho más para hacer, seguramente tan importante o más, involucrando otros aspectos de la producción y comprensión del texto, el desarrollo de la interacción social en la oralidad, el conocimiento y representación de la realidad, la eliminación de preconceptos y discriminaciones sociales en el lenguaje. Me parece, sin embargo, oportuno volver a plantear, entre las estrategias posibles para el desarrollo del lenguaje de los alumnos, algunas que tienen que ver con las estructuras gramaticales. Solo eso.

## 1. ALGUNAS NOTAS SOBRE CREATIVIDAD

Muchas veces se ha relacionado creatividad con originalidad, con la ruptura de modelos, con el establecimiento de nuevos y sorprendentes sistemas de referencia. De cierto modo, se supone que la creatividad reside sobre todo en las manifestaciones no sujetas a reglas o al establecimiento de reglas de manifestación personales y propias. El comportamiento divergente no deja de ser un comportamiento creativo, pero la reducción de uno a otro, sin más, no solo limita la noción de creatividad como dificulta la acción pedagógica que se pretende creativa. No solo se puede hablar de creatividad en numerosas actividades sujetas a cierto tipo de reglas y de principios generales sino también en relación con manifestaciones compartidas y sociales.

Si pretendemos hacer historia, ni agotar fuentes, indicaremos algunas de las que más contribuyeron, en la década de los cincuenta, para que se propusiera el comportamiento creativo como base de una revisión de currículos. Son, pues, algunas notas muy localizadas en cierto período y cierto lugar. Sin embargo, espero que nos ayuden a reflexionar más cuidadosamente sobre la creatividad, para evitar una visión parcial y para llevarla de manera más eficaz a la acción pedagógica.

1.1. Ya desde el inicio del siglo, educadores y filósofos de la educación se fueron apartando poco a poco de una didáctica informativa y de contenidos y de una psicología 'sensoempirista', basada sobre todo en los datos y en lo transmisible, en lo establecido y en la herencia, para reconocer la función activa del pensamiento (y del lenguaje) y el papel de la acción en la construcción de nociones, conceptos, operaciones y relaciones estructurales. Me refiero, por ejemplo, al progreso continuo en esa dirección de las ideas de Lay, Dewey, Claparede, Kerschensteiner, que se leían en nuestras escuelas normales ya en los años cuarenta.

A pesar de que no siempre hayan superado una noción de acción como acción física, de manipulación de aparatos y experimentación concreta, esos pensadores ya nos muestran cómo la percepción y la representación constituyen el resultado de una actividad exploratoria exterior e interior: una actividad creadora y no meramente reproductora, en la medida en que no consiste solamente en repetir y aplicar esquemas aprendidos sino en construirlos. La relación entre el sujeto y el mundo se comprende como una relación activa: el hombre interviene espontáneamente en el curso de los fenómenos, establece relaciones nuevas, define nuevos modos de estructuración de lo real. No se limita,

pues, a observar y a asimilar, a estar disponible para la 'lección de las cosas', sino a hacer de ellas el objeto mutable y adaptable de la acción del sujeto. Bajo la acción y para la acción, las cosas son aprehendidas, no a partir de propiedades categoriales que serían inherentes, sino por su valor funcional. Como consecuencia, saber es saber por experiencia, es representación de experiencias, y no mera manipulación de representaciones simbólicas transmitidas: se experimenta aquello que se creó.

Ya era un gran paso. La observación, aunque condición de acceso a lo reconocible, no sería el factor determinante de 'ideas nuevas': es preciso que el espíritu produzca 'un acto creador', una 'intuición creadora' para, a partir de estos, avanzar hacia la solución de cualquier situación problema. En este contexto, sin embargo, creatividad y acción creadora padecen de una limitación muy seria. Se trata, todavía, de una acción exterior, en que el pensamiento y el lenguaje poseen un mero papel instrumental. Resultan, aún, de inferencias que asocian hallazgos de observación con 'contenidos' de la conciencia. Si, por un lado, la vida psíquica se describe como un esfuerzo activo y expresivo, continúa, por otro lado, siendo un mecanismo de conexión entre contenidos previamente establecidos. Era importante avanzar en dirección de la caracterización de la naturaleza del pensamiento y del lenguaje como la naturaleza de un proceso activo en sí mismo, de construcción de las nociones, de ordenación y estructuración de los datos de la experiencia y de la conciencia.

Piaget iba a mostrar<sup>3</sup> cómo la relación entre las operaciones efectivas y las operaciones mentales es mucho más profunda de lo que se consigue vislumbrar en el dualismo psicológico de la 'escuela activa'. Realmente, en su perspectiva, el pensamiento y el lenguaje no se reducen a un proceso reflexivo sobre modelos exteriores: corresponden a esquemas de acción elaborados esforzadamente por el propio sujeto. El desarrollo del comportamiento creativo asume una relevancia pedagógica particular. El ideal no es el alumno pasivo y recipiente, sino activo y participante: el conocimiento tiene que resultar de un proceso de construcción conducido por el propio sujeto.

El pensamiento (y el lenguaje) es antes de más nada una prolongación de esa actividad que ya no se ejerce sobre las cosas sino sobre representaciones. Son modos y formas de acción que se diferencian (identificando y asimilando al esquema los objetos que toman como elementos), que se organizan funcional y lógicamente, que se refinan en un proceso continuo de composición,

---

<sup>3</sup> Todavía es de provecho la lectura del estudio de Hans Aebli [(Didáctica Psicológica. São Paulo, Editora Nacional, 1976, particularmente el capítulo II)] para situar a Piaget en relación con el contexto teórico anterior a las varias tendencias de la 'escuela nueva'.

asegurando un desarrollo cada vez más abarcador. En el fondo, no se distinguen de una acción exterior, aunque cuando esta falte, la intuición se debilita. La acción exterior del individuo permanece como telón de esa acción del pensamiento y del lenguaje, en que muy poco es *preformación*, una parte es recepción, y casi todo formación y transformación.

Independientemente de las diferencias más o menos profundas en las tendencias de la psicología contemporánea, esta fue, y continua siendo, una conquista definitiva. Pensamiento y lenguaje no son solamente el instrumento de una acción segunda y exterior. Son ellos mismos formas de acción, procesos creadores y constitutivos que organizan la experiencia. Un proceso de transformación abierto a numerosas posibilidades de estructuración y, por consiguiente, mecanismos eficaces de crítica y revisión, de conversión y recreación.

Esa era la gran lectura de los años cincuenta, en que se empezó a hablar, más insistentemente en una escuela dirigida hacia la creatividad; hasta en demasía.

1.2. Había otra vertiente de ideas, relativamente independiente de este programa pedagógico pero que convergía hacia el mismo centro de interés. Me refiero a la filosofía de las ciencias. Llegaban hasta nosotros, los profesores de entonces, los ecos de una revolución entre cuyas consecuencias también está la importancia, cada vez mayor, atribuida al pensamiento y al lenguaje creadores. Una severa crítica a los procedimientos inductivos de construcción del conocimiento ponía en duda la función de acceso, en ciencia, de la observación minuciosa de los hechos, del registro circunstanciado de los datos, de la primacía de los resultados de la experimentación.

Una consecuencia de esa crítica fue la valorización de la hipótesis como elemento inicial en el proceso creador de la práctica científica. Se comienza a desconfiar de que las mejores hipótesis deban nacer, necesariamente, de una colección y catalogación de datos: se originan, en realidad, en una reflexión previa bastante asistemática e imaginativa y, hasta cierto punto, arbitraria. Se percibe que esas hipótesis dependen mucho del punto de observación en que se coloca el científico; sus propósitos e intenciones, sus presupuestos filosóficos e ideológicos, ciertas circunstancias de su práctica, el pertenecer a un determinado contexto y una determinada cultura. Y se concluye que no existe un único modelo de inteligibilidad ni una única manera de representación de los fenómenos. Como corolario: la práctica científica, sus métodos y técnicas, sus escalas y medidas, todo se coloca igualmente bajo la sospecha cautelosa de un grado de arbitrariedad. Todo es provisorio, sujeto a crítica y a revisión.

Así, al lado de la hipótesis, del 'punto de vista', se valoriza la antítesis y la contradicción. La ciencia ya no es 'la ciencia del hecho sino la ciencia del proyecto'.<sup>4</sup> En tanto proyecto, no es propuesto solo a la verificación sino también a la refutación. Cuando el conocimiento aparentemente se fija y se formaliza, no hace otra cosa que sustentar, en la estabilidad y elegancia de los modelos teóricos, la garantía de esa *provisionalidad*: un recurso auxiliar para las limitaciones e incertidumbres del científico, una pausa paradigmática que instaura un momento de equilibrio antes de la próxima refutación.

En este cuadro se entiende por qué el lema newtoniano sobre el trabajo científico — *no fabrico hipótesis* — fue sustituido por la repetidísima afirmación atribuida a Einstein: la ciencia no es un hecho de conocimiento, sino, principalmente, un hecho de imaginación. Es esta que amplía el campo de referencia de la actividad creadora del sujeto. Se ve, finalmente, que la creatividad se transforma en un eslabón interdisciplinario entre la ciencia y el arte, entre la teoría y la poesía.

1.3. Nos reencontramos aquí con los puntos fundamentales de la reflexión que se hacía en el ámbito de la ciencia de la educación. De hecho, la creación científica debe reproducir, en un momento de rara intensidad, el proceso mismo del desarrollo mental del educando que opera y crea, experimenta e imagina, representa y conoce. Por una lado, esa pedagogía implica que las ideas nuevas se formen en un contexto vital; que se coloquen a prueba, en tanto hipótesis. Implica que las significaciones se conciban como 'puntos de vista', funcionalmente dependientes de un contexto que es menos un dato y mucho más algo construido. Implica, finalmente, que nociones, conceptos, operaciones, relaciones, valores y decisiones se determinen en un proceso dinámico de acción y reacción, para cuyos resultados no se pueden limitar previamente las opciones. En el curso de su desarrollo, cuando hace y conoce, cuando es artesano o artista, el hombre es quien elige su lugar de observación y progresa menos sobre lo hecho y más sobre lo que es capaz de deshacer y rehacer. Cada etapa y fase de práctica es siempre un estado provisional.

Y hay otro punto de apoyo para el elogio de esa provisionalidad. Cuando se reflexiona sobre la educación con apoyo en una antropología social renovada, se pone de inmediato en crisis una visión abarcadora (aunque acumulativa) del universo bajo un único prisma. Se coloca bajo la misma crítica un humanismo basado en una imagen anticipada del hombre o del ciudadano ideal, aunque ese ideal se proponga como una instancia del futuro. Ni un humanismo clásico,

---

<sup>4</sup> Aludo, entre otras, a la reflexión de Gastón Bachelard.

obtenido como sublimación de la historia, ni un humanismo teleológico (¿teológico?) pueden substituir la conciencia de nuestra plena humanidad ‘como condición y obligación’, como ‘situación y proyecto’. Para un hombre siempre inmaduro e inacabado, histórico y traspasado por la historia, ya no se puede pensar la educación como la transmisión de una herencia cultural, ni como la transferencia de informaciones y contenidos.<sup>5</sup> Sin rechazar esa historia, pero sin repetirse y reiterarse, el hombre debe formarse en una continua readaptación; quiero decir: para ser siempre un agente nuevo de su propia construcción, para acomodarse a sucesivas o diferentes situaciones, para reinterpretarlas y reinterpretar sus problemas, para atribuir a las preguntas nuevo valor y nuevo peso, para inventar soluciones; para ejercer, en suma, en todo momento, su virtualidad creadora.

Creatividad es, pues, más que un eslabón entre el conocimiento y el arte. Los une a la propia vida y a la acción del hombre sobre el mundo. Más que un eslabón entre diferentes actividades y proyectos, es condición para ellos.

Fue dentro de ese tipo de discurso que me obligué a repensar la creatividad, cuando aún era profesor.<sup>6</sup> Era, de hecho, un período de gran intensificación de los estudios relativos al comportamiento creativo — su conceptualización, la elaboración de instrumentos de medida, de estrategias de desarrollo.<sup>7</sup> Había, es cierto, otras razones prácticas para ese esfuerzo. Sobre todo en los Estados Unidos, en que el vuelo del Sputnik y el aumento de la competencia internacional (Japón, Alemania) creaban dudas respecto de una pretendida supremacía técnica. Se invertía en la ‘creatividad’.

De cualquier modo, bajo diferentes imposiciones y reflexiones teóricas, se pudo reelaborar y ampliar la noción y el campo de la creatividad. Vele la pena retomar en síntesis algunos de los aspectos más importantes. En primer lugar, el eje de la noción de creatividad se desplaza desde una evaluación más rela-

---

<sup>5</sup> Recuerdo, en este punto, una de nuestras lecturas favoritas: *Educación y vida*, de Pierre Furter, publicado en Petrópolis, por la Vozes, 1966.

<sup>6</sup> El autor quiere decir ‘docente en enseñanza media’. (N. de T.)

<sup>7</sup> Por ejemplo, J.P. Guilford publicaba su artículo ‘Creativity’ (En *American Psychologist*, 1950, 444-65); otros textos de Guilford, Harding, Lowenfeld, Moslow, Osborn, Parnes, Rogers, se reunieron posteriormente en una edición de Parnes y Harding (*A source book for creative thinking*, N. York: Charles Scribner’s Sons, 1963); textos de Taylor, Torrance, Brodgen, y también Guilford eran editados por Taylor (encontrados después en portugués en *Criatividade*, traducido en San Pablo, Ibrasa, 1976), Bruner (*O processo da educação*; traducido en San Pablo, Editora Nacional, 1972), Kneller (*Arte e ciência da criatividade*, traducido en San Pablo, Ibrasa, 1968); etc.

cionada con la originalidad del producto al estudio de las condiciones y mecanismos del proceso de creación. Esto supone la necesidad de una continua ampliación de los campos de referencia y la permanente renovación de los medios de representación y estructuración de lo vivido. Se puede lograr mediante el establecimiento de esquemas estructurales más ricos y flexibles, cambiando el punto de vista hacia la constitución de nuevos objetos y nuevas significaciones o extendiendo a nuevas situaciones, por analogía, esquemas relacionados, proyectados sobre situaciones anteriores, o incluso reconstruyendo representaciones a partir de la crítica.

Más aún: se sitúa la actividad creadora en un contexto vital y social. No se manifiesta solo en un acto individual, aislado. Se desenvuelve en el diálogo y en la contradicción. En la multiplicación de los interlocutores. En el contrapunto de un discurso que se actualiza en un contexto bien determinado. Aunque ocurra en el sujeto, es un proceso histórico porque supone, al mismo tiempo, la explotación de campos ya cultivados y la ruptura de límites antes establecidos. Está lejos, por eso, de reducirse a la originalidad y a la divergencia, y menos aun, a la singularidad de un éxtasis o de una inspiración: es un trabajo a muchas manos.

No tiene, en tanto proceso, un dominio privilegiado: está en las artes, en las ciencias, en las varias formas de representación y organización de las experiencias, en la selección de los materiales o de los instrumentos adecuados al trabajo y a los propósitos que le atribuimos. Está donde se dan posibilidades de opción, inclusive la de optar por la opción de otros.

En fin, se valoriza la función estructurante de la actividad humana, la función dialéctica de esa actividad en un contexto histórico y social, el carácter abierto de esa actividad a las opciones y al riesgo.

1.4. Sería bueno cerrar este punto hablando un poco sobre la creatividad en el lenguaje. Como observé, y he hecho repetir tanto,<sup>8</sup> el lenguaje es, él mismo, un trabajo por el cual histórica, social y culturalmente, el hombre organiza y da forma a sus experiencias. En él se reproduce, de la manera más admirable, el proceso dialéctico entre lo que resulta de la interacción y lo que resulta de la actividad del sujeto en la constitución de los sistemas lingüísticos, las lenguas naturales de las que nos servimos. En efecto, por un lado, es en la interacción

---

<sup>8</sup> Por ejemplo, en 'Lenguaje — Actividad constitutiva' (en *Almanaque*, 5, San Pablo. Brasiliense) y, recientemente, en la *Propuesta para la enseñanza de la Lengua Portuguesa — Enseñanza primaria* (preparada por el Equipo de Lengua Portuguesa de la CENP, *Secretaria da Educação de São Paulo*, 1986).



social que se extiende a lo largo de la historia que se 'diccionariza' el significado de los elementos léxicos, que se organizan los sistemas de representación de los que se sirven los hablantes para interpretar esas expresiones, que se establecen las coordenadas que permiten relacionar esas expresiones con determinadas situaciones reales. Es así el lenguaje una actividad sujeta a reglas que dependen, en parte, de restricciones impuestas por el material sonoro de que se sirven, y en parte, ciertamente, de condiciones genéticas, pero, en lo que es más relevante e importante, se constituyen como una 'praxis'. Por otra parte, es aun en la interacción social — condición de desarrollo del lenguaje — que el sujeto se apropia de ese sistema lingüístico, en el sentido en que construye, con los otros, los objetos lingüísticos sistemáticos de que va a hacer uso, en la medida en que se constituye a sí mismo como locutor y a los otros como interlocutores. Por eso, esa actividad del sujeto no es solo una actividad que reproduce, activa esquemas previos: es, en cada momento, un trabajo de reconstrucción.

Esa actividad del sujeto está afirmada en dos polos. En primer lugar, las lenguas naturales no son sistemas tan sistemáticos como pensaron los estructuralistas: cada acto de habla es siempre un acto de opción entre un haz de posibilidades de expresión que el sujeto correlaciona con las condiciones variables de la producción del discurso. En segundo lugar, las reglas del lenguaje no poseen, en general, una necesidad biológica o lógica: su regularidad tiene un fundamento social y antropológico y la obediencia a esas reglas tiene un fundamento funcional. Por eso, esas reglas pueden ser alteradas, sobre todo cuando el sujeto inviste de significación recursos expresivos no necesariamente 'catalogados' o 'codificados'.

La teoría de la gramática tiene que estar, por lo tanto, atenta a esta característica aparentemente paradójica de los procesos lingüísticos. Estos parecen singulares y únicos en cada acto de habla, no solo como hecho particular, sino como fuente de innovación y de creación de un punto de vista. Pero no son convencionales, en el sentido en que no se convencionan a cada momento su 'gramática': también es un hecho que se siguen reglas. No se puede decir, como se ha sugerido, que la expresión y su sentido solo se constituyen en cada situación concreta de discurso: es desconocer la historia y el carácter social y antropológico de las reglas del lenguaje. No se puede esperar que el cálculo de las correspondencias entre las expresiones y su sentido — del proceso de interpretación — pueda ser reducido a procedimientos sintáctico-semánticos de decodificación.

En esta perspectiva, la creatividad es siempre un atributo del comportamiento verbal que no sea habla de gramófono o de papagayo. Y lo es en varios sentidos.

- a) La creatividad se manifiesta incluso en el nivel de la construcción de las expresiones. De manera más radical, en el hecho de que es el sujeto que construye, del modo que le conviene, las múltiples formas que va componiendo linealmente. No existe eso de que 'una palabra lleva a otra', no hay nada de mecánico; al contrario, las lenguas naturales ofrecen numerosos procedimientos que aseguran al hablante su libertad de relacionar y conectar las expresiones para volverlas más adecuadas a los efectos de sentido que pretende provocar. Incluso porque, entre los numerosos recursos expresivos de que dispone, el hablante selecciona uno u otro según criterios de relevancia que él mismo establece en la medida en que interpreta, adecuadamente o no, las condiciones de producción de su discurso: ¿cómo debo aparecer cuando hablo? ¿para quién hablo? ¿con qué propósitos e intenciones? ¿qué puedo presuponer e implicar?, etc.
- b) La creatividad se manifiesta en la forma como cada individuo plantea su tema: en los diferentes puntos de vista y perspectivas en los que representa eventos o procesos, organiza los aspectos de la realidad que describe, orienta la argumentación, expresa sus actitudes. Es la experiencia propia, personal, de la realidad lo que el hablante 'in-forma' en un discurso en el que él mismo controla las transparencias y la opacidad, lo que ilumina y lo que sombrea, las máscaras con que desea revestirla.
- c) La creatividad se manifiesta, también, en los procesos por los cuales el hablante, por analogía o por metonimia, extiende, a otras situaciones, esquemas de relaciones sintácticos y semánticos constituidos para representar situaciones específicas. El individuo constituye otros mundos a imagen de su mundo.
- d) La creatividad llevada al extremo, se manifiesta cuando el hablante va más allá de los límites de lo 'codificado' y manipula la materia misma del lenguaje, invistiéndola de significación propia.

En la reflexión sobre estos modos de crear, se percibe hasta qué punto resulta parcial reservarle al comportamiento creativo solo ciertos aspectos del lenguaje figurado, de la ficción o de la poesía. Esta visión parcial puede ser vista en afirmaciones como la de R. Jakobson, en un programa televisivo (en Francia): 'El lenguaje en situación es el lenguaje que admite la metáfora y la metonimia. Es el lenguaje figurado sin el cual no hay creación'. Media verdad, como decía al comienzo de este artículo: construir los simulacros de la metáfora o subrayar la representación con la metonimia son, por supuesto, procesos creativos en cierto sentido de creatividad. Pero quiero decir mucho más: hay una actividad creativa aun cuando el lenguaje se sujeta a sus propias reglas y hay creatividad

en la construcción de las expresiones más simples y directas en cada uno de nuestros actos comunicativos. Hay creatividad hasta cuando no decimos nada y nos servimos del lenguaje en el soliloquio y en el silencio de la reflexión en la que reorganizamos los constructos de la experiencia anterior.

## 2. QUÉ SE HACE CUANDO SE HACE GRAMÁTICA COMO SE HACE

La crítica a los estudios gramaticales en nuestras escuelas solo es justa como crítica a un cierto modo de concebir la gramática y de practicarla con nuestros alumnos. O mejor, tiene su lugar porque, en verdad, no existe solo una concepción que sirva de base a las nociones, conceptos, criterios, relaciones y función con que se opera en los análisis y descripciones hechas en la escuela y en nuestros libros didácticos. Se trata de una tradición (en un sentido casi mecánico de *tradición*) que fue acumulando y catalogando preguntas, problemas, soluciones específicas, definiciones: un baúl de ‘trastos viejos’. Algunas traen las marcas de un tiempo que va lejos, hasta los Aristóteles y Platones; otros, recuerdan a Port-Royal o Jespersen o Martinet o Sapir, o Saussure o Soares Barbosa o... No entiendan que estoy proponiendo pasar un borrador sobre esa pizarra del tiempo: no estoy personalmente de acuerdo con una caracterización de la práctica científica en términos de ‘revolución’. Por eso, evito un malentendido diciendo ya que se deben valorar las intuiciones de tanta gente inteligente en esos siglos de estudio sobre el lenguaje: muchos lingüistas contemporáneos tratan de afiliar sus conceptos modernos y sin padre a esa maravillosa tradición (ahora en un sentido cultural de tradición), como diciendo que, decididamente, no existe nada de nuevo bajo el sol.<sup>9</sup>

La cuestión no está en el interés teórico de la tradición. Está en la repetición inconsciente de fórmulas con que aquellas intuiciones se llevaron a la escuela.<sup>10</sup> Está en la falta de reflexión sobre lo que realmente se está haciendo cuando hacemos gramática del modo que la hacemos. Por eso, antes de proponer una concepción de gramática compatible con la concepción de lenguaje que acabamos de construir, es necesario volver a plantear (¿otra vez más?) las limitaciones y las equivocaciones de la práctica escolar.

---

<sup>9</sup> Aquí estoy, indirectamente, citando a A. Culioli, en su prefacio a la edición francesa de *Philosophie de la Grammaire* de Otto Jespersen (Paris: Minuit, 1971).

<sup>10</sup> En el original: ‘A questão não está no interesse teórico da tradição. Está na repetição inconsciente de fórmulas com que suas intuições se escolarizaram (no pior sentido de ‘escolarização’). (N de T.)’

Un primer paso sería distinguir, en esa práctica, aspectos que derivan de dos tendencias históricas que siempre se presentan como incompatibles. De un lado, aquella de los que reflexionaban sobre el lenguaje para construir un sistema de nociones capaz de describirlo. Se puede ver eso, por ejemplo, en parte de los estudios gramaticales greco-latinos, en las gramáticas especulativas y filosóficas y, más recientemente, en el estructuralismo. De otro lado, la tendencia de quienes se preocupaban en establecer condiciones de 'uso' del lenguaje y que dio origen a las gramáticas prescriptivas y normativas: en vez de reflexionar teóricamente sobre el lenguaje, la tarea del gramático sería la de elaborar un manual sobre el arte de hablar y escribir bien, según los más diversos criterios. Comencemos por las reminiscencias de la primera de esas tendencias.

2.1. La cuestión más importante para la teoría gramatical es la siguiente: ¿por qué y cómo las expresiones de las lenguas naturales significan aquello que significan? En el centro de la gramática se sitúa, aun cuando se hace sintaxis, el problema de la significación. Vamos a mantener esa pregunta en mente en el curso de la exposición.

Una respuesta, bastante persistente en la visión ingenua de gramática, es la de concebir el lenguaje como expresión del pensamiento, y del pensamiento como reflejo del mundo. La realidad se presenta con su organización y sus propiedades 'percibidas' como rasgos categoriales, pronta y exterior al sujeto: en ella identificamos y distinguimos objetos, los clasificamos, y proyectamos las relaciones que se establecen entre ellos en una representación mental que constituye el sistema de referencia, ordenado espacial y temporalmente, por el cual la conocemos. La estructura de la lengua reproduciría la estructura del mundo: los modos de significar y de co-significar del lenguaje corresponderían a los modos de ser, estar y cambiar de las cosas y a los diferentes arreglos en que las relacionamos.

El análisis gramatical marcharía paralelo al análisis del mundo. En este hay personas, cosas, animales, seres que se identifican como estables en el correr del tiempo y en el cambio de perspectivas: poseen una 'substancia' propia que los hace ser lo que son. En las lenguas, de manera paralela, están los sustantivos. Esos 'seres' están en el mundo de un cierto modo y se involucran en ciertas acciones, sucesos y 'pasiones'; asumen, accidentalmente, propiedades características o accesorias en diferentes estados sujetos a la variación de las circunstancias. En las lenguas, esos procesos, cualidades y circunstancias están, respectivamente, representados por verbos, adjetivos y adverbios. Hablar no es otra cosa que describir aspectos de las cosas, ya sea mediante una

generalización que sería la fuente del conocimiento abstracto — 'los pájaros vuelan'—, ya sea en una determinada situación como base para nuestras acciones inmediatas —'aquel pájaro voló de allí'. Salir, por el lenguaje, de ese cuadro para el mito, la ficción, la metáfora, la poesía, la reflexión filosófica, la teoría, sería siempre un juego de espejos, resultado de las transposiciones analógicas de sentido o de la fantasía que recompone, con fragmentos del mundo, otros mundos posibles, en las creencias o en la imaginación.

En esa gramática, las categorías<sup>11</sup> descriptivas del lenguaje son también dadas desde el exterior del lenguaje, y por eso, fueron tan criticadas por el estructuralismo. Jespersen las llamaba 'categorías nocionales', semánticas, que continúan incrustadas en las explicaciones de las gramáticas escolares. ¿Quién no reconoce en ellas a la mayoría de las definiciones con que fue introducido (y con las que se introduce a los niños) en el estudio del lenguaje?

Con base en esas mismas categorías nocionales, por las relaciones que se establecen entre los elementos de las expresiones (esto es, entre los objetos en la situación y el evento descritos), se construye un análisis 'lógico' de las oraciones. En ellas existen los elementos 'agentes' — que practican las acciones; 'pacientes' — que sufren las acciones; 'beneficiarios' — interesados en el resultado de las acciones; 'cualidades' — con las que se modifica a los participantes; 'instrumentos', 'medios' y 'modos' — con que se realizan las acciones; 'lugar', 'tiempo' — en que se realizan. Pareadas a esas funciones, nocionalmente determinadas por las relaciones que se establecen entre los seres, se van identificando funciones propiamente 'gramaticales': la del sujeto, la del objeto directo, la del objeto indirecto, la de los adjuntos adnominales y adverbiales. Y así sucesivamente.

La utilización de ese paralelismo sintáctico-semántico, en la formulación de las gramáticas y en el análisis lingüístico de los enunciados, posee un fuerte elemento de atracción: es la respuesta más directa y simple a la cuestión fundamental de cualquier teoría del lenguaje y la solución más a mano para el problema de la significación: se aproxima la descripción gramatical a la descripción semántica de los enunciados. Y, en efecto, sería difícil negar que, en uno de sus aspectos, ese plano referencial estructurado en el espacio y en el tiempo

---

<sup>11</sup> Utilizo en el texto el término 'categoría' para referirme a la propiedad o conjunto estructurado de propiedades que se utilizan en la teoría para clasificar un conjunto cualquiera de objetos teóricos. Es, pues, una noción metateórica, como 'relación' o 'función'. El término 'relación' se usa como de costumbre, para expresar el vínculo que asocia un objeto a otro, y el término 'función', para designar el papel desempeñado por los términos que entran en una relación.

constituya uno de los dominios privilegiados de interpretación del lenguaje. Pero una elaboración más moderna de una teoría nocional tendría que evitar algunos vicios radicales de la visión tradicional. Veamos eso.

Ese dualismo, mundo y pensamiento, pensamiento y lenguaje, no le plantea al sujeto mucho más que el aprehender la realidad y encontrar los modos más adecuados de representarla en el lenguaje. Como me decía un viejo profesor: 'deje la inteligencia siempre abierta (atención, espíritu de observación, perspicacia) para que sea moldeada por el mundo; entonces, el lenguaje vendrá por sí mismo; lo que no se consigue decir es lo que no se consiguió todavía comprender y conocer; en esa niebla del espíritu están la falta de claridad y de economía del buen lenguaje'.<sup>12</sup> Las palabras y las expresiones están listas, en estado de diccionario: combinarlas entre sí en el texto adecuado no sería un problema exactamente de lenguaje, sino un problema de percepción, inteligencia, capacidad de análisis y síntesis de los hechos. Esa concepción anula, de ese modo, uno de los aspectos más importantes de la creatividad en el lenguaje: el de que es por el lenguaje que se constituyen los sistemas de representación, en la indefinida secuencia histórica de indefinidos discursos. El de que, en ese proceso, el sujeto no es solo quien se apropia de un sistema dado, sino quien lo construye junto con los otros, permaneciendo abiertas todas las posibilidades de reforma y replanteo.

Más exactamente en el aspecto gramatical, esa concepción, ya para los primeros que la experimentaron, mostró pronto sus insuficiencias descriptivas. Por ejemplo, la discusión medieval y clásica de las nominalizaciones. En efecto, entre los sustantivos se encuentran acciones ('discusión', 'nominalizaciones', 'acciones') y estados ('subjetividad', 'tranquilidad', 'fome') y cualidades ('belleza', 'rapidez', 'capacidad') y relaciones ('proximidad', 'pertenencia', 'hermano') y hasta proposiciones enteras ('el hecho de que yo estoy escribiendo sobre el lenguaje'). Se está, entonces, en un círculo vicioso: esas palabras y expresiones quiero que sean, por alguna razón, sustantivas; sustantivo es la palabra que designa las cosas; entonces esas palabras designan cosas. ¡O otras 'cosas' (que no serían exactamente cosas), tomadas como cosas!

No resisto la tentación de traer el ejemplo de una prueba de evaluación en una escuela. Los alumnos estaban con la definición presente en la memoria:

---

<sup>12</sup> En el original: 'deixe a inteligência sempre aberta (atenção, espírito de observação, perspicácia) para que seja moldada pelo mundo; aí, a linguagem virá por si; o que não se consegue dizer é o que não se conseguiu ainda compreender e conhecer; nessa névoa do espírito é que está a falta de clareza e de economia da boa linguagem'. (N. de T.)

el sustantivo es la palabra que designa a los seres: personas, cosas, animales, lugares. Y el ejercicio de la prueba mandaba subrayar los sustantivos del siguiente fragmento:

- (1) La comprensión del gobierno en relación con los problemas del pueblo, lo llevó a soluciones que privilegiaban lo social. La urgencia de ese asunto, la rapidez de las medidas que debían ser tomadas pasaron a ser más importantes que la adecuación de esas medidas a las circunstancias.

Es un desafío encontrar allí sustantivos en base a las categorías de persona, animal, cosa o lugar o por la salida de las designaciones 'tomadas como cosas'. Claro que el profesor se quejaba de que, lamentablemente, los alumnos del segundo año todavía no sabían qué era un sustantivo. Y él ¿lo sabía?

Es necesario observar que no hay medios para establecer correlaciones, uno a uno, en el nivel del análisis puramente superficial de las oraciones, entre categorías gramaticales y categorías semánticas, entre funciones o relaciones gramaticales y funciones o relaciones semánticas. La sintaxis de las lenguas naturales funciona bajo otros criterios que impiden esa visión de la interpretación como una decodificación directa. Y lo mismo es válido con respecto a una asociación directa entre condiciones gramaticales y condiciones pragmáticas. Un ejemplo de esto, para no ir muy lejos, es el de la definición de sujeto. Tomemos, como ejemplo, dos definiciones muy corrientes: una de ellas, identifica la función gramatical de sujeto con la función semántica de agente: 'sujeto es el que realiza la acción' o (en versión mejorada):

- (2) sujeto es el elemento que practica la acción expresada por un verbo en forma activa.

Otra de ellas, identifica la función gramatical de sujeto con la función pragmática de tópico:

- (3) sujeto es elemento del que se habla en la oración

¿En cuál de estas definiciones nos basaríamos para poder identificar el sujeto en las oraciones del diálogo siguiente (extraído de otra prueba de mi colección)?

- (4)

(a) — ¿Cómo está la cabaña aquella, en lo alto de la sierra?

(b) — ¡Ah! En la cabaña solo hay mugre. Las puertas no abren y las ventanas están todas rotas.

(c) — Pero ¿quién rompió las ventanas?

(d) — No sé, pero parece que el tiro de un cazador (elipsis: quebró las ventanas)<sup>13</sup>

La respuesta habitual sobre el sujeto de esas oraciones lo hace corresponder con las palabras que están subrayadas: la cabaña, las puertas, las ventanas, quién, el tiro de un cazador. En el segundo turno del diálogo habría una oración sin sujeto, con el uso de 'haber' impersonal con el significado de existencia. En el último turno del diálogo hay un sujeto oracional: 'que un tiro de cazador (rompió la ventana)' sería el sujeto de 'parece'.

Pienso que todos estarían de acuerdo en que esa sería la respuesta esperada en un análisis gramatical escolar. Lo difícil es imaginar cómo consiguen hacerlo los alumnos con las definiciones que les son dadas como base para el análisis. Tómese la primera de ellas (2) y obsérvese que todos los verbos están en forma activa. Entonces es fácil: basta localizar a los agentes. Pero, en (4-a) la pregunta se refiere al estado de la cabaña y no hay ninguna acción, ni ningún agente practicando la acción: por la definición, no debería haber sujeto, por cierto, como en la primera parte de (4-b); en este caso, la definición se ajusta: no hay agente y, por lo tanto, no hay sujeto. Pero en la segunda parte de (4-b), los sujetos indicados no son, precisamente, agentes sino pacientes: 'puertas' y 'ventanas' no practican acciones. Si se analiza bien, se observa que hasta las oraciones consideradas fueron, justamente, construidas desde un punto de vista en que no es relevante quién haya practicado la acción de 'abrir' o 'romper': las puertas no abren y las ventanas están rotas, no sé gracias a quién o a qué. De manera que el interlocutor siguiente altera esa perspectiva cuando pregunta por el agente en (4-c). Entonces sí, (¡por fin!) se encuentra un sujeto que se supone haya practicado intencionalmente la acción. Esa pregunta lleva al interlocutor de (4-b) y de (4-d), que continúa desinteresado sobre el agente, a eludir el asunto: promueve un instrumento o causa ('el tiro de un cazador') a la posición sintáctica de sujeto y modaliza su afirmación ('parece que'). ¿En qué queda, después de eso, la primera definición de sujeto?

---

<sup>13</sup> En el original:

(4)

(a) — Como está a *cabana* lá no topo da serra?

(b) — Ih! Na cabana só tem sujeira. As portas não abrem e as janelas quebraram todas.

(c) — Mas quem quebrou as janelas?

(d) — Não sei mas parece que *um tiro de caçador*. (elipse: quebrou as janelas). (N. de T.)



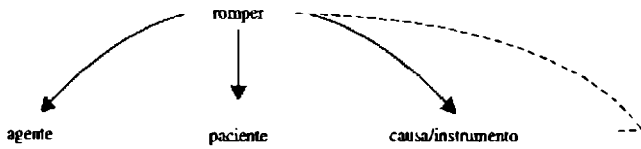
Cambiémosla por la definición (3): sujeto es el elemento de que se habla. Pero los problemas continúan, si es que no son mayores. Alguien podría decir que en todo el diálogo no se habla de otra cosa que no sea de 'el estado de la cabaña en lo alto de la sierra'. Y en el turno (4-b), por cierto que se habla de 'cabaña' (incluso para responder a una pregunta muy clara: 'cómo está la cabaña'). El sujeto tenía que ser 'en la cabaña', pero no se acepta esto, porque el verbo impersonal no concuerda con nada, y 'cabaña' está en un sintagma preposicional que no es la forma de manifestación del sujeto. Pero, ¿de qué sujeto estamos hablando entonces?

Por ese camino se adoptan definiciones nocionales para caracterizar un hecho lingüístico de otra naturaleza, al pretender que correspondan las definiciones con lo que el análisis gramatical considera que es el sujeto en las más diversas oraciones. Equívocos del mismo tipo pueden verificarse, fácilmente, en prácticamente todas las definiciones de que se sirve la gramática escolar. No es a través de esas definiciones que el alumno aprende (cuando aprende) análisis sintáctico, sino por ensayo y error, descubriendo, a duras penas, los criterios variables que entran en juego en cada respuesta 'correcta'. Lo peor es que se pierde la oportunidad de mostrar lo que está en juego en esa variabilidad de los sujetos: la actividad del hablante, que no es neutra delante de los eventos que va a describir sino que se está sirviendo de diferentes recursos expresivos puestos a su disposición por la lengua para instaurar sus propios puntos de vista sobre esos eventos.

Considérense nuevamente algunas de las oraciones del diálogo en que entre el verbo 'romper'.<sup>14</sup> Un hablante de portugués, que conoce bien el sentido de ese verbo, sabe (porque habla portugués, independientemente de cualquier análisis sintáctico) que ese verbo expresa una relación compleja que involucra varios elementos tomados como argumentos: un agente y un paciente (que caracterizan un verbo de acción), un instrumento o causa, cada uno de ellos, por su vez en una relación específica con el verbo. Represento eso en un diagrama (v. 5).

---

<sup>14</sup> Recuérdese que el verbo portugués al que se hace referencia es quebrar, que en 4 (b) no está usado como transitivo. (N. de T.)



(5)

diagrama 1

La sintaxis de las lenguas naturales dispone de diferentes recursos para que el hablante tome ese esquema desde diferentes puntos de vista. El hablante puede estar interesado en representar la acción desde la perspectiva de la acción y del agente que la realiza, en oraciones como:

(6)

- ¿Quién rompió el vidrio?
- Los niños rompieron el vidrio.
- El que tiró la piedra rompió el vidrio.<sup>15</sup>

O puede mantener esa estructura activa, pero marcar en la sintaxis de la oración que es del vidrio que está hablando (el tópico, pero no el sujeto gramatical):

(7)

- El vidrio ¿quién lo rompió?
- El vidrio lo rompieron los niños.
- El vidrio lo rompió el que tiró la piedra.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> En el original:

(6)

- Quem quebrou a vidraça?
- Os garotos quebraram a vidraça.
- Quem jogou a pedra quebrou a vidraça. (N. de T.)

<sup>16</sup> En el original:

(7)

- A vidraça, quem quebrou?
- A vidraça, os garotos (a) quebraram (ela).
- A vidraça, quem jogou a pedra acabou quebrando (ela). (N. de T.)

O puede decididamente optar por el paciente y presentar el evento desde la perspectiva de lo que se hace y no desde quien lo hace:

(8)

- El vidrio fue roto por los niños.
- El vidrio fue roto por el que tiró la piedra.<sup>17</sup>

O entonces, dejar implícito el agente, meramente señalado por el uso de la forma pasiva, por una flexión de tercera personal del plural o por un pronombre clítico 'se':

(9)

- El vidrio fue quebrado para poder pasar el armario.
- Quebraron el vidrio para poder pasar el armario.
- Se quebró el vidrio para poder pasar el armario.<sup>18</sup>

O, aun, el hablante puede excluir completamente el agente de su consideración, focalizando exclusivamente el proceso en que el paciente está implicado. Obsérvese qué extraña resulta la segunda de las siguientes oraciones, exactamente porque no se puede suponer cuál es el agente responsable por la intencionalidad contenida en la oración adverbial de finalidad:

(10)

- El vidrio se rompió.

---

<sup>17</sup> En el original:

(8)

- A vidraça foi quebrada por quem?
- A vidraça foi quebrada pelos garotos.
- A vidraça foi quebrada por quem jogou a pedra. (N. de T)

<sup>18</sup> En el original:

(9)

- A vidraça foi quebrada para fazer passar o armário.
- Quebraram a vidraça para poder fazer passar o armário.
- Quebrou-se a vidraça para poder fazer passar o armário. (N. de T)

— ??? El vidrio se rompió para pasar el armario.<sup>19,20</sup>

Finalmente, habiendo excluido el agente de su consideración, el hablante puede elegir una perspectiva que tome como punto de partida el instrumento o la causa (ni el agente, ni el paciente):

(11)

- Esa barra de hierro rompió el vidrio.
- La pedrada rompió el vidrio.
- El calor del incendio rompió el vidrio.<sup>21</sup>

Este es un análisis intuitivo satisfactorio del esquema de relaciones proyectado por el verbo ‘romper’ (y verbos de la misma clase) sobre la oración. Otros verbos corresponden a otros esquemas. Pero lo importante de todo esto es que se puede observar mejor cómo la elección de diferentes puntos de vista sobre el evento que está siendo descrito y de diferentes puntos de partida para la construcción sintáctica van haciendo variar lo que llamamos ‘sujeto’. Las relaciones semánticas son nociones que describen esquemas relacionales del sistema de representación del que nos servimos para dar forma a la ‘realidad’; las relaciones sintácticas son nociones que refieren a los diferentes modos de construcción de las expresiones para exhibir diferentes perspectivas que se instauran en la observación y descripción de la ‘realidad’. En otros términos, análisis semántico y análisis sintáctico no corresponden a una copia o un espejo de los eventos representados: implican una actividad del sujeto que

---

<sup>19</sup> En el original:

(10)

- A vidraça quebrou.
- ??? A vidraça quebrou para poder fazer passar o armário. (N. de T.)

<sup>20</sup> La oración es perfectamente gramatical con la interpretación del tercer ejemplo de (9), pero no es la interpretación pertinente en este caso; en (10) no se trata de una oración pasiva ni impersonal activa, sino de una oración como la primera (El vidrio se rompió) a la que se ha añadido una expresión de finalidad. (N. de T.)

<sup>21</sup> En el original:

(11)

- Essa barra de ferro quebrou a vidraça.
- A pedrada quebrou a vidraça. (N. de T.)
- O calor que fazia por causa do incêndio quebrou a vidraça.

selecciona la forma de construcción de sus expresiones, para explicar diferentes puntos de vista y diferentes maneras de conducir su discurso.

El ejemplo es pobre y despojado. No tengo espacio aquí para mostrar que ocurre lo mismo en todos los dominios de la gramática del portugués, pero esto sirve para mostrarles a los colegas profesores<sup>22</sup> una dirección importante. No interesa mucho descubrir la mejor definición de sustantivo o de sujeto o de lo que sea. En el nivel en que se realiza el análisis escolar, seguramente no existen las buenas definiciones. Sería más fácil hacerlo en una teoría formal que en un análisis que tantea la superficie de las expresiones. Pero interesa, y mucho, conducir a los alumnos a operar sobre el lenguaje, rever y transformar sus textos, percibir en ese trabajo la riqueza de las formas lingüísticas disponibles para sus más diversas opciones. Sobre todo cuando, ante el texto escrito, el alumno precisa tomar conciencia de los procedimientos expresivos que usa. Con eso, me parece, se reintroduce en la gramática su aspecto creativo: lo que permite al hablante comprender, en un primer paso, los procesos diferenciados de construcción de las expresiones para, después, algún día y si fuera necesario, construir un sistema nocional que le permita describir esos procesos, hablar de ellos, en una teoría gramatical.

Si el profesor utiliza una descripción lingüística con base en criterios nocionales debe conocer bien no solo las intuiciones que la gramática tradicional utilizaba, sino también las limitaciones de su descripción. No puede tener una actitud ingenua. En efecto, vale la pena preguntar por qué esas definiciones persisten. Lyons, una vez, sugirió que la gramática tradicional operaba en verdad con elementos prototípicos para construir sus descripciones.<sup>23</sup> Por ejemplo: aunque la clase gramatical de los sustantivos contenga palabras que designan acciones, procesos, relaciones, etc., hay en ellas una subclase bien definida que es la de las palabras que designan las cosas, las personas, los animales. La gramática tradicional toma entonces esa subclase de 'sustantivos típicos' como la que 'define' la clase de los sustantivos y extiende esa definición a otras palabras que, no siendo designaciones de cosas, se utilizan en papeles sintácticos equivalentes. La misma cosa se podría decir de la definición (2) de sujeto: se toma la oración activa, en que las posiciones de sujeto y objeto

---

<sup>22</sup> El autor se refiere a profesores de lengua materna y también a maestros de enseñanza primaria, elemental. (N. de T.)

<sup>23</sup> El libro es de John Lyons, traducido para el portugués como *Introdução à Lingüística Teórica*; su lectura es de mucho provecho. Se puede comenzar la lectura por los capítulos 7, 8 y 9 para indicaciones preciosas sobre cuestiones de análisis sintáctico y semántico.

corresponden al agente y al paciente, como siendo una construcción prototípica de lenguas como el portugués. Realmente, el agente ocupa preferentemente la posición de sujeto cuando es explícito (salvo casos en que se altera la diátesis del verbo mediante procesos morfológicos como los de la voz pasiva). Con esa justificativa, aun en las equivocaciones de la tradición gramatical pueden recuperarse indicaciones interesantes respecto de las propiedades gramaticales del portugués. Pero el profesor debe saber el límite de aplicación de las nociones así definidas, para no generalizarlas a expresiones y ejemplos a los que no se aplican y que, increíblemente, son los que prefiere proponer al análisis (y pruebas) de los alumnos, para testar su conocimiento. Como en el caso de (1) que referí antes. ¡Esas son trampas!

2.2. En el párrafo anterior observamos cómo los criterios nocionales, aunque susceptibles de recibir una utilización interesante en las actividades del lenguaje, son insuficientes para tratar la complejidad de la estructura de las lenguas. Claro que los gramáticos tradicionales percibieron eso y trataron de combinar los criterios nocionales con otros criterios de análisis lingüístico. Manteniendo los criterios nocionales en las definiciones, completaron sus explicaciones con criterios morfológicos, distribucionales, transformacionales, relacionales.

Ya los gramáticos latinos, por ejemplo, utilizaron categorías morfológicas para determinar la pertenencia a una de las 'partes del discurso'. Se decía que los nombres designaban 'sin tiempo' y los verbos, 'con tiempo', para referirse directamente al paradigma de flexiones verbales. O que el verbo se conjuga y el nombre se declina, como decían los antiguos gramáticos portugueses. De esa tradición deriva la costumbre de agrupar bajo el nombre de 'categorías gramaticales — o sea, como instrumentos de clasificación — el género, el número y el grado, la persona, el tiempo, el modo y el aspecto. De esa misma tradición también deriva la importancia clasificatoria de las correspondencias morfológicas de la concordancia, del verbo con el sujeto y del adjetivo con el nombre. La de distinguir, de un lado las palabras variables y del otro, las invariables.

Nuevamente, claro está, la definición de esas categorías morfológicas era hecha con criterios nocionales, como categorías semánticas. Basta recordar la definición de género: 'género es la variación del sustantivo que indica el sexo real o sexo convencional (sic) de los seres'. Hasta hoy se obliga a muchos escolares a manejar esa extraña categoría de 'sexo' en gramática. Nada complicado cuando se trata de 'sexo natural'. Pero es sorprendente que se pueda utilizar el 'sexo convencional' para conocer el género de 'puerta' o 'puerto', 'cuchillo' o 'cuchara', 'sol' o 'luna'. Nuevamente se observa el procedimiento

habitual: se establece un criterio con base en un conjunto prototípico de elementos (los seres animados) y se extiende el análisis a otros elementos que corresponden a los primeros, paradigmáticamente, en su morfología.

En esas extensiones se está echando mano de otros criterios no explícitos. El más utilizado es el criterio distribucional, que consiste, en el caso de la gramática tradicional, en enumerar algunos contextos típicos de ocurrencia de la palabra, o en tomar algún elemento como modelo para sustituciones en el mismo contexto. Ejemplos del primer tipo no faltan: para identificar el sustantivo se verifica que pueda ocurrir precedido de artículo, o de otros pronombres adjetivos determinativos, o de preposiciones ('la construcción', 'ese entendimiento', 'en la proximidad'). Para identificar formas verbales del subjuntivo, se prueba la colocación del verbo en estructuras dependientes de expresiones como 'yo espero que...', 'tal vez...'. Ejemplos del segundo tipo son las famosas preguntillas '¿quién?' para el sujeto, '¿qué?' para el objeto directo, la sustitución del objeto indirecto por 'le' y la sustitución del objeto directo por un pronombre oblicuo 'o', o la sustitución del 'que' por 'el cual' para saber si se trata de pronombre relativo.

En otros casos, sin embargo, predominan los criterios sintácticos o semánticos relacionales/funcionales. Estos también poseen una vieja ascendencia: la gramática medieval de los modistas ya decía que, en el nivel de la construcción de los objetos lingüísticos complejos, dos nociones son suficientes para la caracterización de todos los procesos: existen 'determinados' y 'determinantes'. En: 'El hombre bueno vive bien', 'bueno' determina a 'hombre' para formar el sujeto; 'bien' determina a 'vive' para formar el predicado; y el predicado determina al sujeto para formar la oración. O en los términos metafóricos de João de Barros<sup>24</sup>: el lenguaje es como un juego de ajedrez; en él predominan el Rey y la Reina, que son el verbo y el nombre; en torno de cada uno se agrupan los peones y lacayos, como los adjetivos para el nombre y los adverbios para el verbo. En nuestra gramática, basta recordar las definiciones de adjetivo — 'aquel que modifica el sustantivo' — y de adverbio — 'aquel que modifica el verbo, el adjetivo u otro adverbio' — aunque nunca resulte muy claro lo que se quiere decir con 'modificar'.

---

<sup>24</sup> João de Barros, gramático portugués cuya Gramática da língua portuguesa es de 1540. Edición contemporánea: Barros, J. (1971) Gramática da língua portuguesa. (Cartinha, *Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa Vergonha*). Leitura, introdução e anotações de M.L. Buescu. Lisboa. Faculdade de Letras. (N. de T.)

Los criterios relacionales tienen, por lo menos, la ventaja de introducir un punto de vista constructivo en la teoría gramatical. Muchas tendencias de la lingüística contemporánea prefieren esa perspectiva. En verdad, es la que mejor explica la naturaleza variable de las categorías gramaticales que no dependen, enteramente, de propiedades nocionales exteriores al sistema (como persona, cosa, acción, cualidad, modo) sino de las relaciones sintácticas en que entran y de los papeles o funciones que en ellas desempeñan. En otros términos, la selección, en el léxico, de una palabra, de una clase gramatical u otra, depende sobre todo de la 'función categorial' de esa palabra en el contexto o en la construcción. Vuelvo a esto en el próximo párrafo, para poder antes completar ese cuadro de la tradición gramatical.

Si se observan bien los ejercicios escolares, son, en el fondo, los criterios morfológicos y distribucionales los que presiden todo el análisis. Si es así, ¿por qué no plantear esto claramente? ¿Para qué obligar a los alumnos a memorizar definiciones nocionales, si lo que va a tener valor son esos criterios sintácticos superficiales? Así, por ejemplo, en la oración (4-b) — 'En la cabaña solo hay mugre' — el criterio realmente utilizado para decir que no hay sujeto es la impersonalidad de 'haber' que no concuerda con su único argumento (el objeto directo 'sujeto'). El criterio es sintáctico-morfológico y no tiene nada que ver con los criterios nocionales o pragmáticos de las definiciones de sujeto. El problema mayor está en que los gramáticos (y los profesores, ¡de qué manera!) no se dan cuenta de la diversidad y heterogeneidad de los criterios que usan, ni perciben que la aplicación de uno o de otro lleva a resultados clasificatorios completamente diferentes. La consecuencia de eso es que los lectores de esas gramáticas (y los alumnos ¡de qué manera!) se pierden en falsos problemas y se ejercitan (ensayando y errando) en el descubrimiento, consciente o no, de los caminos que llevan al resultado deseado. Pero, peor aun, es que en ese ejercicio escolar puramente clasificatorio se pierde el aspecto fundamental de la actividad de carácter gramatical que consistiría en comprender los diferentes procesos por los cuales el sujeto actúa lingüísticamente.

En principio, a diferencia de lo que ocurriría en las gramáticas formales, no hay nada de condenable en la utilización de diferentes tipos de criterios para comprender la naturaleza de las expresiones en juego. Lo que dificulta el avance de las ciencias humanas (y de la ciencia del lenguaje) es que se quiere tratar todo con un único criterio mágico: se busca la 'llave' del misterio o el hilo del laberinto. Jespersen, a propósito, recomendaba no descuidar ningún criterio, ya sea relativo a la forma, como relativo a la función, o aun, al sentido. Pero advertía contra los riesgos de ese uso: no se espere basar una clasificación sobre



definiciones simples y de aplicación fácil.<sup>25</sup> El secreto está en distinguir con mucha claridad un tipo de criterio de otro tipo de criterio, saber qué se hace cuando se utiliza uno u otro, tener conciencia de que cada uno de los criterios, o todos juntos, no llevarán a una clasificación homogénea.

Si la gramática tradicional peca, muchas veces, por no dar la debida atención a la heterogeneidad de los criterios que utiliza, peca, muchas otras veces, por no considerar la conveniencia de testar sus definiciones bajo otros criterios. Un ejemplo me permitirá resumir, hasta aquí, este párrafo. Considérese lo que se dice sobre adverbios en una apostilla escolar:

(12)

Adverbio es la palabra invariable que modifica al verbo, al adjetivo o al adverbio para expresar las circunstancias en que el proceso, la acción o el estado se realizan. Se clasifica de acuerdo con la circunstancia a que se refiere: lugar, tiempo, modo, causa, negación, duda. El adverbio no tiene una forma propia, a excepción de los de modo, que se forman por el agregado del sufijo 'mente' al femenino de los adjetivos.

Es fácil mostrar la multiplicidad de criterios implicados. Hay dos referencias a aspectos morfológicos de aquello que se quiere llamar 'adverbio': la referencia a la 'invariabilidad' en relación, sobre todo, con la variabilidad del adjetivo; el proceso derivacional de los adverbios en 'mente'. La descripción incluye, a continuación, un punto de vista relacional: el adverbio depende de las palabras a las que modifica, esto es, del verbo, del adjetivo o de otro adverbio. Es ese papel de modificar el que lo aproxima de los adjetivos. Luego, viene un criterio nocional: el nombre designa cosas, el verbo expresa la acción y el estado, el adjetivo expresa cualidades, y el adverbio 'expresa circunstancias'. Es más fácil, sin embargo, mostrar que, por no tener en cuenta otros criterios lingüísticos relevantes, esa descripción no caracteriza adecuadamente lo que se acostumbra llamar adverbio. (Tal vez porque en esa clase se incluye todo lo que no se consiguió clasificar en el sistema. Todo, ¡hasta adverbios!) Se puede ver eso en el estudio de algunos de los 'adverbios' en las oraciones siguientes:

(13)

- (a) — ¿Tú quieres este libro aquí?  
— ¿Qué voy a hacer con un libro así?

---

<sup>25</sup> Se hace referencia al libro citado antes, *Philosophie de la Grammaire*, Paris, Minuit, 1971 (traducido del original inglés de 1924).

- (b) — ¿Cómo es tu chacra?  
 — Aquello es increíble. Allá es estupendo para pasar unas vacaciones.
- (c) — Prácticamente, los ministros son todos conocidos figurones.  
 — Lamentablemente, todo es 'nuevo' y nada cambia.<sup>26</sup>

Para no extenderme mucho, voy solamente a enumerar las dificultades de aplicar la descripción del adverbio a las palabras que serían, en general, consideradas 'adverbios' en el análisis 'morfológico' de la gramática escolar.

- a) 'Aquí' y 'así', en el diálogo (13-a), contribuyen para determinar deícticamente o la referencia de 'libro' (este libro aquí y no aquel allí) o las cualidades relevantes de 'libro' en el contexto (un libro así y no de otra manera). 'Aquí', 'allí', 'así', orientan al interlocutor hacia aspectos de la situación discursiva apoyándose en la posibilidad de identificar o caracterizar el libro en cuestión: en ese sentido son deícticos. Se podría hablar de 'circunstancias' de la enunciación para justificar la clasificación como adverbio; pero el elemento 'modificado' es, sin duda, un nombre, lo que justifica otra clasificación también corriente como 'adjetivos'. Y, ¿entonces?
- b) Esa flexibilidad en el uso de los deícticos se muestra también en (13-b). El llamado adverbio interrogativo de modo — 'como' — interroga justamente sobre las característica de la granja, que aparecen en posición de predicativo del sujeto en una eventual respuesta: 'la granja es increíble / estupenda'. El adverbio 'allá' ocupa una posición distribucional normalmente reservada para un sistema nominal-sujeto: la granja/allá es increíble', 'la granja/allá es estupendo para pasar unas vacaciones'.
- c) En esos dos primeros ejemplos ya se observa el conflicto de criterios nocionales, distribucionales, relacionales. ¿A qué me refiero cuando hablo de 'circunstancias'? ¿A circunstancias de la enunciación? ¿A circunstancias que rodean al evento descrito? ¿Cómo explicar la distribución extensa de las

---

<sup>26</sup> En el original:

(13)

- (a) — Você quer esse livro aqui?  
 — O que eu vou fazer com um livro assim?
- (b) — Como é seu sítio?  
 — Lá é incrível. Lá é ótimo de passar umas férias.
- (c) — Praticamente, os ministro são todos antigos figurões.  
 — Lamentavelmente, tudo é 'novo' e nada muda. (N. de T.)

palabras deícticas que parece que pueden colocarse en las más diversas posiciones sintácticas? ¿Puede decirse que ‘aquí’, ‘allí’, ‘así’, ‘allá’, en los ejemplos que usé, modifican al verbo o al adjetivo o a otro adverbio?

- d) Considérese, entonces (13-c). Lo que se quiere hacer sentir al interlocutor cuando se dice ‘prácticamente...’ es que se está haciendo un ‘cálculo aproximativo’, que se sabe que la afirmación — ‘los ministros son todos conocidos figurones’ — no es verdadera para todas las situaciones del ministerio actual, sino que es verdadera para un número suficiente de casos que tornan válida la argumentación. El grado de relevancia para evaluar la adecuación del uso de ‘prácticamente’ depende del locutor, de sus propósitos discursivos, de lo que él sabe del interlocutor, etc. Se trata, pues, de un recurso expresivo destinado a ‘modalizar’ (suavizar, restringir) una afirmación perentoria o puede también tratarse de la anticipación de un eventual argumento contrario. Aun ese análisis simplista ya es suficiente para ver que no se trata, en este caso, de una palabra que indique ‘circunstancias’, ni de una palabra que modifique al verbo, o al adjetivo o a otro adverbio. Por eso, algunos autores hablarían de un adverbio de frase. Resta, es claro, el criterio morfológico-derivacional (es una palabra formada en ‘mente’) que no dice nada, sin embargo, del papel retórico y discursivo de esa expresión, ni de los aspectos más importantes de su uso. Estos involucran condiciones muy específicas del contexto y expresan actitudes del locutor respecto de aquello que enuncia. Por eso, otros autores hablarían en ‘adverbios del locutor’.

La crítica anterior vale para el caso de ‘lamentablemente’, en (13-c). Muchos de los llamados ‘adverbios’ tienen una función modalizadora, y corresponden a una operación sobre el enunciado o remiten a actitudes del hablante que enuncia. Otros tienen función deíctica. Otros son cuantificadores o intensificadores. Otros expresan duda o aun, negación. La conclusión es obvia: la llamada categoría del adverbio no forma una clase homogénea, cuyos elementos puedan ser identificados por criterios más estrictos de pertenencia. Por eso, la discusión anterior no se destina a buscar otro camino mejor, algún que uniformice en cierto nivel de abstracción a la categoría del adverbio. Quiero solamente insistir en los problemas descriptivos del análisis escolar: por un lado, se mezclan demasiados criterios, sin advertirlo; por otro lado, se simplifica demasiado el análisis, dejando de lado aspectos fundamentales para el entendimiento de los procesos de construcción de expresiones y del discurso.

Sé bien de las dificultades que enfrenta el profesor para perfeccionar sus instrumentos descriptivos y ya hice referencia a eso: por cierto que no se puede

atribuir la desinformación gramatical a su responsabilidad. Pero es bueno tener conciencia de que, para superar la calidad de nuestros ejercicios de gramática escolares, la solución no es abandonar la gramática: los profesores necesitan una gramática más completa y descriptivamente más eficaz. Y una buena lingüística.

2.3. No son, sin embargo, los vicios descriptivos de la gramática escolar los que constituyen el problema más importante. Hay aun otros dos que deben ser considerados para que las actividades de naturaleza gramatical sean compatibles con el aspecto creativo del lenguaje. Uno de ellos es el de recuperar, en el estudio gramatical, la dimensión del uso del lenguaje; el otro, se relaciona con las estrategias utilizadas en la 'enseñanza' de la gramática. Comienzo por el segundo.

Los ejercicios gramaticales, casi todos se sitúan en el nivel del metalenguaje, o sea, el de adquirir un sistema de nociones y un lenguaje representativo (en verdad, una nomenclatura) para poder hablar de ciertos aspectos del lenguaje. La crítica hecha anteriormente muestra que es aún menos que eso, pues no se organizan esas nociones de manera que se pueda hablar, estrictamente, de sistema. Cuando mucho, se resumen a ejercicios analíticos y clasificatorios con poca relación con los procesos de construcción y transformación de las expresiones, con la propiedad y adecuación del texto a las intenciones significativas, con la explotación de la variedad de los recursos expresivos para el control del estilo. Se olvida que la pertenencia de un elemento verbal a esta o aquella clase supone operaciones efectivas (lingüísticas) del sujeto y que la propia elaboración de un sistema descriptivo supone una familiaridad previa con los procesos implicados en esa construcción. Tiene razón, pues, quien rechaza la gramática, cuando se pierde esta dimensión creadora y se vacía el estudio gramatical de cualquier sentido por la desconexión entre sus objetivos y los objetivos de una práctica del lenguaje en un contexto vital. También porque solamente se aprende gramática cuando está relacionada a una vivencia rica de la lengua materna, cuando es construida por el alumno como resultado de su propio modo de operar con las expresiones y sobre las expresiones, cuando los hechos de la lengua son hechos de un trabajo efectivo y no ejemplos aislados de la vida.

Completo esta lectura crítica de la gramática escolar con la cuestión del 'uso'. El término 'uso' es ambiguo en la literatura. Durante mucho tiempo se identificó a la 'gramática del uso' a un catálogo de los principios y reglas de hablar y escribir bien, correctamente, en el sentido de conveniencia según el uso establecido en la modalidad culta, estándar. El criterio de uso, teniendo en

vista quién tiene acceso, en nuestra sociedad, al dialecto culto, es social, político, económico y no lingüístico. Y siempre fue así. Obsérvese, como ejemplo, este pasaje de Vaugelas, uno de los paladines de la gramática de uso contra la gramática especulativa de Port-Royal: el buen uso 'es el modo de hablar de la parte más sana de la corte, conforme al modo de escribir de la parte más sana de los escritores de su tiempo'. Y cuando allí se dice 'corte', 'se comprende en ella a mujeres y hombres, aun a gente simple de la ciudad en que el príncipe reside y que, por la comunicación con los cortesanos, participa de su urbanidad'. Es la corte, entonces, la fuente de donde 'se saca gran cantidad de buenos términos para expresar los pensamientos', refrendados por el 'consentimiento de los buenos autores' como sello final de autoridad y cualidad.

Es claro que se puede definir así la 'gramática', reduciéndola al papel prescriptivo con base en una modalidad estándar de la lengua descrita. En un libro mucho más actual que el de Vaugelas, esa misma oposición entre gramática de uso y gramática especulativa contrapone, ahora gramática a lingüística: 'La gramática — decía el librito<sup>27</sup> — intenta codificar y fijar el llamado uso idiomático. De esta manera, asume un papel originariamente didáctico. Sin embargo, como pretende fijar ese mismo uso, la gramática pasa a ser dogmática, en la medida en que se reviste de la prerrogativa de ser una gramática académica o de autoridad'. Es solamente por tener que encontrar justificativas para 'cobijar ciertos usos y repudiar otros' que la gramática se ocupa de descripciones, aproximándose y, a veces, invadiendo, áreas de la lingüística. 'Pero es claro que la gramática no se confunde con la lingüística ya que es 'normativa, registra el uso idiomático de la modalidad estándar', etc.

Es justamente esa posición que justifica, enteramente, el deprecio por el estudio gramatical en las escuelas. Cuando la gramática se estudia por sus aspectos descriptivos, ya vimos la pobreza de sus criterios y la inadecuación de los métodos: se hace del lenguaje un objeto muerto para las biopsias y autopsias de la segmentación, del análisis, de la clasificación. Cuando incorpora la noción de uso, vuelve, porfiadamente e impenitentemente a la concepción normativa: hace del uso de la lengua una cuestión de disciplina, de obediencia a 'dogmas', con fuerte componente elitista y represivo. Es como si no existiera nada en toda la publicación de la sociolingüística. ¿Qué hay que aprender la modalidad culta? Claro. Pero eso no permite reducir el estudio

---

<sup>27</sup> Me refiero al libro de E. Bechara, *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade*, cuya posición no recomendaría (Série Princípios, São Paulo, Ática).

gramatical a un manual de etiquetas.<sup>28</sup> Ni, mucho menos, excluirlo de la lingüística. Al contrario, la teoría gramatical es el núcleo de esa ciencia.

Pero en la tradición lingüística, ya se concibió de manera diferente el 'uso', en un sentido más cercano al que le debo dar. Recuérdese, por ejemplo, que, aunque distinguiendo metodológicamente la gramática, la retórica y la dialéctica, la sabiduría de los antiguos fue poco a poco incluyendo, en la enseñanza de la 'gramática', largas partes de la retórica y aun la poética, abarcando en su práctica escolar lengua y discurso, comprendiendo en este la peroración y la literatura.

¿Cuál fue el destino de esa tradición? De cierto modo (con alguna parcialidad), la mató la escuela. Fue lo que sucedió con las amplias dimensiones prácticas de la retórica. Esta, en sentido más amplio, integraba la formación lingüística del joven que, por el discurso, pudiera participar activamente en la vida social. Era el arte de articular los recursos expresivos relacionándolos siempre con situaciones en las que se debía intervenir. La 'dispositio' suponía la conciencia de esa situación y un proceso de ordenación del discurso según sus propósitos en una actividad selectiva y creadora: exigía la intención (voluntad), la opción y la crisis. En un sentido más estricto, dirían los antiguos retóricos, la ordenación de los recursos expresivos se encontraba en la gramática, considerada siempre como instrumental; pero, por encima de la obligación gramatical (en ese sentido estricto) estaba la obligación retórica que instituía un conflicto: entre la 'licencia' y el 'vicio', el criterio decisivo de distinción y de elección era el del suceso, de la 'felicidad' del discurso.

Se reconocen en esa práctica los ingredientes de un comportamiento verdaderamente creativo. Pero la retórica, como la gramática, fue jurisdiccionalizándose, sacralizándose, como otro privilegio político y clerical más. Y acabó transformándose, en la escuela, en un compendio para memorización y ejercicios clasificatorios, en un archivo muerto donde se guardaban los clichés de las 'flores de sentencias', de los 'versos notables', de los 'juegos de pensamiento'; y se volvió realmente prescriptiva: de un lado las 'licencias' poéticas, las transposiciones permitidas de sentido; del otro los 'vicios'. En ese almacén general de tipos y subtipos de ornatos, tropos, figuras de palabras y de elocución, figuras de pensamiento, etc., la retórica también se escolarizó y se perdió su función vital. Sirviendo a la imitación y al maneirismo, perdió su contenido

<sup>28</sup> No puedo dejar de recordar el bonito libro de Egle Franchi, *E as crianças eram difíceis... Redução na escola*. (São Paulo, Martins Fontes, 1984). Allí se ve bien cómo la enseñanza de la modalidad culta no implica no respetar ni discriminar la modalidad cotidiana de los alumnos.

y sus propósitos, con las mismas consecuencias que vimos en la reducción de la enseñanza gramatical. Perdiendo el carácter fundamental de un ejercicio crítico, limitando su contexto a los salones, substituyendo la contradicción creativa por la normatividad y la invención por la clasificación estratificada, la retórica dejó de ser reflexión sobre los procesos de creación y acción humana por el lenguaje para tornarse un inventarios de estereotipos y fórmulas.

De ese modo, inútil, la retórica desapareció como práctica escolar. Por eso, una de las preocupaciones más importantes de la revisión de las prácticas de producción y comprensión de textos en la escuela pasa por la insistencia en una renovación de la retórica, a la que se dé una dimensión política y social más moderna. Ese esfuerzo de reconstrucción se da, sobre todo, en los trabajos que se han rotulado como 'análisis del discurso'.<sup>29</sup>

### 3. INDICACIONES PARA UNA RENOVACIÓN DE LOS ESTUDIOS GRAMATICALES

Para identificar bien los problemas de la enseñanza de la gramática, podemos resumirlos así:

- a) a pesar de todo lo que se ha dicho desde la lingüística y la pedagogía, se mantiene una dirección normativa que no se limita a llevar a los alumnos al dominio de la modalidad culta y escrita (uno de los objetivos de la escuela) sino que constituye un factor importante de discriminación y represión lingüísticas;
- b) como sistema nocional descriptivo, la gramática escolar esconde intuiciones interesantes sobre el lenguaje bajo una capa de definiciones y un conjunto de criterios que no sirven para tratar los hechos de las lenguas naturales;
- c) como práctica escolar, la enseñanza de la gramática se reduce al ejercicio de técnicas insatisfactorias de descubrimiento y de clasificación de segmentos de oraciones;
- d) en ninguno de los casos se trata de responder a la cuestión relevante para todo estudio gramatical del lenguaje: por qué las expresiones significan aquello que significan.

---

<sup>29</sup> Aunque vuelta para el análisis del discurso político, el libro de Haquira Osakabe, *Argumentación y discurso político*, no solamente hace una excelente introducción a la noción de discurso y de condiciones de producción del discurso, como fornece indicaciones para una renovación de la retórica.

En conjunto, pues, no hay ninguna conexión posible entre gramática y uso, entre gramática y comprensión de textos: los estudios gramaticales en las escuelas operan sobre objetos muertos o sobre piezas de museo (salvando el interés, en otro momento y en otra forma, de que se reconstruya la memoria cultural e histórica del lenguaje).

Como esos aspectos negativos ya han sido abundantemente reiterados, vamos a intentar substituirlos por indicaciones más positivas.

3.1. Quiero comenzar por el recuerdo de un antiguo profesor mío de liceo, en lo que hoy correspondería a séptimo y octavo grado elementales y al primero de la enseñanza media.<sup>30</sup> Mi intención es realizar una reflexión teórica sobre una práctica real que, a pesar de problemática, tuvo en el curso de mi aprendizaje de la gramática y la producción de textos un papel decisivo.

Ese profesor, el Padre José de Matos, no disponía de mayor teoría gramatical que la adquirida en los estudios de latín y griego. Su concepción de producción de textos sería seguramente considerada hoy *retrograda* y *equivocada*, cuando no *elitista* y *fascista*. De hecho, él evaluaba la calidad de los textos por ciertos valores bien establecidos, que tomaba de *El arte de escribir* de Albalat: claridad, concisión, originalidad. Tenía, como el viejo Albalat, una fascinación por la prosa realista de un Flaubert o, en caso del portugués, de un Eça de Queiroz. Se proponía, como objetivo fundamental de los estudios gramaticales y de redacción, llevarnos a sus alumnos hasta lo más cerca posible del estilo de esos *maestros*. Uno de sus ejercicios favoritos era el de *desarmar* pequeños textos de Eça y proponer que fueran reconstruidos por los alumnos. El campeón, premiado con la mejor evaluación y con la mejor posición en el aula (donde había un lugar de *cabeza* de fila para el mejor y otro en la *cola* para el peor), era el que más se aproximara, al rehacer el texto, de la versión original.

Bueno. No estoy recomendando esa idea para la producción de textos ni ese proceso de evaluación. Pero el Padre Matos no se limitaba a hacernos

---

<sup>30</sup> Me refiero al Padre José de Matos, mi profesor de portugués en el seminario claretiano de Río Claro en 1946-49, fallecido aun joven como obispo de Barretos (San Pablo). Conviene entender que este recuerdo agradecido no se debe confundir con 'saudosismo'. Se trata de insistir en un aspecto fundamental que ha sido olvidado por muchos lingüistas que se ocupan de la enseñanza de la lengua: debemos aprender a reflexionar teóricamente sobre la práctica de muchos profesores que, en el trabajo de sala de aula, consiguen resultados sorprendentes, basados, sobre todo, en actitudes e intuiciones adecuadas sobre la naturaleza del lenguaje y el carácter de la actividad pedagógica, aun cuando sus concepciones explícitas estén lejos de lo que esa reflexión teórica supondría más adecuado.



exposiciones sobre esos temas de su predilección. Había organizado procedimientos muy especiales, y muy suyos, de trabajo en clase y en las salas de estudio:

- a) proponía un lema, muy al gusto clerical de las citas latinas — *nulla die sine linea*: ningún día sin escribir al menos una línea — que era cumplido religiosamente;
- b) nos ejercitaba continuamente, en un trabajo de reconstrucción consciente de los textos: estábamos siempre alternando tópicos y perspectivas, substituyendo una construcción por otra, probándolas y componiéndolas con otras, reforzando el vocabulario más adecuado a pompas y circunstancias, simulando varias situaciones con diferentes interlocutores, etc;
- c) hacía con que el estudio gramática, ligado al estudio del latín y de sus casos, pretéritos y supinos, preposiciones y conjunciones (se trataba de un seminario), se saliera de aquel esquema de análisis para llegar a un proceso permanente de comparación de los recursos expresivos entre sí.

No estoy seguro de que el Padre Matos tuviera más que una intuición al respecto de lo que hacía. Y cada vez que pienso en esas actividades, percibo que no sólo Dios *escribe correctamente en líneas torcidas*.<sup>31</sup> A pesar de las concepciones de lenguaje y estilo y de los criterios de evaluación de la cualidad del texto que explicitaba, inclusive con la idea fija de un modelo ideal de texto, llevaba, en la práctica, a sus alumnos a una intenso y rico accionar sobre el propio texto y a un ejercicio gramatical mucho más amplio que la teoría gramatical que poseía. Pienso, también, en los que han escrito de manera tan equivocada por líneas rectas. Con todo lo que se habla de libertad y creatividad, de abolir modelos y normas, de la concepción moderna de lenguaje, de gramática y de lingüística, o se proponen los mismos ejercicios escolares o no se propone nada, abandonando a los alumnos a lo que puedan aprender en la vida. Lo mejor, pues, es ejemplificar, como hacía nuestro Padre Matos.

3.1.1. Muchas veces, partía de una distinción vaga pero operativa, entre tipos de construcción. Un ejemplo era la distinción que hacía entre oraciones meramente *descriptivas* y oraciones *activas*. Las descriptivas eran las que encerraban lo que llamaba de *verbos comunes*, genéricos, presentativos o meramente copulativos. Un primer trabajo de los alumnos consistía en tratar de reducir estos verbos a un mínimo en el texto, para *darle más vida*. Intento

---

<sup>31</sup> 'Escreve direito por linhas tortas.' (N. de T.)

recomponer, después de tanto tiempo, un ejemplo de esa actividad de la manera más fiel posible.

Supongan, por ejemplo, un texto descriptivo como:

(14)

- a) Era agradable estar allí.
- b) Había, exactamente en el centro del pueblo, un bello jardín. Era un lugar fresco y con mucha sombra, de donde salían todas las calles. Estas eran estrechas y pequeñas.
- c) El jardín estaba siempre lleno de flores, porque los habitantes habían tenido el cuidado de hacer con que las plantas fueran árboles de varios tipos. No eran diferentes de los que es común encontrar en todas las pequeñas plazas de las ciudades brasileras.
- d) Cuando les llegaba el tiempo a cada uno de dar sus flores, conseguían que el jardín presentara siempre diferentes colores y perfumes.

Nuestra tarea de alumnos consistía en concentrarnos en los elementos en negrita en el texto y en substituirlos, transformando las oraciones. En el caso del Padre Matos, el trabajo era, sobre todo, individual, y después, entre todos, se comparaban los resultados. Cuando repetí, mejorando en lo que pude, el proceso en el Colégio de Aplicação<sup>32</sup> de la Universidad de San Pablo, allá por 1958, las transformaciones del texto eran un trabajo colectivo, participativo, que se abría en un abanico de opciones. Podemos intentar simularlo aquí, sin albergar preconcepciones, ya sea de que esos *verbos comunes* o expresiones genéricas necesariamente caractericen un *estilo pobre*, ya sea en cuanto al valor literario o estético superior del texto resultante. Algunas alternativas para (14-a) serían:

(15')

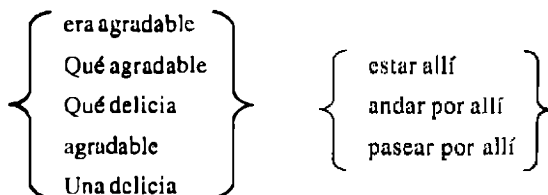


diagrama 2

<sup>32</sup> Son llamados así los centros de práctica docente. (N. de T.)

En el caso de (14-b) se abren numerosas alternativas. Se puede percibir que el tema del párrafo es, en realidad, el pueblo, que comienza a componerse por sus aspectos más característicos. Se habla de la existencia de 'bello jardín', que se localiza en relación con el plano del pueblo y en relación con sus calles. 'Bello jardín' es retomado por el demostrativo 'estas'. En la búsqueda de 'concisión', diría el Padre Matos, deberíamos buscar 'reducir' esas varias reiteraciones, construyendo un texto 'más denso'. ¿Por qué — preguntaba el Padre Matos — vamos a decir que 'había un jardín'? Si hablamos de él, vamos a presuponer que existe ya que predicamos sobre él. ¿Y para qué decir que el jardín es bello? Cuando describimos cómo fue proyectado, dónde se localiza, qué plantas se plantaron en él, etc. debemos hacer con que le perezca bello al lector, sin multiplicar esos adjetivos ego-centrados: '¡Entren, con su imaginación en el pueblo, paseen por el jardín, descubran en él los detalles que los impresionen!' Con esas y otras estrategias, (14-b) se iba transformando en:

(15')

En el centro mismo del pueblo  $\left. \begin{array}{l} \text{se localizaba} \\ \text{habían plantado} \\ \text{se plantó} \end{array} \right\}$  un jardín

diagrama 3

$\left\{ \begin{array}{l} \text{con mucha sombra} \\ \text{umbroso} \\ \text{sombrío (?)} \end{array} \right\}$  y fresco de donde salían todas las

diagrama 4

$\left\{ \begin{array}{l} \text{pequeñas calles y} \\ \text{callecitas} \end{array} \right\}$  estrechas

diagrama 5

Pero es posible obtener una reducción mayor aún. Se pueden integrar las referencias al jardín en la posición locativa (ablativa) marcada por el adverbio anafórico 'de donde'. Esa maniobra puede modificar el punto de partida de la oración que, de 'bello jardín', pasa a 'callecitas estrechas'. Otros procesos de derivación y sustitución léxica son posibles:

(16)



diagrama 6

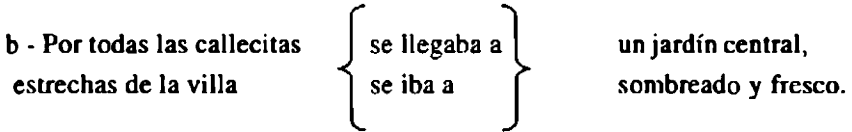


diagrama 7

Las diferentes opciones, estas o muchas otras, iban siendo anotadas para una elección final. Pero, es claro que no se agotan ahí. Supóngase que incomoda el hecho de que en su formulación, (16) terminó por presentar, en posición de tópic, no ya el jardín, sino las callecitas estrechas. Sería posible reordenar esos elementos para obtener el efecto de topicalización deseado:

(17)

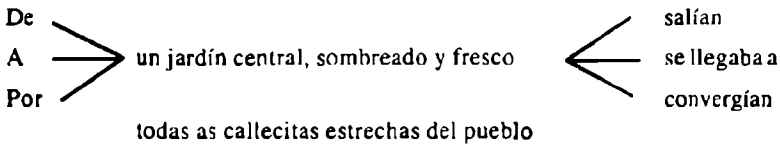


diagrama 8

Mediante estrategias semejantes, podríamos recomponer también un párrafo como (14-c). Cortar algunas expresiones que pueden ser inferidas o presupuestas (como 'habitantes'), buscar algunos verbos activos que susti-

tuyan construcciones con ‘ser’, ‘estar’, ‘hacer’ (como ‘estar lleno de flores’ por ‘florecer’), reducir algunas menciones anafóricas repetitivas (como la de ‘árboles de varios tipos’ que se retoma en el sujeto elíptico de ‘no eran diferentes’). Por ejemplo:

(18)



diagrama 9

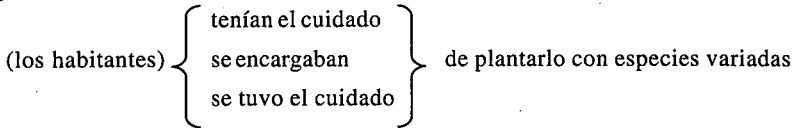


diagrama 10

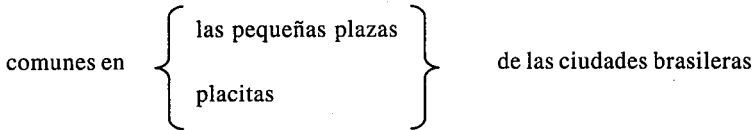


diagrama 11

Pero no eran solo palabras que se multiplicaban, también sustituían y reordenaban. Otro ejercicio, indispensable era el de optar por diferentes procedimientos para explicitar las relaciones de las oraciones reconstruidas entre sí. Hay, en realidad, varias maneras de expresar la relación de causa-consecuencia entre las dos partes de (18). Por la elección de diferentes conjunciones y diferentes orientaciones de esa relación:

(19)

- El jardín florecía todo el año porque tenían el cuidado de plantarlo con especies variadas, comunes...
- Como tenían cuidado de plantarlo con especies variadas, comunes..., el jardín florecía todo el año.

También, por la mera yuxtaposición paratáctica de esas oraciones, en su orden causa-efecto, como en:

(20)

Tenían el cuidado de plantar el jardín con especies variadas, comunes...  
Floreecía, por eso, el año entero.

o en el orden inverso, con un efecto explicativo:

(21)

El jardín florecía todo el año. Tenían el cuidado de plantarlo con especies  
variadas, comunes...

o, aún, nominalizando la segunda oración y promoviéndola a sujeto de una construcción causativa:

(22)

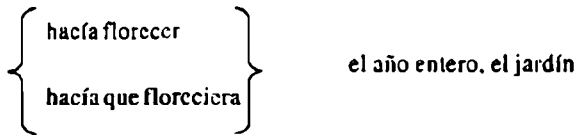


diagrama 12

También se podría recolocar ahora en la mesa de trabajo los resultados de esas recomposiciones. Reunir, por ejemplo, (16) y (21) basándose en el hecho de que ambas se refieren al jardín y lo caracterizan. Pruébese una construcción adjetiva relativa:

(23)

Todas las callecitas estrechas del pueblo convergían en un jardín  
sombreado y fresco, que florecía todo el año.

Por otro lado, la comprensión de los diversos recursos expresivos a disposición del autor para la expresión de la causa ofrece una llave para recomposición (14-b):

(24)

Cada variedad, en el momento de florecer, coloreaba y perfumaba el  
jardín a su manera.

Delante de ese abanico de posibilidades, que el profesor perspicaz deberá multiplicar por mil y una, numerosas redacciones finales quedan a disposición del alumno. Podría ser, por ejemplo:

(25)

¡Qué agradable pasear por allí! Todas las callecitas estrechas del pueblo convergían en un jardín central, sombreado y fresco, que florecía todo el año. Habían tenido el cuidado de plantarlo con especies variadas, comunes en las placitas de las ciudades brasileras. Cada variedad, en el momento de florecer, coloreaba y perfumaba el jardín a su manera.

O, en un tono más personal:

(26)

Era agradable estar allí, Por las callecitas estrechas del pueblo se llegaba siempre a un jardín central, sombreado y fresco, que florecía el año entero. Habían tenido el cuidado de plantarlo con especies variadas, de esas que se encuentran en cualquier placita brasileras. En cada estación del año se disfrutaba de diferentes colores y perfumes...

3.1.2. El colega lector puede estar preguntándose qué tiene que ver todo eso con 'gramática'. Si realmente está preguntando eso, aún no percibió qué es lo fundamental en la descripción gramatical: estudiar la variedad de los recursos sintácticos expresivos a disposición del hablante o del escritor para la construcción del sentido. Insisto: gramática es el estudio de las condiciones lingüísticas de la significación. Es una respuesta sistemática y, si es posible, explícita, a la pregunta fundamental a la que ya nos referimos en este texto y al comienzo de este punto: por qué y cómo (y para quién y cuándo...) las expresiones de las lenguas naturales significan todo aquello que significan.

Compárese, como primer ejemplo, las opciones estilísticas:

(27)

- a — Estar allí era agradable
- b — Era agradable estar allí
- c — Qué agradable estar allí

No hay mucho para decir sobre (27-a) y (27-b): Se trata de una oración copulativa, con sujeto infinitivo ('estar allí'). En ella, el verbo 'era' no hace mucho más que servir de soporte a los elementos deícticos que normalmente

se asocian a las flexiones verbales (tiempo, modo, aspecto) y que relacionan el enunciado con la situación discursiva. Pero, en ciertas ocasiones, el locutor se refiere a una situación tan inmediata que se puede dispensar el marcar esa relación. Es cuando se refiere a eventos u objetos que pueden ser directamente apprehendidos por los locutores:

(28)

- a — Grande ese auto, ¿no?
- b — ¡Qué horrible esta lluvia!
- c — Interesante, el libro.

En esas oraciones puramente nominales se dispensan los 'verbos copulativos' porque se suponen compartidas las condiciones de la situación inmediata. En el texto escrito, producen un efecto adicional: el de llevar al interlocutor hacia el ámbito de la situación, como si estuviese allí. Pero el locutor ya no tiene la libertad de construirlas como quiera: esas construcciones suponen siempre una orden estricta predicativo/sujeto:

(29)

- a — ??? Ese auto grande ¿no?
- b — ??? El libro interesante.

Existe, por lo tanto, en las expresiones más simples y en las opciones diferentes de redactar el texto, no solo un elemento pragmático sino muchos elementos susceptibles de una descripción gramatical sujeta a reglas de construcción sutiles y o siempre consideradas por la tradición escolar.

Tómese otro punto como ejemplo: la caracterización de los elementos léxicos de la lengua. Como se sabe, el léxico es hoy el componente central de las teorías lingüísticas más prestigiosas. Pues en esos ejercicios sobre textos, principalmente cuando se realizan sobre los textos propios, situados, circunstanciados y vivos, los alumnos operan a fondo con las propiedades de los elementos léxicos utilizados. Primero, porque esos elementos se asocian en intrincados esquemas semánticos que componen el sistema de referencia de la lengua. (Ciudad, calles, callecitas, jardín, plantas, flores, plantas, árboles comunes en las placitas brasileras [palo borracho, sauces, palmeras, jazmines...]....; pasear, ir, llegar, descansar...; sembrar, plantar, podar, florecer...).

En segundo lugar, porque en esas transformaciones del texto, se revelan como disponibles, inmediatamente, procesos de comparación, derivación y



composición de palabras, que el niño usa desde la fase más tierna de su actividad lingüística:

(30)

Lugar = local -> localizar -> localizado -> localización

Centro -> central

Flor -> flores -> florecer -> florido

Sombra -> sombreado -> sombrío

etc.

inclusive con la posibilidad de reconocer, por las condiciones de uso en un texto, connotaciones como las que distingue 'sombreado' de 'sombrio'. Y como esto es diferente de un tema como el de la 'formación de palabras', en que el alumno debe memorizar que existen varios tipos de formación — composición por prefijación (feliz -> infeliz), derivación por sufijación (feliz -> felicidad), compuestas de derivadas (feliz -> infelicidad), derivación posverbal ([yo deseo] -> [el] deseo), ¡o repetir listas de prefijos y sufijos griegos y latinos!

Y aún: en ese trabajo sistemático de reconstrucción, las clases de palabras van apareciendo como directamente vinculadas a su función categorial, o sea, como resultado de las relaciones que se establecen en el texto. Es un adjetivo (predicativo) que se transmuta en verbo, o un adverbio que se sustituye por una expresión nominal:

(31)

— El jardín estaba siempre lleno de flores.

— El jardín florecía todo el año.

Es una oración cuyo núcleo verbal se 'nominaliza' para tornarse argumento-sujeto de otra oración:

(32)

— El jardín florecía todo el año porque los habitantes cuidaban que...

— El cuidado de los habitantes hacía que el jardín floreciera todo el año.

O son sintagmas verbales complejos (causativos) los que se reducen a verbos derivados de los sustantivos-complemento:

(33)

— ... hacían que el jardín presentara diferentes colores y perfumes.

— ... coloreaban y perfumaban el jardín a su manera.

En vez de aisladas en sus paradigmas flexivos o subdivididas en subclases (concretos/abstractos, regulares/irregulares, etc.) las palabras comienzan a variar por las propias necesidades de recomposición del texto y se comienza a comprender mejor su valor en la sintaxis de las oraciones. Recuerdo, por ejemplo, un ejercicio muy simple, en el que comenzábamos a percibir el empleo de diferentes construcciones nominales. Considérese la oración:

(34)

La inflación continuaba creciendo rápidamente. Y eso irritaba al presidente.

‘Eso’, en la oración coordinada, es una expresión anafórica que alude a toda la oración anterior. Una técnica distribucional simple nos permite sustituir una por otra, haciendo que la primera integre la segunda como una subordinada nominal (como su sujeto):

(35)

Irritaba al presidente (el hecho de ) que la inflación continuara a crecer rápidamente.

Pero enseguida podríamos ejercitar nuestro conocimiento de la lengua para proponer otras versiones, y todas podrían atribuir a la primera oración un valor nominal. Podemos probar a usar un sintagma nominal con una oración de relativo:

(36)

Irritaba al presidente una inflación que continuaba creciendo rápidamente.

O, entonces, usar una nominalización derivada del verbo principal ‘crecer’:

(37)

Irritaba al presidente el continuo y rápido crecimiento de la inflación.

en donde se puede observar que las palabras relaciones con ‘crecer’, ya sea el verbo auxiliar aspectual ‘continuar’ como el adverbio de modo ‘rápidamente’, se ajustan morfológicamente al núcleo transformado en nombre. Son ahora adjetivos ‘continuo y rápido’. O, aún, atribuir una interpretación a la oración (34) en

que la causa misma de la irritación no sea exactamente el hecho de que crezca continuamente sino la rapidez de ese crecimiento. En ese caso, va a ser 'rápidamente' que se va a ajustar morfológicamente a su nueva función de sujeto:

(38)

Irritaba al presidente la rapidez del crecimiento continuo de la inflación.

Al operar concretamente sobre estas oraciones, seleccionando diferentes puntos de partida para la construcción y tomando como argumentos diferentes expresiones, el alumno va familiarizándose con el valor categorial sintáctico de las llamadas partes del discurso. Puede no saber (y tal vez sea mejor que no lo sepa) que 'sustantivo es (prototípicamente) la palabra que designa seres'. Pero puede comparar el valor 'argumental y nominal de sustantivos, oraciones, infinitivos ('crecimiento', 'que crezca', 'crecer'). Puede comparar sustantivos, adjetivos, adverbios ('rapidez', 'rápido', 'rápidamente'), no porque se le dan criterios de descubrimiento o definiciones, sino porque opera efectivamente con ellos en la construcción y transformación de las oraciones.

Es en el largo ejercicio de operación sobre el lenguaje y la lengua que se puede comprender mejor la función de la morfología en la sintaxis, el carácter relacional de las estructura sintácticas, el valor categorial de los diferentes papeles que los elementos desempeñan en esas estructuras. Antes de saber qué es un sustantivo, un adjetivo, un adverbio, es necesario haber usado efectivamente esas distinciones gramaticales en el trabajos de construcción y reconstrucción de las expresiones. Antes de aprender una clasificación de las oraciones subordinadas (generalmente via memorización de listas de conjunciones o preguntitas preparadas a propósito), es necesario haber participado largo tiempo en el juego de integrar unas a otras, por los más diversos procedimientos, como hicimos de (19) a (22) para la expresión de la causa y en (23) con una oración adjetiva relativa. Dejo al profesor, por falta de tiempo y espacio, la curiosidad de multiplicar estos ejemplos.

Y seguramente resultará fácil, porque en ese juego de construcción y reconstrucción de los textos no se necesita un conocimiento detallado ni sofisticado de nociones y nomenclaturas gramaticales. Basta recurrir a la intuición de la propia lengua de los alumnos y profesores. En ese nivel de trabajo no se está todavía necesitando una 'gramática' en tanto sistema de nociones, sino el conocimiento gramatical interiorizado por todo hablante de la sintaxis de su lengua, de las reglas por las cuales construye y transforma las expresiones en operaciones conscientes. En otras palabras, basta sacar partido, con

sensibilidad, del hecho de que todos hablan esa lengua y conocen sus estructuras, para tornarlas explícitas, en una praxis activa y dinámica.<sup>33</sup>

3.2. Para que se comprenda, con más claridad, lo que estoy proponiendo como estrategia de aproximación a la teoría gramatical, preciso hacer aquí una distinción importante entre la actividad lingüística, la actividad epilingüística y la actividad metalingüística.

Todos los primeros años de la vida escolar deberían estar dirigidos, prioritariamente, a las actividades lingüística y epilingüística. La actividad lingüística no es otra cosa que el ejercicio pleno, circunstanciado, intencionado, y con intenciones significativas, del lenguaje propio. Es lo que se da, obviamente, en las circunstancias cotidianas de la comunicación en el ámbito de la familia y de la comunidad de nuestros alumnos. Y solamente puede reproducirse en la escuela, si esta se torna un espacio de rica interacción social que, más que mera simulación de ambientes de comunicación, presuponga el diálogo, la conversación, el intercambio, la contradicción, el apoyo recíproco, la constitución como interlocutores reales del profesor y de los alumnos, y de los mismos alumnos entre sí. En otras palabras, hay que crear las condiciones para el ejercicio del saber lingüístico de los niños, de esa gramática que interiorizaron en el intercambio verbal con los adultos y con sus colegas (cf. nota 33).

Pero la escuela no puede ser solo eso, una placita o un banco de esquina. La actuación del educador debe llevar a que se configuren situaciones más específicas de lenguaje, para propósitos también más específicos y propios, donde tenga sentido la escritura, el relato, la descripción, la argumentación, y todos los instrumentos verbales de la cultura contemporánea: el periódico, la revista, el libro, el informe, la literatura. Es decir, hay que crear las condiciones para el desarrollo de los recursos expresivos más variados y exigentes que

---

<sup>33</sup> Es Chomsky quien concibe la teoría gramatical como explicitación formal de ese 'saber lingüístico', de la competencia lingüística del hablante de una lengua natural; indirectamente, busca explicar el hecho de que cualquier niño, cualesquiera sean las condiciones de su acceso al lenguaje, enseguida manifiesta un dominio de estructuras extremadamente complejas de su lengua. En este sentido, la gramática puede ser entendida como el sistema de principios y reglas formales de construcción e interpretación de las expresiones de su lengua, interiorizado por el hablante. Sean o no correctas las especulaciones de Chomsky a respecto de las características biológicas innatas de ese sistema, él llama la atención hacia hechos salientes importantes desde el punto de vista pedagógico: todo niño llega a la escuela dominando en gran medida su 'gramática'; posee ya un saber lingüístico que no puede ser ignorado por el profesor: no es una *tabula rasa*.

suponen la escritura, el ejercicio profesional, la participación en la vida social y cultural.

Sin embargo, incluso en los primeros ejercicios de actividad verbal, oral o escrita, el profesor va a encontrarse con problemas de naturaleza gramatical. Ya en los primeros textos escritos, ciertas convenciones están ligadas a características propias de la oralidad, como pausas, ritmo, entonación ¿Cómo formular preguntas, respuestas, exclamaciones? ¿Cómo representar las unidades mediante los rasgos demarcativos de la puntuación? Al mismo tiempo, el profesor estará enfrentado a las cuestiones planteadas por la variación lingüística, por las diferencias entre la modalidad cotidiana de los alumnos y la modalidad estándar,<sup>34</sup> como en el caso de las diferentes reglas de concordancia nominal y verbal:

(39)

*Habíamos varias personas en la esquina cuando el auto chocó.*<sup>35</sup>

o diferente sistema de flexiones:

(40)

¡Vení! ¡No te quedés ahí!<sup>36</sup>

o diferentes formas de construcción, como las de la relativa:

---

<sup>34</sup> El autor incluye aquí un comentario ilustrativo, con los correspondientes ejemplos, sobre el caso de la variación que presenta el portugués brasileiro en cuanto al uso de pronombres átonos y tónicos, que no es pertinente en el caso del español, y que transcribo a continuación:

‘A questão da contraposição nessas modalidades das formas pronominais tônicas e as formas clíticas átonas:

— Ele tinha si [sic] perdido.

— Eu vou pintar eu no quadro e não ele.

— Posso chamar ele?’ (N. de T.)

<sup>35</sup> El ejemplo del autor, del portugués usado en Brasil:

‘Os menino num fala agora; só as menina.’ (N. de T.)

<sup>36</sup> El ejemplo del autor:

‘Pera aí! num vamu istragá tudo.’ (N. de T.)

(41)

Los niños que yo hablé con ellos no vinieron.<sup>37</sup>

o diferentes procedimientos de cohesión textual:

(42)

— Había una vez un gatito que se llamaba Mimi y estaba con hambre, y entonces agarró y fue a la cocina y encontró una carne que la cocinera había dejado afuera de la heladera y se subió en una silla y la agarró.<sup>38</sup>

No se trata (espero que haya quedado claro) de empezar temprano a ‘clasificar’ las oraciones (en interrogativas, exclamativas, afirmativas), o de estudiar series de pronombres personales (del caso recto y del caso oblicuo), o de rever la concordancia (nominal y verbal con las categorías de género y de número, listas de reglas de formación del plural, etc.), o de estudiar formas cultas de oraciones relativas y sus pronombres (quien, que, el cual, los cuales, la cual, las cuales y cuyo), o de aprender paradigmas de conjugaciones verbales (regulares e irregulares, en presente, pretérito, futuro, indicativo y subjuntivo), de memorizar listas de preposiciones. Se trata de llevar a los alumnos, tempranamente, a diversificar los recursos expresivos con que hablan y escriben y a operar sobre su propio lenguaje, poniendo en práctica la diversidad de los hechos gramaticales de su lengua.

Allí comienza una práctica o la intensificación de una práctica que comienza en la adquisición del lenguaje, cuando el niño se ejercita en la construcción de objetos lingüísticos más complejos y hace hipótesis de trabajo relativas a la estructura de su lengua. Llamamos actividad epilingüística a esa práctica que opera sobre el propio lenguaje, compara las expresiones, las transforma, experimenta con nuevos modos de construcción canónicos o no, juega con el lenguaje, inviste a las formas lingüísticas de nuevas significaciones. No se puede aún hablar de ‘gramática’ en el sentido de un sistema de nociones descriptivas, ni de un metalenguaje representativo como una nomenclatura grama-

---

<sup>37</sup> El ejemplo del autor:

‘— Os meninu qui eu falei com eles num viero.

— Os meninu que eu falei num viero.’ (N. de T.)

<sup>38</sup> El ejemplo del autor:

‘Era uma vez um gatinho que se chamava Mimi. Ele estava com fome e aí ele foi pra cozinha e aí encontrô [sic] uma carne que a empregada tinha dexado [sic] fora da geladeira [sic] e aí ele subiu numa cadera [sic] e pegô [sic].’ (N. de T.)

tical. No da nombres.<sup>39</sup> Pero el profesor sí debe tener siempre en mente la sistematización que le permite orientar y multiplicar esas actividades.

En verdad, nuestro ejemplo de trabajo con el texto, en el punto anterior, es ejemplo de una actividad epilingüística intensa, provocada y estimulada por el profesor. Es mejor todavía cuando supone la participación, la contribución, la crítica recíproca, la elección. Por una lado, se une a la actividad lingüística, a la producción y a la comprensión del texto, en la medida en que crea las condiciones para el desarrollo sintáctico de los alumnos: no siempre se trata de ‘aprender’ nuevas formas de construcción y transformación de las expresiones; muchas veces se trata de tornar operativo y activo un sistema al que el alumno ya tuvo acceso fuera de la escuela, en sus actividades lingüísticas comunes. Pero por otro lado, esa actividad es la que abre las puertas para un trabajo inteligente de sistematización gramatical. Porque es solo sobre hechos relevantes de su lengua (relevantes = cargados de significación) que el alumno de gramática puede elaborar hipótesis sobre la naturaleza del lenguaje y el carácter sistemático de las construcciones lingüísticas, y puede un día hablar del lenguaje, describirlo en un cuadro nocional intuitivo o teórico: una actividad metalingüística.

#### 4. UN RESUMEN, A MODO DE CONCLUSIÓN

No es verdad que la gramática no tenga nada que ver con la producción y la comprensión del texto: está en la frasecita más simple que pronunciamos. Pero es preciso concebirla de un modo diferente: como el conjunto de las reglas y principios de construcción y transformación de las expresiones de una lengua natural que las correlaciona con su sentido y posibilita la interpretación. Antes que un libro de etiquetas sociales o un manual descriptivo, la gramática es, en principio, ese saber lingüístico que todo hablante posee, en un grado elevado de dominio y perfección. En un segundo plano, la explicitación formal del carácter abstracto y general de ese saber.

Como vimos en el punto 1 (y, particularmente, en el 1.4), esas reglas tienen, sobre todo, un fundamento histórico, antropológico: constituyen una praxis social y en ella se constituyen. Por eso, poseen un grado de indeterminación que las torna dependientes de un sistema cultural de representación y del contexto real en que las expresiones se enuncian. Por eso también, no son un molde estrecho sino una multiplicidad de caminos, abiertos a la opción, y aun, a la revisión y a la violación. Como decían los viejos retóricos, ¡lo que

---

<sup>39</sup> En el original: ‘Não se dão nomes aos bois nem aos boiadeiros.’ (N. de T.)

importa es el suceso del texto! Por eso, finalmente, esas reglas no se 'aprenden' como se aprenden las tablas sino que se construyen en una actividad social, compartida, recíprocamente comprometida.

En ese sentido, la gramática no solo no es 'restrictiva' o 'limitante', sino que es exactamente la condición de la creatividad en los procesos comunicativos más generales. Y esto en dos sentidos: en cuanto conjunto de procesos y operaciones por los cuales el hombre reflexiona y reproduce sus experiencias en el mundo y con los otros, pudiendo inclusive viajar, por medio de ellos, a universos inimaginables; en tanto sistema abierto a una multiplicidad de opciones, que permite no solo ajustar las expresiones a los propósitos e intenciones significativas del locutor, sino también marcar, cada texto, con la marca de un estilo, no menos expresivo por ser estilo.

Es preciso, sin embargo, ampliar la concepción de creatividad. La creatividad no puede limitarse al comportamiento original, a la inspiración y al desvío. Hay mucha creatividad en la locura y en la esquizofrenia, pero también se crea cuando se siguen reglas históricas y sociales como las reglas del lenguaje. Hay creatividad en las manifestaciones individuales y divergentes, pero también en el esfuerzo colectivo, comunicado, en el diálogo con los otros que garantiza el ejercicio significativo del lenguaje.

Si tengo razón, la crítica a las actividades gramaticales en las escuelas solamente es válida para quien continúa concibiendo la gramática de una manera estrecha y restringida o para quien la practica en ejercicios escolares en que están en juego solamente cuestiones de segmentación, descubrimiento de rasgos categoriales, clasificaciones y nomenclatura. Basándose exclusivamente en su propia intuición y sensibilidad, puede el profesor sondear, en cada texto o discurso, hasta en la oración más simple, las numerosas posibilidades de un ejercicio gramatical directamente relacionado con las condiciones lingüísticas de producción de enunciados, con el desarrollo de los recursos expresivos de sus alumnos, con el arte de seleccionar entre ellos los que les parezcan más adecuados a sus intenciones y al estilo con que se quieren caracterizar.



## O USO LINGÜÍSTICO E A NOÇÃO DE CERTO E DE ERRADO<sup>1</sup>

### LINGUISTIC USE AND THE NOTION OF CORRECTNESS

MARIA HELENA DE MOURA NEVES  
*Universidade Estadual Paulista, CNPq*

*ABSTRACT: This paper examines the view of linguistic norm in the Western grammar tradition, evaluating the linguist's role in the approach to the relationship between linguistic science, linguistic use and linguistic prescription.*

*KEY WORDS: Linguistic use; correctness; linguistic norm; linguistic prescription.*

*RESUMO: O trabalho examina a consideração da norma lingüística na tradição gramatical do Ocidente, avaliando o papel do lingüista na orientação da tensão criada nas relações entre ciência lingüística, uso lingüístico e prescrição lingüística.*

*PALAVRAS-CHAVE: Uso lingüístico; certo e errado; norma lingüística; prescrição lingüística.*

O tema *prescrição* tem sido tabu entre os lingüistas. Constituindo naturalmente um dos tópicos necessários da atividade metalingüística, a prescrição, entretanto, sempre foi alijada das discussões dos lingüistas, a não ser para se dizer que a questão é sociocultural e não lingüística.

---

<sup>1</sup> Este texto constituiu conferência apresentada no XLIX Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos — GEL, em Marília, em junho de 2001.

Ora, vejamos. Nas culturas ocidentais modernas, antes do advento do que hoje consideramos a “ciência lingüística”, a norma<sup>2</sup> era simplesmente uma prática: produziam-se as obras (as gramáticas) para estabelecer-se a norma, que, independentemente de marcar-se, ou não, uma modalização deôntica, injuntiva, constituía o modelo a ser seguido. É o que se tem chamado, respectivamente, de norma explícita e norma implícita.

Quando se dizia, ao longo da história, que as gramáticas (inclusive a gramática alexandrina inaugural) registravam paradigmas, o que se dizia é que elas registravam não apenas esquemas, mas, ainda, modelos. Por exemplo, o tão comum registro das conjugações verbais (como *eu vou, tu vais, ele vai, nós vamos...*), aparentemente o simples registro de um esquema neutro e descritivo que se auto-sustenta, é, na verdade, o registro de um parâmetro modelar, que exclui, por exemplo, formas como *tu vai, nós vai*, e não abriga, portanto, o conjunto completo das realizações efetivas, e, mais que isso, erige e consagra um sistema que cala e desconhece qualquer outra forma que não as que compõem o paradigma, por mais vivo que esteja seu uso.

Todos sabemos que essa é uma herança forjada na má compreensão da tradição gramatical do Ocidente, que emergiu, no período helenístico, de uma atividade (digamos assim) redentora, uma exposição dos paradigmas lingüísticos a serviço do resgate da “boa linguagem” (a dos grandes escritores gregos, especialmente Homero), linguagem então “ameaçada de deturpação” pela fala bárbara, ou seja, pela fala de não gregos, os quais, pela força de sobrepujar o poder helênico, contagiavam a pureza de seus padrões. Nesse contexto surgiram os manuais de gramática, não como ciência, mas como técnica e arte: a partir das obras modclares, compunham-se, expunham-se (e impunham-se) os paradigmas entendidos como os padrões que explicitavam em que consistiam a “pureza” e a “regularidade” daquela língua queurgia defender e conservar (Neves 1994: 219).

É importante lembrar aqui o mito da regularidade. As formas que se oferecem, dentro desse contexto, constituem aquilo que se considera regular, o que, na verdade, representa o mais extremo grau de conferimento, a elementos lingüísticos, de qualidades internas à própria língua, independentemente de valorização externa (confessada ou consciente), ou seja, de valorização sociopolítico-cultural. E aqui cabe um excuro de interpretação.

Não se pode imputar a não-descoberta de que a língua não se sustenta simplesmente em regularidades aos pensadores gregos que sustentaram a codificação gramatical subsequente. Eles souberam, sim, ver isso muito bem.

<sup>2</sup> Estou entendendo o termo *norma*, aqui, sempre como norma prescritiva.

É notória, na história do pensamento grego que preparou o edifício da gramática alexandrina, a tensão entre analogia e anomalia, que, juntamente com a sua contraparte prática, o helenismo, foi especialmente relevante no período estoíco. Quando examino o helenismo no meu livro *A vertente grega da gramática tradicional* (Neves 1987: 97), digo: ‘Diógenes Laércio cita livros de Crisipo que tratam do problema do consenso, aproximadamente aquilo que hoje chamamos *norma lingüística*’.<sup>3</sup> Digo também que ‘os estoícos insistem nas qualidades da linguagem: clareza, concisão, conveniência, propriedade, e, especialmente, helenismo, que é o uso da expressão autenticamente grega, não comprometida pelo elemento estranho’ (Neves 1987: 98). Aliás, lembre-se que o verbo *hellenízein* (referente ao ‘dizer bem’ helênico) já está em Aristóteles (*Retórica III*, 5: 1407-20), mas, com os estoícos, o peso desse conceito é outro, já que, além de serem diferentes as condições políticas (com a destruição da *pólis* grega) e sociais (com o confronto de culturas estranhas), ainda há características particulares da filosofia estoíca: ela tem três partes (a física, a moral e a lógica), mas é a lógica que serve para fazer compreender tudo (como diz Diógenes Laércio VII: 83), isto é, que serve para também fazer compreender as outras duas partes (a física e a moral). Ela tem como objeto o *lektón* (‘aquilo que é dito’), isto é, tem em seu centro a linguagem, pois ‘o pensamento só pode ser concebido desde que traduzido em discurso’ (Diógenes Laércio VII: 83). E cada uma das duas partes da lógica estoíca (a retórica e a dialética) é definida como ‘ciência do bem-dizer’: ‘a retórica é a ciência do bem-dizer em discursos em continuidade, e a dialética é a ciência do reto discutir em discursos divididos em perguntas e respostas’ (Diógenes Laércio VII: 42). Além disso, apenas a linguagem com qualidade, a linguagem reta, a *orthòs lógos*, é a linguagem natural, a que está de acordo com a natureza das coisas (o lema é: ‘tudo que é justo vem da natureza’). Desse modo, a busca que se faz é a busca da justeza, ou correção, da linguagem e, conseqüentemente — dentro dessa filosofia —, é a procura deliberada de conferir caráter natural à linguagem.

Essa busca prática de preservação do helenismo implicou, na direção teórica, as especulações etimológicas. Se o nome de um objeto é natural, ele concorda com o objeto, ele é verdade (*étymon*). A etimologia foi uma tarefa do âmbito da dialética (portanto, da lógica), representando a verificação da concordância entre o nome e a coisa denominada e constituindo-se na revelação, no testemunho das verdades que os nomes (que são ‘étimos’) encerram. Se existe tal correspondência entre linguagem e pensamento, o estudo da linguagem é o estudo da expressão de conceitos: as representações mentais se

---

<sup>3</sup> São 14 livros.

formam, naturalmente, com as sensações (a 'impressão clara', ou a 'evidência dos sentidos', como está em Sexto Empírico, em *Prós geométras*: 40-42 e em *Prós ethikoús*: 250, respectivamente) e a partir das sensações se 'transferem', o que se dá por vários tipos de processos de inferência analógica, que é aquela em que do sensível se passa ao inteligível.

Ocorre, porém, que, buscando dialeticamente essa correspondência (natural) entre a linguagem e o pensamento, buscando a etimologia — que implicava a analogia —, os estóicos se depararam com a anomalia dos fatos lingüísticos: àquela regularidade universal, concebida pela lógica, não corresponde uma regularidade lingüística, e já se reconhece, então, uma separação entre a origem da linguagem e o seu funcionamento. Daí a importância que assumiu, nas investigações dos estóicos, a controvérsia entre analogia e anomalia, uma questão que envolvia aspectos teóricos e aspectos práticos, exatamente porque nascia do conflito a que chegavam as investigações teóricas sobre etimologia (que é a busca da origem natural e, a partir daí, da 'verdade') e as investigações práticas sobre helenismo (que é a busca dos testemunhos de um funcionamento que espelhasse essa condição natural, busca que se 'frustrou', podemos dizer). Assim, por exemplo, nas buscas etimológicas já se admitiam fatos como a homonímia e a polionímia, que contrariavam as exigências da dialética e baralhavam o percurso 'natural': por exemplo, encontravam-se palavras que se agrupavam pelo som, mas não se relacionavam conceitualmente, e vice-versa. Verificou-se, pois, que falta *lógos* (no sentido lógico, 'racionalidade') no *lógos* (no sentido gramatical, 'enunciado').

O que ocorreu foi que, buscando a analogia (base de sua concepção naturalista da linguagem), os estóicos admitiram, entretanto, a anomalia dos fatos lingüísticos, chegando a estudá-la. Assim, apontaram, por exemplo: palavras que são masculinas quanto à forma, e assim são chamadas, mas não quanto ao conceito; palavras que são conjunções quanto à forma, e assim são chamadas, mas que, segundo o sentido, são expletivos; palavras que têm conteúdo negativo e expressão positiva (como *cegueira*, *surdez*), e vice-versa (como *imortal*, uma propriedade positiva com expressão negativa).

O que importava, realmente, era encontrar analogias e buscar na linguagem as suas propriedades naturais, isto é, a relação existente entre regularidade e semelhança dos objetos e regularidade e semelhança da expressão. E essa busca constituiu uma atividade prática (tanto filosófica como crítica) importante no período helenístico.

Como é evidente, não foram os anomalistas, mas os analogistas que, afinal, fundaram a gramática. Entretanto, a consciência de que o funcionamento lingüístico não se faz determinantemente de regularidades estava plenamente

instituída. Assim, como eu dizia, a inobservância à importância dessa questão — em toda a tradição — não pode ser atribuída aos gramáticos, já que tiveram essa consciência até mesmo aqueles que tinham como finalidade de atuação a comprovação da regularidade da linguagem (a comprovação da correspondência natural entre a linguagem e seu ponto de origem — a sensação — por via do pensamento).

Ressalte-se, também, que a questão de busca de regularidade na linguagem já tem duas faces: a teórica, interna à linguagem, e a prática, que relaciona a linguagem às condições de uso.

No que respeita à atividade dos filósofos (no caso, os estóicos), o teórico é o lógico, especificamente na etimologia, obviamente não no sentido atual desse termo (que é o de busca da origem das palavras num processo de derivação de outra língua), mas no sentido de busca da origem das palavras no interior da própria língua, a partir das sensações até os conceitos. Por outro lado, o prático é também filosófico (não ainda filológico), especificamente no helenismo, que é basicamente considerado como a concretização da analogia lingüística e, vinculado ao uso, exclui tanto o barbarismo (a linguagem não grega) como o dialeto (a linguagem grega que constitui o padrão constante).

Observe-se que, hoje, instalada e desenvolvida a ciência lingüística, os estudos sobre norma também se baseiam na assunção de que existem duas direções de investigação: 'a norma em relação à própria língua' e 'a norma em relação à sociedade'.

O tratamento leigo da questão desconhece e mascara essas diferentes relações e o que vemos; é, por exemplo, tratada como lingüística a noção de erro, francamente social (porque implica transgressão passível de sanção) e que não pode explicar-se no interior do processamento lingüístico. Por exemplo, que explicação lingüística se dará para a recomendação de dizer-se, em português, *Eu assisti ao programa de televisão* e não *Eu assisti o programa de televisão*, querendo dizer *Eu vi o programa de televisão*? Ou que explicação lingüística — ou, mesmo, lógica — se dará para a recomendação de dizer-se, em português, *Há pessoas mais inteligentes do que outras*, com o verbo existencial no singular, mas dizer-se *Existem pessoas mais inteligentes do que outras*, com o verbo existencial no plural?

O interessante é que não cabe aos que trabalham com a linguagem combater a existência de pressão social sobre os usos lingüísticos, já que a língua é um dos instrumentos (e fundamental) nas relações da sociedade e não escapa de uma inserção nos padrões de determinação social. Cabe, sim, acompanhar essas formas de pressão, até porque elas variam no tempo e no espaço, subordinadas à natureza das relações sociais do momento e do lugar.

Assim, se tomarmos a noção historicamente válida de língua como fator de aglutinação social (exatamente por ser o passaporte por excelência da integração nas transações sociais), veremos que tanto mais vale a norma lingüística, dentro dessa noção, quanto mais estática seja a sociedade: uma grande mobilidade social, numa sociedade, há de implicar uma relativização da modalidade lingüística de prestígio, tanto sincronicamente (na visão diastrática que institui uma das camadas como privilegiada) como diacronicamente (na busca histórica de modalidades valorizadas, por exemplo, na velha atitude de buscar a norma de prestígio nos autores chamados *clássicos*).

Se tomarmos outra noção historicamente conhecida, a de norma como a modalidade do dizer belo, elegante, de bom gosto, entenderemos, por exemplo, as velhas lições que estabeleciam num compartimento chamado *estilística* as figuras de linguagem (de palavra, de sintaxe, de pensamento), todas elas consistindo em realizações não usuais léxicas ou estruturais, e que rotulavam as mesmas realizações como *vícios de linguagem* (pleonasmos, inversões, concordâncias ideológicas, anacolutos etc.). Explicando: certos termos ou certos torneios desviantes têm beleza e elegância na pena dos 'bons escritores', mas, na pena dos alunos, por exemplo (especialmente de classes baixas), hão de ser vistos como 'vícios'.

Tudo isso é problemático, mas, pelo menos, tem fundamento sociocultural, o que legitima, de certo modo, as preocupações: a língua que uma pessoa usa numa sociedade constitui, realmente, parâmetro de valorização social.

As aberrações surgem, na verdade, quando se instituem fora do uso real as fontes das quais emana a autoridade de fixação da norma a ser seguida. Imagine-se a indicação a um usuário (a um aluno, por exemplo) de que tal ou tal construção pode ser usada porque Rocha Lima, ou Celso Cunha, ou Evanildo Bechara a abrigam, ou de que tal ou tal palavra existe porque está no *Dicionário Aurélio*. E não me parece que seja aos gramáticos que se possa imputar o 'desvio' (nos termos de Castilho 1980: 12) de atribuir a si o papel decisivo de fixação de regra. Trata-se de um vezo das nossas sociedades ocidentais, que se escudam na autoridade dos gramáticos, como se ainda hoje eles operassem como operavam os gramáticos alexandrinos (pais das nossas obras gramaticais), que faziam a exegese dos escritores geniais da literatura grega (especialmente Homero), exatamente para, com base em seus usos, estabelecer os padrões da língua pura, não corrompida por barbarismos.

E aqui voltamos à confusão entre julgamento externo (social) e julgamento interno (lingüístico) de norma-padrão.

Vimos que uma incursão filosófica como a estoica (embora contaminada, de certo modo, com a situação do momento, de confronto de culturas e de perda

de hegemonia do grego) realmente se sustenta alheada de julgamento social: a busca de autenticidade, de legitimidade, e até de perfeição, pode ter sustentação numa lógica que confronta regularidade de conceitos e regularidade de formas, mesmo porque o que estava em questão, em princípio, não era a língua, mas o pensamento. Entretanto, numa visão em que o objeto de exame é a própria língua, qualquer busca de estabelecimento de padrão alheada do entorno social é falsa: nenhuma palavra ou construção é, em si e por si, perfeita ou autêntica e, portanto, modelar; nenhum modo de dizer é, em si e por si, o melhor ou o único a merecer uso; nenhuma forma é, em si e por si, pura e fiel.

Nem por qualidades intrínsecas nem por julgamento de autoridade (por exemplo, de gramáticos ou dicionaristas) uma expressão ou construção pode ser garantida, absolutamente, como a única possível. Um mínimo de conhecimento do funcionamento da linguagem assegura a compreensão de que:

- a) a heterogeneidade é constitutiva da estrutura da linguagem, pois a língua é um sistema inerentemente variável (Labov 1972; Cedergren e Sankoff 1974 e 1988; Naro 1981) (princípio sociolingüístico);
- b) todas as variedades de uma língua têm a complexidade suficiente para cumprir as funções a que se destinam, não havendo nenhuma variedade (assim como não há nenhuma língua) que tenha limitações cognitivas ou perceptuais (princípio sociolingüístico);
- c) respeitadas as restrições do sistema — pelas quais a própria competência lingüística inata dos falantes se responsabiliza —, a interação verbal se cumpre com base na adequação das expressões lingüísticas à natureza particular daquele determinado evento comunicativo, com atenção dos interlocutores para que, a cada momento, se obtenha a ‘reconstrução da intenção’ do falante, o qual formula seus enunciados sempre também com base na ‘antecipação da interpretação’ do ouvinte (Dik 1989 e 1997); com uma margem muito grande de liberdade organizacional de sua linguagem, os falantes se governam, na construção de seus enunciados, fundamentalmente, pela necessidade e pelo desejo de sucesso na interação (Neves 2001) (princípio funcionalista);
- d) o que fundamenta e decide a natureza das expressões lingüísticas é o exercício da capacidade que qualquer falante da língua tem (capacidade lingüística, epistêmica, lógica, perceptual e — acentue-se — social) de proceder a escolhas de formas alternativas à sua disposição (Neves 1996) (princípio funcionalista).

Afinal, do jogo das pressões resulta o equilíbrio, um equilíbrio salutarmente instável, e isso ocorre exatamente pela variabilidade e pelo dinamismo da língua, pela adaptabilidade do sistema. É isso, ainda, que anula a admissão da existência de moldes e modelos previamente oferecidos (por 'autoridades') aos falantes, como chave para seu exercício da linguagem.

Não é por nada disso, entretanto, que ao lingüista cabe apenas declarar guerra à atitude prescritivista, alheando-se da discussão e ignorando a necessidade que o usuário tem de orientação sobre os padrões lingüísticos de eleição na sociedade. Ao lingüista — e ao gramático legítimo — não é facultado ensejar que essa função sociopolítico-cultural seja preenchida por empacotadores de preceitos e vendilhões de receitas, sem preparo e sem legitimidade para tratar as relações entre ciência lingüística e prescrição lingüística e, portanto, sem legitimidade para distribuir lições. É apenas do estabelecimento seguro de tais relações que pode nascer o necessário equilíbrio. Um simples exemplo: do desenvolvimento da análise da conversação, que evidenciou as peculiaridades da língua falada, terão sido valorizadas as construções não-padrão — o que podia propiciar a completa abolição de julgamentos sobre os diferentes usos lingüísticos —, mas, por outro lado, dos desenvolvimentos da Sociolingüística já se terá aberto suporte para a inserção desses julgamentos em componentes de natureza sociocultural.

Assim, não é bem o caso de simplesmente invectivar contra a existência de uma norma prestigiada. Na verdade, uma visão leiga da questão pode fazer que até aqueles que combatem o prescritivismo embarquem no mesmo raciocínio daqueles que pregam regras de conduta para o uso lingüístico. Lembremos o delicioso poema-minuto do moderno iconoclasta Oswald de Andrade (década de 20):

Dê-me um cigarro  
diz a gramática  
do professor e do aluno  
e do mulato sabido  
mas o bom branco e o bom negro  
da nação brasileira  
dizem todos os dias  
— deixa disso camarada  
me dá um cigarro.

(Oswald de Andrade, *Poesias reunidas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966: 102.)



O que se nota, aí, é que, à força de conviver com uma cultura que lhe diz que há acerto, na linguagem culta, e erro, na linguagem popular, o usuário da língua — mesmo um literato, como Oswald de Andrade — tem assimilada a noção de que existe gramática apenas na língua do acerto (a gramática ‘do professor e do aluno’) e aceita esse jogo. Com toda essa atitude de pegar ferrenhamente em armas contra o controle e o policiamento da língua nossa de cada dia, o que o poeta assume, no fundo, é que, em ‘*me dá um cigarro*’, há, de fato, uma infração à gramática, que não seria cometida pelo ‘*mulato sabido*’, mas que o povo (‘*o bom branco e o bom negro da nação brasileira*’) tem o direito de cometer. Aliás, é o próprio Oswald de Andrade que, nessa mesma obra, se refere à língua que falamos como uma língua ‘*com a contribuição milionária de todos os erros*’ (grifo meu), o que atesta uma aceitação pacífica da velha noção de ‘erro lingüístico’.

Concluindo, devo dizer que, se se admite, em uma comunidade lingüística, a existência natural de uma norma de prestígio que, para sucesso das relações sociais, pode e deve ser buscada, por outro lado se exige que, para falar sobre padrões da língua, seja avaliado o uso, e isso se faça com o suporte da ciência lingüística. Exige-se, assim, que a avaliação da norma-padrão resulte de uma recolha das pressões atuantes, o que só se faz com os princípios da ciência da língua, e que a avaliação imanentemente lingüística explique as ações, e que a avaliação sociocultural, legitimamente esclarecida pelas lições da ciência, responda pela valoração. O mais é diletantismo, que, necessariamente, resulta em mistificação, em burla, em sofisma, afinal, em nada aproveitável. A gramática de uma língua em funcionamento não se faz com regras de conduta, cujo conhecimento deva necessariamente preceder o uso, para que haja linguagem. E, principalmente, lições de simples certo e errado, com tanta facilidade e tanta agilidade distribuídas e com tanta avidez — cada vez mais — consumidas, representam tudo aquilo que a ciência lingüística ensina que a linguagem não tem: um corte discreto e pré-moldado em sins e em não configurando a língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTILHO, Ataliba T. 1980. A constituição da norma pedagógica do português. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 22. 9-18.
- CEDERGREN, Henrietta e SANKOFF, David. 1974. Variable rules: performance as a statistical reflection of competence. *Language* 50 (2). 335-55.
- DIK, Simon C. 1989. *The theory of functional grammar*. Dordrecht (Holanda), Providence RI (EUA): Foris Publications.
- \_\_\_\_\_. 1997. *The theory of functional grammar* (ed. K. Hengeveld). Berlim, Nova York: Mouton de Gruyter.

- LABOV, William. 1972. *Sociolinguistic patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- NARO, Anthony J. 1981. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language* 57 (1). 63-98.
- NEVES, Maria Helena de Moura. 1987. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC, Ed. Universidade de Brasília, FAPESP.
- \_\_\_\_\_. 1994. Um estudo sobre a língua na sua história: a língua como fim ou como meio? *D.E.L.T.A.* 10. 213-22.
- \_\_\_\_\_. 1996. Reflexões sobre a investigação gramatical: Projeto GPF — Grupo Sintaxe I. 421-26. Em *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística. Conferências. Mesas-redondas*. Salvador: ABRALIN, FINEP, UFBA.
- \_\_\_\_\_. 2001. As gramáticas: o usuário e a norma. 28-46. Em *Anais do I Encontro Nacional sobre Gramáticas do Português*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, CAC, DL.
- SANKOFF, David. 1988. Sociolinguistics in syntactic variation. 140-61. Em F. J. Newmeyer, *Linguistics. The Cambridge Survey*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEXTO EMPÍRICO. 1958. *Prós ethikous* (with an English translation by R. G. Bury). Cambridge: Harvard University Press; Londres: William Heinemann, vol. III.

A PROPÓSITO DE LAS CONSTRUCCIONES NOMINALES AMBIGUAS DEL TIPO  
AMOR DEI Y TIMOR HOSTIUM EN DIFERENTES LENGUAS

ON AMBIGUOUS NOMINAL CONSTRUCTIONS AS AMOR DEI AND TIMOR  
HOSTIUM IN DIFFERENT LANGUAGES

MARÍA TADEA DÍAZ HORMIGO  
*Facultad de Filosofía y Letras, Cádiz, España*

*ABSTRACT: This paper sets out to analyse ambiguous nominal phrases that have noun as a nucleus and this nuclear element is formally and semantically related with a verb. The text aims at tracing the history of the developments of linguistic theories about these noun phrases. In this respect, the authoress reviews what have been said about them by linguists of different tendencies and methodologies (Traditional Grammar, Functionalist Structuralism, Linguistic Theories of Valence and Generative Grammar). This brief excursus over the past is followed by a description of a new orientation of linguistic studies and a special section is devoted to syntactic-semantic patterns theory. The aim is now to contrast the results of the theoretical and critical revision with the linguistic data. The central question discussed in the approach is the relationship between ambiguous noun phrases and not only sentential syntactic-semantic patterns but also sub-sentential syntactic-semantic patterns. Concluding the article, we provide our overview. In our opinion, the study of the ambiguous noun phrases should be limited to the abstract level of the sub-sentential syntactic-semantic patterns.*

*KEY WORDS: Noun phrase; prepositional phrase; sentential syntactic-semantic function.*

*RESUMEN: El objeto de análisis de este artículo son las construcciones nominales que presentan la estructura de sustantivo deverbial nuclear (N<sub>1</sub>) complementado por un sintagma preposicional o por un sustantivo en*

*genitivo ( $N_2$ ) y tienen, fuera de todo contexto, al menos, dos significados o significaciones diferentes, ya que el  $N_2$  puede corresponder al sujeto y al objeto directo del respectivo correlato oracional, por lo que tales construcciones resultan ambiguas. Este trabajo consta de dos partes claramente diferenciadas. En la primera, revisamos críticamente lo formulado sobre estas construcciones denominadas tradicionalmente 'de genitivo subjetivo y de genitivo objetivo' por lingüistas de distintas tendencias y metodologías (tradicón gramatical, estructuralismo funcionalista europeo, gramática de la valencia o de dependencias y gramática generativa transformacional). En la segunda, se expone nuestra interpretación de la ambigüedad de estas construcciones nominales de acuerdo con la teoría de los esquemas sintáctico-semánticos, deteniéndonos, asimismo, en la comprobación de si la supuesta correspondencia entre construcción nominal ambigua y su respectivo correlato oracional se establece y, en consecuencia, puede ser descrita sintácticamente, semánticamente o atendiendo a consideraciones de índole sintáctico-semántica.*

**PALABRAS CLAVE:** *Sintagma nominal; sintagma preposicional; función semántico-sintáctica oracional.*

0. En las diferentes gramáticas, tratados y monografías que se ocupan del tema de los llamados tradicionalmente complementos del nombre, se suele hacer referencia a las construcciones que, desde la época clásica, se denominan de *genitivo subjetivo* y de *genitivo objetivo*, es decir, aquéllas en las que el  $N_1$  del sintagma — esto es, el nombre que desempeña la función de núcleo de la construcción nominal — es un sustantivo deverbal y el  $N_2$  — el sustantivo que en determinadas lenguas con flexión casual, como, por ejemplo, el latín, se expresa en genitivo y en otras que carecen de esta posibilidad de flexión de los nombres para la indicación de los casos (español, francés, inglés, etc.) va precedido de una preposición (*de, of, etc.*) — parece reproducir o representar el papel que correspondería al 'sujeto' (*genitivo subjetivo*) o al 'objeto' (*genitivo objetivo*) de la oración en la que fuera núcleo predicativo el verbo conexasionado con el sustantivo núcleo de la construcción nominal.

Asimismo, en relación con este asunto, es frecuente encontrar en las diferentes obras la mención de la existencia de construcciones nominales que cumplen las características anteriormente señaladas pero que son ambiguas, ya que, una vez abstraídas del contexto y la situación discursiva en las que se emiten, el sustantivo complemento ( $N_2$ ) puede ser interpretado de ambos modos, es decir, tanto como reproducción del 'sujeto' como del 'objeto' del

respectivo correlato oracional de la construcción nominal, siendo también este aspecto de la ambigüedad que pueden presentar estos sintagmas uno de los temas más tratados por los autores de las gramáticas de las lenguas clásicas, en las que es práctica común incluir el análisis de sintagmas como *amor Dei*, ambiguo porque *Dei* puede ser interpretado como 'sujeto' del amor — por tanto, *amor Dei* » 'Dios ama' — o como 'objeto' — *amor Dei* » 'Se ama a Dios' —, y *timor hostium*, que representa un caso de ambigüedad porque *hostium* es interpretable como 'sujeto' del temor (*timor hostium* » 'Los enemigos temen') o como 'objeto' del mismo (*timor hostium* » 'Se teme a los enemigos'). En este sentido, la influencia de lo establecido en las gramáticas y tratados de sintaxis de las lenguas grecolatinas es tal que muchos de los autores de gramáticas de lenguas distintas al latín y al griego, sobre todo los pertenecientes a la tradición, en el apartado de sus respectivas obras en el se refieren a estas construcciones nominales ambiguas, se remontan al análisis exhaustivo de las relaciones que en lenguas como el latín y el griego se expresan con el caso genitivo, incluyendo su correspondiente ejemplificación con sintagmas de estas lenguas, para a renglón seguido indicar, simplemente, que estas mismas relaciones se manifiestan en las lenguas que ellos examinan, como puede ser el caso de, por ejemplo, cualquiera de las llamadas lenguas vulgares, con la preposición y que ésta, en determinadas ocasiones, al igual que ocurría en las construcciones de genitivo adnominal de las lenguas griega y latina, puede presentar una significación ambigua. Y para demostrar tal aserto se valen no de un sintagma nominal ambiguo de la lengua que examinan, sino que la mayoría de estos autores cita exclusivamente una construcción de estas características perteneciente a una lengua clásica, fundamentalmente, del latín. Sirva como ejemplo de esto que denunciamos lo establecido al respecto en la *Grammaire Générale et Raisonnée ou La Grammaire de Port Royal*, de A. Arnauld y Cl. Lancelot (1660: 46-47), pues en ella aparece analizado el sintagma *Vulnus Achillis*, del que se dice que el genitivo *Achillis* puede significar o la relación de sujeto, y entonces se toma pasivamente por la herida que Aquiles ha recibido — Aquiles ha sido herido —, o la relación de la causa, y entonces se toma activamente por la herida que Aquiles ha hecho — Aquiles ha herido a alguien.

Por tanto, no debe resultar sorprendente que las explicaciones dadas y las soluciones propuestas por los autores de distintas tendencias y metodologías lingüísticas para desentrañar los posibles significados de una construcción nominal que es considerada ambigua no sean distintas a las formuladas por los gramáticos de la tradición y, por ende, tampoco diferentes de las que figuran en los tratados gramaticales grecolatinos, distinguiéndose unas de otras y aquéllas entre sí únicamente por las diversas terminologías

empleadas de acuerdo con las respectivas corrientes lingüísticas en las que los autores se insertan, ya que, como quedará patente a lo largo de este trabajo, todas presentan en común el proponer el establecimiento de conexiones entre las construcciones nominales ambiguas y las oraciones en las que figura como núcleo predicativo el verbo que guarda relación con el sustantivo núcleo de la construcción.

0.1. De este modo, en este artículo nos planteamos un doble objetivo, ya que, en primer lugar, pretendemos dejar constancia de las posturas que nos parecen más relevantes de todas las expuestas respecto a estas construcciones ambiguas por parte de los diferentes autores a través de la historia, para, ulteriormente, exponer nuestro punto de vista sobre el tema, propósito este que, sin lugar a dudas, se verá facilitado tras la consecución del primer fin enunciado, pues consideramos que subsanar las deficiencias observadas en las teorías sometidas a revisión debe ser el punto de partida para la elaboración de un nuevo modelo explicativo de las construcciones con sustantivo de verbal nuclear que son ambiguas.

0.2. Por ello, el presente trabajo se estructura en dos apartados: en el primero, se intenta dar cuenta del tratamiento que lingüistas de distintas tendencias y metodologías (tradicción gramatical, estructuralismo funcionalista europeo, gramática de la valencia o de dependencias y gramática generativa transformacional) ofrecen de estos sintagmas nominales con un sustantivo de verbal nuclear complementado por un sintagma preposicional o por un sustantivo en genitivo que tienen, fuera de todo contexto, al menos, dos significados o significaciones diferentes, y, en el segundo, se expone nuestra interpretación de la ambigüedad de estas construcciones nominales de acuerdo con la metodología que constituye el fundamento teórico de nuestras investigaciones: la teoría de los esquemas sintáctico-semánticos, deteniéndonos, asimismo, en la comprobación de si la supuesta correspondencia entre construcción nominal ambigua y su respectivo correlato oracional se establece y, en consecuencia, puede ser descrita desde el punto de vista sintáctico, desde una perspectiva semántica o atendiendo a consideraciones de índole sintáctico-semántica.

1.1.1. Así, de acuerdo con las pautas marcadas por la tradición lingüística, en la *Gramática de la Lengua Española* de la Real Academia publicada en 1931, tras señalar (R. A. E. 1931: 169) que el nombre castellano, a diferencia del pronombre, no presenta variabilidad formal en función de los distintos oficios

que desempeña en la oración sino que éstos pueden ser distinguidos por la combinación del nombre con alguna preposición, por el orden de colocación de los vocablos en la oración o, simplemente, por deducción a partir de nuestro conocimiento de la lengua, se plantea (R. A. E. 1931: 170-71) la necesidad y conveniencia de adoptar la nomenclatura casual tradicional y la distinción entre los casos de cara a obtener una mayor facilidad en la enseñanza y mostración de los distintos oficios que puede ejercer el sustantivo en la oración, y, retomando la terminología y las definiciones latinas, se menciona que está en genitivo el nombre que se une a otro mediante la preposición *de* indicando una relación de propiedad, posesión o pertenencia (*casa del padre*), o también la materia de que está hecha una cosa (*casa de madera*). Pero, según la corporación académica encargada de elaborar esta *Gramática* (R. A. E. 1931: 179-80), a veces, cuando el nombre sustantivo al que el genitivo complementa es un nombre de acción, el complemento en genitivo puede presentar una doble significación. Así, por ejemplo, el sintagma *el amor de Dios* puede significar 'el amor que tenemos a Dios' o 'el amor que Dios tiene a las criaturas'. Si significa lo primero, el genitivo *de Dios* se llama objetivo porque es el objeto de la significación del sustantivo *amor* y sería el objeto directo de la oración si sustituyéramos este complemento preposicional por una oración de relativo (*el amor de Dios = el amor que tenemos a Dios*), mientras que, cuando una vez realizada esta sustitución, el complemento preposicional pasa a ser sujeto de la oración de relativo (*el amor de Dios = el amor que Dios tiene a los hombres*), el genitivo se denomina subjetivo. No obstante, se menciona que, en los casos en los que el genitivo es subjetivo, suele evitarse la ambigüedad añadiendo otro complemento, como, por ejemplo, *el amor de Dios A LOS HOMBRES*, y que, si este segundo complemento no se expresa, es el contexto el que contribuye a determinar el sentido de la frase.

A lo establecido se añade (R. A. E. 1931: 180) que esta ambigüedad puede encontrarse también en algunos sintagmas en los que el sustantivo de verbal nuclear es un nombre de agente, tal como ocurre en la construcción *el asesino de Juan*, con la que uno puede referirse a que 'Juan es un asesino' o 'al autor del asesinato de Juan', si bien lo más frecuente es que cuando el sustantivo núcleo de la construcción es un nombre de agente, el genitivo sea siempre objetivo (*el autor de mi desgracia, el heredero del trono*).

1.1.2. Idénticas consideraciones respecto a la doble significación que puede presentar el nombre con preposición que es complemento de otro nombre figuran también en el *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española* de la Real Academia (R. A. E. 1973: 404-5), que no hace más que repetir

exactamente las mismas palabras y ejemplos que aparecen en la *Gramática* de la R. A. E. publicada en 1931, si bien hay que destacar que en el *Esbozo* se omiten las referencias de carácter casual y se menciona, en su lugar, el uso característico de las preposiciones.

1.1.3. Por su parte, S. Gili Gaya (1961: 210-12 y 251-53), que establece que el sustantivo que determina, aclara o precisa el significado de otro sustantivo suele aparecer unido a éste por medio de una preposición (*amor de madre, árbol sin fruto, café con leche*) y que, de todas las preposiciones, los empleos de la preposición *de* enlazando a dos sustantivos corresponden a los casos genitivo y ablativo latinos, pues las relaciones que puede expresar esta preposición son, fundamentalmente, las de 1) posesión y pertenencia (*el vestido de María, la autoridad del alcalde*); 2) materia y cantidad parcial (*reloj de oro, un vaso de agua*), y 3) origen o procedencia (*salida de Barcelona*), menciona que el examen de la relación de pertenencia, mediante la cual, con *de* + sustantivo, señalamos los objetos o atributos que están contenidos en la persona o cosa designada por el primer sustantivo (*los árboles de este jardín, el atrevimiento de Juan*), implica la distinción, a imitación de la gramática latina, entre genitivo subjetivo y genitivo objetivo, según el complemento preposicional designe el sujeto o el objeto expresado por el primer sustantivo. Así, Gili Gaya indica que en la oración *La llegada de la madre me conmovió*, el genitivo que aparece es subjetivo porque expresa el sujeto de *la llegada*, que es *la madre*; en *La contemplación de la madre me conmovió*, *la madre* es el objeto de la contemplación cuyo sujeto es *yo*, tratándose, por tanto, de un genitivo objetivo, y en el sintagma *el valor de Juan* aparece un genitivo subjetivo, ya que *Juan* es el valiente. Ahora bien, respecto a una construcción como, por ejemplo, *el asesinato de Juan*, si con ella nos referimos al asesinato del que Juan fue víctima, el genitivo contenido en la misma es objetivo, y, si con esta construcción aludimos al asesinato del que Juan fue autor, el genitivo es subjetivo, lo que demuestra, por tanto, según este gramático, la existencia de sintagmas nominales ambiguos, como también lo es *el amor de Dios*, que puede estar referido al amor que tenemos a Dios o al amor que Dios siente por sus criaturas.

1.2.1. En el marco del estructuralismo lingüístico europeo, S. Gutiérrez Ordóñez 1978 se vale del análisis de la secuencia ambigua *la elección del presidente* para demostrar que pueden existir relaciones de predicatividad y de implementación entre los dos nombres ( $N_1$  y  $N_2$ ) del grupo sintagmático nominal con sustantivo de verbal nuclear.



En este sentido, señala que la construcción *la elección del presidente* puede ser interpretada, fuera de todo contexto, a) como el hecho de elegir al presidente, esto es, realizado o efectuado por el presidente, con lo que se obtiene una paráfrasis relacionada con la expresión oracional *El presidente elige*, y b) como el hecho de elegir al presidente, es decir, el presidente es el objeto de la elección, paráfrasis que se relaciona con la expresión oracional *El presidente ha sido elegido*. La ambigüedad proviene, según este autor, de la presencia de dos relaciones diferentes entre  $N_1$  y  $N_2$ , que pueden ser denominadas R-1 y R-2. El paralelismo entre la secuencia sintagmática y la expresión oracional permite establecer la proporción:

A) *La elección del presidente* (R-1) = A') *El presidente elige*

B) *La elección del presidente* (R-2) = B') *Eligen al presidente*

en la que se manifiesta que *A se opone a B* como *A' se opone a B'* y como *R-1 se opone a R-2*, siendo posible, por tanto, deducir el carácter de las relaciones R-1 y R-2 a partir del examen de la oposición entre A' y B'.

Según el autor que tratamos, en A' se da una relación predicativa (relación sintagma nominal sujeto — verbo núcleo predicativo) entre *el presidente* y *elige*, que se manifiesta en la concordancia de número y de persona, mientras que en B' la relación entre los sintagmas *el presidente* y *elige* es de implementación (relación verbo núcleo predicativo — implemento), pues es posible la pronominalización del sintagma con la función sintáctica de complemento directo: *Eligen al presidente* @ *Lo eligen*. Se plantea así la posibilidad de establecer la identificación R-1 = relación predicativa y R-2 = relación de implementación, pero es evidente que en la secuencia *la elección del presidente* (R-1) no existe la concordancia numérica y de persona entre *elección* y *presidente* que existía en A' (*El presidente elige*) y que en la secuencia *la elección del presidente* (R-2) el sintagma *del presidente* no puede ser conmutado por un referente pronominal de implemento como ocurría en B' (*Eligen al presidente* @ *Lo eligen*). Es necesario, por tanto, hallar cuál es el núcleo común a A y A', por una parte, y a B y B', por otra, puesto que ni la concordancia ni la conmutabilidad por referentes pronominales parecen ser las únicas características definitorias de la relación predicativa y de la relación de implementación. En este sentido, afirma S. Gutiérrez que R-1 está en correspondencia, pero no se identifica, con la relación predicativa y que R-2 está en correspondencia con la relación de implementación pero tampoco se identifica con ella.

La solución la halla el autor por la añadidura al grupo sintagmático *la elección del presidente* del sintagma *por parte de los diputados*, con el cual la ambigüedad desaparece, pues la secuencia resultante, *la elección del presidente por parte de los diputados*, sólo admite como paráfrasis sinónimas *el hecho de elegir al presidente los diputados* y *el hecho de elegir los diputados al presidente*. Esto demuestra que 1) el sintagma introducido *por parte de los diputados* está ligado a *elección* por medio de la relación predicativa (*la elección del presidente por parte de los diputados* = *Los diputados eligen al presidente*) y 2) la interpretación correcta de *la elección del presidente* es la regida por la relación de implementación.

Así, concluye este autor que la relación predicativa se establece en dos niveles: a) un nivel puramente formal que se manifiesta en la concordancia en morfemas de número y de persona entre el núcleo del sujeto y el núcleo del predicado, y b) un nivel de carácter semántico entre el signo de carácter verbal que se presenta bajo la forma sintáctica de un sustantivo, un adjetivo o un verbo y el signo de carácter nominal que aparecen unidos en relación predicativa, con dominio del lexema verbal sobre el nominal, ya que el significado del verbo nuclear es el que admite o excluye la existencia de sujeto, implemento y/o complemento, y el que impone al sujeto una concordancia clasemática. Es únicamente este nivel semántico de la predicatividad el que coincide con la denominada relación R-1, pues es el que se manifiesta en los grupos nominales N de N con sustantivo deverbal nuclear.

De R-2, establece este autor que la conexión de ésta con la relación de implementación explica el paralelismo de la construcción sintagmática *la elección del presidente* con la expresión oracional *Eligen al presidente*.

Por otra parte, en un trabajo posterior, S. Gutiérrez Ordóñez 1989, tras especificar que 'en lingüística definimos un *mensaje ambiguo* como *la secuencia de signos a la que, fuera de todo contexto, es posible asignar dos o más interpretaciones*' (Gutiérrez Ordóñez 1989: 138), denomina ambigüedad sintagmático-semántica a la existente en secuencias como *la elección del presidente*, *la condena del juez*, *la defensa del PSOE* y *la crítica del crítico*, las cuales se caracterizan porque presentan dos interpretaciones ('El presidente elige' / 'El presidente es elegido', 'El juez condena' / 'El juez es condenado', 'El PSOE se defiende' / 'El PSOE es defendido', 'El crítico critica' / 'El crítico es criticado') pero idéntica descripción fonológica y sintáctica, sea cual sea la interpretación que le demos a cada una de ellas. La razón de su ambigüedad es que, entre los componentes de estas construcciones, se da una duplicidad de relaciones semánticas, aunque de naturaleza sintagmática, ya que es posible determinar la existencia de una relación de predicatividad y de una relación de

implementación semántica entre los dos nombres del grupo *N de N*, pero no existen pruebas formales de que se trate de dos construcciones sintácticas diferentes.

Menciona este autor que todos los ejemplos citados responden a la estructura del modelo latino del *genitivo subjetivo* y del *genitivo objetivo*, que puede ser representado por el sintagma *amor Dei*, de lo que se infiere que también en latín estas construcciones presentan, según Gutiérrez Ordóñez, una ambigüedad sintagmático-semántica, pues tampoco en esta lengua hay pruebas de que se trate de dos construcciones sintácticas diferentes.

1.2.2. E. Coseriu (1986, 1ª reimpr.: 255-56) analiza también algunas de las construcciones que contienen un genitivo que puede ser interpretado como genitivo subjetivo y como genitivo objetivo, concretamente, se centra en el examen del genitivo latino *Iuliae* y su correspondiente italiano *di Giulia*.

En efecto, el sintagma latino *amor Iuliae* puede significar que 'Iulia amat aliquem' o que 'Aliquis amat Iuliam'. Establece el lingüista rumano que 'en el empleo de este tipo de genitivo no se hace ninguna distinción material, pero los hablantes hacen la distinción 'semántica' y no entienden algo que sea sujeto y objeto al mismo tiempo: *Iuliae* se entiende o como sujeto o como objeto del amor' (Coseriu 1986, 1ª reimpr.: 255). Y lo mismo ocurre con la expresión italiana *l'amore di Giulia*, que puede significar 'el amor de Julia (por Pablo)' o 'el amor (de Pablo) por Julia'. Por tanto, en ambos casos, nos encontramos, según el profesor de Tübingen, ante un sincretismo sintáctico, pues se trata de 'la no manifestación material, en una sección de un paradigma o en un paradigma, de una distinción de contenido que, en otras secciones del mismo paradigma o en otros paradigmas análogos de la misma lengua, se manifiesta también materialmente: la coincidencia en la expresión de dos (o más) contenidos diferentes en un determinado paradigma' (Coseriu 1986, 1ª reimpr.: 245-46).

Interesa destacar que E. Coseriu se refiere a que los hablantes tenemos conciencia de que existe una diferencia entre genitivo subjetivo y genitivo objetivo, y esto es porque sabemos que *Iulia* y *Giulia* aparecen, en otras construcciones, desempeñando o la función de sujeto o la función de objeto del verbo *amare*; en otras palabras: 'porque sabemos que *Iuliae* y *di Giulia* se hallan en relación con otras expresiones, en las que las mismas palabras actúan o de sujeto o de objeto, pero no de ambas cosas a la vez' (Coseriu 1986, 1ª reimpr.: 255). Estas expresiones no ambiguas se corresponderían con lo que los gramáticos generativos denominan *estructura profunda*. En este sentido, reproduce el lingüista rumano el aserto del generativismo según el cual genitivo subjetivo y genitivo objetivo implican la existencia de dos estructuras profun-

das diferentes que se han transformado en una misma estructura superficial, la cual, por tanto, es semánticamente ambigua.

1.3.1. En la obra *Éléments de Syntaxe Structurale*, que, pese a la escasa difusión y resonancia de que fue objeto, es la que marca el inicio de la tendencia gramatical conocida con el nombre de gramática de la valencia o gramática de dependencias, su autor, L. Tesnière (1959: 144-54), afirma que la estructura interna de la construcción con sustantivo en posición nuclear, esto es, el elemento o los elementos por los que está constituida, es la de sustantivo nuclear regente o subordinante y un elemento subordinado o una serie de elementos subordinados, que pueden ser 1) adjetivos (*jeune cousine*); 2) estructuras sintagmáticas formadas por *de* + sustantivo o por sustantivo en genitivo en las lenguas con caso (*le livre de Pierre, le livre de raison, le train de Paris*); 3) sustantivos solos (*la Tour Eiffel, le boulevard Gambetta, le dîner Durand, l'affaire Dreyfus*), o 4) proposiciones subordinadas adjetivas (*l'homme qui écrit*). Ahora bien, según el lingüista francés (1959: 363), puesto que el subordinado más corriente de un sustantivo regente es el epíteto, papel desempeñado generalmente por un adjetivo, en, por ejemplo, las construcciones nominales *le livre de Pierre, le livre de raison y le train de Paris*, los grupos sintagmáticos preposicionales *de Pierre, de raison y de Paris*, subordinados a los sustantivos regentes, tienen el valor de adjetivos, esto es, aunque *Pierre, raison y Paris* no sean morfológicamente adjetivos sino sustantivos, se comportan sintácticamente como adjetivos por la anteposición de la preposición *de* que ha cambiado la naturaleza sintáctica de estos sustantivos, es decir, de un sustantivo esta preposición ha hecho sintácticamente un adjetivo. Estamos aquí ante el mecanismo que L. Tesnière (1959: 363) denomina *translation*, que consiste 'à transférer un mot plein d'une catégorie grammaticale dans une autre catégorie grammaticale, c'est-à-dire à transformer une espèce de mot en une autre espèce de mot'. Así, en las construcciones nominales *le livre de Pierre, le livre de raison y le train de Paris*, los sustantivos *Pierre, raison y Paris* son sintácticamente adjetivos epítetos del mismo modo que lo es *rouge* en *le livre rouge*. La translación, por tanto, implica dos operaciones: cambio de categoría morfológica (*Pierre, raison y Paris* han pasado de ser sustantivos a ser adjetivos) y cambio de función (*Pierre, raison y Paris* son ahora epítetos).

La terminología apuntada por este autor (1959: 366-67) para describir el mecanismo de la translación incluye los términos *transférènde*, esto es, 'le mot tel qu'il se présente avant d'avoir subi l'opération de la translation' (los sustantivos *Pierre, raison y Paris*); *transféré*, que es 'le mot qui a déjà subi la translation' (*Pierre, raison y Paris* en las construcciones *le livre de Pierre,*

*le livre de raison y le train de Paris*, respectivamente, en las que ya no son sustantivos sino adjetivos) y *translatif*, o 'marquant morphologique pour marquer la translation' (la preposición *de* en los ejemplos citados).

Es en el desarrollo de la teoría gramatical de la translación cuando establece L. Tesnière (1959: 441-42) que, si el sustantivo regente o subordinante que funciona como núcleo de la construcción nominal es un sustantivo de verbal, el sustantivo subordinado que es transferido en adjetivo calificativo puede corresponderse con uno de los elementos que el verbo relacionado con el sustantivo subordinante rige cuando funciona como núcleo predicativo de la frase. En otras palabras: el sustantivo transferido en adjetivo puede ser un actante del verbo con el que guarda relación el sustantivo del que ese adjetivo depende. En este sentido, apunta que si el sustantivo transferido en adjetivo calificativo se corresponde con el primer actante del verbo, se dirá, según el lingüista francés, que el sustantivo transferido es subjetivo, pero si, por el contrario, el sustantivo transferido en adjetivo calificativo es un segundo actante del verbo, se dirá que el sustantivo transferido es objetivo. Sin embargo, en un sintagma o construcción ambigua, el sustantivo transferido en adjetivo calificativo puede corresponderse tanto con el primer como con el segundo actante del verbo. Así, por ejemplo, si determinamos que el sintagma *la crainte des ennemis* se corresponde con la idea de que *les ennemis craignent*, el genitivo es subjetivo, pero si, por el contrario, determinamos que el sintagma *la crainte des ennemis* se corresponde con la idea que *l'on craint les ennemis*, el sustantivo transferido será denominado objetivo.

1.4.1. En la formulación de la versión inicial de la gramática generativa transformacional, N. Chomsky (1957: 107-9) afirma explícitamente que uno de los aspectos en los que se manifiesta la necesidad de incluir el nivel transformacional en la gramática es el análisis de sintagmas nominales que pueden ser considerados ambiguos. Para ejemplificar esta aserción, se vale el lingüista americano del sintagma ambiguo *the shooting of the hunters*, que es ambiguo porque *hunters* puede ser interpretado como sujeto, y, en este sentido, es análogo a *the growling of the lions*, o como objeto, con lo que el sintagma *the shooting of the hunters* presenta una estructura análoga a *the raising of the flowers*.

A nivel de estructura sintagmática, no hay ningún modo de explicar la ambigüedad, pues todos estos sintagmas, los ambiguos y los no ambiguos, tienen la misma forma, es decir, *the - V + ing - of + FN*, hallándose la solución para describir cómo han sido generados en considerarlos no como formando parte de oraciones nucleares, sino como introducidos mediante transformacio-

nes. Así, para derivarlos, es necesario establecer 1) una transformación que convierta cualquier oración de la forma  $FN - T - V$  en el sintagma nominal correspondiente de la forma  $the - V + ing - of + FN$ , esto es, *Lions growl @ the growling of lions*, y 2) una transformación que derive una oración de la forma  $FN_1 - T - V - FN_2$  en un sintagma nominal de la forma  $the - V + ing - of + FN_2$ , de modo que, por ejemplo, *John raises flowers @ the raising of flowers*. Ahora bien, un sintagma ambiguo como *the shooting of the hunters* tendrá dos orígenes transformacionales distintos: el que parte de la oración nuclear *The hunters shoot* y el que parte de la oración nuclear *They shoot the hunters*, por lo que será representado de dos maneras diferentes en el nivel transformacional. La ambigüedad es consecuencia de que la relación entre *shoot* y *hunters* difiere en las dos oraciones nucleares subyacentes, mientras que en los otros dos sintagmas mencionados no hay ambigüedad porque las oraciones *\*They growl lions* y *\*Flowers raise* no son oraciones gramaticales.

1.4.2. También en el marco teórico de la corriente lingüística denominada gramática generativa transformacional se inserta la investigación de N. Ruwet (1967), quien define una nominalización como 'la conversión de una oración en un nombre o en un sintagma nominal' (Ruwet 1967: 275). Por tanto, según este autor, cualquier nominalización puede ser descrita por una transformación que incrusta la versión transformada de una oración-constituyente en el lugar de un sintagma nominal o de un nombre de una oración-matriz. Sirva como ejemplo la generación de la oración francesa que contiene un sintagma nominal con sustantivo deverbal nuclear relacionado con un verbo intransitivo *L'arrivée de Pierre a surpris Paul*, que, de acuerdo con lo establecido, puede ser explicada como el resultado de una transformación generalizada que actúa sobre las cadenas subyacentes a las oraciones *Pierre est arrivé* y *Quelque chose a surpris Paul*, en concreto, la oración *L'arrivée de Pierre a surpris Paul* se obtendría, según N. Ruwet, de la aplicación de la transformación denominada  $T_{Nomin VS}$ , que afecta al verbo (V) y al sujeto (S) de la oración-constituyente y que se formula

A. E.:  $SN_1 - Aux - V_i - X$                        $SN_2 - SPred$   
 C. E.:  $Art - V_i - N^o - de - SN_1 - X - SPred$

donde  $N^o$  significa 'nominalizado' e indica que el verbo al que se aplica, en este caso, a un verbo intransitivo ( $V_i$ ), está sustantivado.

En este contexto explicativo del procedimiento de la nominalización de acuerdo con la teoría de la gramática generativa transformacional, N. Ruwet

(1967: 278-87) menciona que la descripción del proceso de generación de sintagmas nominales que tengan como núcleos sustantivos deverbales relacionados con verbos transitivos lleva inmediatamente a plantear la distinción entre los denominados tradicionalmente genitivo subjetivo y genitivo objetivo, ya que, a determinadas oraciones, como, por ejemplo, a la oración ambigua *Le choix de l'éditeur a surpris Paul*, le corresponden, en razón de su ambigüedad, dos descripciones estructurales distintas.

En efecto, si se considera que el complemento nominal *l'éditeur* es subjetivo, entonces la oración *Le choix de l'éditeur a surpris Paul* se derivaría de las oraciones subyacentes *L'éditeur a choisi X* ( $X = \textit{quelqu'un}$  o  $\textit{quelque chose}$ ) y *Quelque chose a surpris Paul*, a las que se les aplicaría la transformación  $T_{Nomin\ vs}$  anteriormente descrita, aunque ahora el verbo es transitivo (V), por lo que resultaría

A. E.:  $SN_1 - Aux - V_1 - X$   $SN_2 - SPred$   
 C. E.: Art -  $V_1 - N^o - de - SN_1 - SPred$

y si se opta por la interpretación de que el complemento *l'éditeur* es objetivo, entonces la transformación que actuaría es la denominada  $T_{Nomin\ VO}$  que afecta al verbo (V) y al objeto (O) de la oración-constituyente e incidiría sobre una primera cadena u oración-constituyente de la forma *Quelqu'un a choisi l'éditeur*, el objeto de la cual sería trasladado al lugar del complemento del nombre, es decir, la transformación se formularía

A. E.:  $X - Aux - V_1 - SN_1$   $SN_2 - SPred$   
 C. E.: Art -  $V_1 - N^o - de - SN_1 - SPred$

Ahora bien, según N. Ruwet (1967: 279), de este modo no se hace 'más que formalizar una concepción muy tradicional' sin tener en cuenta que 'las cosas, sin embargo, son más complicadas' y que 'aquí se nos presenta una ocasión para mostrar cómo el modelo transformativo, recogiendo las intuiciones tradicionales, permite ir más lejos y formular de manera más sistemática hechos que, hasta ahora, se hallaban dispersos'.

En este sentido, este autor atiende a la posibilidad de que el sintagma nominalizado resultante de un proceso transformacional conserve ambos complementos, es decir, el sujeto y el objeto de la oración-constituyente, tal como se observa, por ejemplo, en los sintagmas nominales con sustantivos deverbales nucleares que aparecen en las oraciones *Le choix de l'éditeur par l'auteur a surpris Paul*, *Le choix de l'auteur par l'éditeur a surpris Paul*;

*L'amour de Dieu pour l'homme est sublime, L'amour de l'homme pour Dieu est sublime*, que son oraciones gramaticales frente a las agramaticales \**Le choix de l'auteur pour l'éditeur...*, \**L'amour de l'homme par Dieu...* etc.

La existencia de dos estructuras sintácticas diferentes — 1) sustantivo deverbal + *de* + complemento objeto + *par* + complemento sujeto y 2) sustantivo deverbal + *de* + complemento sujeto + *pour* + complemento objeto — para estos sintagmas nominales gramaticales con sustantivos deverbales nucleares permite, según este autor, establecer una división en el conjunto de los sustantivos deverbales franceses, pues observa que la primera estructura corresponde a sustantivos como *choix, refus, traversée, attaque, échange, recherche* y la mayoría de los sustantivos deverbales formados en francés con los sufijos *-ment, -age* y *-(a)tion*, mientras que la segunda es la de los sustantivos deverbales *amour, haine, désir, mépris, respect*, etc. Esta distinción sintáctica tiene su correspondencia en el nivel semántico, ya que todos los sustantivos que responden a la primera estructura sintáctica expresan acción y los que encajan en la segunda, actitud.

Sin embargo, al intentar explicar estas distinciones desde la perspectiva de la gramática generativa, encuentra Ruwet que lo más simple y sistemático es vincular estas dos estructuras de nominalización manifestadas por los sintagmas *le choix de l'auteur par l'éditeur* y *l'amour de Dieu pour l'homme* a los dos tipos de estructuras oracionales ejemplificadas por *L'auteur a été choisi par l'éditeur* y *Dieu a (éprouve...) de l'amour pour l'homme*, respectivamente, de tal manera que para la generación del sintagma *le choix de l'auteur par l'éditeur* deba partirse de la estructura pasiva *L'auteur a été choisi par l'éditeur* y para la del sintagma *l'amour de Dieu pour l'homme* se parta de la correspondiente pasiva *Dieu a (éprouve...) de l'amour pour l'homme*. De este modo, si se acepta que, por ejemplo, los sintagmas nominales que tienen como núcleo uno de los denominados sustantivos de acción *Le choix de l'auteur par l'éditeur a surpris Paul, La destruction de Rome par Alaric a bouleversé le monde* y *La nationalisation des pétroles par le gouvernement a ému l'opinion* son generados a partir de las correspondientes oraciones subyacentes pasivas, esto es, a partir de *L'auteur a été choisi par l'éditeur, Rome fût détruit par Alarico* y *Le pétrole a été nationalisé par le gouvernement* se consigue evitar completamente la transformación de nominalización objetiva, esto es, la  $T_{Nomin VO}$ , descrita para generar *le choix de l'éditeur* en el sentido objetivo, ya que todas las nominalizaciones, tanto las denominadas subjetivas como las objetivas, se pueden obtener a partir de la  $T_{Nomin VS}$ , ganando la descripción lingüística en simplicidad. Por tanto, para generar el sintagma nominalizado *le choix de l'éditeur* en la interpretación



subjativa, la transformación se aplicará directamente a la oración activa *L'éditeur a choisi X*, mientras que para generar este sintagma en la interpretación objetiva, la transformación se aplicará a una oración que ha sufrido previamente la transformación pasiva, la cual ha ocasionado que el objeto directo de la oración activa originaria se haya convertido en sujeto de la oración pasiva resultante.

1.4.3. Interesa también exponer la descripción que da J. Lyons (1968: 249-53) del proceso de generación de los sintagmas nominales ambiguos de la lengua inglesa que cumplen las características de los que aquí tratamos, si bien antes mencionaremos que este autor se identifica con las bases teóricas del primer modelo de la gramática generativa transformacional, pues defiende la tesis de que 'any grammar which claims to assign both a deep-structure analysis and a surface-structure analysis to the sentences it generates is a transformational grammar; and... traditional grammars were transformational in this respect' (1968: 266) y considera que la obra *Syntactic Structures* de N. Chomsky 1957 es el sistema mejor conocido y más formalizado de una gramática de carácter generativo transformativo que se ha desarrollado hasta ese momento. Las reformulaciones posteriores de la teoría generativa llevadas a cabo por N. Chomsky, junto con sus colaboradores y discípulos, son, según el lingüista inglés, simplemente correcciones al modelo primitivo de 1957, que resultan de las inadecuaciones observadas en la aplicabilidad de éste, afirmación que se demuestra por el hecho de que esas sucesivas versiones de la gramática generativa no pueden ser entendidas sin conocer el sistema descrito por Chomsky en 1957.

Desde la perspectiva, por tanto, del primer modelo o primera versión de la gramática generativa transformacional, se plantea J. Lyons explicar en términos transformacionales la ambigüedad señalada repetidamente en las gramáticas de la tradición lingüística a propósito de sintagmas como *amor Dei*, que ejemplifican el tan traído y llevado tema del genitivo subjetivo y genitivo objetivo.

Afirma el autor inglés que, según la gramática generativa, el sintagma latino *amor Dei* es ambiguo porque puede ser generado a partir de dos oraciones: una en la que *Deus* (nominativo) es sujeto del verbo *amare* y otra en la que *Deum* (acusativo) es objeto del verbo *amare*. Igualmente, son ambiguos los sintagmas nominales de la lengua inglesa que tienen la estructura *the + V + -ing + of SN*, aunque señala J. Lyons que, tanto en un caso como en otro, estas locuciones son ambiguas gramatical pero no semánticamente. Ilustra tal aserto con el ejemplo que había sido analizado previamente por N. Chomsky (1957: 107-

9): el sintagma nominal *the shooting of the hunters*, del que indica que es ambiguo gramaticalmente porque a) el verbo *shoot* admite un uso transitivo y un uso intransitivo, que es lo mismo que decir que la subcategorización estricta de este verbo tiene dos entradas: la entrada [\_\_\_ SN] y la entrada [\_\_\_ Ø], y b) en las expresiones que contienen el verbo *shoot*, el sintagma *the hunters* puede aparecer como 1) sujeto del uso intransitivo (*The hunters shoot*) y 2) sujeto u objeto del uso transitivo (*The hunters shoot the deer*, *John shoots the hunters*), lo cual puede ser fácilmente formulable atendiendo a las marcas seleccionales del verbo: *shoot* exige que el nombre núcleo del sintagma nominal sujeto sea [+ humano], mientras que el objeto de este verbo debe ser únicamente [+ animado]. A esto añade el lingüista inglés los siguientes argumentos: 1) la interpretación objetiva del sintagma *the shooting of the hunters* se relaciona estrechamente con la construcción pasiva *The hunters were shot (by John)*; 2) si el sustantivo de verbal nuclear está relacionado con el verbo transitivo, es decir, que tiene un objeto especificado, estos sintagmas nominales no admiten una interpretación subjetiva, ya que no pueden ser expansionados con un sintagma preposicional (*of SN*) objetivo (*\*the shooting of the hunters of the deer*), y 3) el complemento del sustantivo en posición nuclear que es subjetivo puede tomar el sufijo posesivo denominado genitivo sajón, mientras que el objetivo toma la preposición *of* (*the hunters' shooting of the deer*).

Así, si aceptamos que *John shoots the hunters* tiene la estructura  $SN_1 V_{tr}$ ,  $SN_2$  y *The hunters shoot* la estructura  $SN_1 V_{intr}$ , podemos concluir que, de acuerdo con lo establecido por Lyons, una locución en inglés cuya forma sea *the V + -ing of SN* es gramaticalmente ambigua pero semánticamente no lo es, por una parte, si y sólo si la gramática genera oraciones cuya forma es 1)  $SN_1 V_{tr} SN_2$  y 2)  $SN_1 V_{intr}$ , y, por otra, a) si el V de *the V + -ing of SN* es idéntico a un miembro  $V_{tr}$  en la primera estructura — esto es, en la estructura  $SN_1 V_{tr} SN_2$  — y a un miembro  $V_{intr}$  en la segunda, es decir, en  $SN_1 V_{intr}$ , y b) si el SN de *the V + -ing of SN* puede aparecer como  $SN_2$  en  $SN_1 V_{tr} SN_2$  y como  $SN_1$  en  $SN_1 V_{intr}$ , condiciones todas que se cumplen en *the shoot of the hunters*.

1.4.4. Asimismo, en su aplicación a la sintaxis española — concretamente al español hablado en Venezuela — de las cuestiones teóricas planteadas por N. Chomsky en trabajos posteriores a la publicación en 1965 de su obra *Aspects of the Theory of Syntax*, F. D'Introno (1979: 67-68) analiza la oración *La traducción de Cervantes se perdió*, que es ambigua porque puede recibir dos interpretaciones — *Cervantes* puede ser entendido como autor de la traducción y como objeto de la traducción —, que, según este autor, derivan de las dos relaciones sintácticas posibles distintas entre *traducción* y *Cervantes*. La

ambigüedad que se debe a razones puramente sintácticas es denominada por D'Introno ambigüedad sintáctica y puede ser explicada asignándoles a las oraciones en las que se da el fenómeno dos o más estructuras profundas, a cada una de las cuales el componente semántico le asignará una interpretación diferente. Así, una oración sintácticamente ambigua tendrá tantas estructuras profundas cuantas sean sus interpretaciones y estas estructuras profundas son convertidas en una misma y sola estructura superficial por medio de las transformaciones.

1.4.5. Igualmente, F. Marsá (1984: 35), autor en quien también se deja notar la influencia del primer modelo generativo transformacional formulado por N. Chomsky en 1957, advierte que nos podemos encontrar con sintagmas nominales cuya estructura superficial resulta ambigua, debiéndose esta ambigüedad al hecho de que dos estructuras profundas diferentes se corresponden con una única y misma estructura superficial. Así, al clásico ejemplo *el amor de Dios*, que puede significar, según este autor, 'el amor que tiene Dios al hombre' y 'el amor que tiene el hombre a Dios', F. Marsá añade otro que califica de 'más castizo': el sintagma *vino de Jerez*, ambiguo porque puede significar 'el vino que se trasladó de Jerez hasta el lugar donde nos encontramos' y 'el vino elaborado en Jerez'.

2. Nuestro punto de vista sobre el tema que tratamos parte de la tesis, ya demostrada en otro lugar (cf. Díaz Hormigo 1994b), de que cualquier construcción con sustantivo en posición nuclear que tenga sentido en un texto y/o en un discurso es la actualización, de acuerdo con ciertas reglas y procedimientos de carácter textual y/o discursivo, de lo que, en terminología del modelo que utilizamos — la teoría de los esquemas sintáctico-semánticos —, se denomina esquema sintáctico-semántico suboracional, el cual, obviamente, en el caso de las construcciones a las que aquí nos referimos, presenta como núcleo el sustantivo que ocupa la posición nuclear de la construcción que figura investida en el texto y/o en el discurso.

Al esquema sintáctico-semántico con sustantivo en posición nuclear que subyace a cada construcción nominal se puede llegar si, tras extraer las construcciones con sustantivos nucleares de los textos y/o de los discursos en los que están insertas, 1) se prescinde de los llamados tradicionalmente determinantes y modificadores del núcleo, y de los otros signos de singularización y de actualización textual; 2) se restituyen los sintagmas elípticos susceptibles de determinar en el texto y/o en el discurso (nivel dinámico) al sustantivo nuclear, recurriendo para ello, fundamentalmente, al contexto verbal

mediato e inmediato y al contexto extraverbal; 3) se sustituyen los sintagmas nominales, preposicionales, adjetivales y adverbiales, proformas y expresiones subordinadas que aparezcan en la construcción nominal, así como los que estaban elípticos y han sido restituidos, por los elementos que denominamos variables lingüísticas, que definimos como las abstracciones y las generalizaciones máximas de los significados, sentidos y eventuales referencias o denotaciones de tales sintagmas, proformas y expresiones subordinadas, variables que son representadas por formas específicas de cada lengua y que para las construcciones nominales son, entre otras, añadiéndoles su nexos con el núcleo, *de alguien, de algo, por parte de alguien, por parte de algo*, etc., y 4) por último, se eliminan aquellas variables lingüísticas con las que el sustantivo núcleo de la construcción no contrae una relación sintáctico-semántica obligatoria en este nivel abstracto de indagación. De este modo, se obtiene un esquema sintáctico suboracional con sustantivo en posición nuclear al que corresponde un esquema semántico, que se ha de determinar a partir de un inventario de pruebas semánticas del tipo “¿Qué hace X?”, “¿Qué actitud muestra X?”, “¿Qué le pasa a X?”, “¿Qué característica tiene X?”, etc. En este sentido, la aplicación del procedimiento descrito a, por ejemplo, el sintagma nominal *la construcción de la casa* permite afirmar que el esquema sintáctico-semántico subyacente al mismo es *construcción: acción causativa — de algo: objeto resultativo — por parte de alguien: agente no afectado*.

Por tanto, definimos esquema sintáctico-semántico con sustantivo nuclear como un signo lingüístico con una forma significante (conjunto de marcas sintácticas o esquema sintáctico suboracional) a la que corresponde una función semántica (conjunto de marcas semánticas o esquema semántico suboracional), que tiene las características de 1) ser abstracto, ya que, como ha quedado demostrado, cada esquema sintáctico-semántico es el resultado de un proceso que implica la realización de una serie de abstracciones; 2) ser potencial, puesto que, ya esté constituido sólo por el sustantivo nuclear o por éste y una o más variables lingüísticas, el esquema nominal tiene un significado suboracional completo pero no un sentido, pues éste lo adquiere en un contexto y situación comunicativa concreta, esto es, cuando el esquema sintáctico-semántico se inserta en el dinamismo discursivo, donde el hablante puede actualizar e investir categorial, léxica y/o gramaticalmente las variables lingüísticas del esquema y dotarlas de un sentido y de una referencia o denotación, o bien las omite, o bien designa mediante proformas las posibles investiduras de esas variables, así como también puede añadir otros elementos que no pertenecen al esquema pero que son determinadores del sustantivo en este nivel dinámico; 3) ser no predicativo, pues, a diferencia de lo que ocurre

con los esquemas sintáctico-semánticos oracionales, no se establece una relación predicativa o existencial, indicativa de un determinado modo del ser, existir o suceder, entre los elementos del esquema con sustantivo en posición nuclear y la realidad extralingüística, función esta que es desempeñada en las lenguas particulares únicamente por la palabra con el significado categorial 'lo que se concibe como modo del ser, del existir o del suceder', la cual, en español al menos, pertenece a la categoría verbo, y 4) estar constituido o sólo por una palabra con, al menos, el significado categorial, en el sentido husserliano, 'lo que se concibe como ser en sí' y significado léxico, si bien, además, puede presentar significado instrumental, o sea, por una palabra de la categoría sustantivo, o por esta palabra de la clase de los sustantivos y una o más variables lingüísticas relacionadas con ella.

De lo establecido hasta el momento se infiere la posibilidad de llevar a cabo una bifurcación en el nivel de las construcciones con sustantivo en posición nuclear entre dos subniveles de análisis e indagación de las mismas: un subnivel abstracto o estático, que tendrá como objeto la constitución de los esquemas sintáctico-semánticos de estas construcciones y el establecimiento de la clasificación opositiva de los esquemas suboracionales que se obtengan, y un subnivel concreto o dinámico, en el que se estudiarían los esquemas sintáctico-semánticos con sustantivo en posición nuclear una vez insertos en el dinamismo lineal del discurso, en el que las variables lingüísticas pueden aparecer investidas o no, ya que, tal como ha quedado demostrado por el análisis del sintagma nominal anteriormente citado — *la construcción de la casa* —, al que, como dijimos, corresponde el esquema sintáctico-semántico suboracional *construcción: acción causativa — de algo: objeto resultativo — por parte de alguien: agente no afectado*, no todas las variables del esquema sintáctico-semántico han de figurar necesariamente investidas en la construcción nominal que se presenta en el texto o en el discurso, sino que alguna, algunas o todas las variables lingüísticas del esquema pueden ser omitidas, como es el caso de la variable *por parte de alguien: agente no afectado* del esquema que subyace al ejemplo citado.

Pues bien, esto mismo, es decir, la no investidura de alguna de las variables que configuran el esquema suboracional que les corresponde, es precisamente lo que se observa cuando se procede a analizar las construcciones con sustantivo deverbal nuclear que son ambiguas de acuerdo con la diferenciación entre los dos subniveles de indagación de las mismas anteriormente descritos.

Para demostrar tal aserto tomemos las construcciones consideradas tradicionalmente ambiguas y repetidas *ad infinitum* 1) *el amor de Dios* y 2) *el*

*temor de los enemigos*, que tienen los esquemas sintáctico-semánticos 1) *amor: actitud no activa — de alguien: afectado portador de la actitud — por/hacia alguien: objeto de la actitud* y 2) *temor: actitud no activa — de alguien: afectado portador de la actitud — por/hacia alguien: objeto de la actitud*, respectivamente. El establecimiento de los correspondientes esquemas suboracionales muestra que, si en la construcción *el amor de Dios* se interpreta el complemento *de Dios* como ‘sujeto’ del amor, es la variable *por/hacia alguien: objeto de la actitud* del esquema sintáctico-semántico la que no aparece investida, mientras que la variable *de alguien: afectado portador de la actitud* sí ha sido investida categorial y léxicamente, y, por el contrario, si ese mismo complemento es interpretado como ‘objeto’ del amor, es la variable *de alguien: afectado portador de la actitud* la que no ha recibido ninguna investidura en el nivel concreto o dinámico y la variable *por/hacia alguien: objeto de la actitud* la que sí la tiene. Del mismo modo, respecto a la construcción nominal *el temor de los enemigos*, cuando el complemento del sustantivo nuclear recibe la interpretación de ‘sujeto’ del temor, es la variable *por/hacia alguien: ‘objeto’ de la actitud* del esquema sintáctico-semántico la que no ha sido investida al insertar este esquema en el nivel concreto o dinámico y la variable *de alguien: afectado portador de la actitud* la que sí ha recibido la investidura, y cuando el complemento *de los enemigos* es entendido como ‘objeto’ del temor, es la variable *de alguien: afectado portador de la actitud* la que ha quedado sin invertir y la variable *por/hacia alguien: objeto de la actitud* la que ha recibido la investidura.

En este sentido, desde el punto de vista de la teoría de los esquemas sintáctico-semánticos, la ambigüedad de las construcciones que en el nivel concreto o dinámico presentan la estructura  $N_1$  de  $N_2$  y tienen un sustantivo nuclear ( $N_1$ ) deverbal y un complemento (*de*  $N_2$ ) que, considerada esta construcción fuera del contexto y de la situación comunicativa en la que se emite, puede ser interpretado como ‘sujeto’ o como ‘objeto’ de lo expresado por el sustantivo deverbal nuclear se explica como resultado de la investidura no total sino parcial (una única variable) del esquema sintáctico-semántico que subyace a cada una de estas construcciones.

2.1. Un aspecto en común que presentan las formulaciones expuestas por lingüistas de distintas tendencias y metodologías para la identificación de los complementos denominados tradicionalmente *genitivo subjetivo* y *genitivo objetivo* consiste en la recurrencia a los respectivos correlatos oracionales de estas construcciones suboracionales, pues los diferentes autores determinan que la interpretación que pueden recibir los complementos del sustantivo

deverbal núcleo de la construcción es paralela a la de los sintagmas que les corresponden en la oración. Ahora bien, una de las cuestiones fundamentales que se plantea cuando se examinan los análisis de estas construcciones nominales efectuados de acuerdo con este procedimiento es, desde nuestro punto de vista y tal como también indica M. V. Escandell Vidal (1995: 36), la necesidad de ‘establecer con precisión si la denominación de *subjetivo* y *objetivo* comporta una concepción de la transferencia de estas funciones en términos sintácticos o en términos semánticos’, ya que ‘una cosa es decir que un determinado complemento recibe una interpretación de *Agente* [...], y otra bien distinta afirmar que un complemento desempeña la función sintáctica de *sujeto* dentro del sintagma nominal’.

Respecto a esta cuestión, podemos afirmar que, como ya señalamos en otro lugar (cf. Díaz Hormigo 1994b), prácticamente todos los esquemas sintáctico-semánticos con sustantivo verbal nuclear — se exceptúan los que tienen como núcleo un sustantivo verbal que es nombre de agente — presentan una correspondencia sintáctica y semántica (el mismo número de variables lingüísticas e idéntico carácter sintáctico-semántico) con el esquema oracional que tiene como núcleo predicativo el verbo con el que el sustantivo núcleo de la construcción está relacionado formal y semánticamente, aunque las variables lingüísticas suelen presentar distinta forma, ya que, en el esquema nominal, están siempre precedidas de alguna preposición. Citamos como ejemplo el esquema subordinado *preocupación: actitud activa — de alguien: afectado portador de la actitud — por algo: finalidad intrínseca*, que subyace a la construcción nominal *la preocupación de superarse* y se corresponde sintáctica y semánticamente con el esquema oracional *alguien: afectado portador de la actitud — se preocupa: proceso no causativo actitudinal activo — por algo: finalidad intrínseca*.

Pero, sin embargo, no todos los esquemas con sustantivos nucleares verbales guardan relación con un único y mismo esquema oracional, ya que determinados esquemas nominales se corresponden sólo semánticamente con un esquema oracional activo y sólo sintácticamente con un esquema oracional pasivo. Tomemos la construcción nominal *la afirmación de Juan*, denominada, desde la más antigua tradición gramatical, construcción de genitivo subjetivo. No cabe duda de que esta construcción es la investidura parcial del esquema sintáctico-semántico *afirmación: acción no causativa — de algo/de algo (or.): objeto no afectado/suceso comunicativo (que algo sucede) — por parte de alguien: agente no afectado*, que se corresponde, desde el punto de vista sintáctico (forma), con el esquema oracional pasivo *algo/algo (or.): objeto no afectado/suceso comunicativo (que algo sucede) — es afirmado: proceso no*

*causativo no actitudinal agentivo — por parte de alguien: agente no afectado* y, desde el punto de vista semántico (función de la forma), y esto sólo porque la marca semántica del sustantivo núcleo del esquema nominal guarda relación con la del verbo que es núcleo predicativo del esquema oracional, con el esquema activo *alguien: agente no afectado — afirma: acción no causativa — algo/ algo (or.): objeto no afectado/suceso comunicativo (que algo sucede)*. Ahora bien, el complemento “*subjetivo*” *de Juan* que aparece en el sintagma nominal *la afirmación de Juan* es la investidura de la variable lingüística *por parte de alguien: agente no afectado* del esquema suboracional correspondiente, variable que se relaciona justamente, desde el punto de vista de la forma sintáctica y de la función semántica, con la que figura en el esquema oracional pasivo *algo/ algo (or.): objeto no afectado/suceso comunicativo (que algo sucede) — es afirmado: proceso no causativo no actitudinal agentivo — por parte de alguien: agente no afectado*, de lo que se infiere que la correspondencia sintáctico-semántica se establece entre la variable del esquema suboracional y la del esquema oracional pasivo. Sin embargo, si analizamos este esquema pasivo teniendo en cuenta las funciones sintácticas tradicionales, se observa que la variable *algo/algo (or.): objeto no afectado/suceso comunicativo (que algo sucede)* desempeña la función sintáctica denominada sujeto y la variable *por parte de alguien: agente no afectado* la función de complemento agente, luego el complemento *de Juan* no es la investidura de la variable que se corresponde con la que en el esquema oracional desempeña la función sintáctica de sujeto, aunque sí conserva la misma marca semántica, la de *agente no afectado*, que la variable con la que guarda relación tanto en el esquema oracional activo (la variable *alguien: agente no afectado*) como en el pasivo (la variable *por parte de alguien: agente no afectado*), a pesar de que, como hemos señalado, es sólo con esta última con la que se corresponde desde el punto de vista de la forma.

Del mismo modo, si examinamos una construcción de las denominadas tradicionalmente de genitivo objetivo, como, por ejemplo, la construcción nominal *la elaboración de tejidos*, determinamos que el esquema suboracional que le corresponde es *elaboración: acción causativa — de algo: objeto resultativo — por parte de alguien: agente no afectado*, el cual guarda relación sintáctica con el esquema oracional pasivo *algo: objeto resultativo — es elaborado: proceso causativo no actitudinal agentivo — por parte de alguien: agente no afectado* y relación semántica con el esquema oracional activo *alguien: agente no afectado — elabora: acción causativa — algo: objeto resultativo*. Por tanto, el complemento *de tejidos* es la investidura de la variable *de algo: objeto resultativo*, que presenta la misma marca semántica que la variable que en el esquema activo desempeña la función sintáctica denominada



objeto directo y que en el esquema pasivo la función de sujeto, es decir, la misma marca semántica que la que en los esquemas activo y pasivo presenta la variable *algo: objeto resultativo*. Pero resulta obvio que, en la construcción suboracional, el complemento *de tejidos* nunca puede ser interpretado como 'sujeto' de la acción expresada por el sustantivo deverbal *elaboración*.

Tales consideraciones nos llevan a afirmar que la distinción tradicional entre genitivo subjetivo y genitivo objetivo no es de índole sintáctica sino semántica, por lo que no es correcta, desde nuestro punto de vista, la aserción que establece que el genitivo subjetivo es el que tiene relación con el sujeto de la oración en la que aparece como núcleo predicativo el verbo conexasiónado formal y semánticamente con el sustantivo deverbal nuclear de la construcción nominal y el genitivo objetivo el que se relaciona con el objeto directo de una estructura oracional que presenta las características anteriormente descritas, sino que la correspondencia entre la construcción suboracional y la oración ha de ser descrita a partir de la identidad de las marcas semánticas de las variables lingüísticas que configuran el esquema suboracional respecto a las del esquema oracional o los esquemas oracionales con los que aquél presenta relación. De este modo, se observa que es posible diferenciar el complemento del nombre que tiene, por ejemplo, la marca semántica de agente o de portador de la actitud de aquel otro complemento del nombre que presenta la marca semántica de objeto, y que esta distinción se corresponde con la delimitación tradicional entre genitivo subjetivo y genitivo objetivo.

Evidentemente, análogas consideraciones pueden ser emitidas respecto a las construcciones nominales calificadas de ambiguas como la ya citada *el asesinato de Juan*.

En efecto, a esta construcción suboracional corresponde el esquema sintáctico-semántico *asesinato: acción causativa — de alguien: afectado — por parte de alguien: agente no afectado*, relacionado semánticamente con el esquema sintáctico-semántico oracional activo *alguien: agente no afectado — asesina: acción causativa — a alguien: afectado* y sintácticamente con el esquema oracional pasivo *alguien: afectado — es asesinado: proceso causativo no actitudinal agentivo — por parte de alguien: agente no afectado*. Así pues, si interpretamos el complemento *de Juan* como genitivo subjetivo, resulta que este complemento es la investidura, en el nivel concreto o dinámico, de la variable lingüística *por parte de alguien: agente no afectado* del esquema suboracional, que es la que guarda relación, desde el punto de vista de la forma sintáctica y de la función semántica, con la variable *por parte de alguien: agente no afectado* del esquema oracional pasivo y, sólo desde el punto de vista de la función semántica, con la variable *alguien: agente no afectado* del

esquema oracional activo, lo cual muestra que la correspondencia total, esto es, sintáctica y semántica, de esta variable de la construcción suboracional, al menos cuando es interpretada como construcción de genitivo subjetivo, es con la del esquema sintáctico-semántico oracional pasivo, en el que evidentemente no desempeña la función sintáctica denominada sujeto, aunque sí presenta la misma marca semántica — *agente no afectado* — que en el esquema suboracional y que en el esquema oracional activo.

Del mismo modo, si consideramos que el complemento *de Juan* es un genitivo objetivo es porque se piensa que este complemento es la investidura de la variable *de alguien: afectado* del esquema suboracional, que se corresponde tanto con la variable lingüística *alguien: afectado* del esquema oracional pasivo, en el que desempeña la función sintáctica de sujeto, como con la variable *alguien: afectado* del esquema oracional activo, que es, desde el punto de vista sintáctico, el objeto directo, a pesar de que en el esquema suboracional y en los esquemas oracionales activo y pasivo, esta variable presenta la misma marca semántica: la de *afectado*. Ahora bien, aunque el esquema suboracional aparezca investido parcialmente en el texto o discurso, el que las variables que lo configuran conformen la secuencia *de alguien: afectado — por parte de alguien: agente no afectado* nos lleva a afirmar que, al menos si atendemos a las variables determinadoras del sustantivo nuclear deverbal, éstas se corresponden, desde los puntos de vista de la forma y de la función, al igual que cuando interpretamos el complemento *de Juan* como genitivo subjetivo, con las del esquema oracional pasivo, en el que a la variable *alguien: afectado* le corresponde la función sintáctica de sujeto, pero, obviamente, la interpretación del complemento *de Juan* como genitivo objetivo excluye la consideración del mismo como “sujeto” de la acción indicada por el sustantivo *asesinato*. Por tanto, la correspondencia entre el complemento del sustantivo nuclear en cada una de las dos posibles interpretaciones de la construcción ambigua y su respectivo correlato oracional se establece y debe ser descrita sí desde el punto de vista semántico y no desde el punto de vista sintáctico.

3. De lo expuesto se infiere que la delimitación de los esquemas sintáctico-semánticos subyacentes a las construcciones nominales consideradas ambiguas, que implica a su vez una distinción entre dos subniveles lingüísticos: uno, dinámico, en el que se estudiarían estas construcciones en el dinamismo discursivo, y otro, más abstracto y estático, cuyo objeto es, precisamente, el análisis de los esquemas sintáctico-semánticos correspondientes a estas construcciones, contribuye a obviar las deficiencias observadas en los tratamientos de que han sido objeto, a lo largo de la historia de la lingüística, las

construcciones con sustantivo deverbal nuclear y un complemento preposicional que responde a las denominaciones tradicionales de genitivo subjetivo y de genitivo objetivo, ya que, de acuerdo con la teoría de los esquemas sintáctico-semánticos, esta ambigüedad nominal se explica como resultado de las investiduras parciales de los esquemas subyacentes a estas construcciones nominales. Asimismo, la determinación de estos esquemas suboracionales y la de los esquemas oracionales con los que éstos guardan relación permite afirmar que, frente a lo que se ha venido defendiendo tradicionalmente, la correspondencia entre el esquema suboracional de una construcción que responde a las características de las aquí descritas y el respectivo esquema oracional se establece desde un punto de vista semántico pero no desde el sintáctico.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCOS LLORACH, Emilio. 1972. Grupos nominales con /de/ en español. 85-91. En *Studia hispanica in honorem Rafael Lapesa*, 1. Madrid: Gredos.
- ARNAULD, Antoine y LANCELOT, Claude. 1660. *Grammaire générale et raisonnée ou la grammaire de Port Royal*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag [1966; nouvelle impression en facsimilé de 1676.<sup>3</sup> Édition critique présentée par Herbert E. Brekle].
- BÁEZ SAN JOSÉ, Valerio. 1987. Oración y esquema oracional. *Lingüística Española Actual* IX. 65-82.
- \_\_\_\_\_. 1988. *Fundamentos críticos de la gramática de dependencias*. Madrid: Síntesis.
- CHOMSKY, Noam. 1957. *Estructuras sintácticas*. México: Siglo XXI [1987;<sup>9</sup> introducción, notas, apéndices y traducción de Carlos Peregrín Otero].
- COSERIU, Eugenio. 1955-1956. Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch* 7. 29-54.
- \_\_\_\_\_. 1973. Semantik und Grammatik. 77-89. En *Neue Grammatiktheorien und ihre Anwendung auf das heutige Deutsch [= Jahrbuch 1971 des Instituts für deutsche Sprache]*. Düsseldorf: Pädagogischer Verlag Schwann.
- \_\_\_\_\_. 1976. L'étude fonctionnelle du vocabulaire. *Cahiers de Lexicologie* 29. 5-23.
- \_\_\_\_\_. 1977. La "situación" en la Lingüística. 240-56. En *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos.
- \_\_\_\_\_. 1986. *Lecciones de Lingüística General*. Madrid: Gredos [1ª reimpr.; versión española de José María Azáceta y García de Albeniz revisada y, en parte, reelaborada por el autor].
- DANEŠ, František. 1960. Sentence intonation from a functional point of view. *Word* 16. 34-54.
- \_\_\_\_\_. 1964. A three-level approach to syntax. *Travaux Linguistiques de Prague* 1, L'école de Prague D'aujourd'hui. 225-40.

- DÍAZ HORMIGO, María Tadea. 1994a. El concepto de esquema sintáctico-semántico de construcción con sustantivo nuclear. 40-46. En Serra Alegre, Gallardo Paúls, Veyrat Rigat, Jorques Jiménez y Alcina Caudet (eds.), *Panorama de la investigació lingüística a l'estat espanyol. Actes del I Congrés de Lingüística General. Vol. II: Comunicacions: Gramàtica i Lingüística formal*. València: Universitat de València.
- \_\_\_\_\_. 1994b. *Esquemas sintáctico-semánticos de las construcciones con sustantivo en posición nuclear en español*. Tesis de doctorado microfilmada. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- D'INTRONO, Francesco. 1979. *Sintaxis transformacional del español*. Madrid: Cátedra.
- ESCANDELL VIDAL, María Victoria. 1995. *Los complementos del nombre*. Madrid: Arco/ Libros.
- GILI GAYA, Samuel. 1961. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Vox/ Bibliograf [1985<sup>15</sup>].
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. 1978. Grupos sintagmáticos N de N: Sintaxis y Semántica. 133-59. En *Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach (con motivo de sus 25 años de docencia en la Universidad de Oviedo)*, 3. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo.
- \_\_\_\_\_. 1989. *Introducción a la Semántica Funcional*. Madrid: Síntesis.
- LEES, Robert B. 1960. *The grammar of English nominalizations*. Bloomington, The Hague: Indiana University Press, Mouton.
- LYONS, John. 1968. *Introduction to Theoretical Linguistics*. London, New York, Melbourne: Cambridge University Press [1977, 7ª reimpr.].
- MARSÁ, Francisco. 1984. *Cuestiones de sintaxis española*. Barcelona: Ariel.
- MONGE, Félix. 1970. Los nombres de acción en español. 961-72. En Rosetti (red.), *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguistică și Filologie Romanică, 15/4-20/4/1968, 1*. București: Editura Academiei Republicii Socialiste România.
- \_\_\_\_\_. 1996. Aspectos de la sufijación en español. *Revista Española de Lingüística* 26, 1. 43-56.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 1931. *GRAMÁTICA DE LA lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1959 [nueva edición, reformada].
- \_\_\_\_\_. 1973. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe [1982, 8ª reimpr.].
- RUWET, Nicolas. 1967. *Introducción a la Gramática Generativa*. Madrid: Gredos [1978; 2ª versión española de Elena Bombín y Marcos Martínez Hernández].
- TESNIÈRE, Lucien. 1959. *Éléments de Syntaxe Structurale*. Paris: Éditions Klincksieck.
- WELLS, Rulon S. 1947. Immediate constituents. 186-207. En Joos (ed.), *Readings in Linguistics*. New York: s.ed. [1958<sup>2</sup>].

## EXTRACCIÓN AUTOMÁTICA DE INFORMACIÓN DE GRANDES CORPUS<sup>1</sup>

### INFORMATION AUTOMATIC EXTRACTION FROM CORPUSES

CARLOS SUBIRATS RÜGGERBERG

MARC ORTEGA GIL

*Universidad Autónoma de Barcelona*

*RESUMEN: En este artículo, presentamos un sistema que permite extraer la información de grandes corpus en lengua española. El modelo lingüístico que fundamenta dicho sistema es la gramática léxica<sup>2</sup> y su implementación informática está basada en la teoría de autómatas.<sup>3</sup> El proceso de extracción de información que proponemos parte de una manipulación formal de oraciones y su objetivo es eliminar las ambigüedades que impiden el acceso a la información que contienen. La desambiguación de las oraciones se consigue mediante una caracterización relacional de sus construcciones sintácticas. Dicha caracterización se realiza por medio de un proceso cíclico de transducciones, que convierte las oraciones en sus correspondientes construcciones canónicas, las cuales determinan de forma no ambigua las relaciones sintácticas que vehiculan la información.*

---

<sup>1</sup> Queremos darle las gracias a Quim Borges por la ayuda que nos ha ofrecido a lo largo del desarrollo de este trabajo. Este proyecto de investigación se está desarrollando con financiación de la CICYT del Ministerio de Educación de España (N<sup>o</sup> de proyecto TIC96-0804).

<sup>2</sup> Cf. Subirats-Rüggeberg, C. 1999. *Introducción a la sintaxis léxica*. Frankfurt: Vervuert y Harris, Zellig S. 1991. *Language and Information. A Mathematical Approach*. Oxford: Clarendon Press.

<sup>3</sup> Cf. Mohri, Mehryar. 1997. Finite-state transducers in language and speech processing. *Computational Linguistics* 23.2. 269-311 y Hopcroft, John E. e Jeffrey D. Ullman. 1979. *Introduction to Automata Theory, Languages and Computation*. Reading, MA: Addison-Wesley.

## 1. INTRODUCCIÓN

Los procesos específicos a los que sometemos un corpus para acceder automáticamente a la información que contiene son los siguientes:

- a) el análisis léxico o etiquetación, que consiste en la identificación de los elementos léxicos y la especificación de sus propiedades morfológicas flexivas y/o categoriales (cf. 2);
- b) la identificación de los predicados verbales y no verbales, y sus marcas temporales (cf. 8);
- c) la identificación de las relaciones de dependencia entre predicados y argumentos, que vehiculan la información oracional.

Tanto los elementos léxicos como las construcciones sintácticas que vehiculan la información en las lenguas naturales se caracterizan por su redundancia, es decir, por no utilizar todas las posibilidades combinatorias de los elementos que los conforman. Por ello, un sistema de extracción automática de información tiene que acceder a una base de conocimiento lingüístico, que le proporcione una caracterización sistemática de dicha redundancia. Nuestro sistema accede, por un lado, a un diccionario electrónico, que proporciona información categorial y morfológica sobre el léxico general del español; por otro lado, el sistema tiene acceso a una gramática electrónica, en la que se especifican las construcciones sintácticas que sirven de soporte para vehicular la información en español.

## 2. ETIQUETACIÓN

Etiquetar un corpus consiste en identificar los elementos léxicos simples y compuestos que lo integran, especificando las formas canónicas a las que están asociados, su clase distribucional y, las propiedades morfológicas de flexión, en el caso de los verbos, los nombres y los adjetivos.

Le	le.CLI:m:f:3s
hablé	hablar.V1:IPIND:1s
a	a.PREP
la	la.N1:ms,la.DET:fs,la.CLI:f:3s
ministra	ministro.N47:fs
ministra/de/educación	ministro/de/educación.N:fs
de	de.PREP
educación	educación.N23B:fs

Figura 1: Etiquetación de la oración *Le hablé a la ministra de educación* (cf. Anexo, donde se especifica el valor de las etiquetas).

En el marco de nuestro sistema, la etiquetación se lleva a cabo mediante una aplicación que accede a un diccionario electrónico que contiene 600.000 formas; este diccionario incluye todas las formas pertenecientes al léxico general de la lengua española, concretamente, 550.000 formas simples, es decir, palabras ortográficas, independientemente de que sean o no analizables morfológicamente, como p. ej., *desintoxicaríamos*, *peligro*, *posibles*, *allí*, etc., y 50.000 formas compuestas o locuciones, como p. ej., *maestras de escuela*, *de armas tomar*, *ni corto ni perezoso*, etc. Cada una de las formas que integran el diccionario electrónico va acompañada de una información codificada que especifica:

- a) la forma o formas canónicas a las que está asociada;
- b) su categoría distribucional;
- c) las propiedades morfológicas de flexión de los verbos, los nombres y los adjetivos.

Esta información es la que proporciona una etiquetación: etiquetar consiste en asociar a los elementos léxicos de un texto la información que de ellos se tiene en un diccionario electrónico.

El resultado de la etiquetación se dispone en dos columnas: en la columna de la izquierda aparecen las formas del texto y, en la columna de la derecha, la información léxica, categorial y morfológica que les asigna el etiquetador (Fig. 1). Este formato resulta cómodo para la consulta humana, pero plantea múltiples problemas para la extracción automática de información:

- (1) Las ambigüedades asociadas a formas simples, como p. ej. *la* en la Fig. 1, que es a la vez, un nombre, un determinante y un pronombre clítico, no están formalizadas: el etiquetador se limita a separar con comas las formas canónicas (junto con su correspondiente información categorial y morfológica) a las que está asociada la forma del texto.
- (2) Tampoco se puede formalizar la ambigüedad que plantean locuciones, como p. ej., *ministra de economía* en la Fig. 1, que, en determinados contextos, se pueden interpretar además como una concatenación de formas simples.
- (3) Tampoco es posible formalizar las ambigüedades que plantean las locuciones que incluyen otras locuciones. Los casos más comunes de inclusión de locuciones son los siguientes:
- la inclusión simple, como p. ej., la que se da en la locución adverbial *hoy por hoy*, que incluye la locución adverbial *por hoy*; los corchetes con subíndices, que indican el principio y fin de una locución, nos permiten representar las inclusiones:  ${}_1[{}_2\text{hoy} {}_2[{}_1\text{por hoy}]_2]_1$ . Asimismo, la locución verbal  ${}_1[{}_2\text{dar vueltas} {}_2\text{la cabeza}]_1$ , en *La cabeza me da vueltas*, incluye la locución verbal ambigua *dar vueltas*, “desplazarse”, p. ej., *Se pasa todo el día dando vueltas*, *por la ciudad*, y *dar vueltas*, “discurrir”, p. ej., *Se ha pasado todo el día dándole vueltas*, *al mismo tema*. La identificación de las locuciones verbales no se realiza a partir de la información de un diccionario, sino a partir de transductores de una gramática electrónica,<sup>4</sup> por lo cual su reconocimiento (a diferencia de lo que sucede con todas las demás locuciones) constituye, a la vez, un problema sintáctico y léxico;
  - la inclusión doble, como p. ej., en la locución adverbial  ${}_1[{}_2\text{medio} {}_2[\text{en broma}]_2\text{medio} {}_3[\text{en serio}]_3]_1$ , que incluye, a su vez, dos locuciones adverbiales: *en broma* y *en serio*;
  - la inclusión anidada, como p. ej., en la locución adverbial  ${}_1[{}_2[\text{de} {}_3[\text{una vez}]_3]_2\text{por todas}]_1$ , la cual incluye la locución adverbial *de una vez*, la cual, a su vez, incluye la locución adverbial *una vez*;
  - combinaciones de inclusiones, como p. ej., la doble y la anidada, v. gr., en la locución adverbial  ${}_1[{}_2[\text{de} {}_4[\text{una vez}]_4]_2 {}_3[\text{para siempre}]_3]_1$ , que incluye dos locuciones, *de una vez* y *para siempre*, pero, a su vez, *de una vez*, incluye la locución *una vez*, como ya hemos señalado anteriormente.
- (4) Tampoco se pueden formalizar las ambigüedades provocadas por la intersección de locuciones, que pueden surgir en algunos grupos nominales, preposicionales, etc. Así p. ej., en el grupo nominal *agua de riego por*

<sup>4</sup> Cf. Bobes, Eulàlia de. 1998. *Gramática electrónica de las locuciones verbales del español*. Laboratorio de Lingüística Informática, Universidad Autónoma de Barcelona.



*aspersión*, se da una ambigüedad provocada por la intersección de las locuciones nominales *agua de riego* y *riego por aspersión*. Análogamente, en el grupo preposicional *a la fuerza aérea* se da otra ambigüedad, que está provocada por la intersección entre la locución adverbial *a la fuerza* y la locución nominal *fuerza aérea*.

Dado que el etiquetador que genera una salida en columnas no puede sistematizar la información léxica relacionada con las ambigüedades señaladas en (1-4), es necesario desarrollar un etiquetador que genere la misma información en un lenguaje formal.

de	de.PREP
de/una/vez	de/una/vez.D
de/una/vez/para/siempre	de/una/vez/para/siempre.D
una	unir.V17:SPRES:1s:3s:IIMPE:2s,un.DET:fs, uno.PRON:fs
una/vez	una/vez.D
vez	vez.N27:fs
para	para.PREP,parar.V1:IPRES:3s:IIMPE:2s, parir.V17:SPRES:1s:3s:IIMPE:2s
para/siempre	para/siempre.D
siempre	siempre.ADV

Figura 2: Etiquetación de la locución *de una vez para siempre*, la cual incluye las locuciones *de una vez*, *una vez* y *para siempre*.

### 3. LENGUAJES FORMALES

La teoría de los lenguajes formales se ocupa del estudio de los conjuntos de cadenas que contienen dichos lenguajes, concretamente, de su estructuración y de su escala de complejidad. Los lenguajes formales presentan importantes diferencias en relación con los lenguajes naturales. En primer lugar, en los lenguajes formales, se puede establecer una delimitación precisa entre las cadenas que pertenecen a dichos lenguajes y las que no pertenecen a ellos; en segundo lugar, los lenguajes formales no tienen significado, tal como entendemos este concepto en las lenguas naturales. Por el contrario, en las lenguas naturales, no existe una separación claramente delimitada entre los enunciados que pertenecen a una lengua natural y aquellos que no pertenecen a ella, especialmente, si consideramos dichos enunciados al margen del contexto de

su enunciación. A su vez, la interpretación del significado de los enunciados de las lenguas naturales implica un proceso de construcción por parte del oyente, que se realiza a partir de un conocimiento compartido con el hablante. Sin embargo, a pesar de las diferencias entre los lenguajes formales y las lenguas naturales, se pueden llevar a cabo algunas aproximaciones formales entre ambos lenguajes, que, por un lado, permiten formular teorías sobre la estructura de las lenguas naturales y, por otro, posibilitan el desarrollo aplicaciones que permiten tratar automáticamente la información que vehiculan las lenguas naturales.

Hay tres conceptos básicos para definir los lenguajes formales: alfabeto, palabra o cadena, y lenguaje. Un alfabeto es un conjunto finito y no vacío de símbolos. Los símbolos de un alfabeto son entidades abstractas, que no se puede definir formalmente. Así p. ej., el alfabeto de la lengua española constituye un alfabeto (en el sentido que adquiere este término en la teoría de lenguajes formales), que está integrado por 33 símbolos,  $\Sigma = \{a, á, b, c, d, e, é, f, g, h, i, í, j, k, l, m, n, ñ, o, ó, p, q, r, s, t, u, ú, ü, v, w, x, y, z\}$ . Una palabra o cadena es una secuencia finita de símbolos construida a partir de un determinado alfabeto. Así p. ej., cada una de las formas simples del léxico español constituye una cadena construida sobre  $\Sigma$ . Un lenguaje es un conjunto de palabras o cadenas construidas sobre un determinado alfabeto. En realidad, un lenguaje sobre un determinado alfabeto es un subconjunto de  $\Sigma^*$  y, por tanto, constituye una selección de las cadenas que se pueden construir sobre dicho alfabeto. Así p. ej., el léxico de formas simples constituye un lenguaje construido sobre  $\Sigma$ .

La concatenación, la unión y la clausura de Kleene son las operaciones básicas que se pueden realizar con cadenas o con lenguajes. La concatenación de las cadenas  $a$  y  $b$ , que se representa como  $a.b$  o, simplemente,  $ab$ , es la cadena que se obtiene al añadirle  $b$  a  $a$ . Así p. ej., si  $a = come$  y  $b = cocos$ , la concatenación  $ab$  es *comecocos*. La concatenación de dos lenguajes  $L_1$  y  $L_2$  está constituida por el lenguaje que se forma concatenando las cadenas de  $L_1$  con las cadenas de  $L_2$ . Así p. ej., si  $L_1 = \{come\}$  y  $L_2 = \{cocos, lotodo\}$ , la concatenación de  $L_1$  y  $L_2$  es el lenguaje  $L_1L_2 = \{comecocos, comelotodo\}$ . La unión de dos lenguajes  $L_1 \cup L_2$  es el lenguaje formado por todas las cadenas que pertenecen a  $L_1$  o a  $L_2$ . Así p. ej., la unión del lenguaje  $L_1$ , integrado por las cadenas de las formas simples construidas sobre  $\Sigma$ , con el lenguaje  $L_2$ , formado por las concatenaciones de cadenas de  $L_1$  (es decir, por formas compuestas) está integrada por el lenguaje formado por las cadenas que pertenecen al conjunto de formas simples o formas compuestas, es decir, el léxico completo de la lengua española. Obsérvese que la intersección de  $L_1$  y  $L_2$  es el conjunto

vacío, es decir,  $L_1 \cap L_2 = \{\emptyset\}$ , ya que no hay ninguna cadena que pertenezca a la vez a  $L_1$  y a  $L_2$ . La clausura de Kleene de un lenguaje  $L$  construido sobre un determinado alfabeto, que se representa  $L^*$ , es el conjunto formado por la concatenación de los miembros de  $L$  cualquier número de veces, incluyendo cero, en cualquier orden y permitiendo repeticiones. Así p. ej., dado un lenguaje  $L = \{a, bb\}$ , construido sobre el alfabeto  $\{a, b\}$ ,  $L^*$  o  $\{a, bb\}^*$ , es  $\{\varepsilon, a, bb, abb, bba, aa, bbbb, \dots\}$ .

#### 4. LENGUAJES REGULARES Y EXPRESIONES REGULARES

Dado un alfabeto  $\Sigma$ , podemos definir recursivamente un lenguaje regular de la siguiente forma:

- $\varepsilon$  es un lenguaje regular;
- $\leftrightarrow x \in \Sigma^*$ ,  $\{x\}$  es un lenguaje regular;
- si  $L$  es un lenguaje regular,  $L^*$  constituye también un lenguaje regular;
- si  $L$  y  $L'$  son lenguajes regulares,  $LL'$  y  $L \cup L'$  son lenguajes regulares.

Analícemos un ejemplo. Sea un alfabeto  $\Sigma = \{a, b, c\}$ : dado que  $aab$  y  $cc$  pertenecen a  $\Sigma^*$ ,  $\{aab\}$  y  $\{cc\}$  son lenguajes regulares; como sea que  $\{aab\}$  y  $\{cc\}$  son lenguajes regulares,  $\{aab\}^*$ ,  $\{cc\}^*$  también lo son; asimismo, la concatenación y la unión de los lenguajes regulares  $\{aab\}$  y  $\{cc\}$ , es decir,  $\{aabcc\}$  y  $\{aab, cc\}$ , también son lenguajes regulares.

Hay dos formas de especificar los lenguajes regulares que se pueden formar a partir de un alfabeto:

- a) dar una lista de todos los lenguajes;
- b) indicar cómo se construyen dichos lenguajes a partir de las operaciones de concatenación, unión y clausura de Kleene.

Así p. ej., partiendo del alfabeto formado por todas las formas del verbo auxiliar *haber* (con excepción de los tiempos del imperativo), y los participios *amado* y *temido*, se puede especificar el lenguaje regular que forman los tiempos compuestos de *amar* y *temer*:

- a) dando la lista de dichos tiempos verbales, p. ej., *he amado, he temido, has amado, has temido, ha amado, ha temido, etc.*;
- b) indicando cómo se construyen dichos tiempos, a partir de la concatenación y la unión, ya que la clausura de Kleene resulta innecesaria en este caso;

así p. ej., (1) especifica que los tiempos compuestos se forman mediante la unión de las formas verbales simples del verbo auxiliar *haber* (con excepción del imperativo), concatenada con la unión de los dos participios verbales *amado* y *temido*:

$$(1)({haber} \cup {habiendo} \cup {he} \cup {has} \cup \dots \cup {hubieren})({amado} \cup {temido})$$

Las expresiones regulares permiten representar de forma abreviada cómo se construye un lenguaje regular: en ellas, se eliminan las llaves y se sustituye el signo de unión  $\cup$  por el signo  $+$ . Así p. ej., (1) se puede abreviar en la expresión regular de (2):

$$(2)(haber + habiendo + he + has + \dots + hubieren) (amado + temido)$$

Para determinar si una cadena determinada, como p. ej., *cabbcc*, pertenece o no al lenguaje representado por una expresión regular, como p. ej.,  $c^*(a + b(c)^*)$ , construido sobre el alfabeto  $\Sigma = \{a, b, c\}$ , debemos analizar si los símbolos que integran la cadena dada pertenecen a los símbolos del alfabeto sobre los que se ha construido el lenguaje regular y, además, debemos verificar sus posiciones relativas, en relación con las posiciones que define la expresión regular. Para ello, es necesario construir la lista de las cadenas, que tienen la misma longitud que la cadena dada y verificar si en dicha lista existe alguna cadena igual a la cadena dada. Así p. ej., las cadenas que empiezan por *c* y que tienen la misma longitud que la cadena dada son *ccccca*, *cbcccc*, *ccbccc*, *cccbcc*, *cccbbc*, *cccccb*. Comparando las anteriores cadenas con *cabbcc*, constatamos que no pertenece al lenguaje representado por la expresión regular  $c^*(a + b(c)^*)$ . Como hemos podido observar, resulta difícil decidir si una cadena está dentro del lenguaje definido por una expresión regular, puesto que tenemos que generar todas las cadenas del lenguaje y comparar la cadena de entrada con las cadenas generadas. Por ello, en lugar de seguir el procedimiento descrito, utilizamos autómatas, que permiten determinar las cadenas que pertenecen a un lenguaje regular. El conjunto de lenguajes que acepta un autómata es el conjunto de lenguajes regulares. Asimismo, dado un autómata finito  $M$ , existe una expresión regular  $r$ , para la cual  $L(r) = L(M)$ .

## 5. AUTÓMATAS FINITOS DETERMINISTAS

*Un autómata finito es un sistema compuesto por un conjunto finito de estados, una entrada, una salida y una función de transición, que define los cambios de estado del sistema. Formalmente, un autómata finito se define como un sistema  $M = \langle \Sigma, Q, q_0, F, \delta \rangle$ , en el que:*

- $\Sigma$  es un alfabeto,
- $Q$  es un conjunto finito no vacío de estados,
- $q_0$  es un estado inicial,  $q_0 \in Q$ ,
- $F$  es un conjunto de estados finales,  $F \subseteq Q$ ,
- $\delta$  es una función de transición, tal que  $\delta: Q \times \Sigma \rightarrow Q$ .

*Para determinar la pertenencia de una cadena al lenguaje regular que acepta un autómata finito, el autómata lee dicha cadena de izquierda a derecha, comparando cada uno de los símbolos de dicha cadena con los símbolos que etiquetan sus transiciones: si la transición está etiquetada con el mismo símbolo que el de la cadena de entrada, el autómata se desplaza al estado siguiente. Llamamos palabra reconocida a la secuencia de símbolos que lleva a un autómata desde el estado inicial hasta un estado final. Formalmente, el lenguaje aceptado por el autómata  $M$  es:*

$$L(M) = \{w \in \Sigma^* \mid w \text{ es una cadena aceptada por } M\}$$

Un autómata finito determinista (AFD) se caracteriza por el hecho de que, para cada estado y para cada símbolo del alfabeto, la función de transición define un único cambio de estado. Por tanto, existe una correspondencia unívoca entre las palabras del lenguaje reconocido por un AFD y la secuencia de cambios de estado, es decir, el camino, que las reconoce, de modo tal que existe un único camino que reconoce cada palabra perteneciente al lenguaje de un AFD y dicho camino va del estado inicial a un estado final.

En el marco de nuestro sistema, la etiquetación de las oraciones de un corpus se representa en un AFD, en el que las formas de la oración han sido sustituidas por la información que de ellas se tiene en un diccionario electrónico. Las transiciones de los AFD que formalizan el análisis léxico están etiquetadas con concatenaciones de símbolos procedentes de un alfabeto integrado por:

- a) las formas canónicas (simples o compuestas) del diccionario electrónico;
- b) los códigos categoriales y morfológicos del etiquetario (cf. Anexo).

Los símbolos de dicho alfabeto ocupan posiciones específicas dentro de cada transición:

- a) en primer lugar, aparece la forma canónica;
- b) en segundo lugar, la especificación de la categoría léxica de la correspondiente forma canónica, especificación que va precedida de un punto, que actúa como un separador;
- c) en tercer lugar, en el caso de los nombres, los verbos y los adjetivos, aparece la especificación de sus propiedades morfológicas de flexión, precedida por dos puntos, que constituyen un separador;
- d) los nombres, los adjetivos y los participios llevan una especificación de su género y número;
- e) las formas verbales llevan una especificación del modo, el tiempo, la persona y el número.

Las posiciones en las que aparecen los símbolos en las transiciones se tienen en cuenta al realizar transducciones sobre AFD (cf. 8).

Los AFD resultantes del análisis léxico formalizan tanto las ambigüedades que afectan a las formas simples, como las que afectan a las formas compuestas:

- a) Las ambigüedades de las formas simples que están asociadas a una única forma canónica se especifican como concatenaciones de símbolos del etiquetario dentro de los estados correspondientes. Cuando las ambigüedades de una forma están asociadas a más de una forma canónica (con su correspondiente información morfológica y/o categorial), cada una de dichas formas canónicas (con su correspondiente información asociada) forma una transición del AFD, que parte del mismo estado de origen y va al mismo estado de destino; en nuestra representación gráfica del AFD, se incluyen dentro de una caja única, que contiene, por tanto, varias transiciones.
- b) Las ambigüedades asociadas a las formas compuestas, concretamente, su interpretación como una concatenación de formas simples y su posible inclusión de otras locuciones (con la consiguiente interpretación de cada una de las locuciones incluidas como una concatenación de formas simples) también se pueden formalizar en un AFD. Así p. ej., el AFD de la Fig. 3, que

representa la etiquetación de la locución *de una vez para siempre*, formaliza las siguientes interpretaciones, que corresponden a una palabra reconocida dentro del AFD, es decir, a un camino que va del estado inicial a un estado final:

- c) su interpretación como una locución y como una concatenación de formas simples (con la especificación de sus correspondientes ambigüedades);
- d) la ambigüedad que crea la inclusión de las locuciones *de una vez*, *una vez* y *para siempre* (cf. 2);
- e) todas las concatenaciones posibles de las locuciones incluidas entre sí y con las formas simples del AFD.

Como hemos señalado en 1., la posibilidad de extraer la información de una oración implica determinar sus relaciones de predicación. Para determinar de forma no ambigua las relaciones de predicación, es necesario convertir una oración en su o sus correspondientes construcciones sintácticas canónicas. Este proceso de conversión, que implica, en general, destruir o crear transiciones en los AFD que formalizan la etiquetación de una oración, se realiza mediante transducciones sobre dichos AFD.

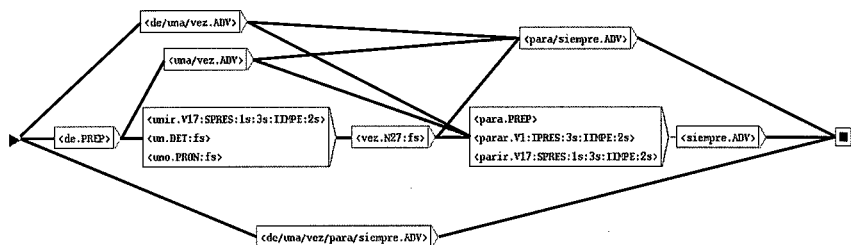


Figura 3: Representación en un AFD de la etiquetación de la locución adverbial *de una vez para siempre*, que incluye las locuciones adverbiales *de una vez*, *una vez* y *para siempre*.

## 6. TRANSDUCTORES SUBSECUENCIALES

Un transductor se distingue de un autómatas en que las transiciones se etiquetan con un par de símbolos, que proceden respectivamente de un alfabeto de entrada y de un alfabeto de salida. Los transductores, al igual que los autómatas, aceptan lenguajes regulares, pero, a diferencia de estos últimos, los transductores transforman cada cadena aceptada en otra cadena de salida.

Formalmente, un transductor subsecuencial se define como un conjunto  $T = \langle \Sigma, \Delta, Q, q_0, F, \delta, \rho, \varphi \rangle$ , en el que:

- $\Sigma$  es un alfabeto de entrada,
- $\Delta$  es un alfabeto de salida,
- $Q$  es un conjunto finito no vacío de estados,
- $q_0$  es un estado inicial,  $q_0 \in Q$ ,
- $F$  es un conjunto de estados finales,  $F \subseteq Q$ ,
- $\delta$  es una función de transición, que, para cada estado y para cada símbolo del alfabeto de entrada, determina un único cambio de estado,
- $\rho$  es una función de producción, que, para cada estado y para cada símbolo del alfabeto de entrada, produce un símbolo único,
- $\varphi$  es una función de emisión final.

La función de transición  $\delta$  se define como  $\delta: Q \times \Sigma^* \rightarrow Q$  y cumple los siguientes axiomas:

- $q \in Q, \quad x, y \in \Sigma^*$
- $\delta(q, \varepsilon) = q$
- $\delta(q, (xy)) = \delta(\delta(q, x), y)$

La función de producción  $\rho$  se define como  $\rho: Q \times \Sigma^* \rightarrow \Delta^*$  y cumple los siguientes axiomas:

- $q \in Q, \quad x, y \in \Sigma^*, \quad s \in \Delta^*$
- $\rho(q, \varepsilon) = \varepsilon$
- $\rho(q, (xy)) = \rho(\rho(q, x), y) = s, \delta(q, xy) \in F$

La función de emisión final se define como  $\varphi: F \rightarrow \Delta^*$ . A su vez, la función de transducción sobre una palabra  $w$ ,  $f(w) = w'$ , donde  $w \in \Sigma^*$  y  $w' \in \Delta^*$ , se define como  $f: \Sigma^* \rightarrow \Delta^*$ .

Los transductores subsecuenciales (TS) se caracterizan por no producir una salida hasta que no han aceptado una palabra, es decir, hasta que no han alcanzado un estado final. La función de emisión final de los TS genera una salida adicional en el estado final, que se concatena con la salida producida por la función de producción. En nuestra aplicación, la función de emisión final produce la palabra vacía  $\varepsilon$ . Los TS cuya función de emisión final produce un



número  $p$  de cadenas de salida se denominan transductores  $p$ -subsecuenciales.<sup>5</sup> De hecho, los TS cuya función de emisión final produce una única cadena de salida, es decir, los transductores  $1$ -subsecuenciales, son transductores subsecuenciales.

## 7. TRANSDUCCIÓN DE CADENAS

Como hemos señalado en 5., un transductor transduce una cadena después de haberla aceptado, es decir, cuando ha llegado a un estado final. Así p. ej., el TS de la Fig. 4a no acepta la cadena *babcabcc*, ya que dicha cadena no pertenece al lenguaje aceptado por dicho transductor y, por lo tanto, no la transduce. Sin embargo, *babcabcc* contiene dos subcadenas *abc*, que sí forman parte del lenguaje aceptado por dicho transductor. Dado que en el marco de nuestra aplicación, los transductores aceptan construcciones sintácticas que, en general, no coinciden con la extensión de las oraciones procesadas, es necesario que se puedan realizar transducciones de subcadenas dentro de una oración. Para reconocer las subcadenas pertenecientes al lenguaje de un transductor, que forman parte de una cadena, es necesario ampliar los transductores<sup>6</sup> con transiciones- $\varnothing$  y transiciones- $\lambda$ .

Las transiciones- $\varnothing$ , que se etiquetan con los símbolos  $\varnothing/\varnothing$ , aceptan cualquier símbolo de la cadena de entrada, siempre que dicho símbolo no sea aceptado por ninguna otra transición, y lo transducen mediante el símbolo aceptado. Las transiciones- $\varnothing$  sólo se aplican si se cumple la condición de determinismo, es decir, cuando, para un estado  $p$  y para una función de transición  $\delta(p, \varnothing)$ , la función  $\delta(p, a)$  no está definida para ningún símbolo  $a$  del alfabeto. Así p. ej., cuando el TS de la Fig. 4b lee la cadena *babcabcc*, encuentra el símbolo *b*, que no forma parte de su lenguaje; *b* entra entonces en la transición  $\varnothing/\varnothing$  y se transduce por sí mismo, es decir, por *b*. Tras ello, el TS lee el símbolo *a*, que es aceptado y, en los siguientes estados, lee los símbolos *b* y *c*, que llevan al transductor a un estado de aceptación. Por ello, la cadena de entrada *babcabcc* se transduce por la cadena *bABCabcc*.

<sup>5</sup> Cf. Mohri, Mehryar. 1997. Finite-state transducers in language and speech processing. *Computational Linguistics* 23.2. 269-311.

<sup>6</sup> Cf. Roche, Emmanuel e Ives, Shabes. 1995. Deterministic part-of-speech tagging with finite-state transducers. *Computational Linguistics* 21.2:227-253, donde se proponen "extensiones locales" de los transductores, que son análogas a las que se implementan en nuestra aplicación.

A pesar de que en la cadena *bABCabcc* existe la subcadena *abc*, que forma parte de su lenguaje, el TS de la Fig. 4b se para, porque, al llegar a su estado final, no acepta más símbolos. Con objeto de que un transductor pueda volver a su estado inicial, para transducir otras subcadenas pertenecientes a su lenguaje, introducimos, en los estados finales, transiciones- $\lambda$ , que, al igual que las transiciones-?, sólo se aplican si se cumple la condición de determinismo. Cuando, en la cadena de entrada, hay un nuevo símbolo, las transiciones- $\lambda$  sitúan al transductor a su estado inicial y el transductor vuelve leer el mismo símbolo de la cadena de entrada. Así p. ej., tras realizar la transducción *babcbacc* por *bABCabcc*, el TS de la Fig. 4c, que tiene una transición- $\lambda$ , no se para (tal como hace el TS de la Fig. 4b), ya que todavía quedan símbolos en la cadena de entrada; por ello, el TS vuelve a su estado inicial, lee los símbolos *a*, *b* y *c*, y transduce la subcadena *abc* de *bABCabcc*, transformándola en *bABCABCc*.

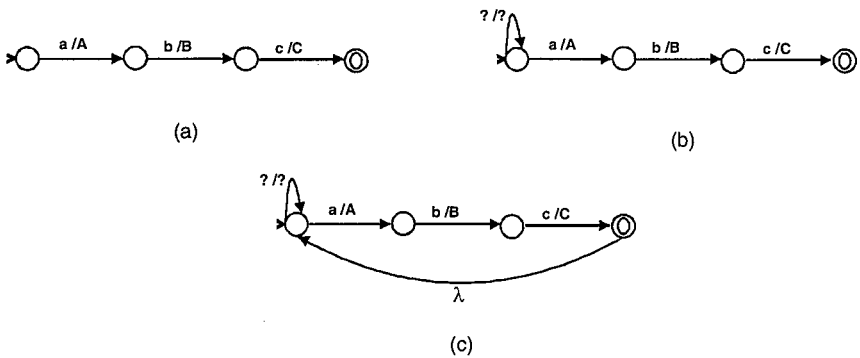


Figura 4: (a) Transductor subsecuencial; (b) transductor subsecuencial con una transición-?; (c) transductor subsecuencial con una transición-? y una transición- $\lambda$ .

Como hemos señalado en 2. y en 3.3, el análisis léxico se debe representar en autómatas, ya que las cadenas no pueden formalizar todas las ambigüedades de una etiquetación. Por tanto, las transducciones destinadas a restituir las construcciones sintácticas canónicas se realizan a partir de los AFD que formalizan la etiquetación de una oración y no a partir de una representación de dicha representación en una cadenas. En consecuencia, nuestro objetivo es transducir AFD y no cadenas.

## 8. TRANSDUCCIÓN DE AFD

La transducción de un AFD con un TS se realiza intersectando el autómatas con el transductor, de forma tal que la intersección y la transducción se desarrollan conjuntamente. A partir de un AFD  $M_1$  y un transductor  $T$ , que aceptan, respectivamente, los lenguajes  $L_1$  y  $L_T$ , la transducción de  $M_1$  crea un nuevo AFD  $M_2$ , que acepta el lenguaje  $L_2$ , que está formado por todas aquellas palabras de  $L_1$ , que contienen subcadenas que son palabras de  $L_T$ . Para llevar a cabo la intersección y la transducción de un AFD con un TS (al igual que para realizar una transducción en una cadena), se utilizan transductores ampliados con transiciones-? y transiciones- $\lambda$ . El proceso de transducción de un AFD (como la transducción de cadenas) consiste en una búsqueda de todas las subcadenas del AFD que coinciden con las palabras que acepta el transductor.

Analicemos un ejemplo. Al transducir el AFD de la Fig. 5b mediante el TS de la Fig. 5a, el transductor lee, en primer lugar, el símbolo  $c$ . Dado que, a partir del estado inicial del transductor, no existe ninguna transición etiquetada con dicho símbolo,  $c$  se lee en la transición-? y se transduce por sí mismo, es decir, por  $c$ , como podemos observar en el AFD de la Fig. 5c. A partir de este estado, el transductor lee tres caminos: en primer lugar, reconoce la palabra  $abc$  y la transduce por  $ABC$ ; en segundo lugar, lee  $ac$ , pero como dicha cadena no forma parte de su lenguaje, se elimina; en tercer lugar, el transductor lee la cadena  $bc$  y la transduce por  $BC$ . Dado que el transductor ha recorrido todos los caminos posibles dentro del autómatas a partir de un estado determinado y puesto que no puede aceptar más símbolos, el transductor se para. Pero como sea que, en el AFD, todavía quedan símbolos por leer, la transición- $\lambda$  devuelve al transductor a su estado inicial y puede transducir otras cadenas: en efecto, el transductor acepta la cadena  $bc$  y la transduce por  $BC$ . Al llegar a este estado, el transductor no puede leer ningún nuevo símbolo y el proceso de transducción se detiene.

Formalmente, la intersección entre un transductor  $T$  y un AFD  $M_1$  es una intersección entre  $T'$  (el transductor  $T$ , ampliado con transiciones-? y transiciones- $\lambda$ ) y  $M_1$ , que se define de la siguiente forma: sea  $T = \langle \Sigma_T, \Delta_T, Q_T, q_0^T, F_T, \delta_T, \rho_T, \varphi_T \rangle$ , cuyo lenguaje de entrada es  $L_T$  y su lenguaje de salida es  $S_T$ . Sea  $M_1 = \langle \Sigma_1, Q_1, q_0^1, F_1, \delta_1 \rangle$  un AFD, donde  $\Sigma_T \subseteq \Sigma_1$ . Definimos un transductor  $T' = \langle \Sigma_1, \Delta_T, Q_T, q_0^T, F_T, \delta_T', \rho_T', \varphi_T' \rangle$ , cuya función de transición  $\delta_T'$  cumple:

- $q_0^T \in \delta_T'(q_0^T, x) \quad x \in \Sigma_1 \text{ y } x \notin \Sigma_T$
- $q_0^T \in \delta_T'(p, \lambda), \quad p \in F_T \text{ y } \delta_T'(p, x) \text{ no está definida para } x \in \Sigma_T$
- $\delta_T'(q, x) \in \delta_T'(q, x), \quad x \in \Sigma_T, \quad q \in Q_T$

y cuya función de producción  $\rho_T'$  cumple:

- $\rho_T'(q_0^T, x) = x, \quad x \in \Sigma_1 \text{ y } x \notin \Sigma_T$
- $\rho_T'(p, x) = x, \quad p \notin F_T, \quad x \notin \Sigma_T$
- $\rho_T'(q, x) = \rho_T'(q, x) = X, \quad x \in \Sigma_T, \quad X \in \Delta_T, \quad q \in Q_T$

Sea  $M_2$  la intersección de  $M_1$  y  $T'$ , entonces  $L(M_2) = \{\Omega = \rho_T'(q_0^T, uvv) \mid u, v \in \Sigma_1^*, w \in L_T, \Omega \in S_T\} = L_2$  es el lenguaje de la intersección y la transducción.

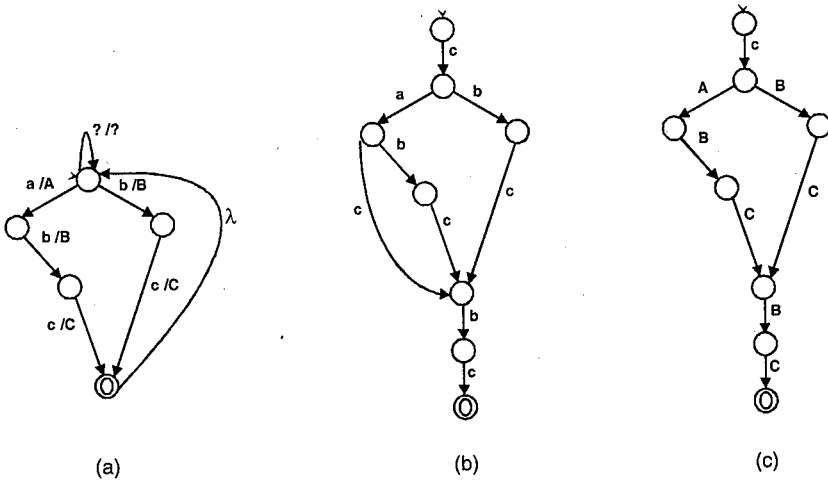


Figura 5: (a) TS con una transición-? y una transición-λ; (b) AFD; (c) AFD resultante de la intersección y transducción con el TS de 5a.

## 9. TRANSDUCCIONES EN EL CORPUS

La restitución de las construcciones sintácticas canónicas a partir de las oraciones de un corpus implica crear o eliminar transiciones (y/o los símbolos que las etiquetan) de los AFD que formalizan el análisis léxico de dichas oraciones. Estos procesos de creación o eliminación se llevan a cabo intersectando los AFD resultantes de la etiquetación con TS.

La parte de lectura de los transductores que utiliza nuestro algoritmo se encuentra a la izquierda de cada transición y va entre los signos < y >. La parte de escritura del transductor (cuando existe) se encuentra a la derecha de la transición. En las transducciones, en las que se requiere que el algoritmo de

intersección guarde el valor global de la transición en una variable  $y$ , a su vez, que descomponga dicha transición en los símbolos que la integran, es necesario añadir una barra invertida  $\backslash$ , seguida de un valor numérico  $n$ , al final de la parte de escritura de la transición. En  $n$ , se guarda el valor global de la transición y, en  $n-1$ ,  $n-2$ ,  $n-3$ , etc., es decir, en el número asignado a la variable global con un guión, seguido de un nuevo valor numérico, que va de 1 hasta el número de símbolos que etiquetan la transición, se cargan los valores de cada uno de dichos símbolos. Así p. ej., al intersectar el TS de la Fig. 6 con el AFD de la Fig. 7, la variable global  $l$  toma el valor, *haber.V96:IPIMP:VAR-1:VAR-2*; a su vez, en las variables  $l-1$ ,  $l-2$ ,  $l-3$ ,  $l-4$  y  $l-5$  se carga el valor de cada uno de los símbolos, cuya concatenación integra la transición; el valor de  $l-1$  es *haber*, el de  $l-2$ , *V96* y el  $l-3$ , *IPIMP*; el valor de  $l-4$  y de  $l-5$ , están determinados por el valor que adquieran las variables *VAR-1* y *VAR-2* en la intersección, como veremos a continuación.

El algoritmo de intersección y transducción utiliza TS con variables, las cuales toman su valor del correspondiente símbolo del AFD de entrada, que se encuentra en la posición especificada en el TS. Estas variables reciben la denominación *VAR-n*, es decir, *VAR-*, seguido de un valor numérico. Así p. ej., al intersectar el transductor de la Fig. 6 con el autómata de la Fig. 7, el valor de *VAR-1* y *VAR-2* del TS se carga, en la transición correspondiente del AFD de entrada, con el símbolo que, en dicho autómata, ocupa la misma posición que en el transductor. Así, *VAR-1* toma el valor *1s* y *VAR-2*, *3s*. Análogamente, *VAR-3* toma el valor del símbolo que ocupa la misma posición en el autómata de entrada, que corresponde a la forma canónica del verbo, es decir, *controlar*. Asimismo, *VAR-4* se carga con la especificación de género y número que sigue a *V:PP* en el AFD de entrada, es decir, *ms*.

Para crear una nueva transición en el AFD de salida, se especifica, en la parte de escritura del transductor, el valor de dicha transición, precedido por la barra vertical: la cadena que va precedida por  $|$  es la cadena que etiqueta la nueva transición, que se crea en el AFD; estas cadenas pueden contener variables o cadenas de caracteres. Si no se especifica la parte de escritura de una transición en el TS, el algoritmo de intersección y transducción elimina la correspondiente transición en el AFD de salida. Las transducciones que se realizan con cadenas de caracteres especificadas en el transductor, como p. ej., *\_COMP\_Pasiva\_estar* en el TS de la Fig. 6, deben ir precedidas de  $\&$ .

La intersección y la transducción del autómata de la Fig. 7 con el transductor de la Fig. 6, cuyo resultado se puede observar en la Fig. 8, asigna las marcas de tiempo de las formas verbales compuestas del pretérito imperfecto

de indicativo de la pasiva con *estar* al núcleo verbal correspondiente, en un proceso de transducción que implica básicamente una creación y una destrucción de estados, una reasignación de variables entre distintas transiciones y una asignación de cadenas de caracteres:

- se eliminan las transiciones correspondientes a los verbos auxiliares *haber* y *estar*;
- se cambia la posición del adverbio en relación con el núcleo verbal, lo cual implica la eliminación de la transición etiquetada con el adverbio del AFD de entrada, y se crea una nueva transición después del núcleo verbal en el AFD de salida, que se etiqueta con dicho adverbio;
- se asigna al núcleo verbal el valor de las variables *VAR-n* y la cadena *\_COMP\_Pasiva\_estar*, que indica que se trata de una forma verbal compuesta de la pasiva con *estar*.

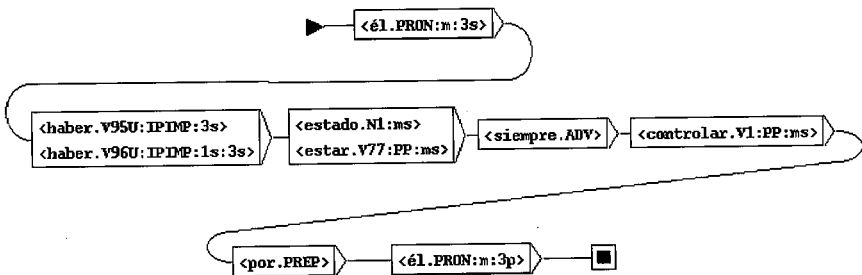


Figura 6: TS que asigna las marcas de tiempo de las formas verbales compuestas del pretérito imperfecto de indicativo de la pasiva con *estar* al núcleo verbal. (La *ε* se representa mediante la *E*).

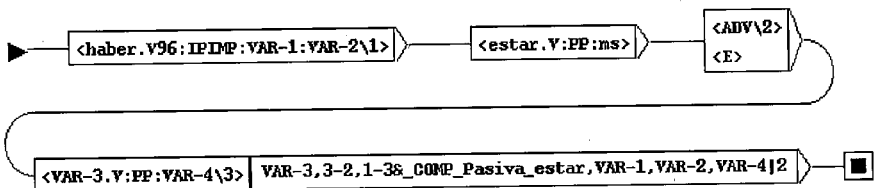


Figura 7: Representación en forma de AFD de la etiquetación de la oración *Él había estado siempre controlado por ellos*.

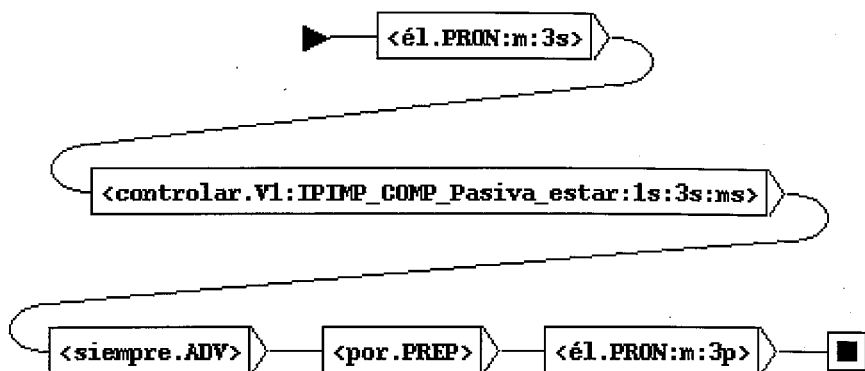


Figura 8: Resultado de la transducción del AFD de la Fig. 7 mediante su intersección con el TS de la Fig. 6.

Las transducciones que hemos realizado el Corpus de Verificación, cuyas características describiremos más adelante, son las siguientes:

- a) identificación de los tiempos verbales compuestos (activos, pasivos con *ser* y con *estar*, continuos activos y pasivos);
- b) asignación de las marcas temporales de los tiempos verbales compuestos al núcleo verbal correspondiente, independientemente de que este sea un verbo predicativo, el núcleo verbal de una locución verbal o un verbo de soporte.

A partir del corpus en el que se han identificado las formas verbales compuestas se ha realizado:

- a) una identificación de las locuciones verbales, utilizando para ello los transductores de una gramática electrónica de las locuciones verbales del español<sup>7</sup>, y una reasignación del tiempo verbal, ligado inicialmente al núcleo verbal de la locución, al conjunto de la locución verbal;
- b) identificación de los adjetivos predicativos con verbos de soporte, asignando el tiempo verbal (simple o compuesto) y la especificación del verbo de soporte al adjetivo predicativo correspondiente;
- c) detección de argumentos de predicados verbales y no verbales.

<sup>7</sup> Cf. nota 4.

La identificación de los predicados verbales y no verbales, junto con sus marcas temporales, y la identificación de sus argumentos nos han permitido establecer las bases, desde el punto de vista lingüístico, para poder determinar la información que vehiculan las oraciones del Corpus de Verificación.

El Corpus de Verificación (CV) está integrado por textos periodísticos de la prensa española (85%) y latinoamericana (1%), publicados durante la década de los noventa, y por textos de ensayos de filosofía, antropología, psicología, etc.<sup>8</sup> (14%). El CV tiene 91.505.114 palabras, entendiendo por palabra cualquier cadena de caracteres entre dos separadores (espacios en blanco, retornos o tabuladores) consecutivos. El CV es un fichero en formato ASCII de 11.506.073 registros, que ocupa 548.929.149 bytes y está integrado por 6.826.000 oraciones ortográficas, es decir, cadenas de palabras entre los signos de puntuación correspondientes al punto.

A partir de la etiquetación del CV, hemos podido realizar un estudio de su composición léxica:

- a) El CV incluye 649.130 formas simples distintas,<sup>9</sup> de las cuales 446.010 son formas simples, 170.131 son nombres propios y 32.989 son cifras; las 446.010 formas simples distintas corresponden a 44.057 formas canónicas.
- b) El CV incluye 23.690 formas compuestas distintas, que corresponden a 15.993 formas canónicas compuestas.

## 10. CONCLUSIONES

*Los AFD y los TS se pueden utilizar para representar el análisis léxico de un corpus y la redundancia sintáctica de los predicados, respectivamente, a pesar de que las lenguas naturales son recursivas y los lenguajes regulares que aceptan los AFD o los TS no lo son. Ello es posible debido a que la recursividad de las lenguas naturales se fundamenta básicamente en la subordinación sustantiva y la relativa, que están lingüísticamente condicionadas. La subordinación sustantiva, es decir, la posibilidad de que un predicado tenga otro predicado como argumento, está léxicamente condicionada, puesto que constituye una propiedad idiosincrásica de una clase de predicados del léxico. Asimismo, la subordinación relativa, es decir, la*

---

<sup>8</sup> Los textos de ensayos nos han sido cedidos por la Editorial Anthropos con fines exclusivos de investigación.

<sup>9</sup> Las formas no reconocidas por el sistema, como p. ej., erratas, etc., no están incluidas en esta cifra.



*posibilidad de que un nombre (ya sea predicado o argumento) tenga un adjunto que sea una oración de relativo, está restringida desde el punto de vista psicolingüístico, ya que, a medida que va creciendo el número de oraciones de relativo que dependen de un núcleo nominal, la dificultad de comprender la oración se hace mayor, hasta el punto de que su comprensión puede resultar imposible. En consecuencia, si se dispone de una gramática electrónica, en la que se especifica la clase de predicados que aceptan otros predicados como argumentos, y si se acota el número de oraciones de relativo que pueden depender de un núcleo nominal, se pueden utilizar autómatas y transductores para representar las etiquetaciones y para caracterizar las propiedades formales de los predicados: los autómatas no se utilizan en función de las similitudes estructurales de los lenguajes regulares que aceptan, con las lenguas naturales, sino por su capacidad de representación de los análisis léxicos y las propiedades sintácticas de los predicados.*

En el marco de nuestra propuesta, podría parecer imprescindible la necesidad de mantener dos versiones del corpus, es decir, el texto y su conversión en un conjunto de autómatas, ya que la transducción de dichos autómatas provoca en ellos cambios irreversibles, que impiden reconstruir la oración tal como aparece en el corpus. Sin embargo, si la función de emisión final de los TS, en lugar de emitir una  $\epsilon$  (cf. 5.), emite un símbolo, que especifique la transducción que se ha aplicado, cada transducción dejaría una huella de su aplicación. De este modo, a partir de una oración transducida se podría recuperar la oración tal como aparece en el texto, mediante una aplicación inversa de todas las transducciones aplicadas. La implementación de un procedimiento de estas características permitiría operar directamente en un corpus único, en el que los autómatas oracionales llevaría un historial de las transducciones sufridas. Con este procedimiento, después de transducir las oraciones y asociarles su historial de transducciones, se podría prescindir del texto original.

Aparentemente, el aumento del espacio de disco (o de memoria) que supone la conversión de un texto a un conjunto de autómatas podría dificultar una implementación eficiente de nuestra propuesta. No obstante, existen procedimientos que permiten comprimir significativamente el tamaño de un corpus convertido en un conjunto de autómatas. En efecto, al convertir las oraciones de un corpus en un conjunto de autómatas, cada uno de dichos autómatas tiene un alfabeto y una definición de su estructura propios. Sin embargo, hay un gran número de palabras de los alfabetos de dichos autómatas que se repiten. Por ello, si se crease un alfabeto común para todos los autómatas del corpus, se evitarían dichas repeticiones y se conseguiría una compresión muy importante, ya que la única definición propia que requerirían los autómatas

sería la definición de su estructura. Así p. ej., el CV está formado por 91.505.114 formas simples y 4,3 millones de formas compuestas,<sup>10</sup> las cuales integran los símbolos del alfabeto de los autómatas del corpus. Sin embargo, estos símbolos (formas simples y compuestas) corresponden únicamente, como ya hemos señalado, a 672.820 símbolos distintos, concretamente, 649.130 formas simples y 23.690 formas compuestas distintas. En consecuencia, el alfabeto de los autómatas se podría reducir al número de formas simples y compuestas distintas, con lo cual se conseguiría un nivel de compresión considerable. La ventaja que presentaría esta forma de compresión, en relación con los algoritmos de compresión clásicos, es que permitiría un acceso directo a la información sin necesidad de descomprimirla. En consecuencia, la propuesta que presentamos en este artículo puede resultar de gran utilidad para el tratamiento automático de la información y, en concreto, para el tratamiento automático de la lengua española.

## ANEXO

## Códigos categoriales

.ADJ	adjetivo
.ADV	adverbio
.AINT	adjetivo interrogativo
.APOS	adjetivo posesivo
.AREL	adjetivo relativo
.CLI	pronombre clítico
.CONJ	conjunción
.DET	determinante
.INTE	interjección
.LOC	forma perteneciente a una locución
N	nombre
.PINT	pronombre interrogativo
.PN	grupo preposicional predicativo
.PREL	pronombre relativo
.PREP	preposición
.PRON	pronombre
V	verbo

<sup>10</sup> Esta cifra es aproximada, ya que no tiene en cuenta las inclusiones de locuciones y no incluye las locuciones verbales.

Códigos morfológicos	
1	primera persona
2	segunda persona
3	tercera persona
f	femenino
GER	gerundio
ICOND	indicativo condicional
IFUTU	indicativo futuro
IIMPE	indicativo imperativo
INF	infinitivo
IPIMP	indicativo pretérito imperfecto
IPIND	indicativo pretérito indefinido
IPRES	indicativo presente
m	masculino
n	neutro
p	plural
PP	participio
s	singular
SPIMA	subjuntivo pretérito imperfecto A
SPIMB	subjuntivo pretérito imperfecto B
SPRES	subjuntivo presente
Códigos de transducción	
COMP	tiempo verbal compuesto
Pasiva_estar	pasiva con estar

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBES, Eulàlia de. 1998. *Gramática electrónica de las locuciones verbales del español*. Barcelona: Laboratorio de Lingüística Informática, Universidad Autónoma de Barcelona.
- BORGES, Quim; SERRA, Joan y ARQUÉS, Josep M. 1996. *Teoria d'automats*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona.
- GARRIDO ÍNIGO, Paloma. 1997. *El adverbio comparativo: estudio sincrónico y análisis contrastivo*. Tesis doctoral. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- HARRIS, Zellig S. 1991. *Language and information. A mathematical approach*. Oxford: Clarendon Press.

- HOPCROFT, John E. y ULLMAN, Jeffrey D. 1979. *Introduction to automata theory, languages and computation*. Reading: Addison-Wesley.
- MARCUS, Salomon; MARTÍN-VIDE, Carlos y PAUM, Gheorghe. 1996. *Contextual grammars versus natural language*. Turku Centre for Computer Science, Tucs Technical Report nº 44 (también en <http://www.tucs.abo.fi/publications/techreports/TR44.html>).
- MOHRI, Mehryar. 1997. Finite-state transducers in language and speech processing. *Computational Linguistics* 23(2). 269-311.
- ORTEGA, Marc. 1998. *Transducción en el análisis léxico y sintáctico de textos*. Barcelona: Laboratorio de Lingüística Informática, Universidad Autónoma de Barcelona.
- PALACIOS, Roser. 1996. *Operadores de primer nivel con complemento de régimen. Un estudio transformacional en el léxico*. Barcelona: Laboratorio de Lingüística Informática, Universidad Autónoma de Barcelona.
- ROCHE, Emmanuel. 1996. Finite-state transducers: parsing free and frozen sentences. 52-57. En A. Kornai (ed.), *Proceedings of the ECAI 96 workshop. Extended finite state models of language* (también en <http://www.cs.rice.edu/~andras/confirmed.html>).
- ROCHE, Emmanuel y SHABES, Ives. 1995. Deterministic part-of-speech tagging with finite-state transducers. *Computational Linguistics* 21(2). 227-53.
- SÁNCHEZ LEÓN, F. 1997. *Análisis morfosintáctico y desambiguación en castellano*. Tesis doctoral. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- SILBERZTEIN, Max. 1993. *Dictionnaires électroniques et analyse automatique de textes*. Paris: Masson.
- SUBIRATS RÜGGERBERG, C. 1987. *Sentential complementation in Spanish. A lexicogrammatical study of three classes of verbs*. Amsterdam: John Benjamins.
- \_\_\_\_\_. 1992. Verbal, nominal and adjectival inflection in the Electronic Dictionary of Simple Forms of Spanish. *Linguisticae Investigationes* 16(2). 345-71.
- \_\_\_\_\_. 1997. Bases de conocimiento lingüístico y análisis automático del discurso. *La Corónica* 26(1). 157-64.
- \_\_\_\_\_. 1998. Automatic extraction of textual information in Spanish. *Linguistica Generalis. Journal of Theoretical and Experimental Linguistics* 1, en prensa (también en [http://cc.uab.es/~ilfel/estado\\_actual.zip](http://cc.uab.es/~ilfel/estado_actual.zip))
- \_\_\_\_\_. 1999. *Introducción a la sintaxis léxica*. Frankfurt: Vervuert, en prensa.
- VOUTILAINEN, Aro. 1997. EngCGtagger, version 2. En T. Brondsted y I. Lytje (eds.), *Sprog og multimedier*. Aalborg: Aalborg Universitetsforlag (también en <http://www.ling.helsinki.fi:80/~avoutila/cg/doc/aalborg/aalborg.ps>).

A ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO TRILÍNGUE TEMÁTICO DE  
CROMÔNIMOS ITALIANO-PORTUGUÊS-FRANCÊS/FRANCÊS-PORTUGUÊS-  
ITALIANO: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

SOME REFLECTIONS ON THE DEVELOPMENT OF A TRILINGUAL THEMATIC  
DICTIONARY OF COLOR NAMES ITALIAN-PORTUGUESE-FRENCH/FRENCH-  
PORTUGUESE-ITALIAN

CLAUDIA ZAVAGLIA

ADRIANA ZAVAGLIA

*Universidade Estadual Paulista*

*ABSTRACT: In the development of bilingual and multilingual works, the divergences existing between different cultural universes often impose differences of linguistic correspondence between the languages. Thus, in the development of bilingual thematic works, and also of multilingual ones, problems of word equivalence occur, which lead the lexicographer-translator to exercise his/her ability to find solutions to the issues raised by the cultural and linguistic divergences between the languages. This paper discusses the development of a trilingual thematic dictionary of color names Italian-Portuguese-French/French-Portuguese-Italian. The issues analysed involved aspects related to Linguistics and Translation: (i) the dictionary nomenclature: types of headword; (ii) homonymy and polysemy: limits; (iii) orthographic variation of headwords; (iv) idioms: the choice of the main entry; (v) language level: delimitation; (vi) frequency of headwords; (vii) zero equivalence between words: how to translate them; (viii) the inclusion of definitions in the entries; (ix) contextualization of word entries; (x) the morphosyntactic information.*

*KEY WORDS: Color names; trilingual dictionary; lexicography.*

*RESUMO: Na elaboração de obras bilíngües e multilíngües, as divergências existentes entre universos culturais diferentes impõem, muito freqüentemente, diferenças de correspondência lingüística entre as línguas. Dessa forma, na elaboração de obras temáticas bilíngües, e o que não dizer das multilíngües, verificam-se problemas de equivalência de lexis, levando o lexicógrafo-tradutor a refletir sobre tais questões e a exercitar sua capacidade de encontrar soluções definitórias e tradutórias que dirimam as divergências lingüístico-culturais entre as línguas. O presente trabalho discute a elaboração de um dicionário trilingüe temático de cromônimos (i. e., nomes de cor) italiano-português-francês/francês-português-italiano. As reflexões realizadas até o momento são de cunho teórico, lingüístico e tradutório, uma vez que foram analisadas questões como: (i) a nomenclatura do dicionário: tipo de entrada; (ii) a homonímia e a polissemia: linhas limítrofes; (iii) variação ortográfica das entradas; (iv) as expressões idiomáticas: a escolha do termo-entrada; (v) nível de linguagem: a sua demarcação; (vi) freqüência de uso das entradas; (vii) equivalência zero entre lexis: como traduzi-las; (viii) a inclusão de definição nos verbetes; (ix) a contextualização das lexis-entrada; (x) a informação morfossintática.*

*PALAVRAS-CHAVE: Nomes de cor; dicionário trilingüe; lexicografia.*

Baseando-se em Wenning 1985, e este por sua vez em Berlin e Kay 1969, Arcaini 1991 realiza um estudo comparativo sobre os nomes de cores em francês e em italiano, em que mantém a tipologia proposta por Berlin e Kay: *preto, branco, vermelho, verde, amarelo, azul, marrom, rosa e cinza*. O objetivo de seu trabalho consiste em explicar os usos dos nomes de cores e em dar legitimidade à análise comparativa que faz entre os universos cromáticos, segundo o autor similares, das duas línguas em questão. Além disso, pretende mostrar esses universos do ponto de vista fundamental e metafórico (como, por exemplo, *chemises marron*: camisas marrons; *chemises brunes*: nazistas), dando especial atenção às combinatórias sintagmáticas e às nuances cromáticas (como *bleu, azur* etc.). Assim, o autor pretende, por um lado, demonstrar por meio da comparação dos cromônimos<sup>1</sup> (i. e., nomes de cor) em francês e em italiano que, para determinados sintagmas cromáticos, o relativismo lingüístico proposto pela hipótese Sapir-Whorf é válido, pois ‘cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas’ (Biderman

<sup>1</sup> Termo traduzido do italiano *cromonimo* por C. Zavaglia 1998.

1998), e, por outro lado, pretende abordar o valor simbólico dos nomes de cores, sua estruturação sintagmática e paradigmática, seu uso em determinados contextos e sua relação com a história.

No processo de elaboração de vocabulários monolíngües, bilíngües e multilíngües, são levados em consideração elementos lingüísticos, sociológicos e metodológicos fundamentais para a descrição singular das unidades lexicais a serem tratadas, a saber: o seu significado, o seu uso e o seu funcionamento.

Na elaboração de obras bilíngües e multilíngües, as divergências existentes entre universos culturais diferentes impõem, muito frequentemente, diferenças de correspondência lingüística entre as línguas. Dessa forma, na elaboração de obras temáticas bilíngües, e o que não dizer das multilíngües, verificam-se problemas de equivalência de lexias, levando o lexicógrafo-tradutor a refletir sobre tais questões e a exercitar sua capacidade de encontrar soluções definitórias e tradutórias que dirimam as divergências lingüístico-culturais entre as línguas.

O presente trabalho traz considerações a respeito da elaboração de um dicionário trilíngue temático de cromônimos italiano-português-francês/francês-português-italiano (DITC). Para tanto, foram utilizados os *corpora* de cromônimos organizados por Arcaïni 1991, C. Zavaglia 1996 e A. Zavaglia 1998.

O propósito que se pretende discutir fundamenta-se nas lacunas ainda existentes nos atuais dicionários bilíngües (doravante DBs) que se encontram em circulação, das mais variadas línguas, entre elas o italiano, o francês e o inglês.

Há muito, o professor e o aprendiz de língua estrangeira (L2), o tradutor ou qualquer outro tipo de consulente de DBs deparam-se com inexatidões semânticas, vazios lingüísticos e definições deficitárias nesse tipo de obra.

O dicionário bilíngue tradicional, segundo Schmitz (1998: 162), pode ser de vários tamanhos, arrola um número pequeno de vocábulos e 'conduz a uma superficialidade na apresentação das equivalências nas duas línguas'. De fato, temos as seguintes entradas nos dicionários Spinelli 1983 e Azevedo 1998a, respectivamente, DB italiano-português e DB francês-português:

**favola** f. fábula // narração // ficção // invenção // mentira // narração mitológica.

**fable** [fáble] s.f. Fábula, ficção mitológica // Fábula, a mitologia // Por ext. Fábula, narração de sucessos imaginários; falsidade, notícia falsa, alegação mentirosa.

Como se vê, em DBs desse tipo privilegia-se o uso de sinônimos da palavra-entrada, partindo-se do pressuposto de que um termo de uma língua pode ser definido e compreendido a partir de um equivalente na língua de chegada, podendo, além disso, prescindir de explicações definitórias.

Deduz-se, assim, que um consulente deverá entender e compreender perfeitamente o significado do item lexical italiano *rododendro*, por exemplo, a partir de sua entrada no Mea 1997, e da entrada *roitelet*, extraída de Rónai 1989, respectivamente:

**rododendro** s. m. (bot.) rododendro.<sup>2</sup>

**roitelet** s. m. 1. reizete,<sup>3</sup> régulo; 2. carriça,<sup>4</sup> corruíra.

Note-se, ademais, que os exemplos acima contemplados não trazem nenhum tipo de contextualização dos itens lexicais, seja por meio de abonações ou frases forçadas, que poderia ajudar enormemente na compreensão de seu significado.

O dicionário semibilingüe (DSB), segundo Schmitz 1998, é uma inovação e representa um avanço no campo da lexicografia. Como representantes dessa modalidade, o autor cita dois DSBs em inglês: Parker 1998 e Sinclair 1995 (*apud* Schmitz *op. cit.*). Estes apresentam a inclusão de oração-modelo nos verbetes em inglês, o que auxilia o usuário a decodificar adequadamente o significado do verbo em questão.

Um fator não muito expressivo, a nosso ver, principalmente para consulentes que pouco dominam a língua inglesa, é o fato de a definição ser em L2, como mostra o seguinte exemplo extraído de Parker *op. cit.*:

<sup>2</sup> Em Ferreira 1986, encontra-se a entrada '*rododendro*. S. m. 1. Arbusto da família das ericáceas (*Rhododendron indicum*), originário do Japão, muito cultivado pela excepcional beleza das grandes flores, purpúreas ou alvas. [...]. 2. A flor desse arbusto. [Cf. azaléa.]'.

<sup>3</sup> Segundo Ferreira *op. cit.*, '*Reizete*. S. m. Deprec. 1. Rei pouco importante, de meia-tigela; régulo'.

<sup>4</sup> Segundo Ferreira *op. cit.*, '*carriça* = '*garriça*. S. f. Bras. 1. Ave passeriforme, da família dos trogloditídeos, distribuída pelo Brasil e países limítrofes, de coloração parda, avermelhada no crisso e na cauda, indistintamente listrada de negro no dorso, asas e caudas listradas de preto [...]. [Cf. rouxinol (2).]'



**holster** *noun* the usually leather case for a pistol, usually worn on a person's hips. **Coldre**.<sup>5</sup>

Se o consulente desconhecer o significado de 'coldre', pouco lhe servirá a definição 'the usually leather case for a pistol, usually worn on a person's hips', na qual ele poderá não reconhecer também lexias como 'worn', 'leather', 'hips'.

Como visto, volta-se à estaca inicial da problemática do DB tradicional.

Longo (2000: 290), por sua vez, atenta à problemática acima descrita e sugere uma nova proposta de elaboração de definição para as entradas em DBs (no caso, para alunos iniciantes): '[...] propomos que a definição seja dada na L<sub>1</sub>, com uma descrição física do referente que permita diferenciá-lo dos outros membros da sua classe, seguida por definição sinonímica e exemplos ilustrativos dos diferentes empregos', como exemplifica a autora:

**Ladybird, ladybug** (US) *n* pequeno besouro de forma arredondada, vermelho com pintas pretas; joaninha: *Ladybirds are lovely tiry beetles*.

Paralelamente, A. Zavaglia (2000: 846-47) apresenta um verbete-modelo para um dicionário temático de cromônimos bilíngüe francês-português que vai além daquele exposto por Longo *op. cit.*, uma vez que traz informações adicionais a uma descrição física seguida por sinônimos e exemplos contextualizados:

Devendo ser o dicionário bilíngüe didático por natureza, pois serve como instrumento de trabalho ao tradutor, ao professor e ao estudante de determinada língua estrangeira, o verbete-modelo aqui proposto parece preencher esse papel: além de exibir uma transcrição fonética, que deverá obedecer às normas da Associação Fonética Internacional, apresenta a classificação gramatical do cromônimo, o registro de seu uso, uma definição na língua-meta, o equivalente tradutório, o plural irregular das palavras, as abonações ou exemplos forjados (a abonação vem seguida da fonte), a gradação do cromônimo e seu equivalente tradutório, os registros de uso e seus equivalentes tradutórios, as locuções ou expressões idiomáticas

---

<sup>5</sup> Segundo Ferreira 1986: 'Coldre. S. m. Cada um dos dois estojos de couro pendentes do arção da sela, e em que de ordinário se metem pistolas ou outras armas'.

seguidas de definição, equivalente tradutório e exemplos em francês e em português, os sinônimos e as remissivas:<sup>6</sup>

**CROMÔNIMO** [ **transcrição fonética** ] **class. gram. reg.** após a classificação gramatical e o registro de língua apresenta-se a definição em português da entrada em francês: **equivalente tradutório** \* **pl.** se o plural for irregular # *abonação ou exemplo forjado em francês // abonação ou exemplo forjado em português* (autores ou fontes) \* **gradação da cor:** **equivalente tradutório** \* **reg.** registro específico: **equivalente tradutório I. reg. locução em francês** — definição em português: **equivalente tradutório** # *abonação em francês // abonação em português* (autores ou fontes) **SIN. reg.** sinônimo em francês **V. REMISSÃO A OUTRO VERBETE**

Segundo Schmitz 1998, um dicionário bilíngüe especializado (DBE) faz a apresentação de equivalências tradutórias de termos técnicos, devendo ser, conseqüentemente, atrelado ao estudo da terminologia. É de praxe que um DBE não traga no corpo de seu verbete a definição do termo técnico a ser definido. O mesmo acontece para DBEs com formato plurilíngüe, i. e., trilíngües, quadrilíngües etc.

Neste trabalho, estamos tratando de dicionário temático, ou seja, aquele que é elaborado a partir de um campo semântico, ou melhor, a partir de um dos vários microssistemas que o léxico de uma língua possui. De fato, os termos para cor se distribuem por campos semânticos, ou seja, associações de significação (Câmara Jr 1986: 157). Por conseguinte, estamos tratando de um tipo de dicionário bilíngüe temático (DBT), com formato trilíngüe, que procura se apoiar na seguinte sugestão de Jakobson (1995: 66): ‘Há a necessidade urgente, a importância teórica e prática de dicionários bilíngües diferenciais, que definam cuidadosa e comparativamente todas as unidades correspondentes, em sua extensão e profundidade’.

As reflexões realizadas até o momento são de cunho teórico geral, lingüístico e tradutório. A partir de agora, serão analisadas questões específicas como: (i) a nomenclatura do dicionário: tipo de entrada; (ii) a homonímia e a polissemia: linhas limítrofes; (iii) variação ortográfica das entradas; (iv) as expressões idiomáticas: a escolha do termo-entrada; (v) nível de linguagem: a sua demarcação; (vi) freqüência de uso das entradas; (vii) equivalência zero entre lexias: como traduzi-las; (viii) a inclusão de definição nos verbetes; (ix) a contextualização das lexias-entrada; (x) a informação morfossintática.

<sup>6</sup> A citação foi adaptada de acordo com as nossas necessidades formais para este trabalho.

A ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO TRILÍNGUE TEMÁTICO DE CROMÔNIMOS  
ITALIANO-PORTUGUÊS-FRANCÊS/FRANCÊS-PORTUGUÊS-ITALIANO:  
REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

1. A NOMENCLATURA DO DICIONÁRIO E AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS: A  
ESCOLHA DO TERMO-ENTRADA

Os *corpora* utilizados constituem-se de sintagmas nominais e verbais cromáticos em francês-italiano-francês (Arcaini 1991), em italiano-português-italiano (C. Zavaglia 1996) e em francês-português-francês (A. Zavaglia 1998). Estes podem possuir formas isomorfas cromaticamente *marché noir/mercato nero; mercato nero/mercado negro; marché noir/mercado negro* e não isomorfas cromaticamente (*sucre blanc/zucchero raffinato; vino rosso/vinho tinto; vin rouge/vinho tinto*). Além disso, foram detectados diversos tipos de expressões idiomáticas, provérbios e frases feitas nos *corpora* supracitados, como, por exemplo: *arriver à la nuit noire, être d'une humeur noire, être dans le noir le plus complet, il commence à faire noir, marcher dans le noir, il fait noir cette nuit, l'enfant a peur du noir, jeter un regard noir sur quelqu'un e cette jeune fille est un fruit vert*, em francês, e em italiano: *avere pensieri neri, rendere tutto nero, mettere il nero per il bianco, mangiare in bianco, chi dice bianco, chi dice nero, fare il viso rosso, avere il pollice verde, il giallo della rosa*, entre outros, que geralmente figuram na microestrutura do verbete e não como entradas independentes, em dicionários monolíngües.

Assim, constituirão entradas do dicionário trilíngue temático de cromônimos (DTTC) o sintagma nominal ou verbal cromático que for o núcleo da expressão e do seu significado, assim como o sintagma preposicional, ou até mesmo o cromônimo unicamente: *nuit noire, humeur noire, dans le noir, regard noir, fruit vert*, em francês; e em italiano: *pensieri neri, in bianco, viso rosso, pollice verde, giallo*.

2. A HOMONÍMIA E A POLISSEMIA: LINHAS LIMÍTROFES

Formas que possuem mais de um significado para um mesmo significante serão caracterizadas como homônimas se possuírem ao menos um sema (traço semântico) distintivo e, ao contrário, como polissêmicas se contiverem pelo menos um sema em comum. As formas homônimas serão identificadas por entradas diferentes e pela distinção numérica, da seguinte maneira: *homônimo<sup>1</sup>* e *homônimo<sup>2</sup>*. Por sua vez, as polissêmicas serão classificadas em uma entrada somente, com distinções numéricas no corpo do verbete para os diversos significados. Teremos, portanto:

- Formas homônimas:

**BUCO NERO**<sup>1</sup> [ ] n.m. (astron.) estágio final da evolução de uma dada estrela em que se há um colapso gravitacional no qual não escapam a luz, a matéria ou qualquer outro tipo de sinal. Forma-se um buraco negro quando o campo gravitacional se torna tão imenso que a velocidade de escape do corpo se aproxima da velocidade da luz. (A<sup>7</sup>): Buraco negro.

**BUCO NERO**<sup>2</sup> [ ] n.m. pessoa que come muito ou é muito gastadora; empreendimento muito dispendioso (A): Saco sem fundo.

**BLANCHE**<sup>1</sup> [ ] n.f. nota musical: mínima.

**BLANCHE**<sup>2</sup> [ ] n.f. mulher de raça branca: branca.

**BLANCHE**<sup>3</sup> [ ] n.f. a bola de cor branca no bilhar: bola branca.

**BLANCHE**<sup>4</sup> [ ] n.f. fam. tipo de droga: heroína.

- Formas polissêmicas:

**ABITO NERO** [ ] n.m. 1. roupa masculina com paletó geralmente preto, de lapelas de cetim, usada como traje de cerimônia à noite (A): Smoking, Black-tie. 2. roupa de cor preta cujo uso é destinado a ocasiões de luto: Roupa, vestido, terno preto(a).

**POINT NOIR** [ ] n.m. 1. nuvem que se avista de longe no céu, e por isso assemelha-se a um ponto, e anuncia tempo ruim ou tempestade: nuvem negra, preta. 2. (fig.) o fato de prever uma desgraça: (ver) nuvens negras; ponto crítico.

### 3. VARIAÇÃO ORTOGRÁFICA DAS ENTRADAS

Formas que apresentarem variação ortográfica serão registradas concomitantemente:

**NEROFUMO, NEROFUMO, NEGROFUMO** [ ] n.m. pó de cor escura que se origina a partir da combustão de certas substâncias: negro-de-fumo.

**BLOUSON NOIR, BLOUSON-NOIR** [ ] n.m. jovem pertencente a um bando suspeito de violência e delinquência: maloqueiro. **SIN.** mauvais garçon (fam.) loubard, loulou, blouson, hooligan.

---

<sup>7</sup> Extraído de Ferreira 1986.

#### 4. NÍVEL DE LINGUAGEM: A SUA DEMARCAÇÃO

A microestrutura deverá contar também com a indicação do registro (gírio, familiar, literário, técnico) para cada ocorrência de significado do sintagma cromático em questão. O ideal seria encontrar equivalentes tradutórios de mesmo registro, como demonstram os exemplos abaixo:

**FIFA BLU** [ ] n.f. (fam.) temor, medo provocado por algum acontecimento: grande susto.

**LANTERNE ROUGE** [ ] n.f. objeto que reluz uma luz vermelha, lanterna colocada na traseira do último veículo de um comboio: lanterna vermelha; (ant.) a lanterna vermelha das casas de tolerância. I. (fam.) être la lanterne rouge. Ser o último de uma fila, de uma classificação, o último colocado: ser o lanterninha.

Da mesma forma, será importante o registro de um correspondente técnico para uma forma que possua também um registro popular, que deverá ser indicado em sua microestrutura, sob a denominação de sinônimo:

**PERDITE BIANCHE** [ ] n.f.pl. (pop.) corrimento esbranquiçado da vulva, por vezes purulento: flores-brancas. SIN. (patol.) leucorréia.

**PERTES BLANCHES** [ ] n.f.pl. (pop.) corrimento esbranquiçado da vulva, por vezes purulento: flores-brancas. SIN. (patol.) leucorréia.

##### 4.1. Demarcação de uso das entradas

É importante indicar o uso dos termos arrolados, se desusado, corrente, raro:

**RUSSO BIANCO** [ ] n.m. (desus.) nativo ou relativo à Rússia Branca ou Bielo-Rússia: russo-branco. SIN. bielo-russo.

**ZONE BLEUE** [ ] n.f. (desus.) espaço físico cujo estacionamento é limitado em uma cidade: zona azul.

##### 4.2. Equivalência zero entre lexias: como traduzi-las

Como um dicionário bilíngüe é um instrumento que deve ajudar o tradutor ou o aluno a resolver um problema, apresentar uma definição sem uma opção de tradução não é conveniente. Assim, propor uma solução para sintagmas desse tipo, com a qual o consulente poderá ou não concordar, é o ideal:

**BALLETTI VERDI** [ ] **n.m.pl.** reunião onde meninas e meninos se prestam aos desejos eróticos de adultos: reuniões orgíacas com meninas e meninos.

**BALLETS ROSES** [ ] **n.f.pl.** reunião onde meninas se prestam aos desejos eróticos de adultos: reuniões orgíacas com meninas.

## 5. A DEFINIÇÃO NOS VERBETES BILÍNGÜES

A definição é importante para que se compreenda o significado do sintagma em questão, a partir de seu equivalente tradutório:

**SINDACATI GIALLI** [ ] **n.m.pl.** sindicatos constituídos no século XIX na França e na Alemanha, contrários à greve, em oposição aos sindicatos vermelhos socialistas. Por extensão, são aqueles financiados ou promovidos pelos patrões com o objetivo de defender os seus próprios interesses e não os dos trabalhadores: sindicatos amarelos.

**LIVRE BLANC** [ ] **n.m.** compilação de peças oficiais, diplomáticas, publicada após um acontecimento importante (guerra etc.) a fim de permitir ao leitor que julgue o caso por si mesmo: livro branco. **SIN.** livre bleu, jaune.

## 6. A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LEXIAS-ENTRADA E A INFORMAÇÃO MORFOSINTÁTICA

A informação morfossintática dos cromônimos foi feita a partir da sua realização funcional, ou seja, o seu uso enquanto categoria gramatical. Assim, *magia bianca* é considerada como uma lexia complexa e, portanto, não como dois elementos gramaticais distintos (no caso, nome e adjetivo), mas como 'nome' somente, já que, em uso, adquire a função de sujeito. As entradas já citadas contêm informação desse tipo.

É importante a documentação bilíngüe na microestrutura do verbete para que o consulente possa delimitar o significado de uma mesma palavra em diversos contextos. Tratando as diversas ocorrências de *bleu* como homônimas, pode-se apresentar a seguinte seqüência, partindo-se do sentido mais físico para o mais figurado:

**BLEU**<sup>1</sup> [ ] **n.m.** a cor azul: azul # *un ciel bleu* // *um céu azul* (NPR)

**BLEU**<sup>2</sup> [ ] **n.m.** mancha arroxeadada na pele, resultado de um soco ou contusão: mancha roxa # *il avait un bleu sur la peau* // *ele estava com uma mancha roxa na pele* (D)

**BLEU**<sup>3</sup> [ ] n.m. vestimenta de operário, em geral de tecido azul: macacão  
# *la saleté de la machine avait tâché son bleu // a sujeira da máquina havia  
manchado seu macacão* (DS)

**BLEU**<sup>4</sup> [ ] n.m. (fam.) recém-admitido no exército ou na universidade:  
recruta; calouro/bicho # *l'arrivée des bleus // a chegada dos novos recrutas*  
(AS); *le bal des bleus / o baile do bicho* (DS)

As reflexões realizadas nos permitem legitimar alguns princípios para a  
elaboração do verbete trilíngue que ora propomos.

As classes de informação eleitas para a construção da microestrutura do  
dicionário, i. e., os paradigmas, são:

- a) *paradigma informacional (PI)*, que poderá conter: informação fonética,  
informação morfossintática, informação de plural irregular, informação  
sobre a área de especialidade e o registro do cromônimo-entrada;
- b) *paradigma de formas equivalentes (PFE)*, que poderá conter: os equiva-  
lentes tradutórios das línguas-de-chegada, bem como os seus sinônimos;
- c) *paradigma pragmático (PP)*, que trará o contexto no qual o uso do cro-  
mônimo aparecerá nas línguas-de-chegada e na língua-de-partida;
- d) *paradigma definicional (PD)*, que trará a explicação do cromônimo, i. e., a  
sua definição referencial em forma de frase em português.

A disposição de tais paradigmas gerou os seguintes verbetes-modelo  
trilíngües:

Para os cromônimos cuja entrada é em italiano e cujas línguas-de-  
chegada são o português e o francês:

**CROMÔNIMO (em italiano) [transcrição fonética] (categoria gramati-  
cal) (plural irregular) (registro) (área de especialidade). Possibilidades  
tradutórias: 1. em português. 2. em francês** (sinonímia). *Exemplos  
contextualizados (de corpora) em italiano, português e francês: (it.): Ex.;  
(port.): Ex.; (fr.): Ex.* (autores ou fontes) # Definição em português. **SIN.  
sinônimo em italiano. V. REMISSÃO A OUTRO VERBETE**

Exemplo:

**PUNTO BIANCO** [transcrição fonética] s.m. (**punti bianchi**) (corr.) 1.  
branco. 2. trou de mémoire. (it.) *Alle persone stanche ci occorrono punti*

*bianchi frequentemente* (I); (**port.**) *Que branco, ontem, na hora da prova!* (I); (**fr.**) *Quand je parle en public, j'ai des trous de mémoire* (I) # Incapacidade de raciocinar ou de recordar-se de algo; claro, vazio. V. **VERE PUNTO BIANCO**

Para os cromônimos cuja entrada é em francês e cujas línguas-de-chegada são o português e o italiano:

**CROMÔNIMO (em francês) [transcrição fonética] (categoria gramatical) (plural irregular) (registro) (área de especialidade). Possibilidades tradutórias: 1. em português. 2. em italiano (sinonímia). Exemplos contextualizados (de corpora) em francês, português e italiano: (fr.): Ex.; (port.): Ex.; (it.): Ex. (autores ou fontes) # Definição em português. SIN. sinônimo em francês. V. REMISSÃO A OUTRO VERBETE**

Exemplo:

**FRUIT VERT** [transcrição fonética] s.m. 1. fruto ou fruta verde. 2. fruta verde. (**fr.**) *Les fruits verts ne sont pas bons à manger* (I); (**port.**) *Na feira, só havia frutas verdes esta manhã* (AD); (**it.**) *I frutti verdi non mi piacciono* (I) # Fruto que ainda não está maduro, nem bom para ser consumido. (**fig.**) menina que ainda não atingiu a maturidade sexual: criança, menina-moça.

Diferentemente das outras propostas de modelos de entrada para dicionários bilíngües apresentadas anteriormente, o nosso modelo procura simplificar a vida do consulente de DBs, dado que busca trazer, além das mais variadas informações no corpo do verbete, uma forma de apresentação mais condizente com as suas necessidades. De fato, a inserção da definição do item lexical se dá ao final do verbete, proporcionando ao pesquisador a opção facultativa de consultá-la ou não. Dessa maneira, o consulente, em sua pesquisa, poderá encontrar rapidamente e de imediato o equivalente tradutório almejado (objetivo esse, por excelência, da consulta a dicionários bilíngües e/ou multilíngües). Além disso, as lacunas que dizem respeito ao uso dos cromônimos pretendem ser sanadas, já que serão fornecidos exemplos nas três línguas em questão e não apenas em uma.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCAINI, Enrico. 1991. *Analisi linguistica e traduzione*. Bolonha: Patron Editore.
- AZEVEDO, Domingos de. 1998a. *Grande dicionário francês-português*, 13ª ed. Venda Nova: Bertrand.
- \_\_\_\_\_. 1998b. *Grande dicionário português-francês*, 11ª ed. Venda Nova: Bertrand.
- BERLIN, B. e KAY, P. 1969. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- BIDERMAN, Maria Tereza C. 1998. O dicionário como norma na sociedade. 161-80. Em *Lexicologia, lexicografia e terminologia: questões conexas. Anais do 1º Encontro Nacional do GT de Lexicologia, lexicografia e terminologia da ANPOLL*, 22-24 abril de 1995, UFRJ. Rio de Janeiro.
- CÂMARA JR., J. M. 1986. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes.
- FERREIRA, Aurélio B. H. 1986. *Novo Aurélio da língua portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- JAKOBSON, Roman. 1995. *Lingüística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
- LONGO, Beatriz N. de O. 2000. Uma proposta de definição para dicionários bilíngües. *Estudos Lingüísticos* 29. 286-91.
- MEA, Giuseppe. 1997. *Dicionário de italiano-português/português-italiano*. Portugal: Porto Editora.
- PARKER, J. e STAHEL, M. 1998. *Password: English dictionary for speakers of Portuguese*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- RÓNAI, Paulo. 1989. *Dicionário francês-português/português-francês*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SCHMITZ, J. R. 1998. A problemática dos dicionários bilíngües. 159-68. Em Oliveira, A. M. P. P. e A. N. Isquierdo (orgs.), *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS.
- SPINELLI, V. e CASASANTA, M. 1988. *Dizionario completo italiano-portoghese (brasiliano) e portoghese (brasiliano)-italiano*. Milão: Ulrico Hoei.
- WENNING, W. 1985. Colours and languages. 691-704. Em P. W. Georg Dorn, *Foundations of logic and linguistics, problems and their solutions*. Nova York: Plenum Press.
- ZAVAGLIA, Adriana. 1998. *Apresentação de um verbete-modelo para a elaboração de um dicionário temático bilíngüe de cores francês-português*. Araraquara, UNESP, mimeo.
- \_\_\_\_\_. 2000. A elaboração de um verbete-modelo para a construção de um dicionário temático bilíngüe de cores francês-português. *Estudos Lingüísticos* 29. 843-48.
- ZAVAGLIA, Cláudia. 1996. *Os cromônimos no italiano e no português do Brasil: uma análise comparativa*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP.
- ZAVAGLIA, Cláudia. 1998. Aspectos semânticos dos cromônimos entre as línguas italiana e portuguesa do Brasil. *Estudos Lingüísticos* 27. 912-17.

## CONSTITUCIÓN Y DEPENDENCIA EN GRAMÁTICA GENERATIVA<sup>1</sup>

### CONSTITUENCY AND DEPENDENCY IN GENERATIVE GRAMMAR

VÍCTOR M. LONGA

*Universidad de Santiago de Compostela*

*ABSTRACT: Principles and Parameters theory made it possible to integrate descriptive and explanatory requirements in an unprecedented way. The shift from a rule-based model to a principle-based model (derivations vs. representations) is usually pointed out as the main reason for that evolution. The present paper concentrates on another shift necessary for the picture to be completed: the shift from constituency to dependency as the basic syntactic relationship; in fact, this shift explains the former one. For that very reason, the main motivation of the raising of the dependential view is analysed: the growing significance of the lexical component from the 1970s. It is argued that the evolution analysed in this paper made possible the abandonment of the burdensome descriptive machinery used in the first stages of Generative Grammar, allowing a drastic reduction on the number of mechanisms, and, therefore, on the number and class of the grammars projected by the theory.*

*KEY WORDS: Constituency; dependency; generative grammar.*

*RESUMEN: El modelo de Principios y Parámetros permitió una integración de los requisitos descriptivos y explicativos que hasta ese momento no había sido posible. Se suele señalar el paso de un modelo basado en reglas a otro*

---

<sup>1</sup> Este trabajo se ha beneficiado en gran medida de comentarios y sugerencias de dos revisores anónimos de *Lingüística*. Por ello, deseo hacer constar mi agradecimiento a ambos.

*basado en principios (derivaciones frente a representaciones) como principal causa de esa evolución. Este trabajo da cuenta de otro gran cambio de perspectiva: el paso de la constitución a la dependencia como relación sintáctica central, que explica en último término el paso de reglas a principios. Para tal fin, se analizará la motivación principal del auge de la óptica dependencial: la importancia creciente del componente léxico a partir de los años 70. En suma, se pretende mostrar que es precisamente la evolución analizada en este trabajo la que mayormente posibilitó el abandono de la onerosa maquinaria descriptiva usada en las primeras versiones de la Gramática Generativa, permitiendo una drástica reducción en el número de mecanismos y por ello, en el número y clase de las gramáticas proyectadas por la teoría.*

*PALABRAS-CLAVE: Constitución; dependencia; gramática generativa.*

## 1. INTRODUCCIÓN

Desde sus comienzos, la Gramática Generativa (desde ahora, GG) ha pretendido integrar dos objetivos básicos y por sus propias características contrapuestos: la descripción de la estructura de las diferentes lenguas y la búsqueda de regularidades subyacentes en ellas; en otras palabras, ha pretendido resolver la tensión existente entre los requisitos necesitados para obtener ADECUACIÓN DESCRIPTIVA y los requeridos para satisfacer la ADECUACIÓN EXPLICATIVA; en palabras de Chomsky y Lasnik (1977: 427):<sup>2</sup>

There is a certain tension between these two pursuits. To attain explanatory adequacy it is in general necessary to restrict the class of possible grammars, whereas the pursuit of descriptive adequacy often seems to require elaborating the mechanisms available and thus extending the class of possible grammars.

Debido al consenso unánime en que la TEORÍA ESTÁNDAR (Chomsky 1965; en adelante, TE) no lograba integrar ambos niveles de adecuación, se inició una investigación que incidió progresivamente en la necesidad de restringir la excesiva cantidad de mecanismos usados por el modelo aludido, hasta llegar

---

<sup>2</sup> Sobre las nociones de adecuación descriptiva y explicativa, cf. Chomsky (1964b: 28, 30 y ss., 1965: 24-26). La integración de ambas exigencias es sin duda alguna el objetivo primordial de la GG desde sus inicios, como afirma Chomsky (1995: 3). Cf. Newmeyer (1996: cap. 7) como exposición de la lucha entre ambas necesidades.

al de RECCIÓN Y LIGAMIENTO (desde ahora, RL) que, frente a la TE, mostraba una restricción acusada.

En tal evolución, uno de los aspectos principales fue el paso de considerar la gramática como un conjunto de diferentes sistemas de reglas a tomarla como un conjunto de principios muy generales e interactivos; en este cambio está involucrado el paso desde las derivaciones, fundamentales en la TE, a las representaciones como objetivos básicos en RL.<sup>3</sup>

En el presente artículo, pretendo incidir en otro gran cambio de perspectiva que, a mi juicio, posibilitó igualmente una gran reducción del aparato expresivo de la gramática, pero al que no se le ha prestado prácticamente atención explícita, cual es la evolución desde un modelo claramente constitutivo como la TE a otro dependencial como RL; en suma, el paso de la CONSTITUCIÓN a la DEPENDENCIA como relación sintáctica central. Precisamente, la importancia de este cambio de perspectiva se acrecienta si, tal como defiende este trabajo, el ocaso de las derivaciones y el auge de las representaciones es un resultado del paso de la constitución a la dependencia.

La estructura del artículo es como sigue: el apartado 2 recapitula los logros obtenidos por la SINTAXIS X-BARRA, entre los que se sitúa la centralidad de la noción de NÚCLEO (fundamental en un enfoque dependencial), mientras que el 3 presenta, de manera esquemática y neutra, las bases sobre las que se asienta un enfoque constitutivo y otro dependencial, aplicando en el apartado 4 tales bases a la TE y a RL respectivamente. El apartado 5 da cuenta del auge de las dependencias a partir de ciertos aspectos dependenciales implícitos en un marco constitutivo. Por su parte, el 6 contextualiza el paso de la constitución a la dependencia, mostrando la relevancia de la HIPÓTESIS LEXICISTA (Chomsky 1970) para tal paso, gracias al auge que a partir de tal hipótesis comienza a tomar el léxico. Si esa hipótesis significa el comienzo del declive de la relación de constitución, en el apartado 7 se incide sobre la eliminación de la constitución incluso como relación derivada (no primitiva), de modo que en ciertos desarrollos de RL se llegó a suprimir cualquier vestigio constitutivo. Finalmente, se ofrecerán las principales conclusiones.

---

<sup>3</sup> Cf. Koster 1981 al respecto, y Longa y Lorenzo 2001 para un estudio detallado de la alternancia cíclica entre derivaciones y representaciones producida en el devenir de la GG, desde la Teoría Estándar hasta el Programa Minimalista.

## 2. IMPORTANCIA Y REPERCUSIONES DE LA SINTAXIS X-BARRA

La formulación de la teoría X-barra, modelo sintagmático que sustituye al conformado por las REGLAS DE RESCRITURA de la TE, supuso una serie de innovaciones realmente importantes. Una de ellas, por ejemplo, consiste en la reconsideración del estatus teórico de las categorías: de ser tomadas como entidades monolíticas se pasó a considerarlas como derivadas de una combinación de dos rasgos básicos, N(ombre) y V(erbo), con una doble opción en cada uno ( $\pm N$ ,  $\pm V$ ; cf. Chomsky 1970); mediante tal reconsideración fue posible establecer generalizaciones que cruzaran por encima de cada categoría aislada, mostrando así similitudes entre cada uno de los cuatro resultados (N, V, A(djetivo), P(reposición)) imposibles de ser captadas en la visión anterior.

Además, la X-barra supuso un importante avance hacia la resolución del conflicto antes señalado entre las necesidades descriptivas y las explicativas, porque incidió beneficiosamente en ambas. Por un lado, logró mejorar la capacidad descriptiva del modelo, que exigía la descripción estructural de las secuencias generadas, al ampliar la exhaustividad de la descripción en las frases; con respecto a ellas, las reglas de rescritura de la TE sólo reconocían el nivel de la categoría léxica y el propio nivel frasal: N y FN, por ejemplo. Sin embargo, la X-barra señala un nivel de proyección intermedio entre ambos, el nivel X', con lo que un segmento como 'coche rojo', que en la TE debía tratarse como una FN sobre la que había actuado alguna regla de elisión del determinante, cuenta en la X-barra con un nivel de proyección específica. Por ello, el nuevo marco ofrece una capacidad descriptiva superior en las descripciones estructurales que ofrece.

Al tiempo, el nuevo modelo sintagmático también repercutió en la obtención de capacidad explicativa, esto es, en la consecución de unos pocos mecanismos muy generales que captaran similitudes interlingüísticas sin que ello significara alejarse de los requisitos descriptivos; estos provocaban en la TE la necesidad de contar con una carga muy fuerte de aparato expresivo, entendido como conjuntos de reglas, pero en igual medida en que tal aparato favorecía la descripción, perjudicaba la explicación. Así, de los dos objetivos principales de la GG relacionados directamente con la adecuación descriptiva y explicativa, ofrecer una teoría de la competencia lingüística (estado final) y de la adquisición (estado inicial), la TE sólo pudo dar cuenta del primero, pero no del segundo.<sup>4</sup> De este modo, la excesiva profusión de mecanismos signifi-

<sup>4</sup> En otras palabras, la TE no pudo formular una teoría explicativamente adecuada; cf. sobre esta carencia D'Introno (1985: 29), Graffi (1979: 321), Kimball (1973: xvi) y

caba un excesivo número de posibilidades al alcance del aprendiz, vetando una respuesta plausible al PROBLEMA DE LA PROYECCIÓN (Peters 1972; Baker 1979).

Sin embargo, el aparato expresivo, usado para obtener adecuación descriptiva, no sólo motivó la imposibilidad de acceder a dominios explicativos, sino que incidió de manera muy negativa en el propio ámbito descriptivo, porque provocaba una sobregeneración de descripciones estructurales, de manera que unos mismos hechos podían ser tratados mediante diferentes descripciones sin que se pudiera decidir entre ellas. Un ejemplo clásico sobre esta situación indeseable es el orden de palabras en alemán, donde la posición de V varía según aparezca en una secuencia matriz o incrustada, como se aprecia en este ejemplo (Haegeman 1991: 529):

... dass Karl das Buch kauft	Karl kauft das Buch
que Karl el libro compra	Karl compra el libro

Este orden relativo recibió dos distintos tratamientos, Bach 1962 y Ross 1970 (escrito en 1967). Bach propone una estructura subyacente en la que V es generado siempre en posición final; la regla de rescritura relevante es:

$FV \rightarrow FN V$

Este orden subyacente da cuenta de manera directa de las secuencias incrustadas, donde V está en posición final, pero no de las matrices; por tanto, en estas Bach propugna una transformación que eleva V desde la posición final a la segunda.

Por el contrario, Ross sostiene el siguiente orden subyacente básico:

$FV \rightarrow V FN$

Tal propuesta, frente a la de Bach, da cuenta de los dominios matrices, donde V aparece en segunda posición, pero no de los incrustados, por lo que Ross propone para estos últimos una transformación mediante la que V pasa a ocupar la posición final.

Así, ambos análisis dan cuenta, de manera correcta pero contraria, de los mismos fenómenos, no existiendo criterio para decidir qué componente de la base del alemán debe ser primado. En otras palabras, el modelo sobregeneraba,

---

Wasow (1985: 195, nota 4) entre otras referencias. Tal cuestión se trata por extenso en Longa 1999.

conclusión demostrada matemáticamente en Peters y Ritchie 1971, 1973, para quienes tal sobregeneración se debe a (1) el excesivo poder de las reglas de rescritura y transformacionales, y (2) la interacción de ambos tipos de reglas, que podía ser variable, primado las transformaciones sobre las reglas de rescritura o viceversa. Nótese que la situación señalada es una clara paradoja: por un lado, el poder del aparato expresivo provoca en apariencia la satisfacción de la adecuación descriptiva (aunque vete la explicativa), pero ese mismo poder se vuelve en contra de los fines descriptivos para los que fue creado, al posibilitar diferentes descripciones estructurales entre las que no se puede elegir.

La X-barra solventa ese grave defecto en lo que le atañe, al eliminar una de las principales causas del gran poder expresivo, las reglas de rescritura, ya que de la multiplicidad de estas se pasa a un esquema único (adaptado de Jackendoff 1977: 17):

X'' → Especificador X'

X' → X Complemento

Por ello, la X-barra es un formalismo lo suficientemente permisivo como para dar cuenta de la extensa variedad de estructuras de las lenguas y al tiempo restringido como para recoger las coincidencias estructurales: independientemente del tipo concreto de categoría, todas ellas se proyectan de manera estructuralmente idéntica.

La eliminación de las reglas de rescritura es un logro relevante, porque significa que la unión estrecha entre el aparato expresivo y el poder descriptivo, existente hasta la X-barra, se rompe mediante ella; si en la TE un aumento en la capacidad descriptiva era sólo posible aumentando el poder expresivo (lo cual implicaba mecanismos muy particulares), la X-barra representa la ruptura de la correlación directa entre los mecanismos y el poder descriptivo y, por ello, el comienzo de la integración efectiva de los requisitos descriptivos y los explicativos.

Aunque las repercusiones señaladas tienen una innegable importancia, ninguna de ellas sea quizás tan primordial como el aspecto que constituye el principal objetivo del trabajo: el cambio de perspectiva que supuso la X-barra con respecto a las relaciones sintácticas especificadas como primitivos teóricos,<sup>5</sup> puesto que si las reglas de rescritura reflejaban las relaciones constitu-

<sup>5</sup> Por 'primitivo teórico' entenderé una noción, entidad, relación, etc., que no deriva de ninguna otra, ni directa ni indirectamente.

tivas,<sup>6</sup> la X-barra hace lo propio con las dependenciales (a pesar de su apariencia constitutiva; cf. apdo. 7), al situar en un lugar central la noción de núcleo así como el que ciertos elementos sean exigidos o seleccionados por él. Antes de abordar este aspecto son necesarias algunas cuestiones previas.

### 3. CONSTITUCIÓN Y DEPENDENCIA: ASPECTOS GENERALES

Siguiendo a Rojo y Jiménez Juliá (1989: 39), existen dos tipos básicos de macro-relaciones mediante las que se puede enfocar el estudio de la estructura de las secuencias: el primero atiende a las relaciones que un elemento E perteneciente a una oración O mantiene con O de manera global, mientras que el segundo se centra en las relaciones establecidas entre E y otro elemento F, también presente en O. En el primer caso, el enfoque se constituye como 'TODO-PARTE' y en el segundo, como 'PARTE-PARTE'. La posibilidad de explicar la estructura de las secuencias mediante los dos tipos de relaciones se traduce, respectivamente, en la constitución y en la dependencia.<sup>7</sup>

Sin embargo, es necesario concretizar más, puesto que atendiendo a la macro-relación 'todo-parte' o 'parte-parte' no sólo resultan las relaciones constitutivas y dependenciales, sino también las funcionales y secuenciales respectivamente (de ahí precisamente el carácter de macro-relación de ambos enfoques).

La constitución pretende dar cuenta de la estructura secuencial mediante el establecimiento de la relación existente entre un elemento y el conjunto en el que se integra (Matthews 1981: cap. 4). Así, se llega a deducir la estructura constitutiva mediante el esclarecimiento de tales relaciones en los diferentes niveles y subniveles jerárquicos, desde los más altos hasta los más inclusivos; en otros términos, desde O hasta las categorías léxicas, pasando por las estructuras frásticas. Por tanto, esta relación se emplea en marcos analíticos, puesto que desciende desde la secuencia como bloque a cada una de sus partes constituyentes. Desde otra perspectiva, la constitución supone establecer jerarquías entre los constituyentes y las agrupaciones de estos, junto al grado de tales jerarquías (si tal grado es el mismo para dos elementos, estaremos ante una coordinación, etc.).

---

<sup>6</sup> Debe quedar claro que no identifico el conjunto de reglas de rescritura con la propia relación de constitución, sino que tal relación es patentizada por medio de esas reglas.

<sup>7</sup> Téngase en cuenta que Rojo y Jiménez Juliá usan la denominación de 'relación conectiva' para lo que aquí se denomina relación dependencial, en un sentido no exactamente equivalente.



En cuanto a la relación 'parte-parte' que aquí interesa, las relaciones dependenciales dan cuenta de los mecanismos de dominio y selección establecidos entre los diferentes constituyentes; tales mecanismos reflejan que unos elementos pueden seleccionar a otros, y otros ser seleccionados por los primeros; en términos tradicionales, como señala Matthews (1981: 78), subordinación de un elemento con respecto a otro (por ejemplo, N con respecto a V en una FV).

Debe notarse que, aunque la dependencia goza de un marcado carácter de relación 'parte-parte', esto no significa que no sea posible dar cuenta de la estructura global de la secuencia, la cual se alcanza por medio de la determinación de la relación existente entre cada una de las partes, teniendo en cuenta los diferentes dominios jerárquicos. Por ello, en un enfoque dependencial, la filosofía del análisis es la contraria que en la constitución: si en esta el todo se va descomponiendo en partes cada vez más inclusivas jerárquicamente, en el marco dependencial se va configurando la tela de araña que implica la red dependencial global a partir de la determinación de las relaciones entre los elementos nucleares, de manera que se alcanzan unidades cada vez mayores jerárquicamente.

En el siguiente apartado se caracterizarán los modelos de la TE y RL como constitutivo y dependencial respectivamente, si bien será preciso matizar la generalidad con la que se han presentado los marcos constitutivo y dependencial (sobre todo, el segundo).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A este respecto, un revisor de *Lingüística* sugiere que la presentación de la relación dependencial efectuada en el presente apartado no se puede aplicar estrictamente a la GG, al no aludirse explícitamente a un rasgo central, cual es la formalización de las condiciones estrictas de localidad en las que las dependencias se establecen. Como veremos en el apdo. 4, donde se subsanará lo señalado por el revisor, precisamente la relación dependencial en GG (concretamente, en RL) se diferencia de la mayor parte de otros marcos dependenciales por el establecimiento de unas relaciones muy estrictas de localidad. La razón de esta centralidad de la localidad se percibe si se piensa en la importancia de los marcos de subcategorización, que, como señala Rouveret (1987: 19), sólo pueden aplicarse dentro de un dominio local: V con respecto a FV, etc.

#### 4. RELACIONES SINTÁCTICAS EN GRAMÁTICA GENERATIVA

##### 4.1. Relaciones sintácticas en la Teoría Estándar: constitución, tipos de unidad y reglas de rescritura.

En la TE se postulaban tres componentes, sintáctico, semántico y fonológico (cf. Chomsky 1965: 16), de los cuales sólo el primero era generativo, mientras que los otros dos tenían un carácter interpretativo. El componente sintáctico estaba conformado por dos subcomponentes: el de las reglas de la base y el transformacional. El primero reúne el conjunto de reglas de rescritura que explicitan la estructura de las secuencias, junto a otros tipos de reglas necesarios para obtener estructuras profundas (de subcategorización y de inserción léxica). Es este subcomponente el que dispone de la misión específica de generar, puesto que el transformacional 'regenera', alterando la estructura profunda en su derivación hacia la superficial correspondiente.

Por tanto, es el subcomponente de la base el dominio en que se establecen las relaciones sintácticas, al residir en él la gestación de las estructuras latentes. De hecho, la generación está vinculada a la especificación de un tipo de relaciones sintácticas, junto a la especificación categorial, de tipo de unidad, que constituye una información básica, un elemento primitivo de la gramática.<sup>9</sup> La visión categorial en la TE implica la existencia de un elenco supuestamente universal de tipos de unidades (no diferentes en esencia de las postuladas en la tradición gramatical). Además, las relaciones constitutivas se presentan como el otro elemento primitivo de la gramática, constituyendo, pues, las únicas relaciones sintácticas primitivas.<sup>10</sup> Téngase en cuenta, a este respecto,

---

<sup>9</sup> Aunque tal especificación categorial es en ese estadio abstracta, aún independiente de piezas léxicas concretas, insertadas posteriormente por medio de las reglas de inserción léxica.

<sup>10</sup> Otras relaciones pueden ser extraídas a partir de la constitución, como las funcionales (cf. Chomsky 1965: 68-69, donde se apunta su estatus redundante) o las secuenciales, entendidas como aplicadas sobre la estructura superficial, no sobre la profunda (cf. Chomsky 1965: 221, n. 32). En este sentido, los dos tipos de relaciones mencionadas son elementos derivados.

que el tipo de unidad es en sí mismo absolutamente neutro ante la especificación de cualquier relación.<sup>11</sup>

Por tanto, la información categorial, del tipo de unidad, se refleja en las reglas de rescritura, pero en ellas, además, también aparece especificada la relación de constitución (cf. nota 6). Por tanto, las reglas de rescritura, que pretenden ser una traslación a términos formales (como explicitación) de la competencia, en la misma medida hacen explícita la estructura constitutiva de las secuencias, desde el nivel jerárquicamente más alto (O) hasta el más bajo, de las categorías léxicas, pasando por los diferentes tipos de frases, y señalando en cada momento el tipo de unidad de cada secuencia o segmento.

Si consideramos algún ejemplo de reglas de rescritura, como

$$O \rightarrow FN \text{ FV} \quad FN \rightarrow \text{Det } N$$

se podrá comprobar lo afirmado: ambas reglas se nutren de información relativa al tipo de unidad, pero tal información aparece insertada en un marco en el que se refleja también la estructura constitutiva, no siendo derivable la segunda a partir de la primera. Por tales razones, la TE es un marco constitutivo.

#### 4.2. Relaciones sintácticas en Rección y Ligamiento: dependencias y la sintaxis X-barra

En RL, las relaciones sintácticas básicas se aplican en el equivalente del subcomponente de la base de la TE, de modo que la conformación de la ESTRUCTURA-P se hace con arreglo a tales relaciones. La X-barra es decisiva a este respecto; si bien constituye un sistema de (metar)reglas de rescritura, la relación básica no es la constitución, como se podría esperar, sino la dependencia. En el apdo. 7 se tratará esa aparente contradicción. Por el momento, se justificará por qué RL es un modelo dependencial.

Frente a la TE, el auge de las dependencias en RL se debe a la elevación a un lugar central de la noción de núcleo (cf. Chomsky 1981), presente de manera decisiva en la X-barra. La visión sostenida en RL es como sigue: un núcleo

---

<sup>11</sup> No es posible defender, pues, que la información constitutiva se pueda derivar de la información categorial, porque esta última se limita a un conjunto de unidades a partir de las que no se puede conocer de manera mecánica ningún tipo de relación. Como señalan Rojo y Jiménez Juliá (1989: 58), 'Lo que no cabe en modo alguno es un marco sintáctico en el que las relaciones no sean primitivos teóricos, esto es, donde se llegue a las relaciones a partir de otros conceptos teóricos (por ejemplo, los tipos de unidad)'.

(léxico o funcional) se expande o proyecta por medio de los RASGOS DE SUBCATEGORIZACIÓN (semánticos y categoriales) presentes en su entrada léxica; por ello, tales rasgos posibilitan que el elemento nuclear reclame los constituyentes que pueden o deben aparecer con él y que por lo mismo estarán a él supeditados: complementos y/o especificadores. Los núcleos y los elementos que seleccionan conforman las proyecciones de tales núcleos; de aquí se deriva la noción de dependencia propia de RL, que complementa la presentación del apdo. 3 (cf. nota 8): si un núcleo ejerce su dominio sobre un ámbito determinado, será necesario reflejar ese ámbito de actuación; de ahí la necesidad de formalizar las relaciones estrictas de localidad aplicadas a la dependencia, lo cual se traduce en la noción de MANDO-C y especialmente en la de RECCIÓN.

La noción de mando-c (adaptada de Reinhart 1976: 148)<sup>12</sup> estipula que

*x* manda-c a *y* si el primer nudo ramificado *x'* que domina a *x* también domina a *y* o es inmediatamente dominado por *x*<sup>2</sup> que domina a *y* y *x*<sup>2</sup> pertenece al mismo tipo categorial que *x'*.

Como se apreciará, tal noción alude a las relaciones jerárquicas estructurales en general, previas a la delimitación de las relaciones dependenciales; muchas de las relaciones implicadas en una estructura se producen entre pares de elementos, uno de los cuales es jerárquicamente inferior o superior al otro,<sup>13</sup> siendo el mando-c quien fija tal jerarquía estructural. Sin embargo, esa noción resulta claramente insuficiente para demarcar las relaciones dependenciales mediante dominios de localidad muy acotados: aunque el límite superior del mando-c es muy estricto (primer nudo ramificado o primera proyección máxima; cf. nota 12), no existe un límite inferior, ya que una categoría puede mandar-c a un número muy alto de constituyentes. Pero esa irrestricción ataca la intuición de que las dependencias se establecen en dominios sintácticos muy acotados. Precisamente, la noción de rección (formulada en Chomsky 1980: 25) subsana

<sup>12</sup> Que deriva de la de 'PRECEDENCIA Y MANDO' (Langacker 1969: 169-70), si bien este autor solamente perseguía dar cuenta de las relaciones de correferencia entre pronombres, en especial los de tipo anafórico. Por otro lado, en Aoun y Sportiche (1983: 224) se presenta una noción algo diferente de mando-c, donde el límite superior lo constituye la primera proyección máxima en vez de el primer nudo ramificado.

<sup>13</sup> En dos sentidos: superior por estar situado en un lugar más alto en jerarquía en la estructura o superior por su mayor importancia a la hora de establecer las relaciones (como es el caso de los núcleos con respecto a los elementos exigidos por ellos). Ambos sentidos no están muy separados, porque el segundo consiste en una aplicación del primero a segmentos estructurales bien acotados.

la excesiva permisividad del mando-c, formalizando el hecho de que los rasgos de subcategorización sólo son relevantes en dominios locales. Por tanto, la rección constituye una acotación del mando-c a los dominios en que se produce la selección de unos elementos con respecto a otros. De ahí que, según Brucart (1987: 28), el mando-c es condición necesaria, pero no suficiente, para caracterizar las relaciones de dependencia sintáctica.

Para Chomsky (1981: 63), la rección debe especificar tres clases de condiciones: (1) sobre los elementos rectores, de modo que si el rector es un elemento del que dependen otros por medio de la subcategorización, tal rector deberá pertenecer a la clase de los núcleos (N, V, A, P, Comp y Flex);<sup>14</sup> (2) sobre los elementos regidos, que son los exigidos o reclamados por los núcleos mediante la subcategorización, y (3) condiciones estructurales sobre la relación de rección, que aluden precisamente a que las dependencias establecidas entre elementos deben producirse en dominios acotados. Tales necesidades son satisfechas por medio de la definición de rección adaptada de Chomsky (1981: 164-65):

$\alpha$  rige a  $\gamma$  en

$[\beta \dots \gamma \dots \alpha \dots \gamma]$ , donde

(i)  $\alpha = X^0$

(ii)  $\varphi$  es una proyección máxima, si  $\varphi$  domina a  $\gamma$ ,  $\varphi$  domina a  $\alpha$

(iii)  $\alpha$  manda-c a  $\gamma$

Así pues, la noción de rección, central en RL, deriva de la importancia del concepto de núcleo y de las condiciones de subcategorización por las que el núcleo selecciona elementos que conforman los diferentes niveles de proyección categorial (intermedia y máxima). Tras todo ello, no será difícil concordar en que la dependencia es la relación sintáctica básica o primitiva en el modelo RL.

## 5. DE LA CONSTITUCIÓN A LA DEPENDENCIA

Tras haber presentado en el apartado previo la contraposición existente entre la TE y RL con respecto a las relaciones sintácticas primitivas en cada caso, abordaré el proceso por el cual la constitución ha cedido su relevancia

<sup>14</sup> Tanto léxicos (los cuatro primeros) como funcionales (los dos restantes); téngase en cuenta que en esos momentos todavía no se había producido la formulación generalizada de los núcleos funcionales. Sobre el estatus del núcleo P, cf. Lorenzo y Longa (1996: 56-58).

a la dependencia. Tal proceso se puede sintetizar fundamentalmente en dos aspectos: generalizar y extender la noción de núcleo, presente de modo implícito en la mayor parte de reglas de rescritura, y hacer realmente operativos los rasgos de subcategorización en el propio léxico, componente al que de hecho pertenecen.

### 5.1. Dependencias implícitas en las reglas de rescritura

En Chomsky (1965: 60) se formulan dos diferentes sentidos del poder generativo de una gramática: CAPACIDAD GENERATIVA DÉBIL y CAPACIDAD GENERATIVA FUERTE; la primera consiste en la simple generación de las secuencias de una lengua, mientras que la segunda asigna a cada una de ellas una descripción estructural, mediante la que será posible intentar establecer generalizaciones a través de estructuras diversas.

Centrándonos en la capacidad generativa fuerte, como se señaló, tal nivel exige que la gramática ofrezca para cada secuencia una descripción de su estructura. Esa especificación se realizaba en la TE mediante reglas de rescritura (obviando ahora las descripciones estructurales derivadas de la aplicación de transformaciones), lo cual implica que en tales reglas estaban presentes dos informaciones: estructura constitutiva y tipo de unidad (cf. apdo. 4). Esto es relevante con relación a un aspecto: la posibilidad de extraer información dependencial a partir de la constitutiva; en otras palabras, existen aspectos dependenciales reflejados de manera implícita en las reglas de rescritura.

Con respecto a la comparación que efectúa Matthews (1981: cap. 4) de la constitución y la dependencia, este autor se plantea la posibilidad de extraer información dependencial a partir de la constitutiva y viceversa. Para ello, utiliza las nociones de EQUIVALENCIA DÉBIL (dos modelos dispondrán de ella en igual medida si pueden generar el mismo corpus de secuencias) y EQUIVALENCIA FUERTE (que describe la estructura de cada secuencia). Ambas nociones equivalen, por tanto, a las de capacidad generativa débil y fuerte. Con respecto a la equivalencia fuerte, Matthews (1981: 84) escribe que

Is there anything we can say in a dependency grammar that we cannot also say, in substance, in a phrase structure grammar? Conversely, is there anything we can say in a phrase structure grammar that we cannot also say, in substance, in a dependency grammar? If both answers are no, the models are strongly equivalent.

Matthews afirma que la segunda opción, deducir las dependencias desde la constitución, no es posible, porque a partir de una secuencia en la que se refleja su estructura constitutiva como [x [y z]] no hay modo de determinar las dependencias establecidas entre los diferentes constituyentes (Matthews 1981: 84-85).

Puesto que Matthews se refiere a la equivalencia fuerte, no a la débil, evidentemente su afirmación se debe entender como referida a ese nivel fuerte. Sin embargo, su conclusión de que las dependencias no se pueden derivar a partir de la constitución no parece correcta, teniendo en cuenta que define la equivalencia fuerte como una adscripción de la estructura de la secuencia, no como una mera especificación de la ristra de elementos léxicos que forman tal secuencia. De hecho, si esa conclusión mencionada aludiera a la equivalencia débil, sería acertada, porque efectivamente no hay modo de decidir desde un punto de vista mecánico, como reclama el propio Matthews (esto es, no basado en intuiciones ni conocimientos lingüísticos) sobre la dependencia de unos elementos con respecto a otros teniendo en cuenta los aspectos de la estructura constitutiva; si tomamos una como

[el [niño]]

a partir de tal estructura constitutiva, expresada mediante los corchetes, no es posible sonsacar ninguna información dependencial: qué elemento reclama al otro.

Pero en el nivel de la equivalencia fuerte ya no sucede lo mismo; de hecho, no es difícil mostrar que a partir de la constitución sí se puede obtener información dependencial de manera mecánica. La razón reside en que Matthews no tiene en cuenta las dos informaciones que conforman la capacidad generativa fuerte (constitución y tipo de unidad), de manera que atiende sólo a la primera pero no a la segunda, aunque el tipo de unidad forma parte también del nivel de equivalencia fuerte en el que Matthews se sitúa. Lo señalado se percibe diáfamanamente en bastantes reglas de rescritura, mecanismos usados por el propio Matthews. Si reflejamos la descripción estructural del ejemplo anterior 'el niño',

FN → Det N

Vemos que en tal descripción se patentiza el tipo de unidad del conjunto y de cada parte, junto a la estructura constitutiva. Pero notemos que sí es posible obtener, de manera mecánica, información dependencial implícita en tal nivel de la equivalencia fuerte; si revisamos la regla aludida, tenemos que en

ella un elemento determinado en cuanto al tipo de unidad, como N, pertenece a la misma clase categorial que toda la estructura, si bien en niveles diferentes (léxico vs. frasal). Esa coincidencia no es casual, porque N conforma a su imagen y semejanza categorial la estructura en la que aparece; en otros términos, quien imprime su sello a la estructura. Por tanto, en el nivel de la equivalencia fuerte se pueden deducir mecánicamente las dependencias a partir de la constitución, expresada mediante el formalismo de las reglas de rescritura, frente a lo sostenido por Matthews, ya que el marco, que expresa la constitución, también expresa el tipo de unidad.

El paso de la constitución a la dependencia, desde la TE a RL, consiste en generalizar la mencionada información implícita que aparece en la capacidad generativa fuerte por medio de la X-barra en los casos en los que está involucrada una categoría léxica<sup>15</sup> (por tanto, exceptuando O<sup>16</sup>). Tomemos

come serpientes  
 en los bosques  
 difícil de realizar

Si nos situamos en el nivel de la equivalencia fuerte, el resultado sería respectivamente:

---

<sup>15</sup> Un revisor de *Lingüística* apunta un posible problema para la visión defendida: el hecho de que, dependiendo del tipo de proyecciones defendidas en cada caso, sea posible considerar como núcleo del segmento analizado ‘niño’ (produciendo una FN) pero también ‘el’ (resultando una frase determinante). Tal aspecto apuntado por el revisor, que se sigue para las categorías funcionales (pues en ellas no es posible en la mayor parte de casos la deducción mecánica), no se aplica en todo caso a las categorías léxicas, las cuales estuvieron en el origen de la X-barra; todo el elenco de categorías funcionales fue postulado posteriormente. De hecho, el sentido defendido aquí es el que se ofrece en D’Introno 1988 y Radford 1981 entre otros (cf. *infra*).

<sup>16</sup> El estatus de O merece un comentario, ya que es la única de las cinco categorías principales señaladas desde los comienzos de la GG que no se atiene a la deducción mantenida. De hecho, en una regla como ‘O → FN (Aux) FV’ no existe ningún elemento predominante que conforme el todo resultante en virtud de sus rasgos específicos. Por ello, durante bastante tiempo O constituyó el caballo de batalla de la X-barra, de manera que esa categoría se pudiera someter al esquematismo uniforme de la estructura sintagmática. Tal sometimiento se consigue en Chomsky (1986b: 2-4), asumiendo la presencia de un núcleo en O (flexión) capaz de conformar sus proyecciones sucesivas de manera estructuralmente idéntica al modo en que lo hace el resto de elementos nucleares. Por esta razón, Chomsky 1986b representa la extensión absoluta del enfoque dependencial.



FV → V FN

FP → P FN

FAdj → Adj FP

En estas reglas, es de nuevo posible deducir aspectos dependenciales implícitos en la información ofrecida por las descripciones estructurales realizadas, que, como se ha señalado, consta de aspectos constitutivos y de aspectos referidos al tipo de unidad. Un elemento V origina una proyección FV en el primer caso, mientras que P y Adj crean dos proyecciones (FP y FAdj) en las que son los elementos centrales. En los tres casos, pues, un elemento ofrece una impronta a la estructura en la que aparece.

En cada una de esas estructuras existe un elemento que se presenta como constante y otros que constituyen variables. Si consideramos

el niño rico

el niño que criamos

sentía la fiebre

sentía que me mareaba

cuyas descripciones estructurales son

FN → Det N Adj

FN → Det N O

FV → V FN

FV → V O

En cada uno de los dos tipos de frases implicados (FN y FV) existe un elemento que se repite, junto a otros, variables, y por ello, dependientes de los elementos constantes. Así, el estatus de FN y FV de las cuatro proyecciones deriva precisamente del elemento principal. En palabras de Radford (1981: 102),

What is needed in order to disallow such 'impossible' rules as (72) and (73) [(72) FN → F FV; (73) FV → Det N; VML] is clearly a convention that will ensure that a Noun Phrase contain a head Noun, a Verb Phrase contain a head Verb, an Adjectival Phrase contain a head Adjective, a Prepositional Phrase contain a head Preposition [...].

Por tanto, la conformación de cada estructura no se produce al azar, sino de manera dirigida, precisamente, por factores relacionados con dependencias, aunque sean las relaciones constitutivas las básicas.

En el apdo. 2 se mencionaron las principales repercusiones de la adopción de la X-barra. Este modelo sintagmático constituye un esquema unitario que posibilita el establecimiento de generalizaciones sobre las reglas de rescritura y sobre las categorías, mediante el supuesto de que todas las categorías, a pesar de sus contenidos divergentes, se proyectan de manera estructuralmente idéntica. Planteando la cuestión por pasiva, se ha visto que en las reglas rescriturales referidas a las categorías léxicas existía un rasgo común: en cada una, un elemento determinaba el tipo de frase en el que estaba implicado. Por tanto, la cuestión relevante, formulada desde la óptica de tales reglas de rescritura, es: ¿qué sucede si, abstrayendo los diferentes tipos categoriales, se generaliza el que en cada regla en las que está implicado decisivamente un elemento léxico (esto es, no funcional) hay un constituyente que determina el estatus categorial de la construcción? Si se acepta la respuesta que subyace a la pregunta, se está aceptando que un elemento de clase X conformada una proyección también integrada en esa clase X, si bien de un nivel superior. Desde esta óptica, estamos ya explicitando la información dependencial implícita en el nivel de la capacidad generativa fuerte, de manera que se llega a la noción de núcleo de una construcción, concepto central de la X-barra, que predice que un elemento de clase X deberá tener en su interior a la fuerza otro elemento también integrante de X, aunque de nivel jerárquico inferior.

Por ello, tanto en las reglas de rescritura no oracionales de la TE como en el esquema de la X-barra se advierte la noción de núcleo; la diferencia reside en que en las primeras, el elemento nuclear debe deducirse a partir de la información constitutiva y de tipo de unidad, de modo aislado y específico a cada regla (de ahí que la información dependencial sea implícita). Frente a esto, la X-barra no sólo generaliza esa información dependencial, sino que la exige, situándola en un lugar central en cuanto a las relaciones sintácticas. Desde esta perspectiva, el esquema de la X-barra es una generalización que hace explícito lo implícito, aunando lo que en cada una de las reglas de rescritura no oracionales debía extraerse indirecta y aisladamente:

Generalización de la X-barra:

Generalícese el hecho de que un elemento categorial perteneciente a la clase de los núcleos léxicos da su estatus (mediante la identidad de rasgos categoriales) a la estructura en que aparece.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Cf. también D'Introno (1979: 35 y ss.) al respecto. Por otro lado, en D'Introno (1988: 57) se aplica tal idea a un marco en donde ya aparece explícitamente la noción de rección: 'Esta relación [de rección; VML] se establece dentro de cada sintagma que, como

Frente a las reglas de rescritura, donde cada frase hereda por separado la impronta que un elemento le ofrece, mediante la X-barra tal hecho es generalizado con la formulación y formalización de las características comunes a todas las estructuras, como sobre todo, la existencia de un núcleo que conforma su proyección categorialmente y la identidad estructural de las proyecciones, independientemente de la clase categorial a la que pertenezca un núcleo específico.

## 5.2. Hacia la operatividad de la subcategorización en el dominio léxico

El segundo de los factores que favorecieron el paso desde un marco constitutivo a uno dependencial fue la reconsideración del lugar en el que debían ser operativos los rasgos de subcategorización, pasando a ser aplicados en su verdadero dominio, el del léxico.

Chomsky (1965: 123) define las reglas de rescritura de este modo:

We have defined the categorial component as the system of rewriting rules of the base — that is, the system of base rules exclusive of the lexicon and the subcategorization rules that we, for the present, regard as belonging to the lexicon.

Nótese que en esta cita se señala que las reglas de subcategorización pertenecen al dominio del léxico, ya que en él se especifican tantos las piezas léxicas como sus rasgos, mediante los que unos elementos pueden ser seleccionados por otros.<sup>18</sup> Sin embargo, el léxico era en la TE un dominio pasivo, un mero repertorio de elementos y de rasgos asociados. Por ello, las reglas de subcategorización trascienden el ámbito de lo meramente léxico, siendo aplicadas en el subcomponente de la base, donde se muestran activas para legitimar las estructuras generadas por las reglas de rescritura.

Las reglas de subcategorización son definidas así por Chomsky (1965: 112-13):

---

sabemos, contiene una categoría léxica constante, de la cual el sintagma es una extensión. Por ejemplo, SN es la extensión de la categoría N; SV es la extensión de la categoría V [...].

<sup>18</sup> En este sentido, señala Rouveret (1987: 18) que las reglas de subcategorización de la TE son una primera tentativa de reflejar nociones dependenciales o de rección, de manera formal, pero muy primitiva.

Subcategorization rules may be context-free [...] or context-sensitive [...]. Among the context-sensitive subcategorization rules we have, furthermore, distinguished two important subtypes, namely strict subcategorization rules [...], which subcategorize a lexical category in terms of the frame of category symbols in which it appears, and selectional rules [...], which subcategorize a lexical category in terms of syntactic features that appear in specified positions in the sentence.

El papel de este tipo de reglas es muy importante, porque vigilan la sobregeneración que un sistema de reglas de rescritura, sin restricciones adicionales, causaría. En otros términos, las reglas de rescritura son condición necesaria pero no suficiente para generar las secuencias gramaticales de una lengua. Imaginemos una gramática muy reducida que tenga reglas categoriales como:

O → FN FV  
 FN → Det N  
 FV → V FN

E imaginemos que se estipula para esa gramática un lexicón conformado por los siguientes elementos, relacionados con las categorías:

Det: {el}  
 N: {muchacho, plátano}  
 V: {devorar, transcurrir}

Si sustituimos los elementos situados a la derecha de la flecha de las reglas de rescritura por las piezas léxicas adecuadas (eludiendo, pues, la especificación de las categorías como símbolos complejos abstractos), podremos generar

El muchacho devora el plátano

Pero, a la vez, se generará igualmente

El plátano devora (a) el muchacho<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> La preposición 'a' no atenta contra la posibilidad de generar esa secuencia, porque en la TE era introducida no en la base, sino por medio de una regla transformacional.

Esta posibilidad se deriva de que un sistema generativo de ese tipo es irrestricto sin otro tipo de especificaciones adicionales. Tales especificaciones son, precisamente, las reglas de subcategorización, mecanismos que vigilan *a posteriori* el resultado de la generación. Por medio de ellas, se asegura que las piezas léxicas sean seleccionadas de modo adecuado a sus rasgos, especificados junto a ellos en el léxico (pero no operativos en este nivel, aspecto central de la discusión, que retomaré en breve).

En la cita anterior, Chomsky aludía a dos tipos de reglas de subcategorización dependientes del contexto: estrictas y seleccionales. Las primeras especifican, mediante adyacencia estricta, las posibilidades categoriales de selección entre constituyentes inmediatos.. Por ejemplo, mediante una regla como

V, \_\_\_ FN

Se indica que V selecciona una FN; por tanto, V debe ser transitivo. Por otro lado, las reglas seleccionales aluden a restricciones de coaparición desde el punto de vista de la selección sintáctico-semántica. Si tomamos las secuencias (generadas a partir del ejemplo anterior)

el muchacho transcurre el plátano  
el plátano devora (a) el muchacho

las reglas estrictas bloquearían la primera de ellas, porque un V intransitivo no puede seleccionar de manera inmediata (como objeto) una FN; sin embargo, las reglas estrictas no pueden vetar la segunda secuencia, porque en ella un V selecciona una FN siendo V transitivo. Tal veto es realizado por las reglas seleccionales, que especifican que el V 'devorar' no puede coaparecer con un sujeto {-animado}.

Tras lo expuesto, el cometido de ambos tipos de reglas subcategorizadoras es diáfano: seleccionar elementos mediante la compatibilidad de sus rasgos; lo relevante consiste en que esa selección es efectuada por un elemento específico sobre otros (en el ejemplo, V selecciona una FN como objeto). No sólo, por tanto, se pueden percibir dependencias implícitas en la constitución (mediante el nivel de la equivalencia fuerte), sino también en la subcategorización. Sin embargo, las dependencias relacionadas con la subcategorización están fuera del dominio al que en realidad pertenecen, esto es, fuera del léxico, que es pasivo, con lo cual no pueden ser en él operativos. Esto significa que las dependencias bosquejadas por la subcategorización dependiente del contexto se aplican fuera del ámbito al que pertenecen; se aplican sobre un marco en el

que las relaciones básicas son las constitutivas, tras haberse hecho ya la generación.

En RL esta cuestión ha variado sustancialmente: el auge de las dependencias, que supuso el de la noción de núcleo, exigió de igual manera hacer operativos en el propio léxico los rasgos mediante los que el núcleo puede seleccionar elementos.

En este modelo, se postulan tres tipos de rasgos: (1) inherentes, que reflejan el estatus categorial del elemento mediante su descomposición en rasgos, (2) categoriales (o léxico-sintácticos en términos de Zubizarreta 1987), que especifican los elementos categoriales con los que el núcleo es compatible para conformar sus proyecciones, siendo trasvasados a la sintaxis por medio de la X-barra, y (3) temáticos (léxico-semánticos para la referida autora), que especifican la estructura argumental del núcleo y sobre todo, cómo se inserta la estructura temático-argumental en la estructura sintáctica. Así, una pieza léxica como 'colocar' tiene una entrada como la que se representa:

colocar:            [+V, -N]  
                       [\_\_\_ FN FP]  
                       [AGENTE, tema, locativo]<sup>20</sup>

Por tanto, los núcleos necesitan, para conformar proyecciones, que los rasgos de subcategorización operen en el mismo lugar en que lo hacen los núcleos, en el propio léxico. De este modo, en RL el léxico ha ganado un considerable poder del que carecía en la TE; en otras palabras, en RL el léxico pasa a desempeñar un papel fundamental en la generación.

Así pues, los dos aspectos estudiados en este apartado, la generalización de las dependencias implícitas en el nivel de la equivalencia fuerte o capacidad generativa fuerte (lo que implica la extensión de la noción de núcleo) y la operatividad en el propio léxico de unos rasgos de hecho pertenecientes a él, motivan que la GG, por medio de RL, abandonara la constitución como relación sintáctica primitiva en favor de la dependencia.

---

<sup>20</sup> No se refleja la subcategorización categorial del argumento externo de V porque el sujeto excede el dominio de la proyección máxima que V origina (sobre desarrollos más recientes en los que V se genera dentro de la FV, cf. Koopman y Sportiche 1991). El papel temático del sujeto se refleja en versalitas, siguiendo una convención establecida por Williams 1981.

## 6. DECADENCIA DE LA CONSTITUCIÓN: DE LA HIPÓTESIS LEXICISTA AL PRINCIPIO DE PROYECCIÓN

Los aspectos estudiados en el apartado anterior corroboran una de las afirmaciones finales ofrecidas en él: la creciente importancia del léxico en GG. El presente apartado incide en esa importancia, al tiempo que la trata de contextualizar en relación a estadios concretos. Tal contextualización podrá captar mejor el por qué del paso, y no sólo el cómo, en el cual se ha incidido hasta ahora. El principio de la evolución referida se puede percibir (de modo aún incipiente en ese momento) con la formulación de la Hipótesis Lexicista, que supone, como se hará ver, el principio de la decadencia del modelo constitutivo, que dispondrá de una importancia cada vez menor, hasta llegar a su ocaso completo como relación primitiva mediante el PRINCIPIO DE PROYECCIÓN, que asienta definitiva y completamente la óptica dependencial (hasta el advenimiento del Programa Minimalista).

### 6.1. La Hipótesis Lexicista como ocaso de la constitución

Lees 1960 representa una de las primeras aplicaciones significativas de la entonces incipiente GG, donde se propone un análisis para los nominales derivados en el que esas formas son generadas con transformaciones a partir de un elemento subyacente. Tal enfoque prevaleció hasta Chomsky 1970 (escrito en 1967). En su trabajo, Chomsky estudia sobre todo dos tipos concretos de nominales derivados: NOMINALES UNIFORMES (*gerundive nominals*) y NOMINALES MULTIFORMES (*derived nominals*). Usando un ejemplo de Chomsky (1970: 187), a la secuencia '*John has refused the offer*' corresponde por un lado el nominal uniforme presente en '*John's refusing the offer*' y por otro el multiforme de '*John's refusal of the offer*'. Mientras los nominales uniformes responden a un tipo de formación bastante libre, presentan una relación semántica regular entre la forma primitiva y la derivada y carecen de la estructura interna de una FN, los rasgos de los multiformes son la imagen de espejo: formación mucho más restringida, relación semántica muy variada e idiosincrásica entre la forma primitiva y la nominalizada y estructura interna de una FN.

Frente al tratamiento transformacional para ambos tipos de nominales, usual hasta entonces, Chomsky defiende que los nominales multiformes deben tratarse por medio de rasgos léxicos, lo que implica que la generación de tales formas pasa a ser efectuada directamente en el léxico y no por medio de trans-

formaciones, que necesitarían ser tan específicas como la propia naturaleza, tan específica, de tales nominales. Escribe Chomsky (1970: 188) al respecto que

We might extend the base rules to accommodate the derived nominal directly (I will refer to this as the “lexicalist position”), thus simplifying the transformational component: or, alternatively, we might simplify the base structures, excluding these forms, and derive them by some extension of the transformational apparatus (the “transformationalist position”).

La elección de la primera postura representa en sus orígenes el cambio de perspectiva que supone Chomsky 1970, pero en realidad tal cambio afecta a mucho más que a la discusión sobre el lugar específico de generación de unas formas nominales, por lo cual tal trabajo es la génesis de una revolución en GG, en estos sentidos primordiales:

- a) Es uno de los primeros intentos de restringir las reglas transformacionales, cuya excesiva potencia (cf. apdo. 2) reducía la formulación de generalizaciones y limitaba severamente la obtención de una hipótesis restringida del estado inicial así como de las gramáticas particulares. Estas palabras de Ross (1967: 6) son claras al respecto:

Without the correct set of constraints, it is impossible to formulate almost all syntactic rules precisely, unless one is willing to so greatly increase the power of the descriptive apparatus that every variable in every rule can be constrained individually [...]. Thus, the latter course must be abandoned: the only possible course is to search for universal constraints.

- b) Concretando lo anterior, representa la primera restricción de las transformaciones en un dominio no específicamente sintáctico: hasta ese momento se habían formulado condiciones que trataban de poner freno a las transformaciones (cf. Chomsky 1964a: 930-31; Ross 1967), pero tales intentos aludían sólo a la sintaxis.
- c) El lexicismo provoca el abandono de transformaciones especialmente onerosas para el poder expresivo de la gramática, porque las reglas usadas para generar los nominales multiformes carecían de cualquier atisbo de regularidad entre ellas, debido a la aludida idiosincrasia en su relación semántica (Newmeyer 1980: 117-18).



Al tiempo, el lexicismo comienza a atacar una importante fuente de poder para las transformaciones: su capacidad para variar el estatus categorial de los elementos implicados en una operación de SUSTITUCIÓN.<sup>21</sup> Además del ejemplo tomado de Chomsky, donde se deriva N a partir de V, otro claro puede ser la relación entre

they claimed<sub>O</sub> [that he destroyed the city]  
 they claimed<sub>FN</sub> [the destruction of the city by John]

donde, aplicando el tratamiento de Lees, se efectúan dos sustituciones (FN a partir de V y FN a partir de O respectivamente) que cambian el estatus categorial de los elementos implicados. Mediante la extensión del lexicismo, esa alteración categorial comienza a ser vetada, siendo definitivamente prohibida en Jackendoff (1972: 13): '*destroy*' y '*destruction*' deben generarse como dos elementos diferenciados.

- d) Si A-D aludían a la ventaja (nimia, al principio) que supuso el lexicismo en el dominio transformacional, tal hipótesis significa igualmente el principio del ocaso de la constitución como relación sintáctica primitiva.

Previamente, aludí al carácter pasivo del léxico en la TE, al usarse los rasgos de subcategorización de las entradas léxicas fuera del propio dominio léxico. Por esa razón, no fue fácil aceptar la postura lexicista de Chomsky, porque cualquier solución que apelara al léxico, como la suya, no se veía con demasiado interés; recordemos que se primaban sobre todo las reglas transformacionales, asumiendo (erróneamente) que en ellas residía la obtención de capacidad explicativa. De ahí que, al rechazar las transformaciones para los nominales multifformes, parecía atacarse la propia explicación. Sin embargo, estos reparos iniciales no fueron obstáculo para comenzar a ver paulatinamente las variadas repercusiones positivas que su adopción y extensión ofrecía al marco.

En relación específicamente con la cuestión de la constitución y la dependencia, el lexicismo implica que se empieza a otorgar importancia al propio léxico. La generación de una pieza léxica en este componente, arrebatándola al

---

<sup>21</sup> La sustitución es una de las cuatro operaciones que las transformaciones podían realizar en la TE, junto a la INSERCIÓN, ELISIÓN y MOVIMIENTO (TRANSPOSICIÓN, para López Morales 1974: 143). Cf. sobre esa tipología, además de López Morales 1974, D'Introno (1979: 49, 295) y Longa (1999: 25-29).

dominio transformacional, significa que los rasgos de subcategorización de esa pieza comienzan a ser operativos en el propio léxico, lo que apunta a su vez a una sustitución (muy tenue al principio) de la relación de constitución por medio de la dependencial. De este modo, mientras en la TE los rasgos de los elementos léxicos actuaban tras la propia generación, con el lexicismo algunos elementos empiezan a ser directamente generados en el léxico apelando a sus rasgos de subcategorización.<sup>22</sup>

El vuelco que implicó la hipótesis lexicista paulatinamente se fue extendiendo mucho más allá de las nominalizaciones, de manera que se fue eliminando el tratamiento transformacional de bastantes elementos a favor de su generación directa en el léxico. Un ejemplo puede ser el complementante, introducido con una transformación, que a partir de Bresnan 1970, 1972, dispone ya de una posición específica en la estructura profunda; esto es, pasa a ser generado en el léxico. Estas palabras de Chomsky (1986a: 83) son claras al respecto:

Statement of the lexical properties is ineliminable from the grammar: For example, the grammar cannot avoid stating that 'claim' takes a propositional complement as part of its lexical entry.

Por ello, que la posición del complementante sea obligada para ese verbo (fenómenos de elisión aparte) es contradictorio con su inserción transformacional: a pesar de pertenecer a un claro dominio léxico, el complementante necesitaba insertarse mediante una regla. Lo mismo sucede con los pronombres relativos; para formar una secuencia relativa, se debían efectuar en la TE operaciones como inserción del pronombre y eliminación de la FN equivalente con él (cf. Burt 1971). Tal tratamiento se modifica, siguiendo la esencia del lexicismo: el pronombre empieza a ser generado en la estructura profunda, tomándose, pues, directamente del léxico. Otro caso representativo alude a los pronombres, que de ser generados con transformaciones pasan a ser estipulados en el léxico (Dougherty 1969), insertándose en la estructura profunda. Los ejemplos reflejados no son aislados, pues gradualmente se fueron elimi-

<sup>22</sup> Como señala Newmeyer (1980: 116-17), la X-barra (formulada, no por casualidad, también en Chomsky 1970), constituye una importante ayuda para la hipótesis lexicista, porque esta hipótesis se ve favorecida por un mecanismo formal que expresa las similitudes internas de las categorías. Así, la X-barra permite generalizar las restricciones de coaparición, posibilitando la razón primordial para no sostener la generación transformacional. Por otro lado, se aprecia aquí que, incluso desde sus primeros momentos, la X-barra se erige en decidida promotora del enfoque dependencial en mucha mayor medida que del constitutivo (cf. apdo. 7).

nando todas las operaciones transformacionales que no implicaban estrictamente un movimiento (cf. nota 21), asumiendo que esta operación de movimiento es la única no derivable estrictamente de los requisitos léxicos, frente a las otras tres. En resumen, el triunfo del lexicismo determinó que la subcategorización alcanzara un peso relevante en el dominio al que pertenece de modo natural, pero del cual estaba expulsada; los rasgos de subcategorización aplicados en el léxico determinan las dependencias necesarias para crear proyecciones estructurales. Es en ese sentido en el que el lexicismo representa el principio del fin de la constitución como relación sintáctica básica.

## 6.2. El Principio de Proyección: triunfo definitivo de las dependencias

El subapartado anterior ha defendido que la hipótesis lexicista representa un principio de la operatividad del léxico, lo que apunta al comienzo del auge de las dependencias en detrimento de la constitución. El punto culminante en ese sentido está representado por el Principio de Proyección, eje vertebrador de RL, gracias al que el léxico alcanza su poder máximo, de manera que 'en el léxico se encuentra el motor del proceso generativo' (Lorenzo 1991: 73). Precisamente, tal principio expresa de modo formalizado la idea de que el léxico es decisivo en la configuración de la sintaxis; Chomsky (1981: 29) formula ese principio como sigue:

Representations at each syntactic level (i.e., LF, and D - and S - structure) are projected from the lexicon, in that they observe the subcategorization properties of lexical items.

En el apdo. 5, señalé los tres tipos de rasgos de subcategorización postulados en GB, inherentes, categoriales y temáticos. Aunque tal planteamiento en apariencia puede parecerse bastante al sostenido en la TE, existe una diferencia crucial, cual es la de que en RL el léxico se proyecta de manera inmediata en la sintaxis; dicho de otro modo, la sintaxis es una proyección o extensión del componente léxico. Por ello, en RL el léxico deja de ser una lista pasiva de elementos para tomar un protagonismo decisivo. Los elementos léxicos se proyectan en sintaxis gracias a los rasgos poseídos por ellos en su entrada, por lo que tales rasgos operan en la propia entrada. El resultado consiste en que no es necesario mantener un marco constitutivo necesario para la generación, al ser los propios rasgos de subcategorización los que toman ese papel por medio de la selección que efectúan: así, estamos ante la relación dependencial. De ahí que el Principio de Proyección expresa básicamente un

contenido dependencial, donde unos elementos seleccionan otros, expandiéndose esos elementos centrales o nucleares de ese modo.

Debe destacarse algo importante: el principio mencionado obliga a que las piezas léxicas se proyecten en la sintaxis, pero dado que ese cometido se efectúa desde el propio léxico, el Principio de Proyección no sólo se muestra relevante en la propia generación (dependencial), sino que deberá respetarse en todos los niveles estipulados por la gramática. Si una entrada léxica presenta X rasgos, esos rasgos deberán conservarse no sólo en la plasmación inmediata a la sintaxis, sino en cualquier otra operación que se haga; una posición (o elemento) que aparezca en uno de los niveles de representación (Estructura-P, -S o Forma Lógica) deberá aparecer en el resto de ellos.

Por ello, la repercusión central del Principio de Proyección consiste en el abandono definitivo de la constitución como relación sintáctica primitiva: la generación ya no es constitutiva, puesto que los rasgos categoriales se trasvasan a la sintaxis como un tipo más de rasgos. Así, las estructuras se generan teniendo en cuenta solamente las dependencias establecidas entre elementos: la relación dependencial toma el relevo de la constitutiva. Esta última aparece especificada (como relación derivada, no primitiva) en tanto que mero reflejo de esas dependencias. Por estas razones, para concluir, el Principio de Proyección representa el triunfo absoluto de la óptica dependencial y también el absoluto sumergimiento del marco constitutivo en el dependencial.

## 7. ELIMINACIÓN GLOBAL DE LA CONSTITUCIÓN: RECCIÓN, X-BARRA Y RASGOS CATEGORIALES

### 7.1. Dependencia y constitución en la X-barra

Hasta ahora, se ha defendido el carácter dependencial de RL en general y de la X-barra en particular, debido a la centralidad en ella de la noción de núcleo. Sin embargo, debe justificarse la naturaleza dependencial de la X-barra, porque su esquema general es en apariencia constitutivo. Para ello, debe indagarse en su estatus formal. Demonte (1983: 26) ofrece una interesante reflexión al respecto: según ella, la naturaleza formal de la X-barra es doble, porque por un lado 'da un formalismo para las reglas de estructura sintagmática que pueden aprehender generalizaciones que cruzan varias categorías'. Así, Demonte defiende la X-barra como un sistema de reglas (de rescritura), aunque mínimo, y es en este sentido en el que ofrece información constitutiva (de nuevo, cf. nota 6). Pero al tiempo, defiende también su carácter de sistema de

principios, porque 'es un conjunto de hipótesis sobre la forma de las reglas de estructura sintagmática'.

Para analizar y jerarquizar el doble estatus de la X-barra, incidiré en el desdoblamiento de este módulo. Como regla, según se ha visto, ofrece un soporte sintagmático que especifica la constitución de las secuencias. Pero este sentido no es en esencia diferente de las reglas de reescritura de la TE, salvando, por supuesto, la gran diferencia en poder expresivo. Sin embargo, el estatus de la X-barra como conjunto de principios es mucho más importante, al determinar un conjunto de hipótesis y condiciones que controlan la perspectiva anterior, vigilando que ninguna regla ofrecida por ese formato tan general se aparte de las opciones posibles; en otras palabras, la X-barra como conjunto de principios controla y constriñe a la X-barra como regla. Este control alude a diferentes aspectos, en los cuales están implicados decisivamente aspectos dependenciales a través de la noción de núcleo:

- a) PRINCIPIO DE ENDOCENTRICIDAD: toda estructura debe disponer de un núcleo para estar legitimada por la gramática.<sup>23</sup>
- b) PRINCIPIO DE PROYECCIÓN CATEGORIAL: el núcleo se puede proyectar en dos niveles, X' (núcleo-complemento) y X'' (especificador-X').
- c) PRINCIPIO DE MINIMALIDAD CATEGORIAL: la presencia de una proyección implica la de su núcleo (realizado o como categoría vacía), aspecto derivado de A.
- d) PRINCIPIO DE MAXIMALIDAD CATEGORIAL: es la formulación por pasiva de C, de manera que la presencia de un núcleo implica la de su proyección máxima.

El examen de los principios implicados en la X-barra revela que son ellos los que ofrecen la información primordial, claramente dependencial.<sup>24</sup> Por ello, la X-barra en tanto que expresión de las relaciones de constitución está presente sólo como mero soporte; nótese que su esquema reglar es muy general, por lo que en principio podría generar muchas estructuras anómalas; el veto a ellas se debe precisamente a los principios. Así, la restricción que ofrece la X-barra está motivada no por su carácter de metarregla, sino por la vigilancia que

<sup>23</sup> Esto no significa que no existan estructuras exocéntricas en las lenguas, sino que las que de hecho aparecen se fijan al margen de la gramática nuclear (cf. Lorenzo y Longa 1996: 54, n. 6).

<sup>24</sup> Un revisor de *Lingüística* cuestiona que algunos enfoques, como las estructuras larsonianas (cf. Larson 1988) o la sintaxis antisimétrica de Kayne 1994 se puedan someter a un análisis decididamente dependencial. Sin embargo, creo que ambos casos son perfectamente integrables en la visión defendida. Las estructuras larsonianas se

los principios envueltos en ella ejercen sobre la metarregla. Por tales razones, a pesar del carácter en apariencia constitutivo de la X-barra, este módulo es marcadamente dependencial.

La situación apunta, pues, a la dependencia como relación sintáctica central, si bien existen todavía dos tipos de atisbos de aspectos constitutivos: la propia X-barra en tanto que sistema de reglas y los rasgos categoriales de las entradas léxicas. Lo importante para la idea central de este trabajo consiste en que en RL se llegó a cuestionar el mantenimiento de esos dos vestigios constitutivos en la gramática mediante el desarrollo de estos dos supuestos: (1) cuestionar la necesidad de mantener la X-barra en tanto que regla y (2) determinar si los rasgos categoriales presentes en la entrada léxica pueden derivarse de los temático-semánticos, dando a estos la primacía y eliminando a aquellos de la entrada.

## 7.2. Eliminación del módulo X-barra en cuanto regla

En Chomsky (1981: 31) se sugiere tal posibilidad de este modo:

Consideration of the projection principle illuminates a conceptual deficiency of theories of UG of the type considered in Chomsky (1965). In such theories, the lexicon is a set of lexical entries, each with its specific contextual features [...]. The categorial component of the base, quite independently, specifies a certain class of subcategorization frames in which lexical items may appear. Thus information concerning the class of subcategorization frames is in effect given twice in the grammar: once — implicitly — in the lexicon, as a property of the class of lexical items in its totality; and once — this time directly — by the rules of the categorial component.

---

propusieron para explicar el orden de la construcción inglesa de doble objeto, para la que Larson asume una estructura con dos FFVV, produciéndose un movimiento del núcleo de la FV más baja en jerarquía al de la más alta. Por tanto, en esas estructuras prima igualmente la óptica dependencial, a pesar de que la constitutiva se pueda evidenciar (por medio de aquella); de hecho, cf. Larson (1988: 380 y ss.) sobre su tratamiento de la X-barra, centrado en la noción de núcleo. En cuanto a Kayne 1994, tampoco parece responder a un marco constitutivo: de hecho, este autor no cuestiona la centralidad de los núcleos, ni ningún otro aspecto de los tratados aquí, sino la asunción de que el orden de elementos sea libre, pues a su juicio dos diferentes órdenes responden a dos estructuras conformadas de diferente modo por los aspectos dependenciales implicados en la X-barra. Por tanto, la estructura jerárquica parece claramente dependencial.

Dos entidades, pues, ofrecen la misma información, algo indeseable por redundante, por lo que una de ellas debe ser eliminada; teniendo en cuenta la gran importancia del léxico en RL no es difícil imaginar cuál se mantiene; Chomsky (1986a: 83) escribe que

The device of phrase structure rules is particularly suspect, because these rules so closely reflect lexical properties [...] Therefore, it is to be expected that the phrase structure rules should be eliminable insofar as they merely restate, in another form, the essential content of lexical entries. In fact, it seems that such rules are eliminable more generally, that there are no rules of this type in language.

Traduciendo esto a la perspectiva de este trabajo, dado que las dependencias pueden especificar las relaciones básicas para generar las secuencias por medio de los rasgos de subcategorización, la referencia explícita (si bien como información derivada) a la constitución ni siquiera es necesaria; por tanto, la X-barra como metarregla puede suprimirse en favor de los rasgos categoriales. Retomemos la entrada de ‘colocar’,

colocar:            [+V, -N]  
 [\_\_ FN FP]  
 [AGENTE, tema, locativo]

En relación a ella, se podrá percibir que el aparato categorial (esquema reglar de la X-barra) es redundante, porque lo mismo que señala tal estructuración sintagmática aparece ya reflejado en la información categorial de la propia entrada léxica. Por otro lado, la eliminación de la X-barra en tanto que aparato categorial no es preocupante desde el momento en que los principios envueltos en la X-barra actúan sobre la plasmación en sintaxis de los rasgos categoriales de subcategorización, impidiendo resultados anómalos. De ahí la postulación de la eliminación completa del componente sintagmático, esto es, de la X-barra en cuanto regla.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Otra propuesta de eliminación de la X-barra, que también la considera redundante, se debe a Stowell 1981. Sin embargo, en este caso la redundancia se postula no a partir de la entrada léxica, sino a partir de la información de la teoría casual (parámetro de direccionalidad de asignación de caso).

### 7.3. Prioridad de los rasgos semánticos frente a los categoriales

En 7.2. se mostró la propuesta de eliminar de la gramática el componente categorial, debido a que ofrece rasgos ya presentes en la entrada léxica. Sin embargo, algunos autores, como Chomsky 1986a o Pesetsky 1982, van más allá, negando incluso la necesidad de reflejar los rasgos categoriales dentro de la subcategorización.

En los rasgos categoriales de subcategorización están implicados dos diferentes tipos de informaciones, incluso desde la propia TE, como señala Pesetsky (1982: 32): por un lado, las posiciones necesarias para expandir un núcleo y, por otro, los tipos de unidades que pueden ocupar tales posiciones. Por ello, cualquier intento de eliminar los rasgos-c(categoriales) de las entradas léxicas debe ser capaz de predecir ambas informaciones a partir del otro tipo (no inherente) de rasgos pertenecientes a la entrada, los rasgos-s(semánticos). En Pesetsky 1982 se argumenta que no es necesario que la entrada léxica especifique el número de posiciones susceptibles de ser reclamadas por una pieza léxica, porque tal número puede deducirse a partir de ciertas propiedades relacionadas con la asignación de papel temático.

Es bien conocida la diferencia entre argumento externo e internos en RL (cf. Williams 1980, 1981). A los efectos relevantes aquí, si bien V puede asignar papel temático a la posición de sujeto de manera composicional,<sup>26</sup> esa posición no está subcategorizada, al quedar fuera de la FV. Para captar tal posición, inabarcable desde la óptica del Principio de Proyección (por no estar subcategorizada), Chomsky (1982: 24) formula una extensión de tal principio, el Principio de Proyección Ampliado, que exige que los sujetos deben quedar subcategorizados en la entrada.

Aunque el vínculo entre la asignación de papel temático y los rasgos de subcategorización categorial es estrecho, no es total, debido al fenómeno aludido al respecto de los sujetos, a pesar de que pueden recibir papel. Chomsky (1981: 37) formula la noción de MARCA TEMÁTICA para recoger tal relación: '*We will say that  $\alpha$   $\theta$ -marks the category  $\beta$  if  $\alpha$   $\theta$ -marks the position occupied by  $\beta$  or a trace of  $\beta$* '. Según Chomsky (1981: 40), la marca temática no exige en sí misma que las posiciones existan, debiendo ser postuladas por medio de los rasgos-c; sin embargo, Pesetsky 1982 reformula esa óptica, distinguiendo entre marca

<sup>26</sup> Esto es, por medio de la FV, porque V no puede regir a un elemento situado fuera del dominio del cual ese V es núcleo; recordemos que el papel se asigna bajo rección (cf. Chomsky 1982).



temática directa e indirecta, nociones que dan cuenta de la diferencia entre la asignación de papel, composicional para el argumento externo y directa para los internos. Según Pesetsky (1982: 35),

If an element can directly  $\theta$ -mark a position, then that position is obligatory. If an element can indirectly  $\theta$ -mark a position, then:

- (i) if it is obligatory, then it is obligatorily  $\theta$ -marked by the element that can  $\theta$ -mark it;
- (ii) if such a position is only optionally present, then  $\theta$ -marking of this position is correspondingly optional.

Con esta formulación, desde la teoría temática se puede derivar satisfactoriamente la información que dan los rasgos de selección-c sobre el número de posiciones, porque se propone, frente a Chomsky, una ligazón muy estrecha entre posiciones y papeles temáticos.

Queda, en segundo lugar, intentar derivar la información sobre el tipo de unidad, a partir de algún otro tipo de rasgos; si ello fuera posible, los rasgos de selección-c podrían desaparecer por completo de las entradas léxicas, por ser del todo redundantes. Pesetsky (1982: 37) afirma que no es factible deducir el tipo de unidad a partir de la teoría temática, porque en ocasiones los papeles pueden asignarse a elementos que no pertenecen a la categoría usualmente esperada, si bien señala al tiempo (Pesetsky 1982: 181) que las nociones expresadas por la subcategorización de tipo categorial no disponen de prioridad epistemológica, por lo cual tal tipo de selección debe derivar de alguna otra parcela gramatical. De hecho, Grimshaw 1979, 1981 había propuesto ya que la selección-c derivara de los rasgos semánticos que definen la unidad desde el punto de vista léxico-conceptual.<sup>27</sup> Tales rasgos, vinculados a los papeles temáticos en tanto que generan sus espacios, son entidades conceptuales que conforman la definición semántica de un elemento (del estilo de 'causa', 'acción que desemboca en estado', etc.). Así, el tipo de categorial se seguiría automáticamente de los rasgos-s en cuestión.

Sin embargo, Cowper (1992: 61 y ss.) se decanta por la opción de derivar la subcategorización categorial (estricta) a partir de la red argumental creada por la teoría temática; tal como señala (Cowper 1992: 62),

---

<sup>27</sup> Cf. Jackendoff 1987 y Levin y Rappaport 1988 para un desarrollo de tal supuesto. En Lorenzo 1991 se efectúa una síntesis de tales propuestas.

Consider the prepositional phrase argument in the lexical entry for 'put'. The prepositional phrase must describe a location, as specified by the  $\theta$ -grid. But is it necessary for the location to be expressed by a PP? Consider the sentences in (17).

- (17) a. He put the book [<sub>ADVP</sub> there]  
 a. I put the car [<sub>S</sub> where the truck had been]  
 b. You'll have to put it [<sub>ADJP</sub> lower], or I won't be able to reach it.

In fact, any category which can express a location can occur with 'put' [...]. All that is necessary is an argument expressing location. The same is true of other  $\theta$ -roles.

De este modo, Cowper no considera tan importante la expresión de un papel específico mediante un determinado tipo de unidad, puesto que pueden aparecer diferentes tipos de unidad para encarnarse en tal papel (nótese que esta afirmación no contradice la antes citada de Pesetsky 1982: 37). Lo importante es, sobre todo, el papel; su realización se puede efectuar mediante variados tipos de unidad, pero desde el momento en que se conoce el rol, se pueden derivar los tipos de unidad que pueden expresarlo, como en el ejemplo usado por la propia Cowper.<sup>28</sup>

Independientemente de cuál de las dos vías señaladas de aproximación al problema sea la correcta,<sup>29</sup> la adopción de una u otra no lesiona lo sostenido en estas páginas: en ambos casos se defiende la redundancia de los rasgos categoriales, derivables a partir de unas propiedades semánticas en sentido amplio (cf. nota 29). Por esta razón, tal como señala Chomsky (1986a: 90), '*while lexical entries must specify s-selection (as part of the semantic characterization of an item) and transitivity, they need not specify c-selection*'. De este modo, estamos ante la eliminación de la subcategorización categorial (equivalente de la subcategorización estricta de la TE) de los elementos léxicos, esto es, ante la eliminación de sus rasgos categoriales. Este hecho es muy relevante, pues implica la decadencia absoluta de la óptica constitutiva. Chomsky (1986a: 90)

<sup>28</sup> La posibilidad contraria, consistente en derivar la red argumental a partir de la subcategorización estricta, declarando los papeles temáticos redundantes, es rechazada en Cowper (1992: 63-64).

<sup>29</sup> Téngase en cuenta a este respecto que las ideas de Cowper no hacen sino reafirmar la prioridad de la selección-s, porque un V puede tomar un argumento susceptible de ser expresado de varios modos en cuanto a los tipos de unidad que pueden encarnarlo. Así, la prioridad semántica se mantiene sobre la categorial de modo claro, con lo que las dos aproximaciones señaladas pueden entenderse como caminos que recorren una vía en esencia común.

escribe al respecto que *'If so, then c-selection is eliminated not only from syntactic phrase structure rules but from the lexicon as well'*. Traduciendo su visión al tema estudiado en el presente artículo, la constitución es eliminada incluso como relación no primitiva, de modo que existen dos sucesivos declives de tal relación: si el triunfo del enfoque dependencial desplaza la constitución como mecanismo básico que da cuenta de la estructuración de las secuencias, relegando la constitución a un nivel secundario, la eliminación de los rasgos categoriales del contenido de las entradas léxicas implica una destrucción absoluta de la óptica constitutiva, eliminándola incluso de su estatus de relación secundaria.<sup>30</sup>

## 8. CONCLUSIONES

En este trabajo se ha estudiado uno de los cambios más relevantes producidos en Gramática Generativa; de igual manera que se suele apuntar a un paso de reglas a principios, o de derivaciones a representaciones, es necesario añadir a ellos un cambio desde la constitución a la dependencia como relación sintáctica básica, desde la Teoría Estándar a Rección y Ligamiento. Se ha defendido a lo largo del trabajo que este paso es uno de los principales causantes de los otros dos mencionados.

Se ha argumentado que el auge del marco dependencial se debió a causas interconectadas: sobre todo, la importancia creciente del léxico, plasmada en la centralidad de la noción de núcleo, y la operatividad de los rasgos de subcategorización en el propio dominio al que pertenecen, el léxico. Tal situación motiva que, frente a la Teoría Estándar, en donde los rasgos aludidos actuaban tras la propia generación, tal generación se efectúe en Rección y Ligamiento en el propio léxico, y que en este modelo las reglas transformacionales actúen como un último recurso destinado al simple movimiento de constituyentes.

Se ha defendido igualmente que el citado auge del léxico tiene su origen en la Hipótesis Lexicista, la cual en la misma medida se presenta como el comienzo del ocaso de la constitución y el comienzo del auge del marco dependencial. Sin embargo, el desplazamiento de la constitución ha ido más lejos, proponiéndose la eliminación del aparato rescritural (X-barra como regla) y la de los rasgos categoriales. De ahí que se pueda apreciar una doble eliminación de aspectos constitutivos: primero, en tanto que relación primitiva y posterior-

---

<sup>30</sup> Lo cual no quiere decir que no sea posible vislumbrar la estructura constitutiva de las secuencias; lo es, pero sólo en tanto que información sonsacada a partir de las dependencias establecidas entre los elementos.

mente, en tanto que derivada, deduciéndose en todos los casos de propiedades relacionadas con la asignación de papeles temáticos y con rasgos semánticos.

La mencionada variación de óptica hizo posible una reducción drástica del aparato expresivo de la teoría generativa; como se puede apreciar en ella, la dependencia deja traslucir la estructura secuencial mediante menos mecanismos que los necesitados en una óptica constitutiva, al eliminarse el conjunto tan grande de reglas rescriturales, que expresaban tal relación constitutiva, en favor de unos pocos principios conformadores y legitimadores basados en las dependencias. De este modo, parece confirmarse la 'superioridad', si bien desde presupuestos muy diferentes, que Hudson 1980 concedía a la dependencia sobre la constitución, en el sentido de que la constitución puede derivarse de las dependencias, pero no al revés.

Recordemos que el excesivo número de mecanismos era el principal defecto que presentaban los primeros modelos generativos con relación a la adecuación explicativa. Pues bien, es en esta búsqueda de esa adecuación, que permite reducir el número y la clase de las gramáticas accesibles, donde se ha relevado muy fructífera la evolución desde la constitución a la dependencia.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AOUN, Joseph y SPORTICHE, Dominique. 1983. On the formal theory of government. *The Linguistic Review* 2. 211-36.
- BACH, Emmon. 1962. The order of elements in a transformational grammar of German. *Language* 38. 263-69.
- BAKER, Carl. 1979. Syntactic theory and the projection problem. *Linguistic Inquiry* 10. 533-81.
- BRESNAN, Joan. 1970. On complementizers: toward a syntactic theory of complement types. *Foundations of Language* 6. 297-321.
- \_\_\_\_\_. 1972. *Theory of complementation in English syntax*. Tesis doctoral, MIT.
- BRUCART, José M. 1987. *La elisión sintáctica en español*. Bellaterra: UAB.
- BURT, Marina. 1971. *From deep to surface structure*. New York: Harper & Row.
- CHOMSKY, Noam. 1964a. The logical basis of linguistic theory. 914-77. En Lunt (ed.), *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguists*. The Hague: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1964b. *Current issues in linguistic theory*. The Hague: Uitgeverij Mouton & Co. (Hay trad. esp.)
- \_\_\_\_\_. 1965. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press. (Hay trad. esp.)
- \_\_\_\_\_. 1970. Remarks on nominalization. 184-221. En Jacobs y Rosenbaum (eds.), *Readings in English transformational grammar*. Waltham: Gin & Co. (Hay trad. esp.)

- CHOMSKY, Noam. 1980. On binding. *Linguistic Inquiry* 11. 1-46.
- \_\_\_\_\_. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_. 1982. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge: MIT Press. (Hay trad. esp.)
- \_\_\_\_\_. 1986a. *Knowledge of language*. New York: Praeger. (Hay trad. esp.)
- \_\_\_\_\_. 1986b. *Barriers*. Cambridge: MIT Press. (Hay trad. esp.)
- \_\_\_\_\_. 1995. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press. (Hay trad. esp.)
- CHOMSKY, Noam y LASNIK, Howard. 1977. Filters and control. *Linguistic Inquiry* 8. 425-504.
- COWPER, Elizabeth. 1992. *A concise introduction to syntactic theory*. Chicago: University of Chicago Press.
- DEMONTE, Violeta. 1983. Principios y representaciones en sintaxis: la teoría de la rección y el ligamiento. *Verba* 10. 5-42.
- D'INTRONO, Franco. 1979. *Sintaxis transformacional del español*. Madrid: Cátedra.
- \_\_\_\_\_. 1985. *Sintaxis y semántica en la lingüística generativa: el modelo gramatical GB*. Caracas: I.U.P. & Centro "Andrés Bello".
- \_\_\_\_\_. 1988. Sintaxis. 47-98. En D'Introno, Guitart y Zamora (eds.), *Fundamentos de lingüística hispánica*. Madrid: Playor.
- DOUGHERTY, Ray. 1969. An interpretative theory of pronominal reference. *Foundations of Language* 5. 488-519.
- GRAFFI, Giorgio. 1979. Dalle trasformazioni alle condizioni sulle trasformazioni. *Lingua e Stile* 14. 305-25.
- GRIMSHAW, Jane. 1979. Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry* 10. 279-326.
- \_\_\_\_\_. 1981. Form, function, and the language acquisition device. 165-82. En Baker y McCarthy (eds.), *The logical problem of language acquisition*. Cambridge: MIT Press.
- HAEGEMAN, Liliane. 1991. *Introduction to government & binding theory*. Oxford: Blackwell.
- HUDSON, Richard. 1980. Constituency and dependency. *Linguistics* 18. 179-98.
- JACKENDOFF, Ray. 1972. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 1977. *X-Bar syntax*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. 1987. The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry* 18. 360-411.
- KAYNE, Richard. 1994. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge: MIT Press.
- KIMBALL, John. 1973. *The formal theory of grammar*. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs. (Hay trad. esp.)
- KOOPMAN, Hilda y SPORTICHE, Dominique. 1991. The position of subjects. *Lingua* 85. 211-58.
- KOSTER, Jan. 1981. Configurational grammar. 185-205. En May y Koster (eds.), *Levels of syntactic representation*. Dordrecht: Foris.

- LANGACKER, Ronald. 1969. On pronominalization and the chain of command. 160-86. En Reibel y Schane (eds.), *Modern studies in English*. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- LARSON, Richard. 1988. On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19. 335-91.
- LEES, Robert. 1960. *The grammar of English nominalizations*. The Hague: Mouton.
- LEVIN, Bert y RAPPAPORT, Malka. 1988. What to do with theta roles? 7-36. En Wilkins (ed.), *Syntax and semantics* 21. New York: Academic Press.
- LONGA, Víctor M. 1999. *La restricción de las gramáticas accesibles*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago.
- LONGA, Víctor M. y LORENZO, Guillermo. 2001. *Derivación y representación: su alternancia cíclica en la teoría de la gramática*. Noia: Toxosoutos.
- LÓPEZ MORALES, Humberto. 1974. *Introducción a la lingüística generativa*. Madrid: Alcalá.
- LORENZO, Guillermo. 1991. La hipótesis léxica en la gramática GB: problemas y alternativas. *Sintagma* 3. 73-83.
- LORENZO, Guillermo y LONGA, Víctor M. 1996. *Introducción a la sintaxis generativa*. Madrid: Alianza.
- MATTHEWS, P. H. 1981. *Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEUMEYER, Frederick. 1980. *Linguistic theory in America*. New York: Academic Press. (Hay trad. esp.)
- \_\_\_\_\_. 1996. *Generative linguistics*. London: Routledge.
- PESETSKY, David. 1982. *Paths and categories*. Tesis doctoral, MIT.
- PETERS, Stanley. 1972. The projection problem: how is a grammar to be selected? 171-88. En Peters (ed.), *Goals of linguistic theory*. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs. (Hay trad. esp.)
- PETERS, Stanley y RITCHIE, R. 1971. On restricting the base component of transformational grammars. *Information and Control* 18. 483-501.
- PETERS, Stanley y RITCHIE, R. 1973. On the generative power of transformational grammars. *Information Sciences* 6. 49-83.
- RADFORD, Andrew. 1981. *Transformational syntax*. Cambridge: Cambridge University Press. (Hay trad. esp.)
- REINHART, Tanya. 1976. *The syntactic domain of anaphora*. Tesis doctoral, MIT.
- ROJO, Guillermo y JULIÁ, Tomás Jiménez. 1989. *Fundamentos del análisis sintáctico funcional*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago.
- ROSS, John. 1967. *Constraints on variables in syntax*. Tesis doctoral, MIT.
- \_\_\_\_\_. 1970. Gapping and the order of constituents. 249-59. En Bierwisch y Heidolph (eds.), *Progress in linguistics*. The Hague: Mouton.
- ROUVERET, Alain. 1987. Présentation et commentaire. 7-73 y 205-380. En Chomsky, *La nouvelle syntaxe*. Paris: Éditions du Seuil.
- STOWELL, Tim. 1981. *Origins of phrase structure*. Tesis doctoral, MIT.

- WASOW, Thomas. 1985. Postscript. 193-205. En Sells, *Lectures on contemporary syntactic theories*. Stanford: CSLI. (Hay trad. esp.)
- WILLIAMS, Edwin. 1980. Predication. *Linguistic Inquiry* 11. 203-38.
- \_\_\_\_\_. 1981. Argument structure and morphology. *The Linguistic Review* 1. 81-114.
- ZUBIZARRETA, M. Luisa. 1987. *Levels of representation in the lexicon and in the syntax*. Dordrecht: Foris.

## EL ESTUDIO HISTÓRICO DEL ESPAÑOL DE MÉXICO\*

JUAN M. LOPE BLANCH

*Universidad Nacional Autónoma de México  
Presidente de honor de la Asociación de Lingüística y  
Filología de la América Latina*

Quisiera, ante todo, expresar mi júbilo, ante el hecho de que volvamos a reunirnos aquí quienes estamos interesados por estudiar y conocer cuál ha sido la evolución histórica de la lengua española en el Nuevo Mundo. La posibilidad de que tal cosa sucediera, sistemática y continuadamente, ha sido propósito largamente acariciado por mí desde hace muchos lustros. Hice ya relación de ello en el informe presentado durante la celebración del IX Congreso de la ALFAL en la Universidad Estadual de Campinas;<sup>1</sup> baste, pues, recordar que la idea de organizar un proyecto internacional sobre el estudio diacrónico del español americano me vino a la mente en 1966, y propuse su ejecución en el seno del benemérito Programa Interamericano de Lingüística y Enseñanza de Idiomas (PILEI), en mayo de 1967, al celebrarse en Bogotá la I Reunión de Trabajo de la Comisión de Lingüística y Dialectología Iberoamericanas del PILEI. No eran aquéllos tiempos favorables a la visión diacrónica del lenguaje; el fetichismo de la sincronía postergaba toda investigación histórica, como si ella fuera científicamente equivocada. No obstante ello, insistí en mi propuesta reiteradas veces: en enero de 1968, al celebrarse en México el IV Simposio del Programa

---

\* Informe presentado ante la Comisión de estudio histórico del español americano, durante la celebración del XI Congreso de la ALFAL, en Las Palmas de Gran Canaria (22-27 de julio de 1996).

<sup>1</sup> Cf. *Atas de ese Congreso*, Campinas, vol. II, 1993, 213-21. (Una versión breve ha sido recogida también en mi libro de *Ensayos sobre el español de América*, México, UNAM, 1993, 95-107.)



Interamericano de Lingüística; un año después en São Paulo, durante la celebración del V Simposio del PILEI; ocho meses más tarde, de nuevo en México, con ocasión de la IX Reunión de Trabajo de la Comisión de Lingüística Iberoamericana; nuevamente en 1971, durante el VI Simposio del PILEI celebrado en Puerto Rico, y lo mismo en Lima, en 1975; en México, una vez más, en 1979, hasta llegar al VII Congreso de la ALFAL, celebrado en San Miguel Tucumán en 1988, cuando — al fin! — comenzó a caminar el Proyecto. Durante esos años de planeación y de buenos propósitos, pero de pocos hechos, pude organizar en el Centro de Lingüística Hispánica de la Universidad Nacional de México, ya en 1968, un proyecto de estudio diacrónico del español hablado en la Nueva España a partir de los comienzos del siglo XVI. Se hicieron entonces varias investigaciones, que fueron saliendo a la luz en los años subsecuentes.<sup>2</sup>

Después del Congreso de Tucumán, la Comisión Ejecutiva del proyecto internacional ha podido reunirse en dos ocasiones más, y ya se han dado a conocer sus primeros frutos colectivos. El más importante de los cuales posiblemente sea el tomo, coordinado y editado por nuestra inolvidable colega María Beatriz Fontanella de Weinberg, en que se recoge una serie de *Documentos para la historia lingüística de Hispanoamérica: Siglos XVI a XVIII* (Madrid, Anejos del Boletín de la RAE, 1993), cuya publicación colmó mis inquietudes nacidas en 1975, cuando propuse a los colegas del PILEI preparar coordinadamente y dar comienzo a la publicación de una serie o colección de “Documentos lingüísticos de Hispanoamérica”<sup>3</sup> concebidos sobre el modelo que nos había ofrecido don Ramón Menéndez Pidal con sus *Documentos lingüísticos* del Reino de Castilla.

Creo que todo ello explica mi júbilo ante el hecho de que volvamos a reunirnos hoy, prueba indiscutible de que el proyecto sigue en pie y caminando. Durante el desarrollo de esta reunión sabremos en qué estado se encuentra el volumen de estudios sobre el primitivo español americano que tenía en preparación la Dra. Fontanella y en el que creo que participábamos todos los responsables del proyecto general, y cuya publicación está en estos momentos a cargo de nuestra actual coordinadora, la Dra. Elena M. Rojas.

Me limitaré, ahora, a reseñar brevemente los progresos de la empresa, durante los tres últimos años, dentro del particular ámbito mexicano. Casi a la vez que salía a la luz ese volumen de documentos americanos patrocinado por

<sup>2</sup> Noticia de ellas pueden verse en el libro de C. Parodi, *La investigación lingüística en México (1970-1980)*. México: UNAM, 1981, 160-62.

<sup>3</sup> Cf. el Boletín Informativo de la Comisión de Lingüística Iberoamericana, n° 7, Madrid, 1976, 6-10.

la Real Academia Española, apareció en México el primer tomo de la serie *Documentos lingüísticos de la Nueva España*, obra la Dra. Concepción Company., que reúne textos del Altiplano Central escritos desde comienzos del siglo XVI (1525) hasta principios de XIX (1816). Fue un excelente y prometedor inicio de la serie documental mexicana.

En la actualidad somos siete las personas que trabajamos en la Universidad Nacional de México en torno a la evolución de la lengua española en nuestro país, aparte de la labor complementaria que llevan a cabo algunos estudiantes de la Universidad Nacional con la preparación de tesis delicadas a diversos aspectos históricos del idioma. Gran parte del trabajo realizado ya o en proceso de ejecución por parte de los siete investigadores aludidos se dedica a a tarea fundamental y primaria de publicar documentos de interés para el estudio lingüístico. Al volumen ya publicado de Concepción Company, seguirán en breve cuatro o cinco más de gran valor: uno, el que preparan conjuntamente las doctoras Chantal Melis y Deatriz Arias, en el cual recogen documentos relativos a la zona geográfica del Golfo de México; otro, el que tiene ya en prensas Beatriz Arias y en el que reúne dieciséis documentos variados de fecha muy temprana, correspondiente al segundo cuarto del siglo XVI. Agustín Rivero e Irene Limón, por su parte, han recogido diversos documentos conservados en el Archivo General de la Nación, cubren dos etapas sucesivas del siglo XVI: el primero reúne una serie de cartas escritas en la Nueva España entre 1537 y 1557, en tanto que la segunda recoge documentos escritos entre 1570 y 1599, de manera que proporcionam testimonios escritos de dos etapas sucesivas del primer siglo colonial. Confío en que el acervo mexicano se siga enriqueciendo y completando con escritos de los siglos XVII y XVIII especialmente, de manera que se puedan estudiar con suficiente pormenor los principales cambios lingüísticos experimentados por la lengua castellana en la Nueva España.

Por el momento, la mayor parte de los estudios que se llevan a cabo en México, atienden a aspectos sintácticos de la evolución lingüística; pero no faltan trabajos enfocados al sector fonológico. Así, Concepción Company ha presentado un panorama general de la situación que guardaba el sistema fonético a fines del siglo XVII; Beatriz Arias y Gloria Baez han reconstruido el antiguo sistema de sibilantes atendiendo a la manera en que se transliteraban los nahuatlismos; y yo mismo he atendido a la fonética del castellano novohispano inicial, particularmente en lo que se refiere al sistema fonológico de Hernán Cortés, así como a su capacidad de aceptación de la fonología nahua en topónimos indoamericanos.

En el terreno léxico incursionan Concepción Company y Chantal Melis, quienes preparan un diccionario histórico basado en textos reunidos en el primer volumen de la serie documental antes comentada.

Pero la mayor parte de los trabajos hechos en México atienden a fenómenos sintácticos. Beatriz Arias ha prestado atención al funcionamiento de los pronombres personales átonos, así como a ciertas peculiaridades de los participios verbales, una vez completado su libro sobre el español mexicano del siglo XVI en general. Concepción Company ha atendido reiterada y acuciosamente al funcionamiento de los posesivos duplicados. Chantal Melis se ha interesado por los verbos prepositivos y a un tipo particular de predicado. Irene Limón y Agutín Rivero están acabando de estudiar el funcionamiento del paradigma verbal en el siglo XVI novohispano, con base en los documentos por ellos recogidos y editados; y con base en el volumen de documentos del Altiplano Central de Company, analiza también el funcionamiento de las formas verbales Gloria Báez a través de los siglos representados en ese tomo. Y yo he estudiado la amplia y compleja estructura de la cláusula en las Cartas de Hernán Cortés, así como los variados nexos temporales empleados por el conquistador de México.

El hecho de que los investigadores del Centro de Lingüística Hispánica de la UNAM sean, a la vez, profesores en la Facultad de Filosofía y Letras, permite que induzcan a algunas de sus alumnos a realizar tesis de carácter diacrónico en torno al castellano de la Nueva España. Todo ello, permite suponer que nuestro proyecto histórico tiene asegurada una larga vida en México.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Trabajos publicados

- BLANCH, Juan M. Lope. 1992. Esbozo histórico del español en México. 607-26. En César Hernández Alonso (coord.), *Historia y presente del español de América*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- COMPANY, Concepción. 1992. Un cambio en proceso: "El libro, quién se los presto?". 349-63. En *Scripta philologica in honorem Juan M. Lope Blanch*. México: UNAM.
- \_\_\_\_\_. 1993. Fonética novohispana a fines del siglo XVIII. *Anuario de Letras* 32. 345-62.
- \_\_\_\_\_. 1994. De la gramática a la estilística. Las duplicaciones posesivas en "La Celestina". 140-56. En A. González, L. van der Walde y C. Company (eds.), *Palabra e imagen en la Edad Media*. México: UNAM.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Documentos lingüísticos de la Nueva España: Altiplano Central*. México: UNAM.

- COMPANY, Concepción. 1994. Semántica y sintaxis de los posesivos duplicados en el español de los siglos XV y XVIII. *Romance Philology* 48. 111-35.
- \_\_\_\_\_. 1994. Su casa de Juan. Estructura y evolución de la duplicación posesiva en el español. *Actas del I Congreso Internacional Anglo-Hispano*. Madrid. 73-88.
- \_\_\_\_\_. 1995. Cantidad vs. cualidad en el contacto de lenguas. Una incursión metodológica en los posesivos redundantes del español americano. *Nueva Revista de Filología Hispánica* 43. 305-39.
- \_\_\_\_\_. 1995. Old forms for new concepts. The recategorization of possessive duplications in Mexican Spanish. *Historical Linguistics*. Amsterdam. 773-93.

### Trabajos en prensa

- ALVAREZ, Beatriz Arias. *El español de México en el siglo XVI (1524-1554)*. México: UNAM.
- \_\_\_\_\_. El orden de colocación de los clíticos pronominales durante la primera mitad del siglo XVIII. *Cuadernos de Humanidades*.
- \_\_\_\_\_. Motivación de la alternancia *le(s)llo(s)* en documentos novohispanos del siglo XVIII. *Contextos*. Universidad de León, España.
- \_\_\_\_\_. Particularidades sintácticas del participio en lengua epistolar. *Actas del XXI Congreso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Palermo, Italia.
- ALVAREZ, Beatriz Arias y BÁEZ, Gloria. Reconstrucción del sistema español de sibilantes a través de la transliteración de nahuatlismos. *III Congreso Nacional de la Asociación Mexicana de Lingüística Aplicada*.
- BLANCH, Juan M. Lope. El sistema fonológico en (tiempos de) Hernán Cortés. En *Homenaje a Luis Monguió*. University of California.
- \_\_\_\_\_. La toponimia amerindia en el habla de Hernán Cortés. En *Homenaje a Rodolfo Oroz (Boletín de Filología de la Universidad de Chile)*.
- \_\_\_\_\_. Nexos temporales en las cartas de Hernán Cortés. En *Homenaje a Amado Alonso*. Lima.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre la fonética de la Nueva España, en el volumen de estudios históricos sobre el español de América coordinado por Beatriz Fontanella de Weinberg.
- \_\_\_\_\_. Sobre la antigüedad del *desde c@ue* de anterioridad. *Medievalia*. México.
- \_\_\_\_\_. Un andalucismo más del español americano. En *Homenaje a Ramón Trujillo*. España: Universidad de La Laguna.
- \_\_\_\_\_. 1992. La estructura de la cláusula en las cartas de Hernán Cortés. *IV Congreso Internacional del Español de América*. Santiago de Chile.
- COMPANY, Concepción. 1993. Los posesivos "peculiares" del español americano. *48<sup>th</sup> International Conference of Americanists*. Estocolmo.
- \_\_\_\_\_. 1995. The interplay between form and meaning in the evolution of Spanish. The case of cannibalistic datives. *12<sup>th</sup> International Conference on Historical Linguistics*. Manchester.

- COMPANY, Concepción y MELIS, Chantal. 1993. El léxico histórico de la Nueva España: aplicación de la informática a un problema lingüístico. *Actas del III Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Salamanca
- MELIS, Chantal. 1993. *Del placer al gusto: sobre la extensión de una clase de predicados en la historia del español*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- \_\_\_\_\_. 1994. A mí me fascinan las mujeres: la visión del afectado en el español de México. *48 Congreso Internacional de Americanistas*. Estocolmo.
- \_\_\_\_\_. 1995. A diachronic view of prepositional verbs of emotion in Spanish. *Historical Linguistics*.

### Trabajos en proceso

- ALVAREZ, Beatriz Arias. Aspectos sintácticos del verbo en documentos novohispanos: el participio.
- ALVAREZ, Beatriz Arias y MELIS, Chantal. Documentos lingüísticos de la Nueva España: Golfo de México.
- BÁEZ, Gloria. *Estudio diaerónico de los valores de las formas verbales del español mexicana colonial*. México: UNAM.
- LIMÓN, Irene. *Sintaxis del verbo en el español mexicano: 1570-1599*.
- RIVERO, Agustín. *Sintaxis del verbo en el español mexicano*: Juan M. Lope Blanch, Cortés.

### Tesis ya presentadas

- BRAVO, Arturo Hernández. 1995. *El infinitivo en el español colonial de México*. UNAM.
- CERVANTES, Marcela Flores. 1994. *Loísmo, leísmo y loísmo en el español mexicano del siglo XVI. Causas de su evolución y contraste*. UNAM.
- LOS NEXOS RELATIVOS EN LAS CARTAS DE HERNÁN ADRIANA REYES MÁRQUEZ. 1993. Edición paleográfico-crítica de cincuenta y seis documentos lingüísticos de la Colonia, UNAM.
- NAVARRETE, María de los Angeles Martínez. 1994. *Léxico del vestuario en la Nueva España. Descripción y diacronía*. UNAM.
- ORTIZ, Rosa María. 1995. *Diacronía de la competencia de argumentos nucleares objeto directo-objeto indirecto en el español*. UNAM.
- SOBERÓN, Jeanette Reynoso. 1994. *Diacronía de la adaptación de indigenismos en el español de México*. UNAM.

### Tesis en proceso

- ALFONSO, Milagros. *Sintaxis y evolución de los verbos causativos en el español*. Doctorado. El Colegio de México.

- CARBAJAL, Paloma Celis. *Contraste de preposiciones de vs. por en agentes de pasivas*. Licenciatura. UNAM.
- CERVANTES, Marcela Flores. *Orígenes y diacronía de leísmo, laísmo*.
- NAVARRETE, Angeles Martínez. *El español, Procesos de colonial de subjetivación México, en el español colonial de México. Régimen verbal en textos de indios y textos de spaces*. Maestría, UNAM.
- SANDOVAL, Lucero. *El origen y motivación de la alternancia de preposición en completivas de sustantivo en el español de los siglos XVI y XVIII*. Maestría, UNAM.
- SOBERÓN, Jeanette Reynoso. *El diminutivo en el español colonial de México. Estudio semántico pragmático*. Maestría, UNAM.
- TSUTSULNI, Ana Isabel. *EJ contraste cuvo — crue su en el colonial novohispano*. Licenciatura. UNAM.

O ESTUDO HISTÓRICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:  
A QUESTÃO DO *CORPUS*

ATALIBA T. DE CASTILHO  
*Presidente da Associação de Lingüística e  
Filologia da América Latina  
USP, CNPq*

1. APRESENTAÇÃO

A Associação Internacional de Lingüística do Português (AILP), juntamente com a Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), tem debatido questões relativas à constituição de um *corpus* da língua portuguesa, em suas variedades européia, brasileira e africana. A ABRALIN tinha feito uma proposta semelhante no início dos anos 90, por iniciativa de sua presidente, profa. Suzana Alice Marcelino Cardoso. Naquele momento, o interesse estava na identificação de acervos recolhidos individualmente ou através de projetos coletivos de pesquisa, tendo em vista sua eventual integração num grande banco de dados da variedade brasileira do português.

Num primeiro momento, identificamos os acervos cujos titulares se dispunham a compartilhá-los. Os resultados desse levantamento foram publicados em Castilho, Oliveira e Silva, Lucchesi 1995; ver também Castilho 1996. O segundo passo seria a informatização dos acervos, tarefa de que tinha sido incumbida nossa querida colega Giselle Machline de Oliveira e Silva, cuja perda prematura truncou essa fase, e a idéia entrou em hibernação.

Com a fundação da AILP e o aumento da difusão de nossa língua pelo mundo, um novo alento volta a animar a tarefa de criar e disponibilizar um *megacorpus* do português — tarefa na qual nossos colegas portugueses acumularam uma boa experiência, como se pode ver pelo texto de Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, publicado na página [www.portugues.mct.pt](http://www.portugues.mct.pt), e também em outras páginas.

Nestas notas, alinho algumas breves considerações sobre a Lingüística do Corpus, seguidas de uma notícia sucinta sobre alguns *corpora* brasileiros,

concentrando-me depois na organização do *corpus* do 'Projeto para a História do Português Brasileiro'. Apresento nas Conclusões alguns tópicos para debate e tomada de decisões, sugerindo que a ALFAL, a AILP, a Associação Portuguesa de Lingüística e a ABRALIN conduzam uma discussão relativa ao assunto.

## 2. A QUESTÃO DO *CORPUS*

Um *corpus* é uma coleção de textos, tendo por objetivo retratar as línguas na vida real. Isso significa que ele deve ser sensível às variedades lingüísticas regionais (português europeu, português brasileiro, português africano), mediáticas (português falado, português escrito), socioculturais (português padrão, português não-padrão), e assim por diante. Se a idéia for a de se constituir um *megacorpus* do português, será necessário obter uma proporção balanceada entre esses parâmetros, buscando incorporar os materiais já coletados.

Nos dias que correm, o *corpus* lingüístico tem de ser informatizado, o que implica sua digitalização e etiquetagem, bem como a adoção de instrumentos de busca, ordenação e cálculo. A etiquetagem ou anotação explicita a informação embutida nos textos, permitindo levantamentos léxicos, relacionando-se cada termo com seu lema, tanto quanto análises morfológicas e sintáticas. Trata-se de recurso poderoso, que não dispensa, entretanto, a busca de informações puramente textuais. Surgiu mesmo uma 'Lingüística do Corpus', que deve ser cautelosamente entendida como um auxiliar das pesquisas, aparentemente sem implicações teóricas ou metodológicas. Veja-se, a esse respeito, excelente livro de Rocío Caravedo, *Lingüística del Corpus* (Caravedo 1999).

Não dispomos ainda de instrumentos confiáveis para a etiquetagem do português, apesar de vários esforços. Eckhard Bick, professor do Departamento de Lingüística da Universidade Meridional da Dinamarca (Universidade Odense), autor do projeto 'VISL — Visual Interactive Syntax Learning' (<http://visl.hum.ou.dk>), principiou neste ano a trabalhar uma amostra dos dados do Projeto Para a História do Português Brasileiro ([lineb@hum.aau.dk](mailto:lineb@hum.aau.dk)). Em seu projeto sobre o português europeu, Charlotte Galves e Helena Britto, da Universidade Estadual de Campinas, vêm desenvolvendo um sistema de anotações (ver [www.ime.usp.br/~tycho](http://www.ime.usp.br/~tycho) e também Galves e Britto 1999).

A pesquisa lingüística de nossos dias registra um grande esforço de organização de bancos lingüísticos de dados. Pessoalmente, vejo nisto certo desgosto pelas reflexões fundamentadas apenas na introspecção de dados,



expediente sem dúvida importante, restrito, porém, a uma linha auxiliar do processo investigatório.

### 3. ALGUMAS NOTÍCIAS SOBRE *CORPORA* DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Listo aqui alguns *corpora* do português brasileiro, organizados por diversos projetos coletivos:

- a) *Projeto Censo Lingüístico do Português do Rio de Janeiro*, a que sucedeu o *Projeto de Estudos sobre o Uso da Língua* (Paiva e Scherre 1999).
- b) *Projeto da Norma Urbana Lingüística Culta*, desenvolvido em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Amostras do vasto material coletado foram editadas por Castilho e Preti (orgs.) 1986, 1987, Preti e Urbano (orgs.) 1990, Callou (org.) 1992, Callou e Lopes (orgs.) 1993, 1994, Motta/Rolleberg (orgs.) 1994, Sá, Cunha, Lima e Oliveira Jr. (orgs.) 1996 e Hilgert (org.) 1997 (Callou 1999).
- c) *Projeto Variação do Português no Sul*, iniciativa que se desenvolve atualmente nas Universidades Federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
- d) *Banco de dados 'Usos do Português'*, do Centro de Estudos Lexicográficos da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara. Trata-se de 70 milhões de ocorrências de português escrito, organizadas por Francisco da Silva Borba, para a publicação de dicionários e gramáticas (Borba (org.) 1990, Neves 2000).

### 4. *CORPUS* DO PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A partir de 1996, teve início no programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo o 'Projeto de História do Português de São Paulo', para cuja agenda propus três conjuntos de atividades: 1) constituição de um *corpus* diacrônico, 2) pesquisas em história social, e 3) pesquisas em mudança gramatical, tomando como referência a modalidade paulista do português brasileiro.

Após algumas consultas com Rosa Virgínia Mattos e Silva, convoquei, em abril de 1997, o I Seminário desse projeto, que ganhou logo a adesão de vários colegas, ampliando-se a iniciativa, agora rebatizada como 'Projeto para a História do Português Brasileiro' (PHPB).

O novo projeto coletivo conta hoje com equipes no Recife (sob a coordenação de Marlos de Barros Pessoa), Salvador (Rosa Virgínia de Mattos

e Silva), Minas Gerais (Jânia Ramos), Rio de Janeiro (Dinah Callou), Paraná (Sônia Cyrino) e Santa Catarina (Gilvan Müller de Oliveira). Estão em processo de organização as equipes do Amazonas (Mateus Oliveira) e do Mato Grosso (Manoel Mourivaldo Almeida).

Estabeleceram-se uma agenda para o projeto e uma sistemática para os trabalhos: as equipes trabalham numa forma regional, apresentando e debatendo seus resultados nos seminários nacionais. Os textos então discutidos são reelaborados e publicados numa série própria, a cargo da Humanitas, editora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Até aqui foram realizados quatro seminários:

- a) I Seminário, São Paulo, 1997, com financiamento da Universidade de São Paulo e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Castilho (org.) 1998).
- b) II Seminário, Campos do Jordão (SP), 1998, também com financiamento da FAPESP (Mattos e Silva (orgs.) 2001).
- c) III Seminário, Campinas (SP), 1999, sob os auspícios da Universidade Estadual de Campinas (Alkmim (org.) no prelo). Compareceram a esse seminário os pesquisadores alemães Brigitte Schlieben-Lange, Wulf Oesterreicher, Eberhard Gärtner e Roland Schimiedt-Riese. Disto resultou um convênio de cooperação auspiciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, órgão do Ministério a Educação do Brasil, e pelo DAAD. O convênio prevê um constante intercâmbio de pesquisadores dos dois países, durante o triênio de 2000 a 2002, bem como a realização de pesquisas bilaterais.
- d) IV Seminário, Teresópolis (RJ), 2001, com financiamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da CAPES e do CNPq (Callou e Duarte (orgs.) em preparação).

O V Seminário está previsto para em outubro de 2002, em Belo Horizonte, dele tendo-se encarregado Jânia Ramos.

A penosa organização do *corpus* de pesquisa privilegiou inicialmente documentos do século XIX, período em que ocorreram importantes alterações gramaticais no português brasileiro, identificadas por Mary Kato, Fernando Tarallo e pesquisadores associados. Os séculos anteriores foram deixados para um segundo momento, embora algumas equipes já estejam recolhendo materiais do século XVIII.

Foram estabelecidas normas de transcrição, preparadas por Heitor Megale e colaboradores e aprovadas no II Seminário (Cambraia 2001, Megale 2001, Toledo Neto 2001). Desde o princípio, decidiu-se que o novo projeto daria especial atenção ao apuro filológico dos textos que fundamentariam as pesquisas sobre mudança gramatical.

Para obter testemunhos que retratassem com a fidelidade possível as normas vernáculas do português brasileiro, pareceu bom recolher inicialmente o que se encontrasse nos arquivos, sem categorias rígidas fixadas previamente, buscando-se assegurar a credibilidade sociológica e historiográfica dos documentos. Por ora, temos editado manuscritos inéditos (tais como correspondência pessoal e oficial, diários de viagem, diários pessoais, documentos oficiais jurídicos e eclesiásticos, testamentos, relatórios) e textos publicados na imprensa (anúncios de jornais, cartas de leitores, cartas do redator). Para dar tempo a que se realizasse a preparação filológica das equipes, decidiu-se começar pelos anúncios publicados em jornais brasileiros do século XIX. Com o desenvolvimento do programa de mudança gramatical, novos tipos textuais serão adicionados a esse plano.

Segue-se uma lista, incompleta, dos acervos já recolhidos e editados:

- a) Bahia: (1) Tânia C. Freire Lobo, *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutoramento, 4 vols., 2001. O volume II identifica cuidadosamente os remetentes das cartas guardadas no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro, editadas no volume III. (2) Uilton dos Santos Gonçalves e Permínio Souza Ferreira têm editado cartas oficiais, testamentos, inventários e inquéritos criminais do século XVIII, recolhidos no Arquivo Público do Estado da Bahia. (3) Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lúcia Fernandes de Almeida fizeram um levantamento dos arquivos públicos municipais do estado da Bahia, identificando e editando documentos dos arquivos de Santo Amaro, Rio de Contas, Jacobina e Ipirá. (4) Ilza Ribeiro está coletando cartas da Santa Casa de Misericórdia, escritas no século XIX. (5) Está em curso o levantamento de cartas e documentos oficiais do século XIX.
- b) Minas Gerais: Jânia Ramos tem procurado em arquivos de irmandades de Mariana e Ouro Preto documentos do século XVIII, de autoria sociolinguisticamente identificável. Para isso, ela tem buscado informações sobre a origem dos autores desses documentos (brasileiros/portugueses), sua inserção na sociedade e outros dados.

- c) Rio de Janeiro: (1) Afrânio Barbosa, *Para uma história do português colonial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutoramento, 2000. Traz em apêndice um elenco de cartas de comércio do século XVIII. (2) Célia Lopes e outros pesquisadores têm editado cartas cariocas publicadas em jornais do século XIX; os dados foram disponibilizados em um CD-ROM. (3) Afrânio Barbosa e Célia Lopes organizarão o volume com as cartas de leitores e de redatores recolhidas pelas equipes regionais em jornais do século XIX. (4) Foi organizada uma página do PHPB/RJ (consultar <http://www.lettras.ufrj.br>).
- d) São Paulo: (1) Miguel Salles identificou os arquivos paulistanos de interesse para a história do português de São Paulo, fundamentados no *Guia dos documentos históricos na cidade de São Paulo*, de Nicolau Sevcenko, que compulsa as seguintes publicações do Arquivo do Estado de São Paulo: (i) *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 95 volumes, publicados entre 1894 e 1990, com documentos desde 1548; (ii) *Inventários e testamentos*, 45 volumes, com documentos desde 1578. (2) Marcelo Módolo estudou parte da coleção *Atas da Câmara de São Paulo*, publicada pelo Arquivo Municipal Washington Luís, de São Paulo, com documentos que vão de 1562 a 1957. A transcrição foi feita pelo paleógrafo Francisco Escobar, estando conservados em boas condições todos os originais. (3) Mirta Groppi editou documentos do século XVIII recolhidos no Museu Paulista, no Arquivo Municipal de São Paulo e no Museu Municipal de Colônia (Uruguai). (4) Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlinck (orgs.) 2000, *E os preços eram commodos. Anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 463 páginas [Série Diachronica, vol. 2]. A idéia de buscar estes materiais foi dada por Marlos de Barros Pessoa, repercutindo reflexões de Gilberto Freyre, visto que os jornais do século passado publicavam anúncios tais como lhes eram apresentados pelos anunciantes, assegurando-se certa proximidade à linguagem falada. Os anúncios foram recolhidos pelas equipes regionais em jornais da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, cabendo às organizadoras sua uniformização. (5) Essas mesmas autoras procederam a um levantamento minucioso das questões relativas à história do português no “Velho Oeste Paulista”, com ênfase nos acervos recolhidos em Campinas, São Carlos e Araraquara, cidades do estado de São Paulo. (6) No interior do projeto ‘Filologia Bandeirante’, Heitor Megale e Sílvio Toledo editaram cartas dos séculos XVII e XVIII depositadas no Arquivo Municipal de Taubaté; os materiais serão publicados na série Diachronica, dirigida por Heitor Megale e publicada

- em São Paulo pela Humanitas. (7) Marilza de Oliveira e Verena Kewitz selecionaram correspondências publicadas em jornais paulistanos do século XIX.
- e) Paraná: (1) Sônia Maria Lazzarini Cyrino começou a organizar o banco de dados de documentos escritos por paranaenses; os materiais por ora recolhidos procedem de Antonina e Curitiba. (2) Vanderci de Andrade Aguilera está recolhendo documentos notariais do estado do Paraná.
  - f) Santa Catarina: Gilvan Müller de Oliveira organizou a Série Filológica, uma edição crítica de fundos documentais de 1703 a 1830, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Do acervo total de 42 códices, estão editados diplomaticamente mais de 20, totalizando aproximadamente 2 mil documentos. Em 2002, esse professor defenderá na Universidade Estadual de Campinas sua tese de doutoramento, intitulada *Última fronteira: problemas e perspectivas para uma história social do português no Brasil Meridional (1680-1830)*.

## 5. CONCLUSÕES

Para consolidar a tarefa maior de organização de um *megacorpus* do português, precisaríamos tomar algumas decisões, entre as quais me ocorrem as seguintes:

- a) Definição prévia dos interesses científicos desse *corpus*: estudo histórico do português brasileiro? Preparação de dicionários bilíngües? Redação de uma grande gramática de referência segundo os usos europeu, brasileiro e africano? Organização de métodos de ensino do português como língua materna e língua estrangeira?
- b) Valorização do testemunho escrito, incorporando à equipe especialistas em filologia do texto moderno, para assegurar a qualidade dos textos.
- c) Definição das parcerias e do financiamento, envolvendo entidades governamentais.
- d) Aprimoramento das ferramentas de anotação.
- e) Disponibilização descentralizada dos materiais em diferentes páginas da Web, estabelecendo-se os vínculos necessários entre eles.

Oxalá a ALFAL, a AILP, a ABRALIN e a APL possam definir e desenvolver ações conjuntas para a realização desta grande tarefa, que seria grandemente beneficiada pelo intercâmbio de informações entre os projetos de história do espanhol e do português da América!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIM, Tânia (org.). No prelo. *Para a história do português brasileiro*, vol. III.
- BORBA, Francisco da Silva (org.). 1990. *Dicionário gramatical de verbos*. São Paulo: Editora da UNESP.
- CALLOU, Dinah M. I. (org.). 1992. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro. Materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/FJB, vol. I, Elocuções formais.
- CALLOU, Dinah M. I. 1999. O Projeto NURC no Brasil: da década de 70 à década de 90. *Linguística* 11, 231-50.
- CALLOU, Dinah M. I. e DUARTE, Maria Eugênia (orgs.). Em preparação. *Para a história do português brasileiro*, vol. IV.
- CALLOU, Dinah M. I. e LOPES, Célia R. (orgs.). 1993. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro. Materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, vol. II, Diálogo entre informante e documentador.
- CALLOU, Dinah M. I. e LOPES, Célia R. (orgs.). 1994. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro. Materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, vol. III, Diálogos entre dois informantes.
- CAMBRAIA, César Nardelli. 2001. Subsídios para a fixação de normas de transcrição de textos para estudos lingüísticos — I. 531-34. Em R. V. Mattos e Silva (org.) 2001.
- CARAVEDO, Rocío. 1999. *Lingüística del corpus. Cuestiones teórico-metodológicas aplicadas al español*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca [Gramática Española, Enseñanza e Investigación, Josse de Kock, Director, vol. 6].
- CASTILHO, Ataliba T. de. 1996. Sistemas de preservação de documentos literários: os arquivos e sua metodologia. *Anais do 2º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros* [Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC-RS]. Porto Alegre: PUC-RS. 9-17.
- CASTILHO, Ataliba T. de (org.). 1998. *Para a história do português brasileiro, vol. I, Primeiras idéias*. São Paulo: Humanitas.
- CASTILHO, Ataliba T. de e PRETI, Dino (orgs.). 1986. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para seu estudo*. São Paulo: TAQ/FAPESP, vol. I, Elocuções formais.
- CASTILHO, Ataliba T. de e PRETI, Dino (orgs.). 1987. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para seu estudo*. São Paulo: TAQ/FAPESP, vol. II, Diálogos entre dois informantes.
- CASTILHO, Ataliba T. de; OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline e LUCCHESI, Dante. 1995. Informatização de acervos da língua portuguesa. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística* 17. 143-54.
- GALVES, Charlotte e BRITTO, Helena. 1999. A construção do *corpus* do português europeu: o sistema de anotação. *Anais do Encontro para o Processamento Computacional da Língua Portuguesa Escrita e Falada*. Évora. 81 e ss.
- HILGERT, José Gaston. (org.). 1997. *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, vol. I, Diálogos entre informante e documentador.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). 2001. *Para a história do português brasileiro, vol. II, Primeiros estudos, tomos I e II*. São Paulo: Humanitas, FAPESP.
- MEGALE, Heitor. 2001. Subsídios para a fixação de normas de transcrição de textos para estudos lingüísticos — II. 535-38. Em R. V. Mattos e Silva (org.) 2001.
- MOTTA, Jacyra e ROLLEMBERG, Vera (orgs.). 1994. *A linguagem falada culta na cidade de Salvador. Materiais para seu estudo*. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, vol. I, Diálogos entre informante e documentador.
- NEVES, Maria Helena de Moura. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP.
- PAIVA, Maria da Conceição de e SCHERRE, Maria Marta Pereira. 1999. Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL. *Lingüística* 11. 203-30.
- PRETI, Dino e URBANO, Hudinílson (orgs.). 1990. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Materiais para seu estudo*. São Paulo: TAQ/FAPESP, vol. III, Diálogos entre o informante e o documentador.
- SÁ, Maria P. M.; CUNHA, D. A. C. da; LIMA, A. M. e OLIVEIRA JR., M.(orgs.). 1996. *A linguagem falada culta na cidade do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, vol. I, Diálogos entre informante e documentador.
- TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. 2001. Subsídios para a fixação de normas de transcrição de textos para estudos lingüísticos — III. 539-49. Em R. V. Mattos e Silva (org.) 2001.

## CARLOS FRANCHI (1932-2001)

ATALIBA T. DE CASTILHO  
*USP, CNPq*

Carlos Franchi nasceu em Jundiaí, estado de São Paulo, em agosto de 1932, tendo falecido aos 69 anos em agosto de 2001, em Campinas. Foi casado com d. Eglê Pontes Franchi. O casal teve quatro filhos.

O prof. Franchi concluiu três cursos de graduação: licenciatura em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade de Campinas (1954), bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1968) e licenciatura 'ès-Lettres (Linguistique)' pela Universidade de Franche-Comté, na França (1970). Durante algum tempo, advogou e lecionou, como professor secundário de escolas públicas de Itatiba, São Paulo e Jundiaí. Mas foi o magistério que sempre o atraiu, fazendo-o desistir de sua prestigiosa banca de advogado.

No magistério secundário, o prof. Franchi teve uma participação crítica de alto nível, tendo atuado nos principais movimentos de renovação do ensino oficial de seu estado. Foi professor concursado em Português e Latim em Jundiaí (1951-1955) e Itatiba (1955-1957) e professor, também por concurso, no Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo (1957-1971). Foi no Colégio de Aplicação que o conheci, quando obtinha minha licenciatura em Letras Clássicas. Eram inigualáveis suas aulas de redação e de gramática. Ele regia suas classes com maestria ímpar, atraindo com naturalidade seus alunos para a reflexão lingüística. Descobri um pouco tarde sua paixão pela música, o que explicava a confluência do mestre e do maestro numa só pessoa.

Quando o estado de São Paulo desencadeou uma renovação do ensino, o prof. Franchi foi chamado para coordenar a área de Português nos Ginásios Pluricurriculares, participando da criação e implementação das Escolas Experimentais e Pluricurriculares, função que desempenhou de 1966 a 1968. Infelizmente ainda não seria dessa vez que o ensino público se beneficiaria em sua plenitude de suas inspiradas ações.



Mesmo depois de ter ingressado no ensino superior, ele continuaria interessado pelo ensino secundário. Participou do desenvolvimento dos primeiros Guias Curriculares (1968-1969), atuando junto à Coordenadoria de Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Foi membro da Comissão Organizadora do I Encontro de Português, realizado em 1974 na Pontifícia Universidade de São Paulo, tendo apresentado uma influente comunicação intitulada “Concepção da linguagem, teoria da gramática e ensino do português”. Em 1975, coordenou na Universidade Estadual de Campinas um seminário de pesquisas relativas à análise de textos escritos por crianças de 10 a 12 anos. No ano seguinte, apresentou ao XV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo uma comunicação intitulada “A Lingüística e a orientação oficial do ensino de português”. Em 1978, redigiu o ensaio “Criatividade e gramática”, texto que teve larga circulação em disputadas cópias, somente publicado, com revisões, em 1987. A tradução para o espanhol desse texto é publicada neste número de *Lingüística*, graças à profa. Mirta Groppi.

Sua carreira como professor universitário principiou em 1960, quando atuou como professor instrutor de Didática Especial do Português na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1960-1961). Lecionou também Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Nossa Senhora Medianeira” de São Paulo, entre 1967 e 1969. A partir desse ano, vinculou-se à então recém-criada Universidade Estadual de Campinas, tendo atuado no Departamento de Lingüística como auxiliar de ensino, assistente mestre (1971-1975), professor-doutor (1976-1979) e professor titular, de 1979 até a aposentadoria.

Em 1970 sua vida acadêmica sofreria uma profunda alteração, direcionando-o de vez para o magistério e a pesquisa em Lingüística. Àquela altura, ele freqüentava, juntamente com Rodolfo Ilari, Haqira Ozakabe e Carlos Vogt, o curso de mestrado em Teoria Literária, na Universidade de São Paulo, sob a orientação do prof. Antônio Cândido. Os quatro foram convidados a fundar o Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas, então instalado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dirigido à época por Fausto Castilho. A condição era seguir imediatamente para a França, para ali desenvolver pesquisas em Lingüística. Franchi obteve então seu segundo mestrado, pela Université d’Aix-Marseille, em 1970, sob a orientação de Claire Blanche-Benveniste. O doutorado viria em 1976, já na UNICAMP, posteriormente a um estágio na Universidade de Tel-Aviv, ambos sob a orientação de Marcelo Dascal.

De volta ao Brasil, ele teve uma atuação decisiva na implantação do Departamento de Lingüística da UNICAMP, de que foi o primeiro professor-chefe (1971-1975), criador do programa de pós-graduação e responsável pelas expansões do corpo docente desse departamento.

Em 1977, o Departamento de Lingüística desligou-se do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, fundando-se o Instituto de Estudos da Linguagem. De 1977 a 1978, o novo instituto foi dirigido pelo prof. Antônio Cândido, da Universidade de São Paulo, tendo o prof. Franchi atuado como diretor associado. Eleito por seus colegas, ele assumiria a direção desse instituto, cargo que exerceu de 1979 a 1982. Dedicou-se então às múltiplas tarefas de criação de uma estrutura administrativa, contratação de novos professores, transformação do preexistente Centro de Lingüística Aplicada em um centro de pesquisas, criação da biblioteca e lançamento das bases para a criação do atual Centro de Documentação Lingüística e Literária Alexandre Eulálio.

No âmbito externo, o prof. Franchi prestou assessoria ao Ministério da Educação e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, tendo sido eleito presidente da Associação Brasileira de Lingüística, cargo que exerceu de 1977 a 1979. Nesse período, estimulou grupos regionais a criarem Grupos de Estudos Lingüísticos, à semelhança do de São Paulo; surgiu assim o Grupo de Estudos Lingüísticos do Norte.

Seus méritos foram reconhecidos em vida. A revista *Cadernos de Estudos Lingüísticos* dedicou-lhe uma miscelânea de estudos, publicados no número 22, de janeiro-junho de 1992, com contribuições dos mais expressivos lingüistas brasileiros. E a UNICAMP concedeu-lhe o título de professor emérito, a maior honraria que uma universidade pública é capaz de conceder.

Após sua morte, o *Jornal da UNICAMP* consagrou-lhe o Caderno Temático número 9 (setembro de 2001). Mas a maior homenagem Carlos Franchi recebe diariamente nas aulas de Lingüística e Língua Portuguesa das universidades do país, em que suas lições continuam a difundir-se, mesmo tendo ele publicado tão poucos de seus trabalhos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carlos Franchi atuou em três áreas científicas: reflexão teórica, descrição lingüística e crítica das teorias vigentes. Muito rigoroso com seus escritos, deixou inédita grande parte deles. Um grupo de colegas está reunindo esses materiais para publicação.

1971. *Hypothèses pour une recherche en Syntaxe*. Aix-en-Provence: Université d'Aix-Marseille, dissertação de mestrado inédita.
1974. Modelo lingüístico baseado nas noções de dependência e funcionalidade. Texto apresentado ao Departamento de Lingüística da UNICAMP, ms. inédito.
1976. *Teoria funcional da linguagem, vol. I: Relações e funções na teoria da gramática, vol. II: Contribuição à construção de um modelo teórico*. Campinas: UNICAMP, tese de doutorado inédita.
- 1976-1977. Gramáticas categoriais e gramática de Montague. Seminários apresentados ao Departamento de Lingüística da UNICAMP, mss. inéditos.
1977. Linguagem e atividade constitutiva. *Almanaque* 5.
1980. A utilização da lógica combinatória e da teoria da funcionalidade na formulação de Curry e Feys no tratamento formal da linguagem natural, ms. inédito.
1981. O pensamento lingüístico de Berkeley. Relatório inédito de seu programa de pós-doutorado no Departamento de Lingüística da Universidade da Califórnia em Berkeley.
1982. Rumos da Lingüística contemporânea... ou desrumos. Conferência inédita pronunciada na Associação Brasileira de Lingüística.
- 1983a. Da indeterminação da linguagem e o projeto teórico compatível. Conferência inédita pronunciada no Centro de Lógica e Epistemologia da UNICAMP.
- 1983b. Teoria da categorização, ms. inédito.
1985. Nominative clitics in Biellese: morphological and distributional survey (em co-autoria com Rodolfo Ilari). *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 8. 135-50.
1990. Considerações sobre a ordem dos advérbios (em co-autoria com Rodolfo Ilari et al.). 63-142. Em Ataliba T. de Castilho (org.), *Gramática do português falado, vol. I*. Campinas: Editora da UNICAMP.
1990. O problema das classes gramaticais. Conferência plenária proferida no IX Congresso Internacional da ALFAL. Campinas, texto inédito.
1991. Concepção de uma e-gramática. Seminários apresentados ao Departamento de Lingüística da UNICAMP e da Universidade de São Paulo, mss. inéditos.
1996. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise (em co-autoria com Rodolfo Ilari e Maria Helena de Moura Neves). 79-168. Em: Ataliba T. de Castilho e Margarida Basílio (orgs.), *Gramática do português falado, vol. IV*. Campinas: Editora da UNICAMP.
1998. Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*. *D.E.L.T.A.* 14 (número especial). 105-32.